

RELATÓRIO & CONTAS

2021



Versão aprovada em reunião do Conselho de Administração de 14 de março de 2022.



AdAM R&C 2021 2 de 202

Francia



ÍNDICE



MENSAGEM DO PRESIDENTE.....	5
A - A EMPRESA	10
1. MISSÃO, VISÃO E VALORES	10
2. CADEIA DE VALOR.....	13
3. ESTRUTURA ACIONISTA, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E ÓRGÃOS SOCIAIS.....	14
4. SÍNTESE DE INDICADORES	19
5. OS RECONHECIMENTOS, OS PRÉMIOS E AS CERTIFICAÇÕES	20
6. OS PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS	20
B – O NEGÓCIO.....	23
1. ORIENTAÇÕES ESTRATÉGICAS	23
2. O ENQUADRAMENTO	27
3. O SETOR	30
4. A REGULAÇÃO.....	45
5. A SUSTENTABILIDADE	50
6. RELAÇÃO COM OS <i>STAKEHOLDERS</i>	53
7. GESTÃO DO RISCO	55
8. A ATIVIDADE OPERACIONAL	61
9. A GESTÃO DO CAPITAL HUMANO	93
10. ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA	99
11. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES E DISPOSIÇÕES LEGAIS.....	102
12. PERSPETIVAS FUTURAS	125
13. EVENTOS SUBSEQUENTES	125
14. CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
15. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	127
16. ANEXO AO RELATÓRIO.....	128
17. RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS.....	129
C – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO DE 2021	130
1. DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA	131
2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E DO RENDIMENTO INTEGRAL	133
3. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO.....	134
4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	135
5. DEMONSTRAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	136
COMPROMISSOS	195
PARECERES DO CONSELHO FISCAL E DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS	202


F. Machado

MENSAGEM DO PRESIDENTE



Caros acionistas,

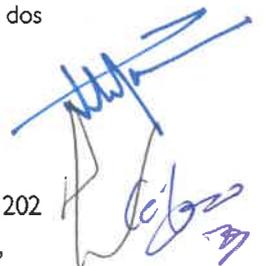
O ano de 2021 não foi um ano positivo para a Águas do Alto Minho, S.A..

No plano comercial, o início do ano ficou marcado por perturbações significativas na relação com os clientes, decorrentes da emissão de uma fatura de regularização de consumos de 2020, que provocou o bloqueio dos canais de atendimento ao cliente e a apresentação de um número muito elevado de reclamações, cuja resposta dentro dos prazos foi impossível de concretizar.

Esta situação veio a ter impacto no desempenho económico-financeiro da empresa de 2021 por via da atribuição de uma compensação financeira a todos os clientes e também porque, em conjunto com a determinação legal de proibição de cortes de água, potenciou um aumento das imparidades, tendo-se atingido assim um Desvio de Recuperação de Gastos superior ao previsto.

Por outro lado, o volume de negócios de 2021 foi de 23.3 milhões de euros, ou seja, inferior ao orçamentado para este período. Porém, este valor mais baixo do volume de negócios (VN) foi compensado com uma redução de gastos operacionais (GO), de modo que o rácio GOMN ficasse em linha com o previsto no Plano de Atividades e Orçamento, o que permitiu o cumprimento das orientações emanadas pelo governo para o setor empresarial do estado.

Mas foi o ano em que os colaboradores das Águas do Alto Minho mostraram toda a sua resiliência e capacidade de superar dificuldades. Com o empenho de todos, foram reforçados os canais de atendimento ao cliente, simplificou-se o modelo de fatura, consolidou-se a implementação do novo sistema de gestão comercial (Aquamatrix), aumentou-se a oferta de locais de pagamento, estabeleceu-se protocolo com o CIAB - Tribunal Arbitral de Consumo, constituíram-se equipas de trabalho para resposta a reclamações, implementaram-se mecanismos de controlo diário de faturação e duplicou-se o número de leituras mensais. No final do segundo trimestre de 2021, o atendimento presencial, telefónico e através do balcão digital estava regularizado. E no trimestre seguinte ficou regularizado o processo de resposta a reclamações dos



clientes. Por último, e mais importante, ao longo de todo o ano, o processo de faturação foi estabilizado e, com tudo isto, se construiu uma base para, com tempo, se restabelecer a confiança dos clientes.

No plano operacional importa destacar que, não obstante o contexto de pandemia que atravessou todo o ano de 2021, foi possível garantir sempre os serviços públicos de Abastecimento de Água e de Recolha e Tratamento de Águas Residuais. Tal foi possível porque os colaboradores das Águas do Alto Minho, quer os mais afetos às atividades operacionais quer os mais dedicados a atividades de manutenção das infraestruturas, nunca pararam. Neste contexto foi também possível implementar a primeira fase do Plano de Segurança da Água, que permitiu monitorizar em tempo real durante o Verão os níveis de alguns reservatórios considerados mais problemáticos, evitando assim faltas de água.

Numa empresa em fase de crescimento também importa destacar o trabalho das equipas mais dedicadas à consolidação dos processos financeiros da empresa, de compras e logística, do planeamento e controlo de gestão e de recursos humanos que demonstraram maior maturidade e maior capacidade de resposta às diversas solicitações dos *stakeholders* internos e externos.

Destaco também o trabalho notável desenvolvido em 2021 ao nível dos Sistemas de Informação Geográfica que, por via da integração do SIG com outros sistemas da empresa, reúne cada vez mais informação, e se afirma como um instrumento essencial e já hoje indispensável para o desempenho de todos os setores da empresa, bem como, o trabalho desenvolvido ao nível da inventariação de ativos.

Ao nível dos seus indicadores o ano de 2021 das Águas do Alto Minho, também trouxe algumas notícias positivas, em comparação com o ano de 2020, designadamente no aumento da percentagem de água segura e na melhoria dos parâmetros de qualidade da água residual tratada.

Consciente da importância da sustentabilidade e segurança no setor, a Águas do Alto Minho dedicou todo o ano de 2021 a preparar a implementação dos sistemas de gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, tendo sido realizada uma primeira auditoria interna, que nos permite afirmar com convicção que em 2022 serão alcançadas certificações segundo as normas NP EN ISO 9001, NP EN ISO 14001, NP EN ISO 45001.

No que se refere aos investimentos em eficiência hídrica o ano de 2021 foi sobretudo um ano de estudo das zonas de monitorização e controlo e de renovação de redes, o que deixa perspetivar para 2022 um ano de melhorias mais significativas ao nível das perdas reais de água.

Já no final do ano de 2021 concluiu-se o Plano de Melhoria da Qualidade de Serviço das Águas do Alto Minho, que estabelece um conjunto de ações a implementar em 2022 e 2023 para aumentar a adesão ao serviço de água e de saneamento, e diminuir a percentagem de água não faturada.



Uma palavra de apreço ao Eng. Carlos Martins pela sua notável dedicação enquanto Presidente das Águas do Alto Minho no início da sua atividade.

Termino manifestando o meu reconhecimento e apreço pelo envolvimento dos nossos parceiros municipais e clientes, órgãos sociais e colaboradores, que sempre procuraram participar ativamente na vida da empresa tendo em vista superar as dificuldades que foram surgindo ao longo deste segundo ano de atividade e deixar bem claro que 2021 não foi um ano positivo, mas foi um ano que projeta a Águas do Alto Minho para um desempenho muito melhor em 2022.

João Pedro Neves

Presidente do Conselho de Administração

AdAM R&C 2021 | 7 de 202
F. Machado



AdAM R&C 2021 8 de 202
F. Machado



POR SI PROTEGEMOS O AMBIENTE.



Melhor água,
melhor vida.

A - A Empresa

I. Missão, Visão e Valores

A AdAM segue as melhores práticas de governação do setor, garantindo uma empresa sustentável e eficaz, num enquadramento que visa prestar um serviço público de interesse económico geral, como é o serviço de abastecimento de água e de saneamento.

A missão, visão e valores da Sociedade são apresentados na figura seguinte.

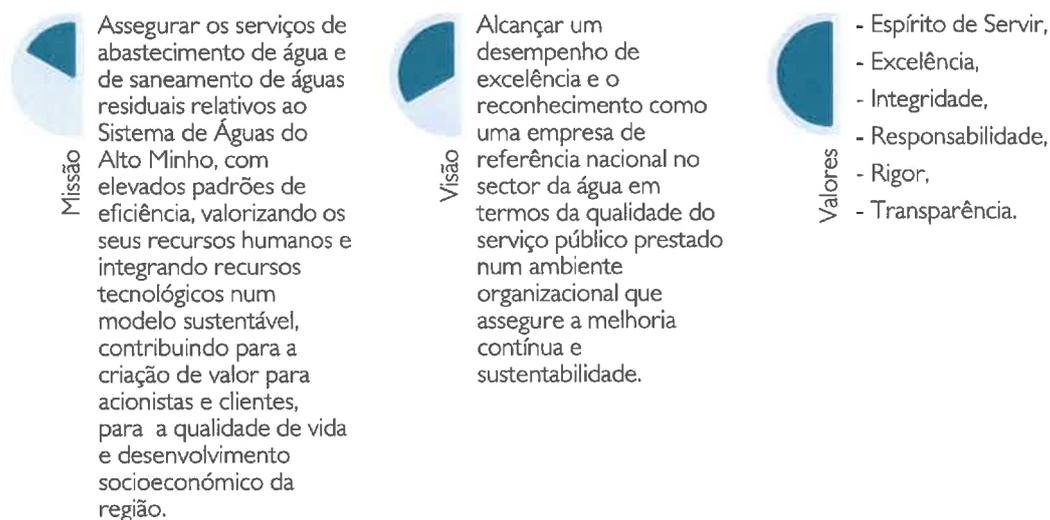


Figura 1 – Missão, Visão e Valores da AdAM

O objetivo da AdAM é garantir, a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais, no sentido de proteção da saúde pública, bem-estar das populações, proteção do ambiente e sustentabilidade económico-financeira do setor, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional e o ordenamento do território.

A AdAM, assumindo o compromisso de contribuir ativamente para a promoção de políticas públicas e dos objetivos nacionais no domínio do setor da água, para o desenvolvimento sustentado dos serviços de águas, para a gestão dos recursos disponíveis no País, num quadro de respeito integral dos requisitos legais e normativos, compromete-se a antecipar, a avaliar e a promover de uma forma contínua e sistemática a satisfação das necessidades e expectativas dos seus Clientes, Acionistas, Colaboradores e Colaboradoras, Fornecedores, Comunidade e demais partes interessadas.

Consciente do seu papel como instrumento de desenvolvimento socioeconómico da região em que se insere, a empresa assume, ainda, a promoção da proteção do meio ambiente e a sua valorização junto da comunidade.

Neste contexto, o Conselho de Administração da AdAM adota um modelo de gestão ética e socialmente responsável, procurando considerar nas suas decisões, a defesa dos interesses dos utilizadores, a sustentabilidade dos serviços e a sustentabilidade ambiental, assente nos seguintes princípios:

- Promover a satisfação do cliente e das outras partes interessadas;
- Promover a motivação dos trabalhadores e trabalhadoras;
- Garantir a qualidade e segurança alimentar da água para consumo humano;
- Apostar na eficiência da utilização dos recursos hídricos;
- Assegurar o cumprimento da legislação, regulamentação e requisitos em vigor aplicáveis às suas atividades, produtos e serviços;
- Avaliar sistematicamente os resultados obtidos, tendo em vista a melhoria contínua e a inovação;
- Adotar uma postura de transparência, através de uma comunicação interna e externa com todas as partes interessadas;
- Minimizar os impactos ambientais decorrentes das suas atividades, promovendo a utilização racional dos recursos naturais e a prevenção da poluição;
- Adotar as melhores práticas e prevenir a ocorrência de acidentes e doenças profissionais.

Descrição, Atividade e Presença

A A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos criada no âmbito do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, que veio possibilitar um novo modelo de gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento, permitindo um modelo de gestão delegada assente numa parceria entre o Estado e as Autarquias Locais. Este novo modelo de gestão possibilita uma integração territorial dos sistemas municipais no sentido da maximização de economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama.

Em 11 de janeiro de 2019, foi celebrado o Contrato de Parceria pública entre o Estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira que criou o Sistema de Águas do Alto Minho. Neste seguimento, foi formalizado, em 22 de julho de 2019, o Contrato de Gestão entre o Estado, os mencionados Municípios e a A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A., na qualidade de Entidade Gestora da Parceria (EGP), à qual foi cometida a exploração e a gestão, em regime de parceria, dos serviços de águas relativos ao Sistema.

A Cláusula 10.ª do Contrato de Gestão do Sistema de Águas do Alto Minho prevê um período de transição de 6 (seis) meses contados da data de outorga do Contrato de Gestão, durante o qual as Partes preparam, em conjunto, a transferência de responsabilidade para a EGP.

A Águas do Alto Minho, S.A., antecipou o termo do período de transição para 1 de janeiro de 2020, tendo, nesta data, iniciado a atividade operacional.

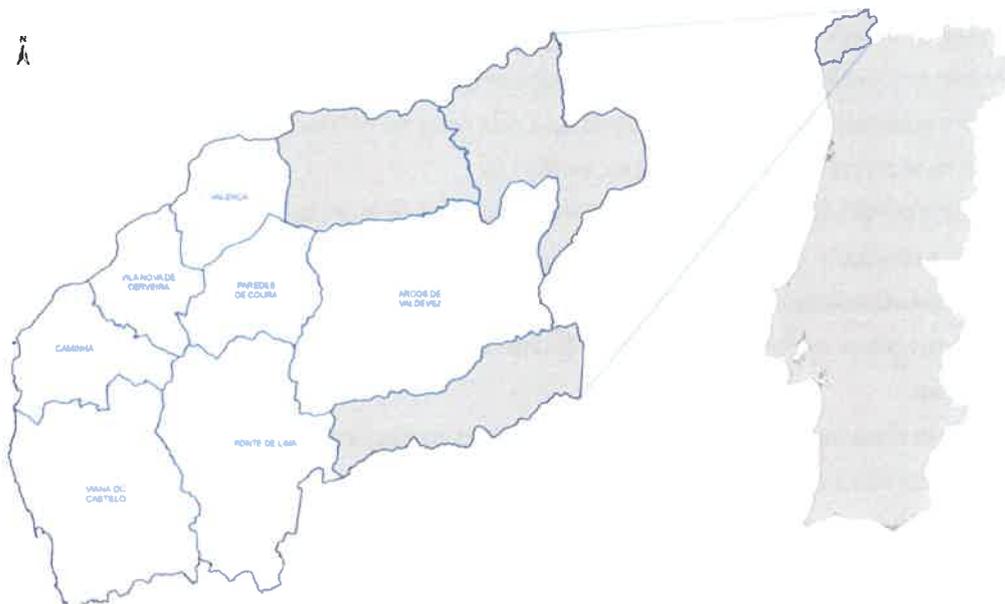


Figura 2 - Área de atuação da AdAM

A Empresa foi constituída com um capital social subscrito de 3.600.000,00 Euros, detido em 51% pela sociedade AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e em 49% pelos municípios aderentes.

A AdAM iniciou a 01.01.2020 o arranque da exploração e gestão dos serviços de água e saneamento nos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, numa área geográfica de 1.585 km² e dimensionado para fornecer mais de 9 milhões de m³ de água potável por ano a 106 mil clientes e para recolher e encaminhar para tratamento cerca de 8 milhões de m³ de água residual por ano produzida por cerca de 70 mil clientes.

As infraestruturas cedidas pelos Municípios, que integram o sistema são as seguintes:

Tabela 1 - Infraestruturas cedidas pelos Municípios da Parceria do Alto Minho

Infraestruturas	Abastecimento de água	Saneamento de águas residuais	Total
Captações (n.º)	178		178
Reservatórios (n.º)	142		142
Condutas/Coletores instaladas (km)	3 831	1 602	5 433
Postos de cloragem (n.º)	43		43
Estações elevatórias (n.º)	47	187	234
ETAR (n.º)		27	27

2. Cadeia de Valor

A cadeia de valor da Águas do Alto Minho, S.A., inclui a distribuição água para consumo humano e a recolha de águas residuais urbanas aos utilizadores finais como atividade primordial. Salienta-se, contudo, que a atividade da Águas do Alto Minho, S.A., abrange o armazenamento de água, de forma a assegurar a continuidade no abastecimento, captações próprias e o tratamento de água, bem como o transporte e tratamento de águas residuais.

Operação - Água



Figura 3 – Cadeia de Valor da operação de água

Operação - Saneamento



Figura 4 – Cadeia de Valor da operação de saneamento

3. Estrutura Acionista, Estrutura Organizacional e Órgãos Sociais

Estrutura Acionista

Detentora de um capital social de 3.600.000 euros, totalmente subscrito e realizado, a 31 de dezembro de 2021 a AdAM é participada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A., e pelos municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, de acordo com a estrutura acionista apresentada na tabela seguinte.

Tabela 2 – Estrutura Acionista – AdAM

Acionistas	Capital Subscrito 31.12.2021		Capital Realizado 31.12.2021	
		Categoria A		Categoria A
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1 836 000	51,00%	1 836 000	51,00%
Município de Arcos de Valdevez	141 905	3,94%	141 905	3,94%
Município de Caminha	151 775	4,22%	151 775	4,22%
Município de Paredes de Coura	60 140	1,67%	60 140	1,67%
Município de Ponte de Lima	279 855	7,77%	279 855	7,77%
Município de Valença	116 055	3,22%	116 055	3,22%
Município de Viana do Castelo	924 435	25,68%	924 435	25,68%
Município de Vila Nova de Cerveira	89 835	2,50%	89 835	2,50%
TOTAL	3 600 000	100,00%	3 600 000	100,00%

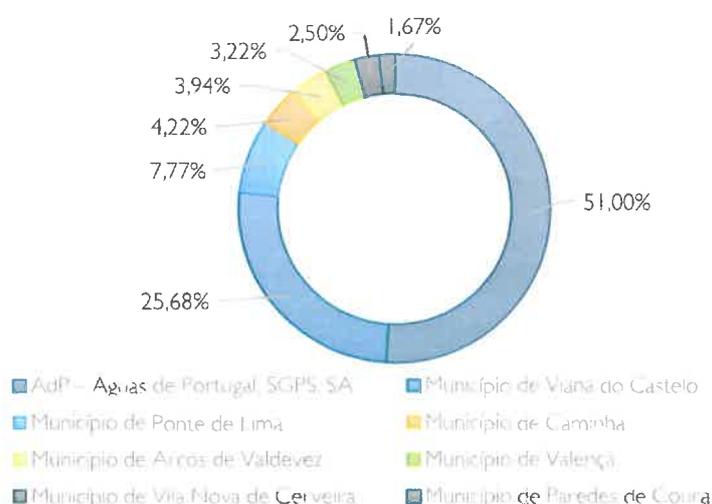


Figura 5 – Estrutura Acionista - AdAM

Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional da AdAM, durante o ano de 2021, corresponde ao organograma que se apresenta na figura seguinte, dividindo-se em quadro áreas operacionais e oito áreas de suporte.

Constituem-se áreas operacionais a Direção Administrativa e Financeira, que engloba três áreas funcionais (Contabilidade e Gestão Financeira, Compras e Logística e Recursos Humanos), a Direção de Engenharia e Gestão de Ativos, formada por cinco áreas funcionais (Obras e Projetos, Gestão de Ativos, SIG e Cadastro, Gestão de Perdas e Afluências Indevidas e Manutenção), a Direção de Operação, constituída por três áreas funcionais (Centro Operacional Norte, Centro Operacional Nordeste e Centro Operacional Sul), e a Direção de Clientes constituída por três áreas funcionais (Atendimento a Clientes, Operações Comerciais e Clientes Especiais).

Nas áreas de suporte, com reporte direto ao Conselho de Administração, incluem-se o Secretariado- Geral, Planeamento e Controlo de Gestão, Comunicação, Informação e Educação Ambiental, Qualidade da Água, Sustentabilidade Empresarial e Auditoria Interna, Jurídico-Legal, Secretário da Sociedade e Sistemas e Tecnologias de Informação.

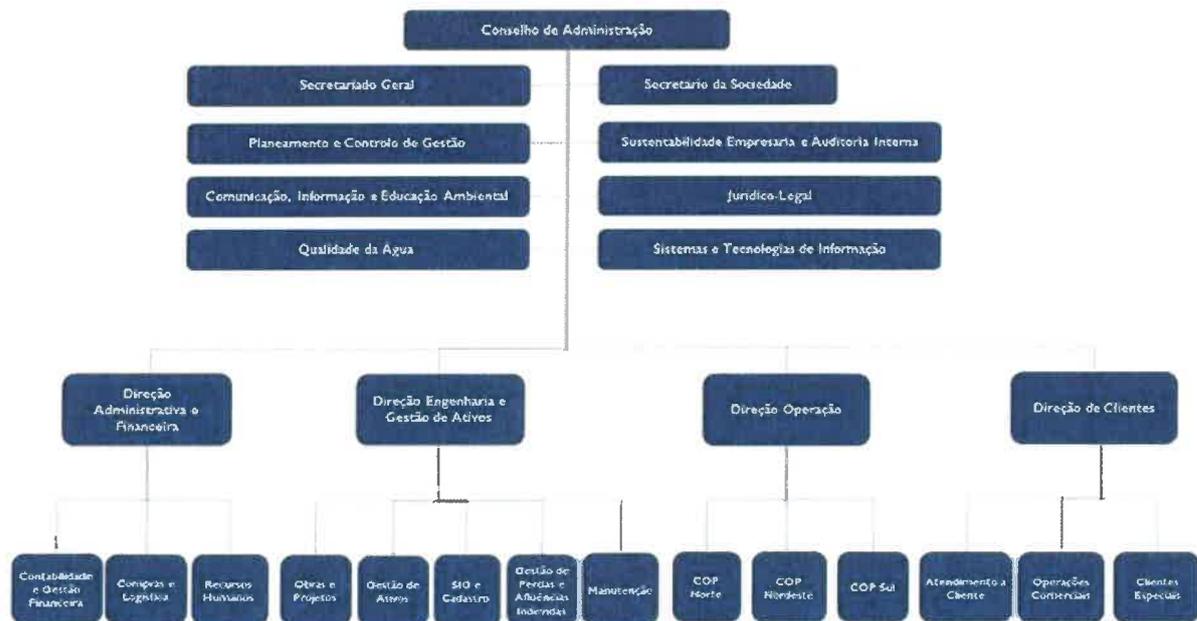


Figura 6 – Organograma da AdAM

Órgãos Sociais

Os membros do Conselho de Administração, para o mandato 2019/2021, foram eleitos através de Declaração Social Unânime por Escrito, assinada por todos os Acionistas, em 15 de julho de 2019.

De acordo com o artigo 26.º, dos Estatutos da Sociedade, o órgão de fiscalização compete a um conselho fiscal e a um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas, de acordo com o artigo 27.º um secretário da sociedade, designado pelo conselho de administração, e uma comissão de vencimentos, nos termos do disposto no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade.

Assembleia Geral

Tendo em conta o estipulado no n.º 1 do artigo 15.º dos Estatutos da Sociedade, a mesa da assembleia geral é constituída por um presidente, um vice-presidente e um secretário, sendo estes escolhidos entre acionistas ou outras pessoas.

A assembleia geral é convocada e dirigida pelo presidente da mesa ou, na sua ausência ou impedimentos, pelo vice-presidente. Todos os membros são eleitos por um período de três anos, em assembleia geral.

Compete, nomeadamente, à assembleia geral:

- Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas do exercício apresentados pelo conselho de administração;
- Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;
- Apreciar a gestão e fiscalização da sociedade;
- Aprovar os planos de atividades e financeiros plurianuais para um período de, pelo menos, cinco anos e suas eventuais alterações;
- Eleger os membros dos órgãos sociais;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações;
- Deliberar sobre o aumento de capital;
- Fixar as remunerações dos órgãos da sociedade, podendo esta competência ser delegada em comissão de vencimentos a nomear para o efeito;
- Aprovar o relatório do Governo Societário;
- Aprovar as orientações estratégicas, os objetivos e indicadores de gestão para os mandatos, respeitantes aos contratos de gestão previstos no artigo 18.º do Estatuto do Gestor Público;
- Deliberar sobre a conversão das ações de categoria A em ações de categoria B e das ações da categoria B em ações da categoria A;
- Deliberar sobre qualquer outro assunto para o qual tenha sido convocada.

Conselho de Administração

Nos termos do n.º 1, do artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade, o conselho de administração é composto por três a cinco administradores, sendo que foram eleitos cinco membros, sendo um, o presidente, e os restantes, vogais.

Nos termos do artigo 21.º dos Estatutos da Sociedade, o conselho de administração tem poderes de gestão e representação da sociedade que lhe forem cometidos por lei, pelos Estatutos e pelas deliberações dos acionistas.

Nos termos do artigo 20.º dos Estatutos da Sociedade, o conselho de administração pode ainda deliberar delegar num administrador ou numa comissão executiva composta por dois a três administradores, consoante o número de membros que componham o conselho de administração, a gestão corrente da sociedade, devendo a deliberação da delegação fixar os limites da mesma.

Conselho Fiscal

Nos termos do n.º 1 do artigo 26.º dos Estatutos da Sociedade, a fiscalização da sociedade compete a um conselho fiscal composto por três membros efetivos e um suplente e um revisor oficial de contas ou uma sociedade de revisores oficiais de contas que não seja membro desse conselho fiscal.

Comissão de Vencimentos

Tal como previsto no art.º 28 dos Estatutos da Sociedade, foi delegada a competência para fixar a remuneração dos órgãos sociais numa comissão de vencimentos.

Composição dos Órgãos Sociais

A composição dos Órgãos Sociais, no final de 2021, era a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral

Presidente: João Manuel do Amaral Esteves, Presidente de Câmara Municipal de Arcos de Valdevez

Vice-Presidente: Paulo Manuel Marques Fernandes

Secretário: Ana Cristina Rebelo Pereira

Conselho de Administração

Presidente Executivo: João Pedro Moura Castro Neves

Vogal Executiva: Fernanda Maria de Sousa Machado

Vogal não Executivo: Célia Maria Pereira Cardoso André

Vogal não Executivo: Vítor Paulo Gomes Pereira, Município de Paredes de Coura



AdAM R&C 2021 | 17 de 2021
F. Machado

Vogal não Executivo: Manuel António Azevedo Vitorino, Município de Viana do Castelo

Conselho Fiscal

Presidente: Maria Albertina Almeida Barreiro Rodrigues

Vogal: Maria Augusta João Cepeda Tomé

Vogal: Pedro Leonel Coquenim de Azevedo Canteiro

Revisor Oficial de Contas

Revisor Oficial de Contas Efetivo: PriceWaterHouseCoopers, com inscrição na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 183, e registada na CMVM sob o número 20161485, representada por José Alves Bizarro Duarte inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1957 e registado na CMVM sob o número 20200003 e por João Rui Fernandes Ramos, inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1333 e registado na CMVM sob o número 20160943.

Revisor Oficial de Contas Suplente: Carlos José Figueiredo Rodrigues

Comissão de Vencimentos

Presidente: Carla da Conceição Afonso Correia

Vogal: AdP- Águas de Portugal. SGPS

Vogal: Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira

Secretário da sociedade (artigo 446.º-D do CSC)

Secretário da sociedade: Sofia Manuela Freitas Antunes Queirós

Suplente: Isabel Maria Lima de Araújo Silva

Carteira de Participações

O capital social estatutário da Águas do Alto Minho, S.A., é constituído por 720.000 ações, de valor nominal igual a 5,00 € (cinco euros), nominativas e assumindo a forma escritural, sendo que todas as ações emitidas são da classe A, tal como apresentado na tabela 2 do presente relatório.

Refere-se, ainda, que os titulares dos Órgãos Sociais da Águas do Alto Minho, S.A., não detêm quaisquer ações e obrigações emitidas pela Águas do Alto Minho, S.A., nem são direta ou indiretamente, titulares de participações sociais qualificadas noutras entidades.

Sucursais

A Águas do Alto Minho, S.A., não tem qualquer sucursal no território nacional ou no estrangeiro.

4. Síntese de Indicadores

	31/12/2021	31/12/2020
Nº de clientes de abastecimento	107 158	105 878
Nº de clientes de saneamento	71 651	70 949
Volume de água captada (*)	1 152	1 523
Volume de água adquirida (*)	14 624	13 788
Volume de água distribuída (*)	15 776	15 312
Volume de água faturada (inclui consumos próprios) (*)	8 371	8 357
Volume de efluente tratado em ETAR'S próprias (*)	535	318
Volume de efluente entregue à AdN (*)	8 200	8 291
Volume de efluente tratado/rejeitado (*)	8 735	8 609
Volume de efluente faturado (*)	5 434	5 298
Nº de colaboradores a 31 de dezembro (**)	159	152

(*)milhares de m³/ano

(**)com Órgãos Sociais

	31/12/2021	31/12/2020
Vendas e Prestação de Serviços (não inclui IFRIC 12 e DRG)	23 276	23 297
Desvios de recuperação de gastos	7 959	1 931
Resultado operacional sem desvio recuperação de gastos (*) (Ebit)	-	-1 807
Resultado operacional com desvio recuperação de gastos (*) (Ebit)	980	124
EBITDA Ajustado (**)	-	1 533
Resultado líquido do exercício	196	61

* Resultados antes de juros e impostos

**EBITDA=(RO+Amortizações+Perdas por imparidades+Provisões-Desvios Recuperação de Gastos-Subsídios ao investimento-O.Rend Ganhos DUJ)

	Unidade: milhares de euros	
	31/12/2021	31/12/2020
Investimento	5 521	1 710
Dívidas de clientes	6 480	4 497
Total do ativo	42 156	25 912
Financiamentos Correntes	3 905	2 000
Financiamentos não correntes	-	0
Total do Passivo	38 282	24 033
Capital social	3 600	1 800
Capital próprio	3 874	1 879



F. Machado

	31/12/2021	31/12/2020
Margem EBITDA	28,8%	20,2%
Autonomia financeira	9,2%	7,2%
Solvabilidade	34,8%	27,6%
EBITDA Ajustado/Serviço Dívida	-0,24	0,22
Dívida Líquida/EBITDA Ajustado	-2,16	0,73
Rentabilidade dos capitais próprios	5,1%	3,2%
Cash-Cost	224,3%	193,6%
Gastos Operacionais/Volume negócios	131%	109,0%
ROCE	-79,8%	3,1%
PMR(dias)	79	70
PMP (dias)	51	54

Margem EBITDA=(RO+ Amortizações+Provisões+Imparidades)/Volume de Negócios

Autonomia Financeira=Capital próprio/Ativo

Solvabilidade=(Capital próprio+subsídios ao investimento)/Passivo

Rentabilidade dos capitais próprios=Resultado líquido/Capital próprio

Cash-Cost=Gastos Operacionais/(AA fornecida+AR tratada)

ROCE=Resultados Operacionais/Passivo Remunerado

5. Os Reconhecimentos, os Prémios e as Certificações

O ano de 2021, foi o segundo ano de atividade operacional da Águas do Alto Minho, S.A., pelo que ainda não houve lugar a reconhecimentos, prémios e/ou certificações.

6. Os Principais Acontecimentos

No ano de 2021, a situação epidemiológica marcada pelo Covid 19, continuou a provocar alterações significativas na atividade normal da AdAM. A sua atividade foi substancialmente afetada, com impactos negativos relevantes a nível económico e financeiro, em concreto e com especial incidência, na atividade comercial, no relacionamento com o Cliente; na atividade operacional, na disponibilidade de recursos humanos e cumprimento dos contratos e na atividade de investimento na execução do plano de investimentos e cumprimento do objetivo primordial de controlo e redução de perdas.

A AdAM, elaborou um plano de contingência onde adotou todas as recomendações emanadas pela Direção Geral de Saúde e pelo Grupo, bem como, implementou integralmente todas as medidas em estrito cumprimento do determinado pelo Governo, designadamente, a adoção do regime de teletrabalho sempre que aplicável, a fixação de práticas de trabalho a nível operacional alinhadas com as medidas de disseminação do contágio e o reforço dos canais de atendimento ao Cliente.

Apesar destes constrangimentos, a AdAM desenvolveu, em 2021, a sua atividade orientada para o cumprimento dos objetivos fixados pelos acionistas, estabelecidos para o mandato 2019/2021.



Machado

**POR SI
ELA É DE QUALIDADE.**



**Água da torneira.
A sua escolha.**




AdAM R&C 2021 22 de 202
F. Machado 

B – O Negócio

I. Orientações estratégicas

A AdAM – Águas do Alto Minho, S.A., tem como missão a gestão e exploração em regime de parceria pública dos serviços de água e saneamento relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho.

Os valores fundamentais da sociedade, assentam na sustentabilidade dos recursos naturais, num quadro de eficiência e sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e para o desenvolvimento socioeconómico das regiões onde atua.

Os objetivos da sociedade são determinados pelas políticas públicas para o setor empresarial do Estado e, em particular, para o setor de atividade das empresas do Grupo.

As orientações estratégicas são definidas, nos termos do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, e através de orientações específicas emanadas em despachos ministeriais e por deliberações dos acionistas, as quais devem ser vertidas nos planos estratégicos das empresas.

Assim, de acordo com o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial, compete ao Ministério das Finanças, através da Direção-Geral do Tesouro e Finanças, a definição de orientações para a elaboração dos planos de atividades e orçamento para cada ano de atividade, bem como o controlo da evolução dos níveis e condições de endividamento, nos termos do artigo 29.º do referido regime.

Conforme também resulta do referido Regime, compete ao Ministério do Ambiente e da Ação Climática, enquanto tutela setorial, designadamente:

- a) Definir e comunicar a política setorial a prosseguir;
- b) Emitir as orientações específicas de cariz setorial aplicáveis a cada empresa;
- c) Definir os objetivos a alcançar pelas empresas públicas no exercício da atividade operacional;
- d) Definir o serviço público a prestar pelas empresas e promover as diligências necessárias para a respetiva contratualização.

Missão, Deveres e Responsabilidades da Administração

O exercício das funções do Conselho de Administração da AdAM – Águas do Alto Minho, S.A., tem em conta o previsto na legislação em vigor, designadamente no Estatuto do Gestor Público, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, na sua atual redação, que relativamente ao exercício de funções executivas prevê as seguintes obrigações:



AdAM R&C 2021 23 de 202
F. Machado

- a) Cumprir os objetivos da empresa definidos em assembleia geral ou, quando existam, em contratos de gestão;
- b) Assegurar a concretização das orientações definidas nos termos da lei, no contrato de gestão e a realização da estratégia da empresa;
- c) Acompanhar, verificar e controlar a evolução das atividades e dos negócios da empresa em todas as suas componentes;
- d) Avaliar e gerir os riscos inerentes à atividade da empresa;
- e) Assegurar a suficiência, a veracidade e a fiabilidade das informações relativas à empresa, bem como a sua confidencialidade;
- f) Guardar sigilo profissional sobre os factos e documentos cujo conhecimento resulte do exercício das suas funções e não divulgar ou utilizar, seja qual for a finalidade, em proveito próprio ou alheio, diretamente ou por interposta pessoa, o conhecimento que advenha de tais factos ou documentos;
- g) Assegurar o tratamento equitativo dos acionistas.

Os membros do Conselho de Administração devem, ainda, promover a elaboração de propostas de ações que se revelem apropriadas para o desenvolvimento da empresa e, conseqüentemente, do setor e do Grupo.

Os gestores públicos que integram o Conselho de Administração da Águas do Alto Minho, S.A., estão sujeitos às normas de ética aceites no setor de atividade e ao cumprimento das boas práticas de governação societária e de gestão empresarial, designadamente em matéria de transparência, prevenção da corrupção, padrões de ética e conduta, responsabilidade social, política de recursos humanos, promoção da igualdade, prevenção de conflitos de interesse e respeito pela concorrência e pelos agentes do mercado.

Orientações Estratégicas Gerais

O Conselho de Administração deverá assegurar que a AdAM – Águas do Alto Minho, S.A., sem prejuízo da sua autonomia de gestão:

- a) Cumpra a sua missão e exerça a sua atividade em articulação com as políticas estratégicas setoriais definidas pelo Governo, num quadro de racionalidade empresarial, otimização permanente da eficiência, qualidade e segurança do serviço prestado;
- b) Seja socialmente responsável, prosseguindo na sua atuação objetivos sociais e ambientais e promovendo a competitividade no mercado, a proteção dos consumidores, o investimento na valorização profissional e pessoal, a promoção da igualdade, a proteção do ambiente e o respeito por princípios éticos;
- c) Desenvolva ações de sensibilização ambiental, promovendo a utilização eficiente e a proteção dos recursos hídricos;

- d) Promova o equilíbrio adequado entre os níveis quantitativos e qualitativos de serviço público a prestar, tendo em vista a satisfação dos utentes e a comportabilidade e sustentabilidade económica, financeira e ambiental;
- e) Adote metodologias que permitam promover a melhoria contínua da qualidade do serviço prestado e a satisfação dos clientes;
- f) Conceba e implemente políticas de recursos humanos orientadas para a valorização do indivíduo, para o fortalecimento da motivação e para o estímulo ao aumento de produtividade e satisfação das trabalhadoras e dos trabalhadores, num quadro de equilíbrio e rigoroso controlo dos encargos que lhes estão associados, compatível com a dimensão e especificidade das diversas atividades desenvolvidas;
- g) Implemente planos de ação, tendentes a promover a igualdade de tratamento e de oportunidades de género, a eliminar as discriminações e a permitir a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional (promoção da igualdade);
- h) Implemente políticas de inovação científica e tecnológica, promovendo e estimulando a investigação de novas ideias, novos produtos, novos processos e novas abordagens do mercado, em benefício do cumprimento da sua missão e da satisfação das necessidades coletivas e orientadas para a sustentabilidade económica, financeira, social e ambiental;
- i) Implemente e mantenha sistemas de informação e de controlo interno adequados à sua dimensão e complexidade, que cubram todos os riscos relevantes suscetíveis de auditoria permanente por entidades competentes para o efeito.

Orientações Estratégicas Específicas

O Conselho de Administração deverá, ainda, assegurar que a AdAM - Águas do Alto Minho, S.A., em linha com a política para o setor, implemente uma agenda de medidas orientadas para a consolidação e o recentrar da sua atuação, designadamente em:

- 1. Aprofundar a colaboração com os Municípios das áreas onde atua, através nomeadamente da:
 - 1.1. Identificação de alternativas de colaboração que permitam colocar as competências empresariais públicas ao serviço dos parceiros municipais;
 - 1.2. Adoção de medidas conducentes à participação dos parceiros municipais nas principais decisões, designadamente de investimento, alargamento ou diminuição do âmbito da atividade, revisão de tarifas e instrumentos de planeamento.
- 2. Promover o desenvolvimento regional, na linha da opção política para o setor da água, compatibilizando-o com a elevação da eficiência e a sua natureza empresarial, designadamente:
 - 2.1. Nas políticas de contratação de bens e serviços que promovam também o desenvolvimento das atividades económicas regionais.
 - 2.2. Na constituição e, ou participação em centros de competência funcionando em rede e em ambiente de interação, descentralizado e colaborativo, ajustado às realidades territoriais.

3. Assegurar elevada eficiência, a partir do reforço da natureza empresarial e incentivo aos seus quadros, alinhando-o com os desafios do setor, designadamente:
 - 3.1. Sistematização e otimização das rotinas operacionais, contribuindo para melhorar a afetação de recursos, através da elaboração ou revisão de planos de operação numa base comparável e consistente;
 - 3.2. Otimização do sistema de contabilidade de gestão e de indicadores de desempenho de atividades e entidades comparáveis, refletindo também a imputação decorrente dos planos de operação;
 - 3.3. Realização e participação em exercícios de avaliação e comparação de desempenho;
 - 3.4. Realização e implementação de plano de gestão de energia com certificação pela norma NP EN ISO 50001.
4. Assegurar uma efetiva e participada gestão de mudança, atentos os antecedentes e os desafios de mudança em presença, designadamente de natureza estrutural e cultural.
5. Assegurar a gestão das infraestruturas, tendo como referência a norma ISO 55001, conciliando um esforço de otimização com os desafios de preservação e resposta aos desafios das alterações climáticas e segurança, através designadamente:
 - 5.1. Definição da política de gestão de infraestruturas.
 - 5.2. Integração, nas principais decisões de gestão organizacional, das funções de conceção, construção e manutenção.
 - 5.3. Consolidação do conhecimento das infraestruturas.
 - 5.4. Consolidação dos sistemas de informação e avaliação.
 - 5.5. Integração com práticas de gestão de risco e de resposta às alterações climáticas.
 - 5.6. Integração consistente e coerente nos exercícios de planeamento económico e financeiro.
6. Assegurar um efetivo envolvimento da empresa na implementação de medidas de proteção ambiental multissetoriais.
7. Capitalizar as competências e capacidades disponíveis para a implementação de projetos nacionais.

2. O Enquadramento

A Envolvente

Contexto macroeconómico¹

A pandemia Covid-19 continuou a afetar profundamente a atividade económica em 2021, em Portugal e no resto do mundo. As medidas de contenção da crise de saúde pública e a atitude de precaução dos agentes económicos têm vindo a condicionar o crescimento do PIB. As projeções apresentadas assumem que as restrições irão manter-se. A ação das políticas monetárias, orçamentais e prudenciais foi decisiva na mitigação da crise, e continuará a desempenhar um papel fundamental na dinâmica de recuperação.

Global

A economia mundial prossegue uma trajetória de recuperação, embora os estrangulamentos persistentes do lado da oferta, a subida de preços das matérias-primas e o aparecimento da variante Ómicron do coronavírus (COVID-19) continuem a pesar sobre as perspetivas de crescimento no curto prazo. Em 2021, a recuperação da atividade económica e do comércio a nível mundial foi menos regular do que o anteriormente esperado.

O crescimento global para o ano 2021 estima-se em 5,9% e é esperado um crescimento de 4,4% para 2022 (3,8% para 2023) após um decréscimo global de 3,5% em 2020). Este exercício de projeção incorpora efeitos de restrições à mobilidade, encerramento de fronteiras e impactos sanitários decorrentes da propagação da variante Ómicron.

Entretanto, outros fatores adversos condicionaram a atividade e o comércio e exerceram pressões ascendentes sobre os preços. As tensões nas redes de produção mundiais intensificaram-se no decurso de 2021, tendo afetado sobretudo as economias avançadas de grande dimensão e o setor da indústria transformadora (especialmente a indústria automóvel). A turbulência no mercado imobiliário residencial da China e a maior restritividade da política monetária em algumas economias de mercado emergentes limitaram ainda mais a velocidade de recuperação. Por último, a subida dos preços das matérias-primas conduziu à acumulação de pressões inflacionistas em todo o mundo.

Espera-se que os estrangulamentos do lado da oferta comecem a atenuar a partir do segundo trimestre de 2022 e que se desvançam totalmente até 2023. A trajetória futura da pandemia continua a constituir o principal risco a afetar as projeções de referência para a economia mundial.

¹ Fontes: FMI World Economic Outlook, European Commission Economic Outlook, Boletim Económico do Banco Portugal, Projeções Macroeconómicas do Banco Central Europeu, Eurostat e INE.

Zona do Euro

A economia da área do euro continua a registar uma recuperação. O crescimento apresenta uma moderação, mas espera-se que a atividade recupere fortemente de novo no decurso deste ano. Prevê-se que a continuação da recuperação económica seja impulsionada por uma procura interna robusta. O mercado de trabalho está a melhorar, com mais pessoas empregadas e menos em regimes de manutenção de postos de trabalho. Tal apoia a perspetiva de um aumento do rendimento das famílias e do consumo. A poupança acumulada durante a pandemia também apoiará o consumo. A atividade económica apresentou uma moderação no último trimestre de 2021 e é provável que este crescimento mais lento se estenda ao início de 2022. Espera-se agora que, no primeiro trimestre de 2022, o produto ultrapasse o nível registado antes da pandemia.

Embora a crise da COVID-19 tenha continuado a pesar significativamente nas finanças públicas em 2021, as projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema mostram que o saldo orçamental segue já uma trajetória de melhoria. Tendo atingido um pico de 7,2% do PIB em 2020, estima-se que o rácio do défice tenha caído para 5,9% em 2021 e projeta-se que continue a cair para 3,2% em 2022, estabilizando depois disso num valor ligeiramente inferior a 2% no final do horizonte de previsão em 2024.

Espera-se que o crescimento registe uma forte recuperação ao longo de 2022. As projeções macroeconómicas elaboradas por especialistas do Eurosistema de dezembro indicam que o crescimento real anual do PIB se situará em 5,1% em 2021, 4,2% em 2022, 2,9% em 2023 e 1,6% em 2024.

A inflação registou nova subida, situando-se em 4,9% em novembro de 2021. Permanecerá acima de 2% durante a maior parte de 2022. Espera-se que a inflação permaneça elevada no curto prazo, mas que decresça no decurso de 2022. As projeções macroeconómicas de dezembro de 2021 elaboradas por especialistas do Eurosistema apontam para uma inflação anual de 2,6% em 2021, 3,2% em 2022, 1,8% em 2023 e 1,8% em 2024.

O Conselho do BCE considera que os riscos para as perspetivas económicas se apresentam globalmente equilibrados. As taxas de juro de mercado permaneceram globalmente estáveis desde a reunião de outubro do Conselho do BCE. A criação de moeda na área do euro aumentou em outubro de 2021, refletindo uma maior incerteza relacionada com a pandemia de COVID-19 e medidas de apoio em termos de políticas.

Portugal

De acordo com as previsões do Instituto Nacional de Estatística (INE) e do Banco de Portugal, os principais indicadores económicos para 2021 são os seguintes:

	Estimativa 2021	Ano 2020
Taxa crescimento Produto Interno Bruto	4,8%	-8,4%
Taxa crescimento Consumo Privado	5,0%	-7,1%
Índice Harmonizado de Preços ao Consumidor	0,9%	-0,1%
Taxa de desemprego	6,6%	7,0%
Taxa de juro OT 10 Anos	0,30%	0,42%

Neste enquadramento, projeta-se um crescimento do PIB de 4,8% em 2021, seguida de um crescimento de 5,8% em 2022, seguido de um ritmo de expansão mais moderado em 2023 e 2024, 3,1% e 2,0%, respetivamente. A recuperação da atividade traduz-se num aumento do emprego e numa redução da taxa de desemprego para níveis inferiores aos pré-pandemia. A inflação aumenta em 2021 e 2022, para 0,9% e 1,8%, respetivamente, fixando-se em 1,1% e 1,3% nos dois anos seguintes, com um perfil muito influenciado pela evolução dos preços dos bens energéticos. A inflação excluindo bens energéticos aumenta gradualmente ao longo do horizonte de projeção, situando-se em 1,5% em 2024.

A evolução da atividade é condicionada no curto prazo por uma nova vaga da pandemia na Europa e pelos problemas nas cadeias de fornecimento globais. A reintrodução de medidas restritivas para conter a pandemia, incluindo sobre a mobilidade internacional, a par do aumento da incerteza, terá impacto sobre o ritmo de recuperação, em particular dos serviços relacionados com o turismo. Adicionalmente, assume-se que as perturbações nas cadeias de fornecimento globais, que se têm refletido na escassez de matérias-primas e outros bens e num aumento dos seus custos, se dissipam a partir da segunda metade de 2022.

A trajetória projetada de crescimento económico é suportada pela manutenção de condições financeiras favoráveis e por maiores recebimentos de fundos da União Europeia. O Produto Interno Bruto (PIB) retoma o nível pré-pandemia na primeira metade de 2022, mas no final do horizonte permanece abaixo da tendência projetada antes da ocorrência da pandemia. O crescimento médio do PIB em Portugal no período de 2022-24 é de 3,6%, o que compara com uma projeção do Eurosistema de 2,9% para a área do euro.

As condições monetárias e financeiras na área do euro deverão permanecer favoráveis. O balanço do BCE em percentagem do PIB da área do euro fixou-se em cerca de 70% no terceiro trimestre de 2021, 30 pp acima do valor pré-pandémico, o que está largamente associado ao programa temporário de aquisição de ativos devido à emergência pandémica (PEPP – pandemic emergency purchase programme). As taxas de juro de curto prazo aumentam ligeiramente a partir de 2023, mas mantêm-se muito baixas. A taxa de juro implícita na dívida pública portuguesa permanece em torno de 2% no horizonte de projeção.

3. O Setor

O setor a nível mundial²

A água está no centro do desenvolvimento sustentável, constituindo um recurso para todos. Este mesmo pressuposto está no centro do Objetivo 6 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento, que defende o acesso universal e equitativo à água potável e ao saneamento até 2030.

Não apenas para fazer frente às alterações climáticas, servindo como elo entre a sociedade e o meio ambiente, a água é essencial para o desenvolvimento socioeconómico, para a produção de energia e alimentos e para a construção de ecossistemas saudáveis. Em suma é crucial para a sobrevivência das espécies.

Todavia, a escassez deste bem tem tendência para se agravar até 2050. Este facto decorre não só do aumento da população mundial, como da procura cada vez maior dos segmentos industrial e doméstico, sobretudo nas economias emergentes.

Significa, portanto, que é urgente promover o equilíbrio entre a oferta e disponibilidade deste recurso e a procura e necessidade das comunidades, em todo o mundo.

Paralelamente, o recurso água não pode ser visto isoladamente do saneamento, na medida em que, conjuntamente são vitais para a melhoria da saúde das populações, sobretudo através da redução a carga global de doenças, para a educação e para a produtividade e crescimento económico das regiões.

Aqui chegados, convém ter em mente que, três em cada dez pessoas não têm acesso a água potável, mais de 2 mil milhões vivem em países com um elevado nível de "stress" hídrico e que cerca de 4 mil milhões de pessoas passam por uma grave escassez de água potável durante, pelo menos, um mês do ano. Estes são factos indelmentáveis a que acrescem outros.

Apesar de, nas últimas décadas, se ter assistido a uma melhoria em alguns indicadores, de que é exemplo, a redução para metade do número de pessoas no mundo sem acesso a uma fonte melhorada de abastecimento de água, ainda se constata que, apenas, cerca de um quarto da população nos países considerados pobres tem acesso a serviços de saneamento adequados.

Mesmo nas regiões desenvolvidas, apesar de existir acessibilidade, os serviços são caracterizados por má gestão, financiamento desadequado e baixos níveis de investimento. Com efeito, poucas empresas no setor cobrem o nível de custos de operação e são poucas as que conseguem fazer face ao serviço da dívida.

Paralelamente, é urgente criar resiliência nos sistemas que possam resistir aos eventos climáticos cada vez mais comuns e extremos, sem descurar a fragilidade patente em regiões com níveis de escassez de água.

² Fonte: <http://www.worldbank.org>; <http://oecdoobserver.org>; <https://iwa-network.org/>; <https://unic.org/pt/>

Todos estes desafios, para além de muito difíceis, são acompanhados e por vezes exponenciados pelas incertezas das políticas económicas adotadas nas várias geografias do mundo.

Como já mencionado, continua a ser com este diagnóstico, que o World Bank Water Global Practise, através do novo Plano Estratégico lançado em 2019 e na prossecução da meta do ODS6, baseada na sustentabilidade dos recursos hídricos, na acessibilidade e na resiliência dos sistemas, assumiu medidas que passam por: i) a transformação de acordos políticos em regras vinculativas; ii) o garante da distribuição dos serviços de água e saneamento de forma equitativa; iii) o exercício de normas internacionais do trabalho elaboradas pelos governos pelo empregadores e pelos trabalhadores); e iv) o estabelecimento de instrumentos de soft-law (resoluções, comentários gerais, princípios, diretrizes e códigos de conduta) que possam influenciar o desenvolvimento do direito internacional e incentivar as organizações não-governamentais (ONGs) a promover a participação ativa do público nestas matérias – já que se verifica que se tornam cada vez mais influentes na formulação de políticas.

Para além do referido, e porque é globalmente aceite que a solução/resolução passa não só pela tecnologia, mas também pelas pessoas e pelos processos. Sendo este sector abundante em dados, mas com muitas lacunas informação. O esforço neste âmbito é o compromisso das partes interessadas, no sentido de descobrir que tipo de informação se pretende e, conseqüentemente quais os dados necessários para produzir a mesma.

Em termos tecnológicos, um dos principais focos é a instrumentação, que instalada e implementada de forma adequada permite a correta operação e manutenção dos sistemas e com isso obter qualidade na informação.

A pandemia COVID19

A pandemia do COVID-19 levantou questões para o setor de abastecimento de água e saneamento globalmente. A velocidade e a extensão da propagação da pandemia fizeram com que as respostas a essas perguntas urgissem. Embora as operadoras forneçam os serviços num contexto nacional, as preocupações e os insights científicos e operacionais são relevantes além-fronteiras.

A Associação Internacional da Água (IWA) convocou uma Task Force de seus membros logo no início de 2020, para fornecer ao setor um ponto de referência oficial em relação às questões científicas e operacionais relevantes.

Apoiada por informações e contribuições fornecidas pelas concessionárias, a Task Force da IWA COVID-19 preparou orientações sobre as lições aprendidas durante a pandemia da COVID-19. O objetivo da orientação foi capturar as melhores práticas, para que as lições aprendidas pudessem ser implementadas durante as próximas fases de pandemia. Também ficou evidente que a experiência adquirida, permitirá às entidades operadoras dotar e aumentar a sua capacidade de resposta face a outras circunstâncias desafiadoras futuras.

Para além do referido, vários exemplos surgiram a nível mundial.

- A EurEau - Federação Europeia das Associações Nacionais dos Serviços de Água, que representa 70 mil entidades gestoras e meio milhão de profissionais do setor da Água, reagiu através da criação

duma plataforma específica para troca de informações entre países permitindo, numa fase inicial, agilizar decisões essenciais ao sector, o que possibilitou uma reação eficaz.

- A Assembleia Geral da EurEau reuniu periodicamente para fazer a comparação e partilha de dados sobre o estado de cada país a nível do abastecimento de água, tratamento de águas residuais e o impacto financeiro nas operações da Entidades Gestoras; ou
- A delineação de trabalho em rede com os Comités Especializados da EurEau (EU1 - Água para Consumo Humano, EU2 - Águas Residuais, e EU3 - Economia e Legislação), que contam com a contribuição de elementos de cariz técnico dos vários países, entre os quais membros das Comissões Especializadas da APDA, de forma, a criar pontes e canais entre as diversas organizações.

As conclusões à data obtidas é que o setor da água no quadro europeu respondeu de uma forma eficaz, não se verificando anomalias significativas nos serviços, de que Portugal constitui um exemplo.

No universo do Grupo AdP merece especial referência a parceira estabelecida pela AdP Internacional com o Banco Mundial no projeto "Covid Just-in-Time", iniciativa que procura apoiar entidades gestoras de abastecimento e saneamento na resposta à emergência no contexto da pandemia de Covid-19, incluindo no seu âmbito um quadro de referência para a elaboração de Planos de Emergência de Operadores dos Serviços de Água e o apoio a operadores de diferentes países, principalmente em África e na América Latina.

O abastecimento e o saneamento em Portugal³

Em Portugal, o setor caracteriza-se pela existência de um grande número de intervenientes: ao nível da administração, a entidade reguladora e as entidades da Administração Central, e na gestão dos sistemas incluem-se os Municípios, as associações de municípios, as empresas municipais e intermunicipais, as empresas públicas (nomeadamente as concessionárias), as empresas privadas concessionárias e as empresas privadas prestadoras de serviços de gestão.

O setor das águas é de capital-intensivo e com períodos longos de recuperação do investimento. Com efeito, o elevado investimento necessário numa fase inicial, apenas permite o respetivo retorno, através da suavização das tarifas praticadas, ao longo do período de vida útil das infraestruturas. É, portanto, um facto que a redução dos períodos de retorno dos investimentos implicaria o aumento das receitas anuais, o que traria impactos significativos nas tarifas a praticar aos utilizadores finais.

Fonte <http://www.ersar.pt/pt>; <https://www.apambiente.pt>; Diário da República, 1.ª série, IWA COVID-19 Task Force - International Water Association (iwa-network.org); <https://www.apda.pt/pt/noticia/3204/disponivel-sessao-gravada-de-a-pandemia-covid-19-e-o-abastecimento-de-agua>

Em Portugal, o grau de maturidade do setor garante a cada vez maior disponibilidade destes serviços em todo o território, acompanhada da melhoria da qualidade a preços acessíveis para as populações.

Tabela 3 - Evolução do setor de águas em Portugal

Panorama Nacional	
Abastecimento de Água	Saneamento de Águas Residuais
§ 9,7 milhões de habitantes servidos	§ 8,7 milhões de habitantes servidos com drenagem
§ 96% de alojamentos servidos	§ 86% de alojamentos servidos
§ 186 litros: consumo médio diário de água por habitante	§ 8,7 milhões de habitante servidos com tratamento
§ Tarifa média ponderada: 0,5519€/m ³	§ 86% de alojamentos servidos com tratamento
§ Indicador água Segura em Portugal Continental (alta): 99,53%	§ 1,9 milhões de m ³ de águas residuais tratadas diariamente
	§ Tarifa média ponderada: 0,5393€/m

Dados RASARP 2021 - ERSAR

O ano de 2021 foi marcado pelo fim do período temporal do Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais para Portugal continental, no período 2014 – 2020: PENSAAR 2020 – Uma Nova Estratégia para o Setor de Abastecimento de Águas e Saneamento de Águas Residuais.

Este plano estratégico promovia, junto das populações, o acesso a um serviço público de água e saneamento de qualidade, adequado às necessidades, com custos socialmente aceitáveis, no quadro legal comunitário e nacional e no enquadramento da política europeia em inovação para o setor.

Com o término do Plano foi criado um grupo de trabalho para proceder à elaboração de um novo plano estratégico, para o período de 2021-2030, que passará a incluir no seu âmbito para além do abastecimento de água e a gestão de águas residuais a gestão de águas pluviais- Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030).

Os modelos de gestão e de organização dos serviços de abastecimento de água, saneamento de águas residuais encontram-se previstos em diplomas legais que se elencam e que consagram os regimes jurídicos da gestão e exploração dos sistemas de base municipal, multimunicipal e de parceria entre o Estado e as autarquias locais.

- Decreto-Lei n.º 319/94, de 24 de dezembro: estabelece o regime jurídico da construção, exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação e tratamento de água para consumo público, quando atribuídos por concessão, e aprova as respetivas bases. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação.
- Decreto-Lei n.º 162/96, de 4 de setembro: consagra o regime jurídico da concessão da exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de recolha, tratamento e rejeição de efluentes. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 195/2009, de 20 de agosto que procedeu à sua republicação;
- Lei n.º 88-A/97, de 25 de julho: regula o acesso da iniciativa económica privada a determinadas atividades económicas. Com a última redação dada pela Lei n.º 35/2013, de 11 de junho;
- Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril: estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão de sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos;

- Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto: estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos. Com a última redação dada pela Lei n.º 12/2014, de 6 de março;
- Portaria n.º 34/2011, de 13 de janeiro: estabelece o conteúdo mínimo do regulamento de serviço relativo à prestação dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais e de gestão de resíduos urbanos aos utilizadores;
- Decreto-Lei n.º 92/2013, de 11 de julho: define o regime de exploração e gestão dos sistemas multimunicipais de captação, tratamento e distribuição de água para consumo público, de recolha, tratamento e rejeição de efluentes e de recolha e tratamento de resíduos sólidos. Com a última redação dada pelo Decreto-Lei n.º 72/2016 de 4 de novembro;
- Despacho n.º 4385/2015, de 30 de abril: aprovou a estratégia para o abastecimento de água e o saneamento de águas residuais, para Portugal continental no período 2014-2020, designada por "PENSAAR 2020 – Uma nova estratégia para o setor de abastecimento de águas e saneamento de águas residuais";
- Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2019, de 1 de julho: aprova o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050.
- A Resolução do Conselho de Ministros n.º 80/2017, de 7 de junho, criou a Comissão Permanente de Prevenção, Monitorização e Acompanhamento dos Efeitos da Seca (Comissão Permanente da Seca), que vem desenvolvendo os respetivos trabalhos com vista à antecipação dos efeitos da escassez de água e à construção de pistas de solução de resiliência para lhe fazer face.
- Despacho n.º 5316/2020, de 7 de maio: Cria o grupo de trabalho do plano estratégico para o setor de abastecimento de água e gestão de águas residuais e pluviais, para o período de 2021-2030 (GT-PENSAARP 2030).

No contexto da Pandemia, Portugal em linha com a União Europeia adotou um conjunto de medidas no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional. De entre estas medidas destacam-se as de apoio à tesouraria das empresas, que se espera apresentem consequências positivas ao nível da manutenção do emprego e dos rendimentos, como forma de tentar sustentar a procura interna e manter a economia em funcionamento.

Inserem-se também nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito em que se inserem as atividades do Grupo AdP. No dia 22 de março de 2020, o Senhor Ministro do Ambiente e da Ação Climática determinou a forma como os serviços essenciais devem ser assegurados neste período (Despacho 3547-2020).

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, foi determinado que as entidades e empresas gestoras dos sistemas deveriam definir as equipas necessárias para assegurar a

continuidade e a ininterruptibilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

No sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19), foram emitidas orientações pela ERSAR, que as entidades gestoras tiveram de implementar.

O Grupo AdP

O Grupo AdP é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. Detido maioritariamente pelo Estado, constitui-se como instrumento empresarial para a concretização de políticas públicas e de objetivos nacionais nestes domínios do setor do ambiente, visando promover a universalidade, a continuidade e a qualidade do serviço, a sustentabilidade do setor e a proteção dos valores ambientais.

O Grupo atua em todas as fases do ciclo urbano da água, desde a captação, o tratamento, o transporte e distribuição de água para consumo público, à recolha, transporte, tratamento e rejeição de águas usadas, urbanas e industriais, incluindo a sua reciclagem e reutilização. Através das suas empresas, tem uma presença alargada no território continental, prestando serviços a cerca de 80% da população portuguesa.

No âmbito do PENSAAR 2020 e do programa do XXI Governo Constitucional, foi efetuada a reestruturação do setor das águas, que passou pela reversão das agregações dos sistemas multimunicipais de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais existentes, criadas ao abrigo dos Decretos-Leis n.º 92/2015, 93/2015 e 94/2015, de 29 de maio. Assim, nos termos dos Decretos-Leis n.º 16/2017 de 1 de fevereiro e 34/2017 de 24 de março, o Grupo Águas de Portugal passou a integrar quatro novas sociedades gestoras de sistemas multimunicipais de água e de saneamento de águas residuais.

A 31 de dezembro de 2020, o Grupo era constituído por 19 empresas, das quais 13 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e de tratamento de águas residuais.

O Grupo trabalha em estreita colaboração com os municípios na construção de soluções de agregação de operações em baixa aplicando o seu know-how no sentido promover soluções mais eficientes e com preços mais justos de abastecimento e saneamento às populações.

O ano de 2021 continuou marcado pela Pandemia. Já desde 2020 que o Grupo se preparou, quer no âmbito dos Planos de Contingência, quer nos planos operacionais e de emergência para a gestão dos riscos e das contingências inerentes a este tipo de situação, tendo garantido o abastecimento de água e o tratamento das águas residuais de forma segura e fiável.

Em todas as empresas estão desenvolvidos e implementados Planos de Contingência no âmbito da infeção pelo novo coronavírus, elaborados de acordo com a Orientação n.º 006/2020 de 26/02/2020, da Direção Geral da Saúde e integrando medidas excecionais de gestão de risco para garantir a segurança e a fiabilidade dos serviços de abastecimento de água e tratamento de águas residuais.

A gestão da energia e a redução de encargos associados constituiu uma das prioridades estratégicas do Grupo AdP no quadro da promoção de níveis de eficiência que garantam a ecoeficiência e a sustentabilidade das suas operações de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.

Neste âmbito, destaca-se o Programa ZERO com o qual o Grupo AdP visa reduzir os consumos energéticos e aumentar fortemente a produção própria de energia 100% renovável, tendo por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030. A efetiva concretização deste programa, deverá permitir ao Grupo posicionar-se como dos primeiros, de dimensão internacional, a atingir a neutralidade energética em todas as suas atividades nacionais e internacionais a nível mundial.

No âmbito da implementação das medidas e ações estabelecidas no Plano de Eficiência e de Produção de Energia (PEPE) do Grupo AdP, tem-se efetivado a redução da potência contratada mínima nas infraestruturas das empresas participadas, resultando numa redução significativa na fatura da energia elétrica consumida.

Em 2021, a frota operacional do Grupo AdP renovou a certificação energética ao abrigo do programa Move+ da ADENE. Neste âmbito, a frota operacional do Grupo, que integra viaturas movidas a combustível convencional e 100% elétricos, alcançou a classe de eficiência energética B, numa escala de F (menos eficiente) a A (mais eficiente). A estratégia de descarbonização do Grupo prevê que se alcance em 2030 a classe energética A.

Ainda integrado no Programa Zero a AdP assinou a 22 de dezembro um protocolo de cooperação colaboração com vista ao aproveitamento de antigas áreas mineiras ambientalmente remediadas para produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis.

O Grupo AdP é subscritor do compromisso “Business Ambition for 1.5°C” da *United Nations Global Compact*, que visa reduzir as emissões de gases com efeito de estufa e contribuir para a sustentabilidade do planeta, iniciativa que reforça o seu empenho na transição para uma economia de baixo carbono.

Em 2021 o Grupo AdP subscreveu o manifesto “Rumo à COP26” agora assinado por mais de 80 empresas-membro do BCSD Portugal, no âmbito da 26.ª Conferência das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas (COP26) que decorreu de 31 de outubro a 12 de novembro de 2021 em Glasgow.

O desenvolvimento das suas capacidades e competências no mercado nacional permitiu a expansão internacional do Grupo AdP, atuando como montra das vantagens competitivas que Portugal detém no setor do ambiente e desenvolvendo projetos de assistência técnica e parceria em diferentes países.

A energia no Grupo - Preços e consumos

Em 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (de 33,99 €/MWh em 2020), tendo as cotações no OMIE atingido valores máximos históricos, em particular ao longo do 2.º semestre.

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia no mercado ibérico nos anos de 2020 e 2021.

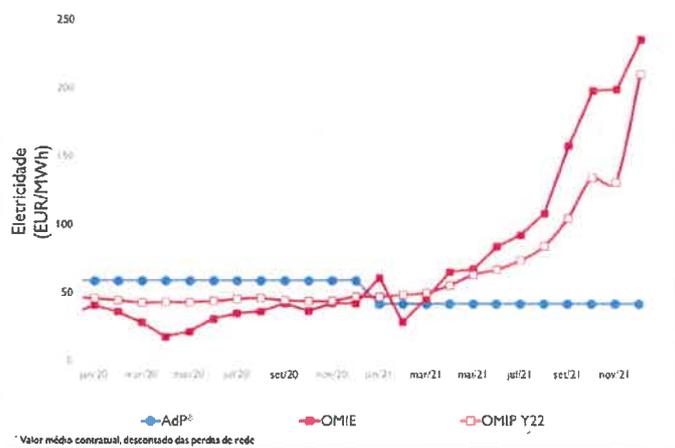


Figura 7 - Evolução do preço de energia nos mercados ibéricos

Analisando as componentes que influenciam o preço da energia, destacam-se o aumento quase exponencial do preço do gás natural (+364,7%) e o aumento da cotação média do CO₂ (+116,0%), que atingiram valores máximos históricos de 138,48 EUR/MWh e de 89,00 EUR/ton CO₂ para as cotações do gás natural e do CO₂, respetivamente.

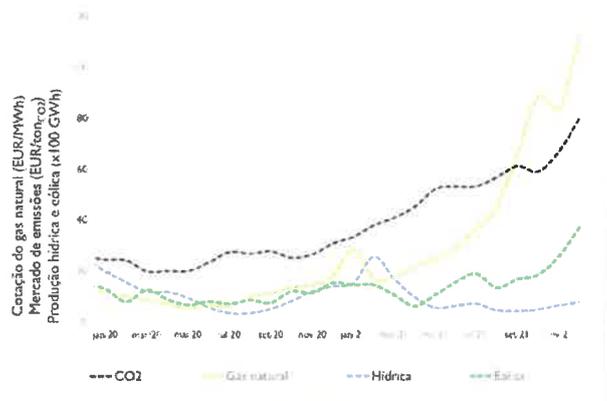


Figura 8 - Cotação de gás natural e cotação média de CO₂

Este aumento da cotação da eletricidade no mercado ibérico foi acompanhado nos mercados diários europeus, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação	Cotação média	
	média em 2021 €/MWh	em 2020	2021/ 2020
Portugal	111,99	33,99	229,5%
Alemanha	96,85	30,47	217,8%
França	109,17	32,20	239,0%

A variação dos preços da energia elétrica no mercado de futuros (OMIP), para fornecimento em 2022, teve um ritmo semelhante, apresentando-se no quadro seguinte as variações ocorridas em Portugal, Alemanha e França.

Variação da cotação média da energia elétrica (mercado diário)	Cotação	Cotação média	
	média em 2021 €/MWh	em 2020	2021/ 2020
Portugal	90,04	44,51	102,3%
Alemanha	90,15	43,67	106,4%
França	96,68	46,09	109,8%

No ano de 2021, o consumo nacional foi de 49.512 GWh, superior em 1,4% face a 2020. De notar que 2020 foi o ano com menor consumo da década em resultado do confinamento provocado pela pandemia do Covid-19.

O consumo foi satisfeito em 59,7% com produção de origem renovável, ligeiramente superior aos 59,0% verificados em 2020. Comparativamente ao ano anterior, a produção hídrica foi de -4,8% - e o índice de produtividade hidroelétrica foi de 0,93 (-4,1% face a 2020) - e a produção de energia eólica foi de +7,1%.

A produção térmica, entre 2020 e 2021, apresentou um decréscimo de 11,6% no gás natural e um decréscimo de 18,2% na cogeração, também a produção com base em carvão reduziu em 67,5%, sendo de apenas 1,4% a sua importância no consumo de 2021. Recordar-se que em 2022 todas as centrais a carvão existentes em Portugal interromperam a produção de energia elétrica.

O saldo com o exterior foi importador em 9,6% do consumo, superior ao verificado em 2020, 3,0%. Em termos meteorológicos, a temperatura média de 2021 foi de 15,67° C, inferior em 0,55° C relativamente a 2020, o que terá aumentado as necessidades de consumo por aquecimento.

No preço da eletricidade para os consumidores (no caso das empresas do Grupo AdP) tem impacto relevante as Tarifas de Acesso a Redes (TAR), fixadas pela ERSE, na qualidade de entidade reguladora, onde, a par dos custos de operação das redes a cargo dos respetivos operadores, são incluídos os custos de política energética, ambiental ou de interesse económico geral (CIEG), nomeadamente, a recuperação do défice tarifário e as convergências tarifárias regionais.

De acordo com a ERSE, em 2021 as TAR subiram apenas nos fornecimentos em baixa tensão (+6,2%). Em 2022 as TAR terão uma redução muito significativa: -94,0% em AT e MT, -65,6% em BTE e -52,2% em BTN.



AdAM R&C 2021 38 de 202
F. Machado



Esta diminuição das TAR, para todos os níveis de tensão, resulta do facto dos CIEG (Custo de Interesse Económico Geral) se traduzirem em 2022 num benefício para o sistema.

Em 2020, o Grupo celebrou um contrato de fornecimento de eletricidade em AT, MT e BTE - para 2021 e 2022 - com uma redução média de -30,7% face ao contrato vigente em 2020, tirando partido da forte descida das cotações dos mercados elétricos ocorrida em março de 2020.

O ano de 2021 ficou marcado por uma subida ímpar dos preços de energia, o que impediu o sucesso da contratação antecipada do Grupo com um preço base exigente, que se materializou em 2 processos de concurso, obrigando ao lançamento de um terceiro concurso sem preço base, mas apenas por um ano, de que resultou o atual valor contratualizado (+163,7% face ao contrato terminado em 2021).

Em resultado das fortes alterações do custo da energia de mercado entre 2020 e 2022, fruto de uma redução acentuada em AT, MT, e BTE no fornecimento em 2021 e 2022 (obtido através de concurso de compras centralizadas que teve como inovação apresentar preço base) e de um aumento em BTN no fornecimento para 2022, acompanhado da forte redução das TAR em 2022, prevê-se que a fatura elétrica do Grupo se reduza em 33,58 milhões de euros entre 2020 e 2022 (-44,9%).

O consumo de energia elétrica no Grupo AdP

Sendo o consumo de energia elétrica indissociável da atividade das empresas do Grupo Águas de Portugal, constitui uma parcela substancial nos custos das entidades gestoras de abastecimento de água e/ ou de saneamento de águas residuais, com um peso muito significativo no FSE e com uma repercussão direta nas tarifas praticadas nos serviços de água e saneamento.

O ano de 2021 foi caracterizado por uma pressão inflacionista, associado ao aumento do consumo originado pelas poupanças acumuladas, à evolução dos preços das matérias-primas e da energia, com estrangulamentos nas cadeias de abastecimento na sequência da reabertura das economias. A partir de meados de 2021 essa evolução acentuou-se, e foi mais evidente para o preço do gás natural, que no mês de dezembro de 2021 registou um valor médio 999,0% superior ao valor médio registado do ano de 2020. Este aumento deve-se sobretudo às restrições à importação de gás proveniente da Rússia, acompanhado de baixas reservas de gás natural na Europa. No conjunto do ano de 2021, o preço do gás natural registou um aumento de 364,7%, comparando com o valor médio registado no ano anterior. Também as cotações do mercado de emissões sofreram um aumento significativo no segundo semestre. Em resultado, no ano de 2021 a cotação média da eletricidade em Portugal no mercado grossista ibérico (OMIE) foi de 111,99 €/MWh (tendo sido 33,99 €/MWh em 2020).

A figura seguinte traduz a evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE, o preço do futuro de energia para 2022 (OMIP Y22) e a curva dos contratos de fornecimento de energia celebrados pelo Grupo AdP ao longo dos anos de 2020, 2021 e 2022.



AdAM R&C 2021 39 de 202
F. Machado

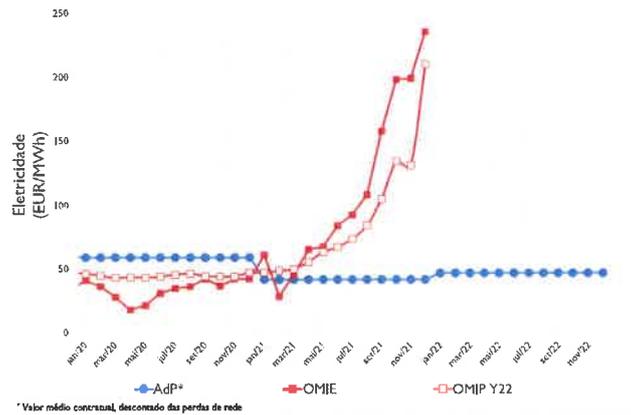


Figura 9 - Evolução do preço da energia nos mercados ibéricos OMIE

Refira-se que, com base nos dados de faturação (quase finais), os consumos elétricos do Grupo AdP reduziram entre 2021 e 2020, cifrando-se neste ano em 736,37 GWh (-1,3% do que em 2020).

Destes, 710,07 GWh foram consumidos a partir da rede elétrica (RESP), que corresponde a -1,6% do que em 2020 e 26,30 GWh a partir de autoconsumo gerado a partir de fontes endógenas e renováveis (+7,8% do que em 2020). Este valor de 710,07 GWh resulta do fornecimento dos comercializadores de 708,12 GWh e do fornecimento pela REN no âmbito do projeto piloto de Reserva de Regulação de 1,95 GWh.

A figura seguinte apresenta o consumo da RESP do Grupo AdP em 2021 por nível de tensão: 22,0% em alta tensão (AT), 68,0% do consumo é em média tensão (MT), 3,8% em baixa tensão especial (BTE) e 6,2% em baixa tensão normal (BTN).

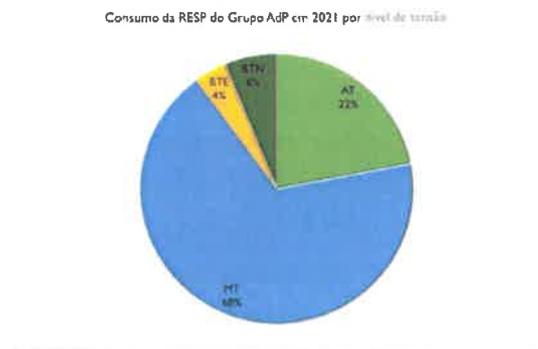


Figura 10 - Consumo da RESP do Grupo AdP

No ano de 2021 merece destaque a produção própria de energia, seja para injeção na rede elétrica seja para autoconsumo. Os dados de 2021 apontam para uma produção de 36,60 GWh/ano (+2,5% face a 2020). Em termos de autossuficiência energética, o Grupo AdP atingiu cerca de 5,0% do seu consumo total de energia (foi de 4,8% em 2020).




Registo ainda para a produção de energia para venda à RESP que, em 2021, totalizou 10,30 GWh (-8,8% do que em 2020).

Em termos gerais, o saldo com a RESP do Grupo AdP em 2020 foi de 699,77 GWh, que representa uma variação de -1,5% do que em 2020, em que o saldo foi de 710,30 GWh.

Em termos de emissões de CO₂, a produção própria de energia possibilitou uma redução de 8.858 toneladas, o que representa um aumento de -282 toneladas face a 2020 (+-3,1%).

Em termos nacionais e relativamente a 2021, o Grupo AdP é um dos maiores consumidores de energia do país (representando 1,5% do consumo total de energia elétrica a partir da RESP), e o maior em termos de pontos de ligação à rede.

O Grupo AdP tinha, a 31 de dezembro de 2021, 6.513 pontos de ligação à RESP (9 em Alta Tensão, 999 em Média Tensão, 384 em Baixa Tensão Especial e 5.121 em Baixa Tensão Normal), o que representa um crescimento de +0,9% face a 2020 (+60 novos pontos de ligação). Refira-se que dos pontos de ligação à rede, 6.239 registaram consumos durante o ano de 2021, representando 95,8% ativos.

Em termos do segmento Estado, o Grupo AdP é o maior consumidor público nacional, quer em pontos de ligação quer em consumo de energia elétrica.

A fatura com a energia elétrica, com todos os encargos, atingiu em 2021 os 61,67 milhões de euros (-18,0% do que em 2020), que corresponde a cerca de -13,53 milhões de euros face aos gastos registados no ano anterior, resultado conjugado da redução do preço médio de compra de energia (-17,3%) e da diminuição do consumo da RESP (-1,6%).

Em termos de custo unitário de energia para as empresas do Grupo AdP (energia + TAR + impostos + outros), o valor médio global em 2021 foi cerca de 86,60 €/MWh (foi de 104,70 €/MWh em 2020), correspondendo a uma redução média de -17,3% face a 2020, representando o custo de aquisição de energia 51,1% (versus 60,1% em 2020).

Os valores médios de aquisição de energia nos mercados foram de 44,41 e 62,32 €/MWh, para 2021 e 2020, respetivamente (-28,7%).

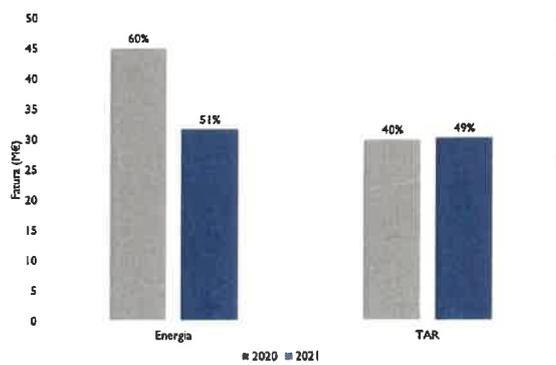


Figura 11 - Valores médios de aquisição de energia

Para o ano de 2022 (o Grupo AdP tem contratada o fornecimento de energia até 31 de dezembro de 2022 para todos os níveis de tensão) o valor médio deverá situar-se em torno dos 57,38 €/MWh (versus 86,60 €/MWh em 2021 e 104,7 €/MWh em 2020), representando uma redução face a 2021 de -33,7%, maioritariamente influenciado pela descida das tarifas de acesso a redes; a combinação da descida do preço da energia de mercado verificada entre 2021 e 2020 e a descida das tarifas de acesso a redes entre 2022 e 2021 representa uma redução do preço médio do Grupo AdP entre 2022 e 2020 de -45,2%.

Os valores estimados para 2022 tiveram como base a atual estrutura de consumos das empresas do Grupo AdP pelo que eventuais alterações no perfil terão efeitos no preço médio da energia por empresa e no Grupo.

Existe uma correlação direta entre os consumos e a atividade; refira-se que os dados apurados até à presente data apontam para um volume de caudais fornecidos de água para consumo humano e caudais tratados de águas residuais, que geram despesas com consumo de energia elétrica, de 1.235,3 milhões de m³ (+1,2% do que em 2020), sendo diferenciada entre as atividades, uma vez que se registou um aumento de +1,3% nos caudais de água (680,5 versus 671,5 milhões de m³) e um aumento de +0,9% nos caudais de saneamento (554,8 versus 549,6 milhões de m³).

Assim, os dados preliminares globais do consumo específico apontam para uma variação de -9,5% face a 2020 (0,5961 kWh/m³ em 2021, versus 0,6590 kWh/m³ em 2020), estimando-se que seja de 0,6654 kWh/m³ e de 0,5111 kWh/m³ para o abastecimento de água e saneamento de águas residuais, respetivamente.

Uma nota para o consumo de energia da mobilidade elétrica. Em 2021, os 128 veículos 100% elétricos que integram a frota de serviço do Grupo AdP percorreram mais de 2,1 milhões de km, tendo evitado o consumo de mais de 176 mil litros de combustíveis de origem fóssil e que representa uma redução de 593 barris equivalentes de petróleo. Em termos de energia primária, a redução foi de -57,4% (-86,47tep), e o consumo elétrico foi de 299 MWh.

Em termos de emissões de CO₂, a redução alcançada face aos veículos com motor térmico foi de -395 toneladas (-84,5%).

Apesar do aumento do consumo de energia por via do uso de viaturas elétricas estar dependente do aumento do seu número, que se espera vir a acontecer gradualmente ao longo dos próximos anos, o seu efeito será sempre mais relevante na redução das emissões de gases com efeito de estufa e na redução do consumo de combustíveis de origem fóssil do que no aumento do consumo de energia elétrica.

No ano de 2021 a frota automóvel do Grupo AdP (1.421 veículos) consumiu cerca de 2,8 milhões de litros de combustíveis (gasóleo e gasolina) e que representa uma variação de 11,1% face a 2020 – primeiro ano da pandemia e em que foram consumidos 2,50 milhões - e uma variação de -2,9% face a 2019 (onde se consumiram 2,9 milhões de litros de combustível), o que representa em termos médios um consumo global de 7.579 l/dia (em 2020 o consumo médio diário foi de 6.803 l/dia, tendo sido de 7.806 l/dia em 2019).

O consumo de combustíveis em 2021 correspondeu a um gasto total da ordem de 3,0 milhões de euros (sem IVA incluído) que representa uma variação de +25,1% face a 2020 (2,381 milhões de euros, sem IVA incluído)



AdAM R&C 2021 42 de 202

F. Machado



e de 4,4% face a 2019 (2,856 milhões de euros, sem IVA incluído). Este aumento da fatura de combustíveis deve-se a dois fatores: aumento do número de quilómetros percorridos e ao aumento do preço médio dos combustíveis.

Refira-se que, de acordo com a ENSE – Entidade Nacional para o Sector Energético - entidade responsável pela constituição, gestão e manutenção das reservas estratégicas nacionais de petróleo e produtos petrolífero – e comparando os valores de dezembro de 2021 com os valores de dezembro de 2020, verificou-se um aumento do preço médio de venda ao público de 29,2 cents/l (+22,7%) para o gasóleo e de 28,0 cents/l (+19,4%) para a gasolina.

Já no Grupo AdP, o preço médio de aquisição de combustíveis aumentou face ao ano anterior: +9,1% no gasóleo e de 7,9% na gasolina.

Em termos de distâncias, a frota automóvel do Grupo AdP percorreu em 2021 cerca de 33,5 milhões de km (o que representa cerca de 836 vezes o perímetro da Terra).

A estratégia do Grupo AdP

Como se sabe, o Grupo AdP – Águas de Portugal é o principal grupo empresarial português com atividade nos domínios do abastecimento de água e do saneamento de águas residuais. E paralelamente é o maior consumidor público de energia elétrica.

Deste modo, percebe-se a significativa dimensão - económica, social e ambiental - que a energia elétrica assume no desenvolvimento da sua normal atividade, sem desconsiderar o significativo impacto que os riscos associados à volatilidade e tendências do mercado energético europeu e mundial induzem ou podem induzir no equilíbrio dos seus negócios.

Pelos fatores e ajustamentos a que o mercado está sujeito e que o condicionam – efeitos dos preços de outras energias e dos preços de CO2 nos mercados, bem como das alterações legislativas, nacionais e comunitárias - e sobre os quais não é possível estimar o seu efeito no preço da energia elétrica nos mercados, a que se soma a experiência adquirida no Grupo AdP pelo acompanhamento continuado dos mercados, a estratégia mais sustentável deverá passar necessariamente pela implementação de medidas e ações que induzam a:

- Redução dos consumos, em resultado da implementação de medidas de gestão operacional, estruturais e outras, promovendo a eficiência energética das infraestruturas;
- Redução dos gastos, melhorando ainda mais o processo de compra, otimizando níveis de tensão, reduzindo potências contratadas, eliminando energia reativa, ajustando o perfil de consumo de energia da rede em função dos períodos tarifários e ciclos de funcionamento, por via de uma gestão eficiente da energia;
- Aumento da produção própria de energia para autoconsumo, por via do aproveitamento do potencial endógeno (em particular potenciando a produção de biogás e a correspondente cogeração e tirando partido de quedas piezométricas existentes para instalação de microhídricas)

e de fontes renováveis (solar fotovoltaico e eólico), potenciando uma redução do consumo de energia da rede e, por consequência, diminuindo a dependência dos mercados.

Não pode deixar de ser tido em consideração numa estratégia os compromissos internacionais que Portugal assumiu, em particular o de atingir a neutralidade carbónica até 2050, enquanto contributo para as metas globais e europeias assumidas no Acordo de Paris.

Esses compromissos obrigaram o país a definir objetivos exigentes para o país no âmbito de diferentes políticas públicas, as quais estão plasmados nos documentos seguintes:

- O Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), e
- O Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030).

E naturalmente, o Grupo AdP – enquanto grupo público da área do ambiente - está obrigado a desenvolver políticas que contribuam decisivamente para o cumprimento das obrigações que Portugal se comprometeu a nível internacional, em particular ao nível da neutralidade energética e carbónica.

E sendo o maior consumidor público de energia elétrica, entende-se a dimensão que uma estratégia bem delineada e exequível terá para as metas e objetivos nacionais.

Apesar dos esforços na redução dos consumos de energia elétrica, através da implementação de medidas/ações de eficiência energética, e do incremento na produção própria de energia registada nos últimos anos, sem a realização de um programa com fortes e decisivos investimentos nas áreas da eficiência energética e da produção de energia renovável, o Grupo AdP não conseguiria superar os valores de autossuficiência energética registados em 2020 (5%).

Desta forma, o Grupo AdP desenvolveu o Programa ZERO, assente na redução de consumos de energia nas infraestruturas de abastecimento de água, de saneamento de águas residuais e de outras instalações não operacionais e no forte aumento da produção própria de energia 100% renovável, principalmente para autoconsumo. Com este programa o Grupo pretende atingir a neutralidade energética até 2030, sendo o primeiro grupo mundial do setor da água a implementar um projeto que vise a neutralidade e autossustentabilidade energética.

O Programa prevê um mix integrado de produção, considerando sistemas baseados em solar fotovoltaica, eólica, hídrica (condutas de água e de águas residuais, entradas de reservatórios, barragens) e de cogeração com recurso ao biogás, com aproveitamento elétrico e térmico, promovendo a maximização do autoconsumo.

O facto de ser unanimemente aceite que, para o cumprimento das estratégias definidas no âmbito das políticas públicas referidas anteriormente, se devem concentrar na década 2021 a 2030 os maiores esforços de redução de emissões de GEE, levou a que o Grupo AdP o considerasse como o período crítico para o seu desenvolvimento e, por conseguinte, alinhasse o seu modelo de negócio com a trajetória de neutralidade carbónica assumida por Portugal.



AdAM R&C 2021 44 de 202
Fechado

O Programa ZERO irá desenvolver-se em 2 períodos de investimento (2021 a 2025 e 2026 a 2030), diferenciando-se do seguinte modo:

- Período 1 - Eficiência energética e instalações de produção de energia em infraestruturas com maior autoconsumo, e
- Período 2 – Outras instalações de produção de energia, tirando partido do potencial de recursos endógenos disponíveis no território.

O investimento previsto no Programa ZERO do Grupo AdP é de 363 milhões de euros, respeitando não só à implementação de medidas de eficiência energética e produção de energia renovável, mas envolvendo também investimentos na digitalização orientada para a gestão integrada dos consumos.

Paralelamente ao desenvolvimento do Programa ZERO, o Grupo Águas de Portugal tem em curso o Programa NEUTRO, com vista à quantificação e redução das emissões de GEE do Grupo Águas de Portugal. Um dos objetivos deste Programa é o desenvolvimento de uma ferramenta que oriente e suporte a elaboração periódica de um inventário que constitua a base física dos inventários anuais de Gases com Efeito de Estufa (GEE) do Grupo AdP e das suas empresas.

Após o desenvolvimento desta ferramenta será implementado um conjunto de medidas com vista à redução das emissões do Grupo.

4. A Regulação

Enquadramento regulatório

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo prestam serviços no setor das águas, através das atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, que podem incluir para além dos efluentes domésticos, efluentes industriais ou pluviais. Este setor é regulado e está sujeito à intervenção da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (ERSAR) nos termos definidos na Lei n.º 10/2014, de 6 de março, no que diz respeito à regulação económica, regulação da qualidade de serviço, da interface com o utilizador, exercendo ainda a ERSAR a atribuição de autoridade competente para a coordenação e a fiscalização do regime da qualidade da água para consumo humano.

No que diz respeito à regulação ambiental, as entidades gestoras estão ainda sujeitas à intervenção da Agência Portuguesa do Ambiente.

Os serviços prestados assentam nos princípios da defesa do interesse público, do caráter integrado dos sistemas, da eficiência produtiva, que pressupõe a adequada recuperação dos gastos associados à provisão dos serviços, e da prevalência da gestão empresarial, alinhados com as políticas públicas e os planos estratégicos sectoriais nacionais.

As entidades gestoras que integram o Grupo atuam de acordo com vários modelos de gestão (concessionada ou delegada) e nos segmentos "alta" (EPAL; sistemas multimunicipais (SMM), AdSA e parceria Estado-Autarquias) e "baixa" (EPAL, AdSA e parceria Estado-Autarquias) da cadeia de valor do setor das águas.

Regulação económica

As entidades gestoras pertencentes ao universo do Grupo estão sujeitas à regulação económica por parte da ERSAR e regem-se igualmente pelo disposto nos respetivos diplomas constituintes e estatutários, bem como de acordo com os respetivos contratos de Parceria e de gestão. Estes contratos dispõem quanto às obrigações mínimas do serviço público, ao plano de investimentos, às regras de cálculo tarifário e à remuneração contratual.

A intervenção da ERSAR em matéria económica junto destas entidades gestoras encontra-se delimitada, consoante se trate de uma entidade gestora de um sistema de titularidade estatal (EPAL, SMM e AdSA), para quem a ERSAR fixa as tarifas e os rendimentos tarifários, quando aplicáveis, e para os sistemas de titularidade municipal (parceria Estado-Autarquias), para quem a ERSAR verifica a conformidade das tarifas e dos tarifários com as disposições contratuais e verifica a conformidade com o regulamento tarifário, quando este existir. Para todas as entidades supervisiona os demais aspetos económicos e financeiros.

Com a publicação da Lei n.º 75-B/2020, de 31 de dezembro, ocorreram alterações aos estatutos da entidade reguladora em matéria tarifária.

Nos SMM, para além da fixação de tarifas e rendimentos tarifários, quando aplicável, a ERSAR define cenários de eficiência produtiva e aprova o valor dos desvios de recuperação de gastos (DRG) que as entidades gestoras dos sistemas multimunicipais registam nas respetivas contas do exercício.

Em 2021, o Grupo AdP manteve a sua representação nos dois órgãos de consulta específicos (Conselho Consultivo e Conselho Tarifário) constituídos nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março.

O Grupo AdP manteve também durante o ano de 2021 a sua participação no âmbito das consultas públicas e ao setor promovidas pela ERSAR, bem como em diversos trabalhos desenvolvidos por esta entidade com impactos materiais no desenvolvimento das atividades e na definição das tarifas e cenários de eficiência operacional e financeira. Destaca-se, a este propósito a participação na consulta ao setor relativa à proposta do Guia Técnico n.º 27 – Guia de avaliação da qualidade dos serviços de águas e resíduos prestados aos utilizadores – 4ª geração do sistema de avaliação em novembro de 2021.

Durante 2021, realizaram-se trabalhos conducentes à revisão tarifária para o segundo período tarifário dos SMM cujos contratos assim o determinavam, perspetivando que os mesmos se concluam até 31 de dezembro de 2022, conforme estabelecido no Decreto-lei n.º 124/2021, de 30 de dezembro.



AdAM R&C 2021 46 de 202
Finalizado

AdAM

A AdAM que é um sistema municipal, exerce, através de contrato de gestão, as atividades de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais em “baixa”, celebrado no contexto de parcerias entre o Estado e as autarquias.

Esta parceria rege-se pelo disposto nos Decretos-Leis n.ºs 90/2009, de 9 de abril, e n.º 194/2009, de 20 de agosto, nos contratos de parceria e de gestão outorgados, bem como na demais legislação e regulamentação.

A AdAM está sujeita a regulação da ERSAR, nos termos da Lei n.º 10/2014, de 6 de março, e à supervisão da Comissão de Parceria – entidade criada ao abrigo do contrato de parceria outorgado, constituída por representantes do Estado e por representantes das autarquias, cuja missão é exercer os poderes de direção, fiscalização e supervisão dos municípios sobre o sistema municipal gerido neste regime.

As tarifas em “baixa”, nos termos do contrato de gestão, que compreendem uma componente fixa e uma componente variável, são estabelecidas a preços constantes e por períodos quinquenais. A atualização das tarifas é efetuada anualmente nos termos dos respetivos contratos. À Comissão de Parceria está atribuída a responsabilidade de aprovar estas tarifas e à ERSAR a responsabilidade pela emissão de parecer não vinculativo.

A AdAM é regulada por gastos eficientes aceites, que incluem os gastos operacionais de exploração e manutenção do seu sistema, as amortizações do investimento líquidas de subsídios, os gastos financeiros líquidos de rendimentos financeiros, os impostos sobre o rendimento e a adequada remuneração dos capitais próprios.

Durante 2021, as tarifas aplicadas na faturação pela AdAM, foram objeto de análise e de emissão de parecer por parte da ERSAR e aprovadas pela Comissão de Parceria.

O contrato de parceria gera a mesma remuneração contratual que os contratos de Parceria dos SMM.

O contrato da AdAM estabelece que têm direito ao registo e à recuperação dos DRG gerados, por via tarifária, calculados pela diferença entre o resultado líquido gerado e a remuneração contratual dos capitais próprios para o ano.

Em 31 de dezembro de 2021, estavam registados nas contas cerca de 10,3 milhões de euros de DRG de natureza deficitária, decorrente da atividade da AdAM.

Regulação da qualidade do serviço

A AdAM está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço.

A intervenção da ERSAR em matéria de qualidade de serviço resulta de uma avaliação que é aferida anualmente através de um conjunto de indicadores e em que os resultados desta avaliação são parte integrante do Relatório Anual dos Serviços de Águas e Resíduos em Portugal (RASARP).

A informação individual da avaliação da qualidade do serviço realizada pela ERSAR é disponibilizada no sítio da internet da AdAM.

Regulação da qualidade da água para consumo humano

A AdAM que presta atividade de abastecimento público de água está incumbida, essencialmente, de garantir, sob a fiscalização das entidades competentes, o controlo da qualidade da água para consumo humano, de acordo com os parâmetros legais e regulamentares aplicáveis.

Nos termos do Decreto-Lei n.º 306/2007, de 27 de agosto, a AdAM deve elaborar anualmente o Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA), e submeter para aprovação da ERSAR, cabendo a esta entidade coordenar e a fiscalizar a respetiva implementação.

No cumprimento da legislação, a AdAM implementa o PCQA, sendo as situações de incumprimento dos valores paramétricos comunicadas às entidades competentes.

Os resultados do controlo da qualidade da água realizado pela AdAM são também incluídos no RASARP.

O PCQA de 2021 da AdAM foi aprovado pela ERSAR no mês de dezembro. No âmbito deste PCQA, em 2021 foram efetuadas 9.516 análises, sendo que foram detetados 104 incumprimentos aos valores paramétricos, o que evidencia um bom desempenho da empresa, com uma percentagem de cumprimento de 98,89%, o que face a 2020, estes resultados refletem uma melhoria de desempenho, dada a redução de 15% das situações de incumprimentos

O volume 2 do RASARP com os resultados da qualidade da água para consumo humano, cuja data de referência é 31 de dezembro de 2020, foi divulgado pela ERSAR em setembro de 2021.

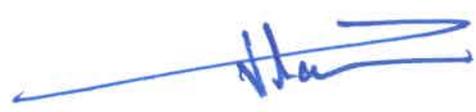
Em 2021, a AdAM continuou a implementar as orientações emitidas pela ERSAR, no sentido de garantir a proteção da saúde pública, prevenir a disseminação da doença e proteger os/as trabalhadores/as envolvidos nas operações dos serviços de abastecimento de água e saneamento de águas residuais, assim como definir os procedimentos associados ao controlo da qualidade da água para consumo humano em cenário de pandemia provocada pelo SARS-CoV-2 (Covid-19).

Regulação da interface com o utilizador

A AdAM está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador.

Os pedidos de informação e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de água são analisados pela entidade reguladora. Para esse efeito a AdAM dispõe de livro físico de reclamações. Adicionalmente é disponibilizado o livro de reclamações eletrónico no sítio da internet da AdAM.

Durante o ano de 2021 a AdAM deu resposta a cerca de 11 mil reclamações, não existindo à data de 31 de dezembro nenhuma reclamação fora de prazo de resposta.



AdAM R&C 2021 48 de 202
Finalizado

O Negócio

Introdução

A AdAM - Águas do Alto Minho, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos criada no âmbito do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril, que veio possibilitar um novo modelo de gestão dos serviços públicos de abastecimento de água e de saneamento, permitindo um modelo de gestão delegada assente numa parceria entre o Estado e as Autarquias Locais. Este novo modelo de gestão possibilita uma integração territorial dos sistemas municipais no sentido da maximização de economias de escala, bem como a integração dos sistemas de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais urbanas, de forma a maximizar economias de gama.

Em 11 de janeiro de 2019, foi celebrado o Contrato de Parceria pública entre o Estado Português e os Municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira que criou o Sistema de Águas do Alto Minho, doravante designado Sistema. Neste seguimento, foi formalizado, em 22 de julho de 2019, o Contrato de Gestão entre o Estado, os mencionados Municípios e a A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A., na qualidade de Entidade Gestora da Parceria (EGP), à qual foi cometida a exploração e a gestão, em regime de parceria, dos serviços de águas relativos ao Sistema.

Água e Saneamento em Baixa

A partir do início da atividade operacional (1 de janeiro de 2020), a Águas do Alto Minho, S.A., passou a integrar a exploração e a gestão, em regime de exclusivo, dos serviços de águas nos sete Municípios que integram a Parceria do Alto Minho (Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira), nos termos do estabelecido no Contrato de Gestão, no Contrato de Parceria e na legislação aplicável.

De acordo com o Contrato de Gestão, a AdAM tem por objetivo garantir a qualidade, a continuidade e a eficiência dos serviços públicos de águas, a par da proteção da saúde pública, do bem-estar das populações, da universalidade e igualdade do acesso aos serviços públicos por parte dos utilizadores finais, da solidariedade económica e social, da proteção do ambiente e da sustentabilidade económica e financeira do setor, contribuindo ainda para o desenvolvimento regional.

A AdAM está incumbida, essencialmente, da realização das seguintes missões de interesse público:

- a) Assegurar de forma regular, contínua e eficiente, o abastecimento de água para consumo público e o saneamento de águas residuais urbanas;
- b) Assegurar a conceção, a construção e a exploração, nos termos dos respetivos projetos, das infraestruturas necessários à distribuição de água para consumo público e, quando aplicável, à

captação e tratamento de água para essa finalidade, e à recolha de águas residuais urbanas, bem como, quando aplicável, ao respetivo tratamento e rejeição;

- c) Assegurar a reparação e a renovação das infraestruturas referidas na alínea anterior, nelas se incluindo as cedidas pelos municípios, de acordo com as exigências técnicas e o respeito dos parâmetros sanitários aplicáveis;
- d) Controlar os parâmetros sanitários da água distribuída e dos efluentes tratados,
- e) Assegurar a qualidade do serviço prestado e o atendimento aos utilizadores finais;
- f) Implementar medidas de prevenção e contingência para garantia dos recursos hídricos e promover sinergias entre os diferentes sistemas de abastecimento de água, em articulação com outras entidades, públicas ou privadas, tendo em conta uma avaliação de risco prévia.

5. A Sustentabilidade

Enquadramento

A água é um recurso essencial à existência da vida no nosso planeta e ao desenvolvimento sustentável, com importância transversal no quadro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 e assumindo um papel cada vez mais destacado no quadro da urgência da ação climática.

O Grupo AdP tem a Sustentabilidade no seu ADN e prossegue uma missão de serviço público, com uma visão de longo prazo, assente num modelo organizacional robusto e numa cultura ética forte, sustentando a sua atuação num compromisso com a melhoria do capital natural e humano e em benefício das populações atuais e das gerações futuras.

A profunda transformação que ocorreu em Portugal nas últimas décadas no setor do abastecimento de água e do saneamento veio elevar o padrão de qualidade e a cobertura destes serviços, estabelecendo e promovendo condições de saúde pública, de desenvolvimento económico e coesão regional e de preservação do ambiente.

Através das nossas empresas de base regional e integrando a sustentabilidade nos alicerces da estratégia de gestão e como instrumento potenciador da criação de valor para todos os nossos *stakeholders*, também elevámos progressivamente o nosso contributo para a concretização dos ODS.

Na gestão da água o trabalho nunca está terminado e sobressai, em especial neste setor de serviços públicos essenciais, a enorme responsabilidade de antecipar cenários, avaliar riscos, desenvolver soluções e agir consequentemente.

Assim, cientes da responsabilidade que nos é dada pela nossa missão e por sermos o grupo empresarial com maior impacto na vida dos portugueses, reforçamos a nossa capacidade de resposta aos desafios acrescidos associados às alterações climáticas, ao controlo da poluição e à proteção da saúde humana e do ambiente.



AdAM R&C 2021 50 de 202

F. Machado



Assumimos a nossa quota-parte de responsabilidade em ambos os planos da ação climática: no que respeita à adaptação, dando ênfase à resiliência dos sistemas, ao estabelecimento de um modelo de economia circular que promova a eficiência hídrica, a reciclagem da água e a valorização de outros subprodutos de elevado valor ecológico e ainda à sensibilização para o valor da água e para o seu uso eficiente.

Quanto à mitigação, temos por objetivo atingir a neutralidade energética em 2030, através do programa ZERO, que envolve todas as empresas e atividades do Grupo e integra a redução dos consumos energéticos e o forte aumento da produção própria de energia 100% renovável.

A nossa estratégia de sustentabilidade até 2025 está apresentada no relatório de sustentabilidade consolidado do grupo Águas de Portugal.

A AdAM, no âmbito da sustentabilidade empresarial desenvolveu a política e definiu a estratégia de compromisso com um serviço de qualidade à comunidade, respeito ao meio ambiente e desenvolvimento sustentável. Neste sentido, a Empresa compromete-se a assegurar os serviços essenciais de abastecimento público de água e de saneamento de águas residuais, em simbiose com o ambiente, os recursos naturais e restantes partes interessadas, promovendo as condições de trabalho adequadas aos seus colaboradores.

Em 2021, a Empresa definiu os processos e procedimentos internos do Sistema de Gestão de Qualidade, Ambiente e Segurança e Saúde no Trabalho, visando a implementação da melhoria contínua e uma Sustentabilidade Ambiental coesa, com implementação de ações concretas ao nível da segurança e do ambiente, tendo implementado os serviços de gestão de resíduos, limpeza de instalações, medicina no trabalho e distribuição de fardamento, equipamento de proteção individual e coletiva.

Face ao cenário de pandemia pelo novo coronavírus COVID-19, e visando a prevenção e redução dos riscos para a saúde dos trabalhadores e a continuidade das atividades, foi elaborado e implementado e atualizado o Plano de Contingência para COVID-19 face a situação atual.

Destacamos os principais acontecimentos ocorridos em 2021, associados à SEAI:

- Elaboração e submissão do Plano de Igualdade de Género para 2022 na plataforma do CITE, bem como acompanhamento do Plano de Igualdade de Género para 2021, em colaboração com a área dos Recursos Humanos e da Comunicação e Imagem e Educação Ambiental;
- Implementação e acompanhamento dos serviços de segurança e saúde no trabalho, que integra a medicina no trabalho e o acompanhamento médico aos postos de trabalho, para avaliação de riscos;
- Manutenção e verificação dos equipamentos de segurança contra incêndio;
- Elaboração e submissão das medidas de autoproteção das lojas de atendimento à Autoridade Nacional de Proteção Civil;
- Implementação do procedimento de higienização do vestuário de trabalho;
- Implementação da segurança e vigilância das instalações, assegurando a vigilância humana na sede e a videovigilância das restantes instalações;
- Avaliação de perigos e risco de segurança e saúde no trabalho em todas as infraestruturas;

- Identificação e levantamento das necessidades para implementação das medidas corretivas nas instalações;
- Implementação do plano de vacinação;
- Atualização do plano de contingência à COVID-19 e do plano de regresso à nova normalidade, face às atualizações das orientações da DGS e dos novos requisitos legais;
- Disponibilização e apoio na realização dos testes rápidos de antígeno à COVID-19, disponibilização de equipamentos de meios de proteção em todas as instalações (gel desinfetante e máscaras);
- Avaliação dos trabalhadores à exposição de ruído e vibrações;
- Apoio na implementação de medidas de segurança nas ETAR de Freixo e na ETAR da Queijada;
- Registo, participação e acompanhamento dos acidentes de trabalho;
- Consulta aos trabalhadores em matéria de segurança e saúde no trabalho;
- Acolhimento e formação em matéria de qualidade, ambiente e segurança;
- Implementação e acompanhamento dos Serviços de consultoria, auditoria e formação;
- Realização de auditoria interna de qualidade, ambiente e segurança e saúde no trabalho;
- Avaliação da conformidade legal em matéria de qualidade, ambiente e segurança e saúde no trabalho;
- Reporte da informação à Entidade Reguladora do Serviço de Águas e Resíduos para avaliação da qualidade dos serviços prestados ao utilizador final;
- Avaliação de perigos e aspetos ambientais;
- Licenciamento de 5 ETAR e transmissão do título de Utilização de Recursos Hídricos de 14 captações;
- Reporte à Agência Portuguesa do Ambiente o autocontrolo dos títulos de utilização de recursos hídricos (ETARs e Captações) e dos volumes de captação e rejeição para efeito de pagamento das TRH;
- Implementação e acompanhamento dos serviços de gestão de resíduos;
- Acompanhamento dos serviços de limpeza das instalações.

A AdAM está sujeita à intervenção da ERSAR em matéria de interface com o utilizador. Assim, em 2021, submeteu à ERSAR o tarifário ao utilizador final e as reclamações efetuadas pelos utilizadores dos serviços de águas, registadas no livro de reclamações em formato físico, para análise pela entidade reguladora. Para esse efeito, a AdAM disponibiliza livros físicos de reclamações em todas as instalações de atendimento ao público, bem como o encaminhamento para o livro de reclamações eletrónico, no sítio da internet da AdAM.

O Relatório de Sustentabilidade da Águas do Alto Minho, SA, está integrado no Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP, e pretende evidenciar as estratégias adotadas e a adotar, o grau de cumprimento das metas fixadas e o relato das boas práticas implementadas.

Indicadores de Sustentabilidade

Âmbito	Indicador	GRI	Designação	Valor	Unidade	
SÍMBIOSE COM O AMBIENTE						
AA	Ind5001	102-7	Caracterização das Empresas de Abastecimento	Comprimento total de condutas	3 831	km
				Captações de água subterrânea	178	n.º
				Captações de água superficial	-	n.º
				Estações elevatórias de abastecimento	47	n.º
				Estações de tratamento de águas - ETA	-	n.º
				Outras instalações de tratamento	43	n.º
				Reservatórios	142	n.º
				Ramais de ligação	99 907	n.º
AR	Ind5002	102-7	Caracterização das Empresas de Saneamento	Comprimento total de coletores	1 602	km
				Estações de tratamento de água residual - ETAR	27	n.º
				Fossas sépticas coletivas	-	n.º
				Sifões	-	n.º
				Estações elevatórias de saneamento	187	n.º
				Emissários submarinos	-	n.º
				Ramais de ligação	57 427	n.º
				Ind5155	-	Água bruta
	-		Água bruta importada de entidades externas ao Grupo AdP	-	m3/ano	
	-		Água captada para efeito de processos industriais	-	m3/ano	
AA	Ind5012	303-3	Água captada por origem	Superficiais	0%	%
				Subterrâneas	100%	%
	Ind5014	-	Perdas reais de água	% perdas	40,20%	%
	Ind5169	102-7	Água produzida e água fornecida	Água produzida	1 152	Mm3/ano
				Água fornecida	8670	Mm3/ano
	Ind5156	-	Água residual tratada	-	534 887	m3/ano
AR	Ind5040	303-4	Águas residuais tratadas (pela empresa), por nível de tratamento	Tratamento preliminar	0%	%
				Tratamento primário	1%	%
				Tratamento secundário	85%	%
				Tratamento terciário	14%	%
				Desinfeção	14%	%
				Desinfeção	75 040	m3/ano
	Ind5016	303-4	Águas residuais tratadas rejeitadas:	-	534 887	m3/ano
	Ind5017	102-7, 303-4	Rejeição de águas residuais tratadas, por meio de descarga	Mar	0%	%
				Linha de água	98%	%
				Infiltração no solo	2%	%
	Ind5041	303-4	Descargas de águas residuais não tratadas, em situações de	Outros meios de rejeição	0%	%
	Ind5039	303-2, 303-4, 416-2	Análises de águas residuais realizadas e Cumprimento da licença de descarga	Volumes descarregados	2 781	m3/ano
Número de descargas				34	n.º	
	Ind5039	303-2, 303-4, 416-2	Análises de águas residuais realizadas e Cumprimento da licença de descarga	Análises de águas residuais realizadas	100%	%
				Cumprimento da licença de descarga	99%	%
				Análises realizadas à qualidade do efluente tratado, para controlo interno	1 118	n.º

6. Relação com os Stakeholders

A AdAM está consciente das suas responsabilidades enquanto entidade prestadora de um serviço de interesse público, pelo que interage com vários parceiros, os quais, direta ou indiretamente constituem partes interessadas no desempenho da sua atividade, como por exemplo, os Municípios, Fornecedores e Prestadores de Serviços, Clientes, Colaboradores, entre outros.

A AdAM identificou como principais *stakeholders* os grupos presentes na figura a seguir apresentada, para o cumprimento da sua estratégia e na execução das atividades necessárias para a obtenção dos objetivos definidos, nas diferentes vertentes que caracterizam as atividades de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais.



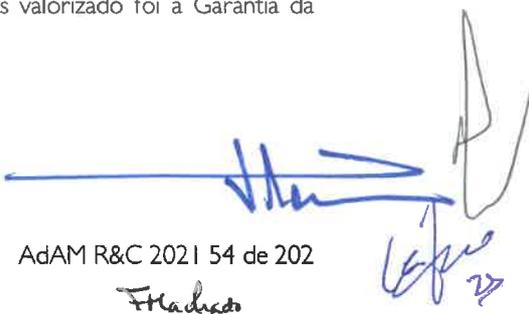
Figura 12 - Principais stakeholders da AdAM.

Na prestação destes serviços, contamos com o envolvimento de todos os trabalhadores, de uma extensa rede de fornecedores e de uma grande diversidade de parceiros. São estas as partes interessadas com quem nos relacionamos diariamente, de forma transparente e recíproca assente no princípio inerente ao “dever de prestar contas, de uma forma clara e aberta, a todos os que têm legítimo interesse em saber.” Também por isso, e porque valorizamos a sua opinião, pelo que a AdAM dispõe de um questionário desenvolvido pela Águas de Portugal encontra-se dividido em 4 áreas relacionadas com o desenvolvimento sustentável:

Ambiente	Qualidade da água, qualidade do ar, biodiversidade, eficiência energética, alterações climáticas, investigação e desenvolvimento.
Acionistas e Clientes	Governance (transparência, conduta, ética, rigor, stakeholders, privacidade de dados); Economia (sustentabilidade económico-financeira, criação de valor, economia local); Prestação de Serviços e Produto (qualidade do produto, eficiência da prestação de serviços, acessibilidade aos serviços de água e saneamento, relação com o cliente e fornecedores).
Trabalhadores	Formação, igualdade de oportunidades, segurança e saúde no trabalho, equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, diálogo social.
Comunidade	Sensibilização e educação ambiental, partilha de conhecimento, responsabilidade social, tarefas sociais.

Embora a participação tenha sido baixa, dado o ano de atividade da empresa, foi elaborado relatório com os aspetos relacionados com a sustentabilidade empresarial da Águas do Alto Minho, objeto da participação no questionário.

Em suma, após a análise dos questionários constatou-se que o aspeto mais valorizado foi a Garantia da qualidade do produto (água de abastecimento e água residual tratada).



AdAM R&C 2021 54 de 202
F. Machado

Deveres especiais de prestação de informação

A AdAM cumpre todas as obrigações legais, estatutárias e contratuais em matéria de divulgação de informação, de acordo com o princípio da transparência e assegurando o cumprimento dos deveres inerentes ao adequado relacionamento com o universo de *stakeholders*.

7. Gestão do Risco

A Águas do Alto Minho, S.A., e, em particular o seu Conselho de Administração, dedicam atenção a temáticas como o controlo interno, a gestão dos riscos, a fraude, a transparência da informação e fiabilidade do relato financeiro.

Tratando-se de preocupações transversais ao grupo AdP, no qual a AdAM se inclui, e por forma a possibilitar a existência de uma sistematização e adequada visibilidade do controlo interno existente nas empresas, em 2021 foi concluída a primeira fase do projeto de implementação do Sistema de Controlo Interno (SCI) do Grupo, assente na metodologia internacionalmente aceite do COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), por se considerar como um modelo adaptável à estrutura das empresas, por ser flexível para toda a entidade e para qualquer uma das suas unidades ou atividades de negócio e fiável na resposta que confere aos desafios existentes.

Este modelo permite uma correlação direta entre os objetivos que a organização tenta atingir ao nível das categorias (Operação, Reporte e Conformidade), e as cinco componentes (Ambiente de Controlo, Gestão de Risco, Atividades de Controlo, Informação e Comunicação e Monitorização de Atividades), que representam o que é necessário para concretizar os objetivos, na estrutura existente na empresa, conforme é visível abaixo.

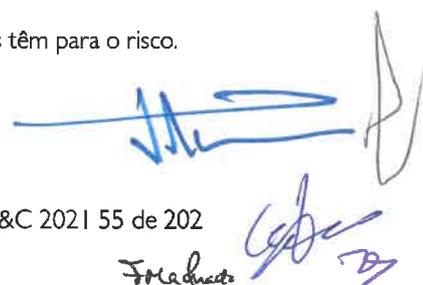


Figura 13 -Cubo do COSO

Ambiente de Controlo

Deve refletir a importância CI e estabelecer a disciplina e estrutura dos restantes elementos SCI. É o conjunto de regras, processos e estruturas que fornecem a base para a realização do CI na organização.

Define o espírito da organização, influenciando a consciência que os outros trabalhadores têm para o risco.



É a base de todas as restantes componentes do SCI.

Avaliação dos Riscos

Destinado a identificar, avaliar, acompanhar e controlar todos os riscos que possam influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela instituição, assegurar o seu cumprimento e que são tomadas as ações necessárias para responder adequadamente a desvios não desejados.

O risco é definido como a possibilidade de um evento ocorrer e afetar (positiva ou negativamente) a realização dos objetivos definidos pela organização.

Envolve um processo dinâmico e interativo para identificar e analisar os riscos que afetam a realização dos objetivos da organização, servindo de base ao entendimento de como os mesmos deverão ser geridos.

Devem ser definidos objetivos aos diferentes níveis da organização, de forma consistente e por categorias, para as operações, reporte e conformidade, com clareza suficiente para que seja possível identificar e analisar os riscos desses objetivos.

Atividades de Controlo

Atividades desenhadas para impedir ou reduzir o impacto adverso dos riscos. Atividades recorrentes de controlo do processo.

Atividades de controlo são ações estabelecidas por políticas e procedimentos que ajudam a assegurar que as diretivas da Administração para mitigar os riscos na concretização dos objetivos são realizadas.

As atividades de controlo são realizadas a todos os níveis da organização e em várias etapas do processo de negócio e sobre o ambiente tecnológico.

As atividades de controlo podem ser de natureza preventiva ou detetiva e podem abranger uma série de atividades manuais e automáticas, como autorizações e aprovações, verificações, reconciliações e análises de desempenho do negócio.

A segregação de funções é tipicamente incorporada na seleção e desenvolvimento de atividades de controlo. Quando a segregação de funções não é possível, a gestão deve desenvolver e implementar atividades de controlo alternativas.

Informação e comunicação

Instituído para garantir a captação, tratamento e troca de dados relevantes, abrangentes e consistentes, num prazo e de uma forma que permitam o desempenho eficaz e tempestivo da gestão e controlo da atividade e dos riscos da instituição.

A informação é necessária para a organização exercer as suas responsabilidades de CI em apoio à realização dos seus objetivos. A gestão obtém ou gera e usa informação relevante e de qualidade de fontes internas e externas, para apoiar o funcionamento do CI.

A comunicação é o processo contínuo que permite à equipa compreender as responsabilidades do CI e a sua importância para o atingimento dos objetivos. Pode ocorrer tanto interna como externamente e fornece à organização as informações necessárias para a execução dos controlos diariamente. A comunicação interna é o meio pelo qual a informação é disseminada em toda a empresa, fluindo em todos os sentidos e em toda a organização. Esta permite que todos os trabalhadores recebam uma mensagem clara da gestão de que as responsabilidades de controlo devem ser levadas a sério. A comunicação externa tem uma dupla finalidade: permite a entrada de informações externas relevantes e fornece informações a terceiros em resposta a requisitos e expectativas.

Monitorização de Atividades

É executado com vista a assegurar a adequação e a eficácia do próprio SCI ao longo do tempo, que garanta, nomeadamente, a identificação tempestiva de eventuais deficiências ou de oportunidades de melhorias.

Avaliações contínuas, pontuais/independentes ou uma combinação de ambas são usadas para determinar se cada uma das cinco componentes do CI, incluindo os controlos que efetivam os princípios dentro de cada componente, está presente e a funcionar.

As avaliações contínuas, incorporadas nos processos de negócio, nos diferentes níveis da organização, fornecem informações oportunas.

As avaliações pontuais/independentes, realizadas periodicamente, irão variar em âmbito e frequência, dependendo da avaliação do risco, da eficácia das avaliações contínuas e de outras considerações de gestão.

Os resultados são avaliados de acordo com os critérios estabelecidos pelos reguladores, órgãos normativos reconhecidos ou pela Administração e pelo Conselho de Administração e as deficiências são comunicadas, em tempo útil, à gestão e à Administração, conforme apropriado, sendo que as mais relevantes são comunicadas também ao Conselho de Administração.

No âmbito da primeira fase do projeto, em 2021 na AdAM foi dada continuidade ao mapeamento dos 15 processos iniciais, identificados os eventos de riscos e os controlos implementados na sua mitigação. Pese embora trabalho já desenvolvido, a conclusão do mapeamento da totalidade de processos apenas será concluída no início de 2022.

Tendo sido finalizada a revisão do Manual de Controlo Interno do Grupo AdP e das Métricas de avaliação do SCI definidas, por forma a melhor adequá-los à realidade das empresas do Grupo AdP e acomodar os conhecimentos adquiridos ao longo da implementação da primeira fase do projeto, prevê-se a sua aprovação na empresa no início de 2022, passando as MRC dos processos já mapeados, a fazer desde já, parte integrante do referido Manual de Controlo Interno.

Foi efetuada uma análise preliminar à maturidade do Controlo Interno da AdAM, através da sistematização das respostas obtidas nos questionários submetidos, de modo a identificar o nível de conhecimento e a sensibilidade a esta matéria.

No seguimento, encontra-se prevista a continuação da revisão conjunta com a AdP SGPS, das MRC dos processos já mapeados, de modo a identificar eventuais incoerências ou situações não identificadas, consolidar a informação sistematizada, melhorar os conteúdos e assegurar a sua aderência com a realidade dos processos mapeados.

Paralelamente, será efetuado um teste à avaliação das métricas de avaliação do sistema de controlo interno definidas, por forma a obter uma visão preliminar da situação dos respetivos sistemas de controlo interno;

Concluída a implementação do modelo, a avaliação das métricas estabelecidas, conjugada com os resultados dos testes aos controlos (nomeadamente os chave) obtidos através das auditorias de controlo interno a realizar anualmente, permitirão a obtenção de informação que possibilitará aferir se o as cinco componentes do controlo interno se encontram a operar de forma integrada, para proporcionar um nível de segurança razoável à Administração da AdAM sobre o desempenho do SCl.

Será promovida a sensibilização e formação sobre o controlo interno, visando assegurar uma monitorização permanente dos controlos implementados, por parte da empresa e nomeadamente dos responsáveis dos processos de negócio.

As alterações acima indicadas obrigarão ainda à revisão e ajuste do modelo de gestão de risco em vigor no Grupo e na Águas do Alto Minho, S.A., prevista para 2022, permitirão ao seu Conselho de Administração um maior enfoque da sua monitorização e análise nos riscos críticos identificados, inerentes à atividade e que resultam da sua operação diária.

A existência de um modelo de gestão do risco empresarial possibilita uma avaliação integrada do risco na empresa e um amadurecimento da sua cultura de risco, permitindo criar uma linguagem comum na definição e conceito de cada risco, a par do alinhamento dos objetivos com os riscos e respetivos controlos em vigor na empresa, a reduzir o risco de perda dos seus investimentos e ativos, e ajudar a garantir a fiabilidade das demonstrações financeiras e a conformidade com as leis e regulamentação.

A adequabilidade do SCl encontra-se alinhada com o modelo de gestão do risco, sendo ajustada sempre que, através da avaliação de risco, sejam identificados riscos enquadráveis num patamar considerado não aceitável, ou detetadas insuficiências ou falhas na análise dos controlos que lhe está subjacente.

O modelo de gestão do risco empresarial presentemente implementado no Grupo, também definido de acordo com a metodologia COSO, apresenta os riscos organizados segundo uma estrutura de classes e categorias definidas, conforme se observa em baixo:



Figura 14 - Modelo de risco empresarial implementado no Grupo

A avaliação dos riscos é efetuada na perspetiva da probabilidade de ocorrência e do impacto, considerando os respetivos riscos inerente e residual. Deste modo, procura-se aferir a eficácia do SCI instituído para manter o nível de risco num patamar considerado aceitável, em conformidade com a seguinte matriz:

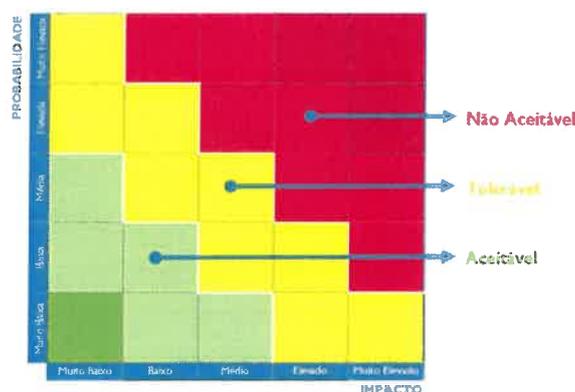


Figura 15 - Modelo de avaliação dos riscos

A avaliação dos riscos na perspetiva do impacto contempla as seguintes dimensões de análise:

- Financeira;
- Reputacional;
- Legal ou regulamentar; e
- Nível de alinhamento com os objetivos de negócio.

A perspetiva da probabilidade de ocorrência do risco é avaliada considerando igualmente um conjunto alargado de fatores, nomeadamente:

- Existência e eficácia de controlos;
- Ocorrência anterior do risco;
- Complexidade do risco; e
- Capacidade instalada para gerir o risco (pessoas, processos, sistemas).

[Assinaturas manuscritas]

A Auditoria Interna e Controlo de Risco é a Direção da AdP SGPS que tem por missão, a identificação dos riscos inerentes aos negócios do Grupo, a caracterização dos elementos-chave de controlo necessários para minimizar ou eliminar o seu impacto e a realização de testes de conformidade, para avaliar os resultados e de auditorias internas às empresas participadas em posição maioritária.

Reportando diretamente ao Conselho de Administração da AdP SGPS, tem reforçada a sua independência perante as administrações das empresas auditadas e está dotada de um adequado grau de autonomia na realização dos trabalhos, otimizando os recursos disponíveis e evitando a duplicação de estruturas.

No âmbito do processo de gestão do risco empresarial, os riscos relacionados com as classes governação, estratégia e planeamento, conformidade e reporte são tratados e monitorizados pela AdAM, sendo periodicamente apreciados pela AdP SGPS, na qualidade de acionista maioritário. A abordagem dos riscos da classe operacional e infraestrutura, além de ser assegurada pela AdAM e respetivos órgãos de gestão é complementada por estruturas centralizadas de acompanhamento e controlo da atividade do acionista maioritário, as quais têm como responsabilidade identificar e gerir os principais riscos.

Considerando a avaliação do risco efetuada em 2021, alguns dos principais riscos a que a AdAM se encontra exposta, são os seguintes:

- **R 234 – Concentração do poder digital:** Concentração de ativos, capacidades e/ou conhecimentos digitais críticos por um reduzido número de indivíduos na organização.
- **R 236 – Segurança da Informação:** Risco de perda de confidencialidade, integridade e disponibilidade dos sistemas de informação, decorrente de uma inexistente ou inadequada definição de políticas de segurança da informação.
- **R 344 – Perdas de abastecimento:** Risco de perdas de recursos hídricos ao longo da cadeia de abastecimento "em baixa", com conseqüente diminuição da capacidade de abastecimento e perdas financeiras, decorrente de avarias e falhas não detetadas atempadamente ou envelhecimento da infraestrutura.
- **R 345 - Risco de infiltrações no saneamento (afluências indevidas):** Risco de infiltrações ao longo da cadeia de saneamento, diminuição da capacidade de tratamento e perdas financeiras, por avarias e falhas não detetadas atempadamente, envelhecimento da infraestrutura e ausência de redes separativas.
- **R 354 – Clientes (onde se insere a baixa taxa de adesão aos serviços de AA e AR):** Risco de incumprimentos contratuais com clientes, com conseqüente perda financeira e degradação da imagem da organização, decorrente de uma ineficiente monitorização dos contratos e incumprimento do clausulado e risco de baixa taxa de adesão aos serviços de AA e AR.

Sempre que a avaliação de um risco se enquadre num patamar tolerável ou não aceitável, são elaborados, aprovados e adotados Planos de Tratamento do Risco como medida de mitigação, nos quais se identificam as ações corretivas a desenvolver, a estratégia de tratamento que estas consubstanciam (evitar, aceitar, reduzir ou partilhar o risco), a periodicidade de tratamento associada e o responsável e respetivo plano de implementação. Consoante a duração do período de tratamento definido, poderão ser definidas datas de

monitorização e os respetivos responsáveis, sendo o impacto das ações desenvolvidas aferido na avaliação subsequente efetuada.

8. A Atividade Operacional

No ano de 2021 consolidou-se a gestão da operação das redes de abastecimento de água e de drenagem de águas residuais domésticas.

O conjunto de infraestruturas transferidas dos Municípios para a AdAM perfazem, aproximadamente, 3.830 km de rede de abastecimento de água, 1.602 km de rede de saneamento de águas residuais e 600 infraestruturas e equipamentos.

Abastecimento de Água

Captação e Produção

O volume de água produzida em captações próprias em 2021 representou, aproximadamente, 7,3% da água entrada em sistema o que corresponde a 1,15 milhões de m³.

A água adquirida ao sistema em “alta” da Águas do Norte, S.A. foi de 14,6 milhões de m³, o que corresponde a 92,7% da água entrada no sistema.

Considerando o volume de água adquirido pela AdAM no ano de 2020 ao sistema em “alta” de 13,8 milhões de m³, verificou-se um acréscimo de 7% em 2021.

Tabela 4 - Volumes comprados e captados (m³)

AA	2021	2020	Δ	
Captações próprias	1 152 563	1 523 332	-370 759	-24%
Arcos de Valdevez	106 242	148 769	-42 527	-29%
Caminha	111 611	130 410	-18 799	-14%
Paredes de Coura	56 442	65 927	-9 485	-14%
Ponte de Lima	170 768	186 383	-15 615	-8%
Valença	299 260	490 618	-191 358	-39%
Viana do Castelo	0	0	0	0%
Vila Nova de Cerveira	408 240	501 215	-92 975	-19%
Águas do Norte, S.A.	14 624 343	13 788 493	835 850	6%
Captações + Compra AdN	15 776 906	15 311 825	465 091	3%

Distribuição

No ano de 2021 e, no que se refere à operação das redes de abastecimento de água, foi definido como objetivo da AdAM, a garantia de continuidade do serviço de abastecimento de água, a reparação célere de todas as roturas em condutas e ramais, comunicadas e detetadas e a gestão de pressões.

Durante o ano de 2021 foi realizada uma mudança de paradigma sendo a responsabilidade de deteção de fugas e infiltrações dos respetivos COP, com ações de CAP (controlo ativos de perdas), formação das equipas e disponibilização de informação dos CmN (caudais mínimos noturnos).

A tabela abaixo, reflete o número de Ordens de Trabalho concluídas na rede de abastecimento de água por Centro Operacional.

Tabela 5 - Ordens de trabalho concluídas em abastecimento de água por Centro Operacional (n.º)

Ordens de trabalho concluídas por Centro Operacional	2021	2020	Δ	
	AA	n.º	n.º	%
Centro Operacional Norte	5 119	2 869	2 250	78%
Centro Operacional Sul	6 504	4 208	2 296	55%
Centro Operacional Nordeste	2 558	4 049	-1 491	-37%
Total	14 181	11 126	3 055	27%

Em 2021 foram executadas 14.181 ordens de trabalho nas redes de abastecimento de água. No concelho de Viana do Castelo foram executadas 32% das Ordens de Trabalho, por outro lado no concelho de Paredes de Coura foram executadas 5% das Ordens de Trabalho.

Tabela 6 - Ordens de trabalho concluídas em abastecimento de água por Município (n.º)

Ordens de trabalho concluídas por município	2021	2020	Δ	
	AA	nº	nº	%
Arcos de Valdevez	910	651	259	40%
Caminha	1 412	1 090	322	30%
Paredes de Coura	768	479	289	60%
Ponte de Lima	2 989	2 607	382	15%
Valença	2 116	1 431	685	48%
Viana do Castelo	4 586	3 871	715	18%
Vila Nova de Cerveira	1 400	997	403	40%
Total	14 181	11 126	3 055	27%

No que concerne à deteção de fugas há uma evolução positiva no número de fugas detetadas.

Tabela 7 - Deteção de fugas por COP (Centro Operacional) (n.º)

Deteção de fugas	2021	2020
COP NORTE	434	158
COP SUL	966	1058
COP NORDESTE	16	24
Total	1 416	1 240

Tabela 8 - Deteção de fugas por Município (n.º)

Deteção de fugas	2021	2020
Arcos de Valdevez	3	24
Caminha	140	145
Paredes de Coura	13	0
Ponte de Lima	146	272
Valença	170	8
Viana do Castelo	820	786
Vila Nova de Cerveira	124	5
Total	1 416	1 240

Saneamento de Águas Residuais

Recolha e Transporte

O volume de água residual tratada em ETAR próprias representa aproximadamente 6,1% da água residual recolhida, o que corresponde a 534.887 m³.

A água residual bruta exportada para o sistema em "alta" da Águas do Norte, S.A. foi de 8,2 milhões de m³, o que corresponde a 93,9 % da água residual recolhida.

Considerando o volume de água residual bruta entregue pelos Municípios da AdAM no ano de 2020 ao sistema em "alta" de 8,3 milhões de m³, verificou-se uma redução de 1% em 2021.

Tabela 9 - Volumes recolhidos em ETAR próprias e entregues (unidade:m³)

ARD	2021	2020	Δ	
ETAR's Próprias	534 887	317 752	217 135	68%
Arcos de Valdevez	213 190	176 865	36 325	21%
Caminha	0	0	0	0%
Paredes de Coura	108 287	26 396	81 891	310%
Ponte de Lima	189 711	92 255	97 456	106%
Valença	15 030	11 338	3 692	33%
Viana do Castelo	2 368	1 589	779	49%
Vila Nova de Cerveira	6 301	9 309	-3 008	-32%
Águas do Norte, S.A.	8 225 236	8 291 471	-66 235	-1%
ETAR's + Drenagem AdN	8 760 123	8 609 223	150 900	2%

A tabela seguinte reflete o número de Ordens de Trabalho executadas por Centro Operacional. No Centro Operacional Norte foram executadas 44% das Ordens de Trabalho.

Tabela 10 - Ordens de trabalho concluídas em saneamento de águas residuais por Centro operacional

Ordens de trabalho concluídas por Centro Operacional	2021	2020	Δ	
	ARD	ARD	n°	%
Centro Operacional Norte	1 340	824	516	63%
Centro Operacional Sul	1 205	1 029	176	17%
Centro Operacional Nordeste	485	566	-82	-14%
Total	3 029	2 419	610	25%

Em 2021 foram executadas 3.029 ordens de trabalho nas redes de saneamento de águas residuais. Em 2021 foram executadas 30% das Ordens de Trabalho no concelho de Viana do Castelo e apenas 6% no concelho de Arcos de Valdevez.

Tabela 11 - Ordens de trabalho concluídas em saneamento de águas residuais por município (unidade: n.º)

Ordens de trabalho concluídas por município	2021	2020	Δ	
	ARD	ARD	n°	%
Arcos de Valdevez	167	101	66	65%
Caminha	295	250	45	18%
Paredes de Coura	603	343	260	76%
Ponte de Lima	394	302	92	30%
Valença	433	441	-8	-2%
Viana do Castelo	919	803	116	14%
Vila Nova de Cerveira	218	179	39	22%
Total	3 029	2 419	610	25%

Em 2021 foram executados 65 pedidos de esvaziamentos de fossas particulares. No concelho de Viana do Castelo foram executados 17 esvaziamentos de fossas particulares com uma redução face a 2020 de 32%.

Tabela 12 - Esvaziamento de fossas particulares (n.º)

Esvaziamento de fossas particulares	2021	2020	Δ
Arcos de Valdevez	0	0	0
Caminha	26	11	15
Paredes de Coura	0	2	-2
Ponte de Lima	1	3	-2
Valença	2	4	-2
Viana do Castelo	17	49	-32
Vila Nova de Cerveira	19	2	17
Total	65	71	-6

Tratamento

No ano 2021 foi inaugurada a ETAR do Freixo – em Ponte de Lima. As águas residuais drenadas pelas redes de saneamento da AdAM foram encaminhadas para o sistema da Águas do Norte, S.A., onde são tratadas e depuradas nas ETAR (estações de tratamento de águas residuais) desse sistema multimunicipal e depois lançadas no meio recetor.

Em 2021, as ETAR geridas pela AdAM foram responsáveis pelo tratamento e depuração de, aproximadamente, 6.1% do efluente tratado pelo sistema de saneamento da ADAM.

Manutenção

A área da Manutenção inserida na DENG A caracteriza-se, sobretudo, pela manutenção dos equipamentos elétricos e eletromecânicos das infraestruturas da AdAM. No decorrer de 2021, a equipa de Manutenção efetuou diversas tarefas das quais se destacam as seguintes:

- Utilização em produtivo do software de Gestão da Manutenção – Aquaman;
- Visitas às infraestruturas de todos os Municípios da Parceria para verificação do seu estado de conservação;
- Aprovação do plano de manutenção preventivo da AdAM, relativamente aos equipamentos elétricos e eletromecânicos das infraestruturas para iniciar em 2022.

Telegestão

Em 2021, a AdAM elaborou o procedimento para a contratação do software e hardware da sala de comando para a telegestão da AdAM que rondará 1 milhão de euros de preço base.

Durante o ano foram instalados medidores de caudal, válvulas redutoras de pressão e meios de comunicação de dados para futuramente centralizar toda a informação relativamente ao balanço hídrico da AdAM.

Sistemas de Informação Geográfica

Um Sistema de Informação Geográfica (SIG) é composto por um vasto conjunto de Inputs (Software, dados, metadados, cadastro, geometria...) e Outputs (Modelações, Análises, Mapas, *Webmaps*, relatórios, gráficos...) que juntos, permitem ao decisor, ao técnico ou a outro qualquer utilizador, usufruir de informação clara, dinâmica e fácil de compreender.

Para muitos dos que utilizam e usufruem destas tecnologias consideram os SIG como uma "caixa de ferramentas" que possibilita a análise dados espaciais, através de modelos matemáticos que, associados a mapas e distintas bases cartográficas, permitem um conjunto poderoso de perspetivas e dados, cada vez mais imprescindíveis.

Ao concluir o segundo ano de trabalho, o Sistema de Informação Geográfica das Águas do alto Minho desenvolveu, um enorme volume de trabalho, sendo difícil mensurar tudo o que foi criado e realizado, de forma autónoma e sem recurso a consultorias ou a qualquer apoio externo.

Ao longo de 2021 cumprimos e ultrapassamos todos os objetivos que havíamos delineado, acompanhando a evolução das tecnologias SIG, permitindo a toda a Entidade Gestora o acesso a um vasto conjunto de sites, aplicações, *Dashbord's*, tabelas, dados e até a uma nova visão de realidade aumentada das infraestruturas.

De entre todos os desenvolvimentos criados, recorrendo exclusivamente aos recursos internos da Entidade Gestora, destacam-se as vertentes da modelação e análise de redes, a criação de uma base de gestão patrimonial de infraestruturas, a análise e gestão de pontos de consumo, o *report* de indicadores ERSAR e um alargado conjunto de mecanismos de difusão de todos os dados SIG, por toda a Entidade, de forma efetivamente universal.

A evolução dos Sistemas de Informação Geográfica é contínua, sintetiza-se pela transversalidade entre a tecnologia, as bases de dados, a análise e sobreposição de valores e o cadastro das infraestruturas, permitindo uma aproximação entre a área operacional e o centro de decisão da Entidade Gestora.

Este percurso de desenvolvimento e integração permitiu criar conhecimento, experiência e um volume de informação tratada e georreferenciada, que indica grande maturidade dos processos e o retrato fiável das infraestruturas, dos consumidores e de toda a área geográfica que engloba esta Entidade Gestora.

Enquadrado na Direção da Engenharia e Gestão de Ativos, o trabalho da Equipa SIG é transversal a toda a orgânica da AdAM, respondendo constantemente às solicitações de todas as outras Direções. De entre as

várias funções atribuídas e desenvolvidas pela Equipa SIG, destacamos algumas das integrações desenvolvidas e implementadas:

- Desenvolvimento de estudos e exportação de dados;
- Preparação de projeto, desenhos técnicos, traçados e perfis;
- Apoio permanente a estudos, concursos e consultadoria externa;
- Declarações, Reclamações e Cadastro de Redes;
- Cadastros de Ramais;
- Preparação e Levantamentos de Terreno;
- Preparação, normalização e importação de Cadastro;
- Desenvolvimento, gestão e manutenção de todas as plataformas SIG (*WebSIG* e *MobileSIG*);
- Georreferenciação e caracterização de pontos de consumo;
- Atribuição de todos os códigos infraestruturais SAP aos ativos georreferenciados SIG. Criação de um sistema de pesquisa e navegação nas plataformas SIG, permitindo a validação, verificação e enquadramento de cada Ativo SAP;
- Apoio e acompanhamento do processo de caracterização de todos os Ativos das Águas do Alto Minho, corrigindo a informação cadastral existente. Projeto desenvolvido pela Gestão de Ativos;
- Acompanhamento e importação de cadastro de todas as empreitadas / candidaturas concluídas. Georreferenciação de obras concluídas e correção de cadastro existente;
- Localização de todos os possíveis pontos de consumo e ramais de saneamento, resultantes das empreitadas e candidaturas, potenciando o incremento de novos clientes / atribuição de novas tarifas (Notificações);
- Desenvolvimento de modelos matemáticos, para o apuramento de relatórios ERSAR: Adesão, Cobertura, População abrangida, consumidores por Reservatório / Sistema / Subsistema, Extensão de redes e ramais, entre outros;
- Normalização e redefinição dos subsistemas de abastecimento e ZMCs, permitindo a criação de balanços hídricos a partir da tecnologia SIG – Em colaboração com a DOP e GICPA;
- Desenvolvimento de novos sites e Aplicações móveis (*WebSIG* e *MobileSIG*), implementando novas opções de visualização e análise – Disponíveis para toda a entidade Gestora;
- Desenvolvimento da aplicação de realidade Virtual, disponibilizando a tecnologia para a observação das redes, acessórios e infraestruturas em ambiente virtualizado.
- Presença em diversos congressos e apresentação dos trabalhos desenvolvidos pela Equipa SIG – AdAM nos congressos da APDA e da ESRI-Inc.

Tabela 13 - Principal informação Georreferenciada

	2021	2020
Condutas de Abastecimento (Km)	3 830	3 869
Ramais de Abastecimento	99 907	96 873
Condutas de Drenagem de Águas Residuais (Km)	1 603	1 575
Ramais de Drenagem de Águas Residuais	57 427	52 663
Captações de água subterrânea	171	178
Reservatórios	143	142
Estações Elevatórias de Abastecimento	59	49
Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETAR)	28	25
Estações Elevatórias de Águas Residuais	188	182

Tabela 14 - Documentos Executados

	2021	2020	Δ
Solicitações Cadastrais, Finalizados e enviados ao Requerente.	623	506	23%
Declarações, Reclamações e Cadastro de Redes.	312	167	87%
Emissão de Declarações APA.	28	61	-54%
Cadastros de Ramais executados e em funcionamento.	1660	956	74%
Solicitações Cadastrais processadas (Levantamento de dados e informação técnica)	651	0	-

Em 2021 a equipa SIG respondeu a 3274 solicitações.

Tabela 15 - Solicitações da equipa SIG em 2021

TIPO	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	TOTAL
Solicitações de Cadastro - Enviados ao Requerente	35	74	61	60	60	34	50	39	52	43	53	62	623
Declarações, Reclamações e Cadastro de Redes - Enviados ao Requerente	7	17	16	17	60	56	51	23	24	19	13	9	312
Emissão de Declarações APA - Enviados ao Requerente	2	0	4	3	4	2	1	2	5	1	2	2	28
Cadastros de Ramais - Georreferenciação de Infraestrutura e Ponto de Consumo	215	127	101	64	58	74	239	150	169	134	140	189	1660
Solicitação de Cadastro (preparação e Levantamento de Terreno)	50	51	80	54	59	40	59	31	51	66	48	62	651
TOTAL	309	269	262	198	241	206	400	245	301	263	256	324	3274

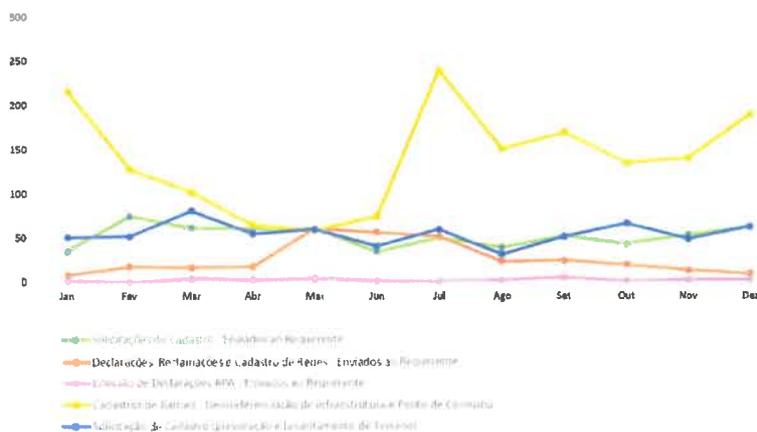


Figura 16 - Solicitações por tipo

Monitorização e Inspeção de Ativos

No ano de 2021 foi adjudicado o contrato de aquisição de serviços de inventariação dos ativos da Águas do Alto Minho, S.A., que inclui a inventariação dos ativos em cerca de 600 infraestruturas não lineares (captações, reservatórios, estações elevatórias de água e de águas residuais, postos de cloragem e estações de tratamento de águas residuais).

A aquisição de serviços iniciou-se no mês de abril, tendo sido inventariados, em 2021, os ativos de cerca de 79% das infraestruturas não lineares.

A concretização da inventariação dos ativos será fundamental para o acompanhamento futuro da sua manutenção e a definição posterior, por tipologia de ativos, de planos específicos de inspeção e monitorização.

Obras e Projetos

A Equipa de Obras e Projetos tem como objetivos:

- Promover o plano de investimentos previsto no contrato de gestão, realizar projetos para futuros investimentos e assegurar a fiscalização e gestão de empreitadas;
- Promover a contratação pública, quando necessária, de prestação de serviços técnicos na área de engenharia, projetos, obras e fiscalização;
- Gestão de candidaturas e garantir a execução e comunicação de candidaturas nacionais e/ou comunitárias;
- Análise de processos de obras particulares, loteamentos ou projetos de ampliação de rede de água e águas residuais elaborados pelos Municípios;
- Gestão dos novos pedidos de ramal;
- Colaboração com a equipa do Sistemas de Informação Geográfica na elaboração de cadastros;
- Inspeções | vistorias requeridas pelos técnicos;
- Ações de inspeção em colaboração com a equipa da qualidade água e da direção de clientes;
- Colaboração com a equipa de gestão de perdas na introdução de contadores nas ligações ilícitas identificadas nos Municípios;

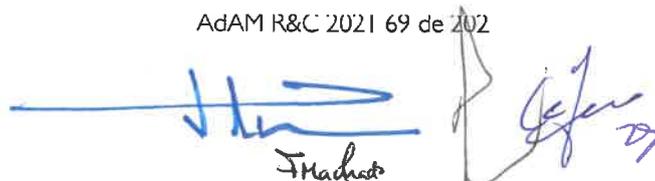
Gestão de Empreitadas

Nas empreitadas apresentamos três tipologias distintas:

- Empreitadas com gestão da AdAM
- Empreitadas com gestão dos Municípios
- Obras de urbanização/Loteamentos

As empreitadas com gestão do contrato da responsabilidade da AdAM, e com a fiscalização dos trabalhos assegurada pelas equipas internas, ou através de gestão de contratos de fiscalização com execução no presente ano são descritas no quadro:

AdAM R&C 2021 69 de 202



Two handwritten signatures in blue ink are present at the bottom right of the page. The signature on the left is more stylized and includes the name 'F. Machado' written below it. The signature on the right is also stylized and includes the number '27' at the end.

DESCRIÇÃO DAS EMPREITADAS	Empreiteiro	Fiscalização	Valor do contrato	Escutado	Aviso
PRC-057/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprobadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 1 (Município de Arcos de Valdevez)	Questão d'Área, Lda.	JR TORRES	587 887	322 869	EH
PRC-100/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprobadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 2 (Município de Ponte de Lima)	Boaventura & Boaventura, Lda.	JR TORRES	1 841 700	1 138 645	EH
PRC-007/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprobadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 3 (Município de Viana do Castelo)	Boaventura & Boaventura, Lda.	RIOBOCO	1 342 818	1 322 428	EH
PRC-070/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 1 (Município dos Arcos de Valdevez)	Manvía	Interna: Nelson Costa	484 574	170 604	EH
PRC-070/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 2 (Município de Caminha)	Manvía	Interna: Nelson Costa	171 740	59 213	EH
PRC-070/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 3 (Município de Paredes de Coura)	Manvía	Interna: Nelson Costa	97 532	76 700	EH
PRC-070/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 4 (Município de Ponte de Lima)	Manvía	Interna: Nelson Costa	549 844	317 219	EH
PRC-070/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 5 (Município de Valença)	Manvía	Interna: Nelson Costa	477 294	131 555	EH
PRC-070/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 6 (Município de Vila Nova de Cerveira)	Manvía	Interna: Nelson Costa	157 296	51 587	CUA
Remodelação Interior do edifício do Centro Operacional Norte - Vila Nova de Cerveira (PRC 020/20)	SDRC, Lda.	Interna	113 475	108 289	CUA
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - Município de Arcos de Valdevez	Niverlix - Construções, Lda.	Interna	114 935	53 317	-
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 2 - Município de Caminha	Diconstruções, Lda.	Interna	154 819	46 690	-
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 3 - Município de Paredes de Coura	Vaz & Barbosa, Lda.	Interna	79 183	63 551	-
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 4 - Município de Ponte de Lima	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	Interna	118 427	92 838	-
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 5 - Município de Valença	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	Interna	84 618	52 746	-
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 6 - Município de Viana do Castelo	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	Interna	352 243	145 442	-
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 7 - Município de Vila Nova de Cerveira	Manuel da Silva Pereira & Filhos, Lda.	Interna	81 502	30 283	-
PRC-075/20 - Empreitadas de Execução de Sistemas de Abastecimento de Água no Âmbito das Candidaturas do Aviso POSEUR-12-2017-05 - Ciclo Urbano da Água - Município de Vila Nova de Cerveira - Lote 1 (SAA Cores)	Baltor - Engenharia e Construção, Lda.	Interna	1 399 722	779 823	CUA
PRC-075/20 - Empreitadas de Execução de Sistemas de Abastecimento de Água no Âmbito das Candidaturas do Aviso POSEUR-12-2017-05 - Ciclo Urbano da Água - Município de Vila Nova de Cerveira - Lote 2 (SAA Castanhais/Insalde)	Baltor - Engenharia e Construção, Lda.	Interna	1 098 990	777 284	CUA
PRC-083/20 - Empreitadas de Execução de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais Previstas no Âmbito das Candidaturas do Aviso POSEUR-12-2017-05 - Ciclo Urbano da Água - Municípios de Caminha, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira - Lote 1 (Município de Caminha)	Baltor - Engenharia e Construção, Lda.	Interna	1 949 727	860 526	CUA
PRC-083/20 - Empreitadas de Execução de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais Previstas no Âmbito das Candidaturas do Aviso POSEUR-12-2017-05 - Ciclo Urbano da Água - Municípios de Caminha, Paredes de Coura e Vila Nova de Cerveira - Lote 2 (Município de Paredes de Coura)	Camacho Engenharia, S.A.	Interna	734 050	594 930	CUA
PRC-105/20 - Empreitadas de Execução de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais Previstas no Âmbito das Candidaturas do Aviso POSEUR-12-2017-05 - Ciclo Urbano da Água - Município de Valença	Naron	Interna	1 059 796	551 539	CUA
PRC-116/20 - Empreitadas de Execução de Sistemas de Abastecimento de Água e Águas Residuais Previstas no Âmbito das Candidaturas do Aviso POSEUR-12-2017-05 - Ciclo Urbano da Água - Município de Paredes de Coura	Camacho Engenharia, S.A.	Interna	549 424	404 936	CUA
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª fase Lote 1 Arcos de Valdevez - PRC084/2021 - optativo I	CIMONTUBO - TUBAGENS E SOLDADURA LDA	Interna	985 000	157 837	EH
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª fase Lote 2 - Caminha - PRC085/2021 - optativo I	MANVIA - MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÃO, S.A	Interna	306 000	0	EH
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª fase Lote 3 Paredes de Coura - PRC086/2021 - optativo I	MONTE & MONTE, S.A	Interna	456 000	15 992	EH
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª fase Lote 4 Ponte de Lima - PRC087/2021 - optativo I	MONTE & MONTE, S.A	Interna	656 000	133 645	EH
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª fase Lote 6 Viana - PRC089/2021 - optativo I	CIMONTUBO - TUBAGENS E SOLDADURA LDA	Interna	950 000	0	EH
PRC 107/2020 - Aquisição de bens e serviços relativos à instalação de equipamentos de monitorização e controlo - 2ª fase Lote 7 Cerveira - PRC090/2021 - optativo I	MANVIA - MANUTENÇÃO E EXPLORAÇÃO DE INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÃO, S.A	Interna	675 000	0	EH
PRC 050/2021 - Empreitadas de execução de caixas de contador de abastecimento de água - PRC123/2021 - optativo I	VAZ & BARBOSA, LDA	Interna	138 095	0	-
PRC 141/2020 - Empreitada para execução de projeto de eficiência hídrica em 3 (três) Subistemas de Abastecimento de Água da AdAM, LOTE 1 - Subistema de abastecimento de água de St. Ovídeo e Vila Praia de Âncora	CIMONTUBO - TUBAGENS E SOLDADURA LDA	Interna	363 018	58 278	EH
PRC 141/2020 - Empreitada para execução de projeto de eficiência hídrica em 3 (três) Subistemas de Abastecimento de Água da AdAM, LOTE 1 - Subistemas de abastecimento de água de São Cristóvão	MONTE & MONTE, S.A	Interna	314 344	104 008	EH
PRC-37/2021: Empreitadas de execução para a remodelação de redes de abastecimento de água previstas no âmbito das candidaturas aprovadas do aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 1 Caminha	BOAVENTURA & BOAVENTURA, LDA	Interna	377 354	-	EH
PRC-37/2021: Empreitadas de execução para a remodelação de redes de abastecimento de água previstas no âmbito das candidaturas aprovadas do aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 2 Paredes de Coura	BOAVENTURA & BOAVENTURA, LDA	Interna	610 226	-	EH
PRC-37/2021: Empreitadas de execução para a remodelação de redes de abastecimento de água previstas no âmbito das candidaturas aprovadas do aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 3 Valença	BOAVENTURA & BOAVENTURA, LDA	Interna	640 119	-	EH
PRC-038/2021 - Empreitadas de execução de sistemas de águas residuais previstas no âmbito das candidaturas do aviso POSEUR-12-2017-05 - Ciclo Urbano da Água - Município de Valença	NAROM	Interna	570 226	-	CUA
PRC 001/2021 - Empreitadas de ramais de abastecimento de água e águas residuais nos Municípios de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença e Vila Nova de Cerveira - Lote 2 Paredes de Coura (PRC079/21 - OPTATIVO N.º 1)	VAZ & BARBOSA, LDA	Interna	30 000	30 000	-
PRC 001/2021 - Empreitadas de ramais de abastecimento de água e águas residuais nos Municípios de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença e Vila Nova de Cerveira - Lote 3 Caminha (PRC080/21 - OPTATIVO N.º 1)	JOSÉ FERNANDO MIRANDA DA COSTA, LDA	Interna	30 000	30 000	-
PRC 001/2021 - Empreitadas de ramais de abastecimento de água e águas residuais nos Municípios de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença e Vila Nova de Cerveira - Lote 4 Valença (PRC056/21 - OPTATIVO N.º 1)	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	Interna	30 000	29 999	-
PRC 001/2021 - Empreitadas de ramais de abastecimento de água e águas residuais nos Municípios de Arcos de Valdevez, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença e Vila Nova de Cerveira - Lote 5 Vila Nova de Cerveira (PRC057/21 - OPTATIVO N.º 1)	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	Interna	30 000	12 077	-
PRC 023/2021 - Empreitadas de ramais de abastecimento de água e águas residuais no Município de Arcos de Valdevez - PRC073/21 - OPTATIVO N.º 1	SDRC, Lda.	Interna	30 000	7 572	-
PRC 137/2020 - Empreitadas de Execução de Ramais de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Lote 2 Caminha - PRC052/21 - OPTATIVO N.º 1	SDRC, Lda.	Interna	30 000	19 628	-
PRC 137/2020 - Empreitadas de Execução de Ramais de Abastecimento de Água e Águas Residuais - Lote 6 Viana do Castelo - PRC055/21 - OPTATIVO N.º 1	SDRC, Lda.	Interna	30 000	29 860	-
TOTAL	-	-	20 853 181	8 781 910	-

Handwritten signature and initials

Finalizado

No âmbito dos programas operacionais referente ao ciclo urbano da água e à eficiência hídrica, estão asseguradas todas as candidaturas, com as referidas adjudicações das várias intervenções.

No entanto, informamos que ocorreu uma resolução de contrato referente a uma intervenção do âmbito da eficiência hídrica: Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 | Eficiência Hídrica - Lote 4 (Município de Vila Nova de Cerveira).

E, está em fase de conclusão o procedimento de fornecimento, montagem e colocação em serviço do sistema de telegestão do sistema de abastecimento de água do Alto Minho.

O plano de investimentos, nomeadamente os do CUA e da Eficiência Hídrica previstos devem ser concluídos no próximo ano, sendo os mesmos referidos na área dos investimentos.

Os projetos desenvolvidos no decorrer de 2021 foram os seguintes:

Designação dos Projetos

Remodelação de infraestruturas prioritárias (inclui reformulação do sistema de elevação em Urgeiras e Cais)

Rede de Saneamento da Freguesia de Silva - Valença

Rede de Saneamento da Freguesia de Silva - Valença

Remodelação de redes de abastecimento de água previstas no âmbito das candidaturas aprovadas do aviso POSEUR-12-2018-18 | Eficiência Hídrica - Lote 1 - Caminha

Remodelação de redes de abastecimento de água previstas no âmbito das candidaturas aprovadas do aviso POSEUR-12-2018-18 | Eficiência Hídrica - Lote 2 - Paredes de Coura

Remodelação de redes de abastecimento de água previstas no âmbito das candidaturas aprovadas do aviso POSEUR-12-2018-18 | Eficiência Hídrica - Lote 2 - Valença

Candidatura REAT

Na sequência da abertura do Aviso convite n.º 05/REAT-EU/2021 foi realizada uma candidatura que visa o fecho dos sistemas de águas residuais em baixa com vista à otimização da utilização da capacidade instalada e da adesão de serviço. Na candidatura engloba integram os Municípios dos Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, através dos seguintes projetos:

Designação do projeto	Municípios abrangidos	Estimativa Orçamental Intervenções
Ampliação da rede de saneamento a Norte: Aguiã (2ª Fase)	Arcos de Valdevez	273 570,00 €
Ampliação da Rede de saneamento a Nascentes - Oliveira (1ª Fase)	Arcos de Valdevez	284 231,25 €
Expansão da rede de saneamento a Sudoeste: Souto/Santar	Arcos de Valdevez	755 262,50 €
Ampliação da Rede de saneamento a Norte: Rio de Molinhos	Arcos de Valdevez	281 663,69 €
Expansão da Rede de Saneamento a Sudoeste: Várias freguesias	Arcos de Valdevez	2 974 650,00 €
Ampliação da Rede de Saneamento a Norte: Couto (2ª fase)	Arcos de Valdevez	500 000,00 €
Ampliação da Rede de saneamento a Norte: Gondariz	Arcos de Valdevez	400 782,99 €
Ampliação da Rede de saneamento a Nascentes - Oliveira (2ª Fase)	Arcos de Valdevez	322 118,61 €
Rede de Saneamento da Calçada de Barreiros - Seixas	Caminha	31 171,83 €
Rede de Saneamento da Calçada de São Sebastião - Seixas	Caminha	24 994,61 €
Rede de Saneamento da Rua da Quinta - Seixas	Caminha	68 140,01 €
Rede de Saneamento da Rua do Corgo - Crasto e Crastoiro - Seixas	Caminha	67 069,31 €
Rede de saneamento de Dem	Caminha	1 000 000,00 €
Rede de saneamento de Jela - Trás do Rio e Vila Verde - Riba de Ancora	Caminha	2 520 000,00 €
Rede de Saneamento da Rua do Coro - Vena de	Caminha	31 302,76 €
Rede de Saneamento da Rua do Oliveira e Rua das Fornas - Vena de	Caminha	85 592,42 €
Rede de Saneamento da Travessa da Loução - Vena de	Caminha	17 065,66 €
Rede de Saneamento da Rua Nossa Senhora da Encarnação - Vilarelho	Caminha	51 342,79 €
Rede de Saneamento da Rua das Pintoras - Rua do Corcinto - Rua de Feiguetas e Rua de Pombal - Vila	Caminha	108 956,09 €
Rede de Saneamento do Beco do Cruzeiro - Vila Praia de Ancora	Caminha	14 908,63 €
Rua do Calhau - Vila Praia de Ancora	Caminha	35 064,88 €
Rede de Saneamento da Rua dos Carvalhos - Vilarelho	Caminha	35 000,00 €
Requalificação da Estação Elevatória de Corgo - Vilarelho	Caminha	50 000,00 €
Requalificação da estação elevatória de Foras do Cão - Ancora	Caminha	50 000,00 €
Requalificação da estação elevatória da Cruz Velha - Vila Praia de Ancora	Caminha	50 000,00 €
Remodelação de redes de saneamento em Caminha, Moledo, Vila Praia de Ancora e Lanhas	Caminha	500 000,00 €
Ampliação da rede de saneamento: União de freguesias de Formosa/Ferreira	Paredes de Coura	134 660,00 €
Ampliação da rede de saneamento: União de freguesias de Bico e Cristelo	Paredes de Coura	84 110,00 €
Ampliação da rede de saneamento: Rubiães	Paredes de Coura	67 340,00 €
Ampliação da rede de saneamento: Romariz	Paredes de Coura	44 460,00 €
Ampliação da rede de saneamento: Castanheira	Paredes de Coura	102 350,00 €
Ampliação da rede de saneamento: Cunha	Paredes de Coura	15 210,00 €
Ampliação da rede de saneamento: União de freguesias de Coossourão e Lanhelas	Paredes de Coura	78 130,00 €
Ampliação da rede de saneamento: São Martinho de Coura	Paredes de Coura	178 100,00 €
Ampliação da rede de saneamento: Teiada	Paredes de Coura	172 665,00 €
Ampliação da rede de saneamento: Vasóes	Paredes de Coura	252 200,00 €
Ampliação da rede de saneamento: Mozelo	Paredes de Coura	30 160,00 €
Ampliação da rede de saneamento: Testalés	Paredes de Coura	14 300,00 €
Ampliação da rede de saneamento: Padornelo	Paredes de Coura	20 000,00 €
Ampliação da rede de saneamento: Parada	Paredes de Coura	69 680,00 €
Ampliação da rede de saneamento: Aguião	Paredes de Coura	208 390,00 €
Ampliação da rede de saneamento: União de freguesias de Paredes de Coura e Resende	Paredes de Coura	26 000,00 €
SAR 2 - SISTEMA DE FORNELOS / QUEJADA (Anas - Castelo - Quejada e Fornelos e Rebordões)	Ponte de Lima	2 141 331,93 €
SAR 4 - SISTEMA PONTE DE LIMA_LANHESES (S. Pedro - D'Arcos e Estarões)	Ponte de Lima	1 011 582,07 €
SAR 5 - SISTEMA DA GEMERA (Gemisa)	Ponte de Lima	2 19 748,55 €
SISTEMA DE REFOIOS - Saneamento de Refoios	Ponte de Lima	2 709 600,00 €
Rede de drenagem águas residuais de Carvoeiro - Decimais e Milhões (Vila de Ranhe)	Viana do Castelo	2 000 000,00 €
Rede de drenagem águas residuais de Castelo de Neiva	Viana do Castelo	1 000 000,00 €
Rede águas residuais Semeais - Cardalões - Torre - Vila Moura	Viana do Castelo	4 000 000,00 €
Rede de saneamento de Fontours - fase II	Valença	564 267,00 €
Rede de saneamento da freguesia de Silva	Valença	775 092,50 €
Rede de saneamento da freguesia de S. Julião	Valença	1 377 246,20 €
Ligação da EN 12 ao lugar da Balçosa - águas residuais	Valença	Por estimar
Intervenções no SAR de Campos - Fase 6 - DARU (Vila Nova de Carreira)	Vila Nova de Carreira	548 401,94 €
Intervenções no SAR de Vila Nova de Carreira - Fase 7 - DARU (Vila Nova de Carreira)	Vila Nova de Carreira	129 619,00 €
Intervenções no SAR de Sopo - Fase 2 - DARU (Vila Nova de Carreira)	Vila Nova de Carreira	75 691,26 €
Intervenções no SAR de Coles - Fase 2 - DARU (Vila Nova de Carreira)	Vila Nova de Carreira	146 522,85 €
Intervenções no SAR de Sapardos - Fase 1 - DARU (Vila Nova de Carreira)	Vila Nova de Carreira	535 421,86 €

Qualidade da Água de Abastecimento para Consumo Humano

Sendo a AdAM a entidade gestora do Sistema Público de Distribuição de Água para Consumo Humano, dos Concelhos de Arcos de Valdevez, Ponte de Lima, Paredes de Coura, Viana do Castelo, Caminha, Vila Nova de Cerveira e Valença, decorre desse título que, entre outras obrigações, compete à AdAM garantir que a água distribuída para consumo doméstico, em qualquer momento e ponto do sistema de abastecimento, possua as características que a definem como água potável, tal como são fixadas na legislação em vigor – Partes I, II e III do Anexo I do Decreto-Lei n.º 306/2007 de 27 de Agosto (entretanto atualizado/ alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017 de 07 de Dezembro).

Assim e no final de cada ano civil é elaborado um Programa de Controlo da Qualidade da Água (PCQA) do Sistema de Abastecimento Público, para o ano seguinte, cujo conteúdo é sujeito a aprovação pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, ERSAR e dado ao conhecimento e verificação pela Autoridade Regional de Saúde (AS). Nesse mesmo Programa, são estabelecidas as linhas orientadoras de um plano analítico, cujos resultados do ano de 2021, são seguidamente explanados.

Conteúdo do Programa de Controlo da Qualidade

A elaboração e implementação do PCQA seguem as determinações constantes na legislação em vigor, particularmente, o disposto no Decreto – Lei n.º 306/2007 de 27 de agosto (atualizado/ alterado pelo Decreto-Lei n.º 152/2017 de 07 de dezembro). De acordo com os Anexos I, II e III do referido diploma legal, a AdAM acompanhou a qualidade da água distribuída em 2021, em cerca de 1480 pontos de amostragem dispersos, estrategicamente, pelos 7 Concelhos e 103 Zonas de Abastecimento (ZA) que integram o Sistema de Abastecimento de Água (SAA); a periodicidades de 3 a 4 dias por semana (laboratórios externos) e diariamente (técnicos internos).

Recorrendo a laboratórios externos, ensaiaram-se 116 parâmetros de caracterização da qualidade organolética, microbiológica, físico – química, fitoplanctónica, parasitológica, virológica, radiológica e relativa a substâncias indesejáveis e tóxicas, que poderão ocorrer na água, agrupados em três grandes grupos de controlo analítico; Controlo de Rotina 1, Controlo de Rotina 2 e Controlo de Inspeção (PCQA), complementados por diversas determinações analíticas suplementares, referentes ao controlo operacional (PCO), análises verificação (AV), qualidade águas captadas (CAPT), tratamento de incumprimentos dos valores paramétricos (VP) e reclamações dos Clientes.

Tabela 16 - Controlo Qualidade da Água Consumo, ano 2021 - volume analítico

	Arcos Valdevez	Ponte Lima	Paredes Coura	Viana Castelo	Caminha	V.N. Cerveira	Valença	AdAM	Sistemas Autónomos (prestação serviços)
Pontos Amostragem/ Colheitas	237	279	87	294	114	284	186	1 481	180
Zonas Abastecimento	25	15	8	4	7	27	17	103	26
Determinações PCQA	2 547	2 266	912	1 835	1 087	3 111	2 230	13 988	2 627
Determinações PCO (externo)	95	136	78	222	70	54	108	763	0
Determinações AV, CAPT e Outras	905	1 307	111	249	147	547	381	3 647	130
Determinações PCO (interno)	1 760	1 761	486	3 100	3 062	1 689	2 812	14 670	2 534

Laboratórios de Análise

Os 115 parâmetros enunciados no ponto anterior, foram amostrados e determinados analiticamente, com recurso a 3 laboratórios de referência nacional/ europeia, acreditados pelo IPAC (I, II) e com certificado de aptidão emitido pela Entidade Reguladora - ERSAR:

- Laboratório SumaLab S.A.: parâmetros microbiológicos, organoléticos, físico – químicos, parâmetros relativos a resíduos de metais pesados, pesticidas e compostos orgânicos (Controlos de Rotina I e 2, Controlo de Inspeção);
- Laboratório de controlo de qualidade e de processos EQUILIBRIUM: parâmetros fitoplanctónicos e bacteriológico complementar;
- Laboratório de Análises do Instituto Superior Técnico (LAIST): parâmetros parasitológicos e referentes a virologia hídrica;
- Laboratório Radioactividade Natural da Universidade de Coimbra (LRN UC): parâmetros radiológicos.

O volume analítico executado externamente por este conjunto de laboratórios acreditados, totalizou-se em 21.155 determinações analíticas, 18.398 referentes a monitorizações nas infraestruturas geridas pela AdAM e 2.757 referentes a prestação de serviço no controlo da qualidade da água nos sistemas autónomos geridos por 4 dos Municípios integrantes da Parceria.

As determinações analíticas desenvolvidas internamente na AdAM, pelas equipas técnicas de tratamento de água e controlo da qualidade da água distribuída, foram quantificadas em 17.204 determinações, envolvendo o ensaio de 12 parâmetros (PCO interno).

Tabela 17 – Número de análises realizadas, ano 2021 - volume analítico

Número Total Análises Realizadas (acumulado 2021)			
Sistemas AdAM	Sistemas AdN ("conservativos")	Sistemas Autónomos	Total
17 474	659	2 757	20 890
Águas de Consumo	Origens/ Captações de Água	Processo Tratamento	Total
18 283	2 602	5	20 890
PCO	VERIFICAÇÕES (AV)	CAPTAÇÕES (CAPT)	Total
763	2448	1329	20890

Evolução da Qualidade da Água distribuída ao longo do ano 2021

A avaliação da Qualidade da Água de Abastecimento no ano 2021, é auxiliada pela consulta das cartas gráficas apresentadas abaixo que enunciam a tipologia dos incumprimentos ocorridos, distribuição espacial dos mesmos e a percentagem de análises em não – conformidade com os VP – Valores Paramétricos (quadro).

Figura 17 - N.º Incumprimentos Valores Paramétricos - distribuição espacial (PCQA 2021)



Figura 18 - N.º Incumprimentos Valores Paramétricos - distribuição tipologia (PCQA 2021)



Assim em 2021 foram registados 104 incumprimentos dos VP na qualidade da água das Zonas de Abastecimento geridas pela AdAM, destacando-se pela tipologia as ocorrências de pH abaixo do limite paramétrico de 6,5 graus da escala *Sørensen* e especialmente, uma maior incidência nos Concelhos onde prolifera uma maior quantidade de pequenas Zonas de Abastecimento, com destaque para o Concelho de Vila Nova de Cerveira.

Relativamente ao ano de 2020, estes resultados traduzem uma melhoria de desempenho, dada a redução de 15% do número de situações de incumprimento, verificada no corrente ano de 2021.

A AdAM tem a decorrer empreitadas dirigidas à mitigação das causas destas anomalias, i.e., expansão do sistema em alta com concomitante desativação de um conjunto destas pequenas Zonas de Abastecimento e instalação de sistemas de tratamento noutras Zonas de Abastecimento (unidades de desinfecção e ajuste de pH).

As águas distribuídas têm revelado ainda elevada limpidez (turvações inferiores a 1 unidade nefelométrica), material orgânico impercetível (oxidabilidades permanganato inferiores a 1 mg/l O₂) e elevada qualidade microbiológica (ausência de agentes patogénicos e crescimento de outros mesófilos/ termófilos indetetável na larga maioria das amostragens).

As várias violações dos Valores Paramétricos dos diversos parâmetros foram merecedoras de um acompanhamento apertado e rigoroso pela AdAM, com implementação imediata de medidas corretivas e preventivas, e recurso a análises de verificação e controlo das anomalias, de modo a garantir a salubridade dos abastecimentos. Foram ainda confinadas no espaço e tempo e dadas ao conhecimento da Autoridade de Saúde (AS) distrital e ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos.

Tabela 18 - Indicador ERSAR de Água Segura, AdAM 2021

Indicadores ERSAR (PCQA) (acumulado 2021)	
Sistemas AdAM	
Número análises obrigatórias regulamentares à qualidade da água (dAA39ab)	13 993
Número análises obrigatórias realizadas à qualidade da água (dAA37ab)	13 993
Número análises realizadas aos parâmetros com valor paramétrico (dAA38ab)	9 516
Número análises realizadas em cumprimento do valor paramétrico (dAA40ab)	9 412
Número de incumprimentos aos parâmetros com valor paramétrico	104
% Análises realizadas em relação ao regulamentar	100,00%
% Água segura (AA04ab)	98,91%

Considerando a análise dos parâmetros obrigatórios exigidos pela ERSAR, constata-se que os já citados 104 incumprimentos dos VP, consubstanciam uma percentagem de 98,91 no indicador de Água Segura (indicador AA04ab sistema ERSAR), valor que, pelo segundo ano consecutivo, se enquadra no intervalo de bom desempenho estabelecido pelo regulador e que assinala uma evolução global da qualidade da água distribuída pela AdAM positiva, relativamente a 2020, ano em que o mesmo índice se situou nos 98,80% (conjunto das Zonas de Abastecimento atualmente geridas pela Parceria).

Qualidade da Água Residual Urbana rejeitada

No ano 2021 a AdAM recolheu 8.760.074 m³ de águas residuais urbanas, sendo 6,1% desse volume encaminhado para tratamento e rejeição no meio hídrico final, através de 27 ETAR de pequena dimensão, geridas e operadas pela AdAM. O volume remanescente (93,9%) foi conduzido às grandes infraestruturas de depuração, geridas pela entidade gestora do sistema em alta, Águas do Norte, S.A.

Com vista a acompanhar e garantir o bom desempenho destas 27 unidades de tratamento de águas residuais, a AdAM desenvolveu um Programa de Controlo da Qualidade das Águas Residuais (PCQAR), procurando responder, em simultâneo, às exigências colocadas ao longo do ano pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA), com a emissão gradual dos diferentes Títulos de Utilização de Recursos Hídricos (TURH) referentes

às ETAR e necessidade de garantir um controlo contínuo dos processos biológicos e demais operações de tratamento das águas residuais.

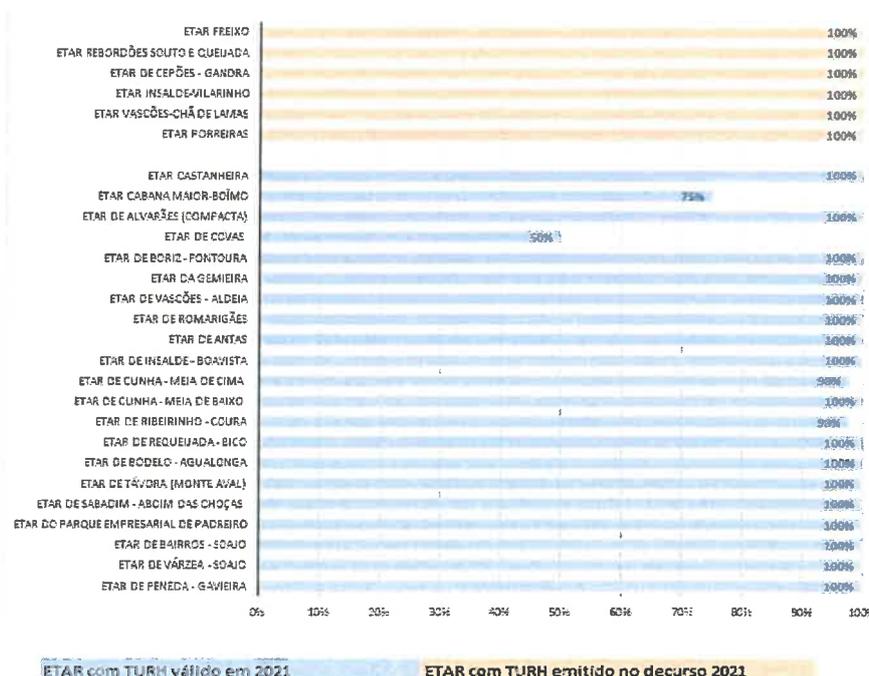
Tabela 19 - Controlo Qualidade da Águas Residuais, ano 2021 - volume analítico

	Quantidade (n.º)
Amostras compostas colhidas	517
N.º análises efetuadas (águas residuais urbanas)	3 350
N.º análises efetuadas (lamas depuração)	15
N.º parâmetros analisados (águas residuais urbanas)	24
N.º parâmetros analisados (lamas depuração)	13
Laboratórios	3

Considerando a análise dos parâmetros obrigatórios exigidos pela APA, nos 21 TURH ativos no decurso de 2021 (sombreados a azul na figura 3), verifica-se que percentagem de conformidade das águas residuais com tratamento satisfatório (indicador AR13ab sistema ERSAR) situou-se em 99%, valor que evoluiu significativamente relativamente ao ano anterior (76%).

A melhoria contínua deste indicador implicou um esforço operacional e de manutenção acrescido, com a execução de diversas ações de limpeza e desobstrução das infraestruturas, reparações elétricas e de substituição de alguns equipamentos eletromecânicos, reforço da monitorização analítica, tanto interna, como externamente, teste de tratamentos físico-químicos em algumas ETAR, situações que no conjunto, permitiram a operação satisfatória destas infraestruturas em 2021, que assim contribuíram para a manutenção da boa qualidade dos meios recetores das águas residuais urbanas tratadas pela AdAM.

Tabela 20 – Cumprimento dos VLE por ETAR (acumulado anual)



Comercial

A gestão da relação com o cliente é um dos pilares que deve estar sempre presente na estratégia de qualquer empresa do setor. Procurar a melhoria contínua da qualidade dos serviços prestados, nomeadamente através da consistência e fiabilidade da faturação, garantindo um atendimento de qualidade, foi e será um dos objetivos primordiais da AdAM, com o propósito de ampliar e melhorar o serviço prestado ao Cliente e a sua satisfação.

Em 2021, a AdAM continuou a trabalhar na melhoria da relação com o cliente, apesar de ter sido um ano que se caracterizou pelo seu início conturbado, devido à faturação de regularização dos valores não faturados de 2020, por via da suspensão da faturação ocorrida nesse mesmo ano. Este evento agravou ainda mais a situação das reclamações registadas no ano anterior, aumentou o fluxo em todos os canais de comunicação, em especial no atendimento presencial e telefónico, obrigando a empresa a tomar medidas excecionais para minimizar os efeitos na relação com o cliente e da confiança dos mesmos na empresa.

Apesar de ter sido um ano de grandes desafios, e ainda com uma situação de pandemia, foi possível implementar novos processos e alterar alguns existentes na procura de maior eficiência:

Adoção de nova solução de atendimento telefónico face ao aumento das solicitações/reclamações

No contexto da emissão da fatura de regularização dos valores de 2020, assistiu-se a um aumento das solicitações via telefone o que obrigou a adoção de medidas excecionais, com a implementação de uma solução permanente para dar resposta de forma eficaz e contínua. Deste modo, em fevereiro foi contratado um serviço de reforço do atendimento, que efetuava uma triagem de 1ª linha do número de atendimento comercial, para esclarecer ou encaminhar as situações em que não era possível dar uma resposta eficiente. Para este modelo foi mobilizada toda a equipa do atendimento para assegurar o retorno das chamadas aos clientes.

A partir de abril iniciou-se o serviço da plataforma de *contact center* de uma empresa do grupo, a EPAL, onde está afeta uma equipa de atendedores para o atendimento dos clientes da AdAM. A existência e utilização desta ferramenta associada ao sistema de gestão comercial *AQUA*matrix, transversal às empresas do Grupo AdP, contribui para a uniformização dos procedimentos, para a interoperacionalidade e para a mobilidade de pessoas e meios do grupo AdP. Com estas soluções foi possível normalizar e melhorar o atendimento ao cliente via telefone, um canal de comunicação que tem aumentado a sua expressão em consequência da situação de pandemia.

Em 2021 face às restrições e medidas de segurança impostas, numa fase inicial, foi implementado o agendamento presencial, que podia ser efetuado através de contacto telefónico específico ou em alguns casos mais excecionais diretamente na loja. Foram atendidos cerca de 96.702 clientes, nas oito lojas de atendimento AdAM (acréscimo de 36.868 clientes face a 2020).

Tabela 21 - Número de clientes atendidos nas lojas

	2021	2020
Cientes atendidos nas lojas (n.º)	96 702	59 834
Tempo médio de espera (min:seg)	05:20	23:46
Tempo de média de atendimento (min:seg)	11:09:00	24:54:00

Na nova plataforma digital AdAMnet, disponibilizada a partir do final de 2020, registaram-se 64.178 respostas a solicitações. No atendimento telefónico foram atendidos 59.245 clientes.

Tabela 22 - Número de clientes atendidos pelos diversos tipos

	2021	2020
Cientes atendidos nas lojas (n.º)	94 708	59 834
Balcão digital AdAM net	64 178	0
Atendimento telefónico	59 245	

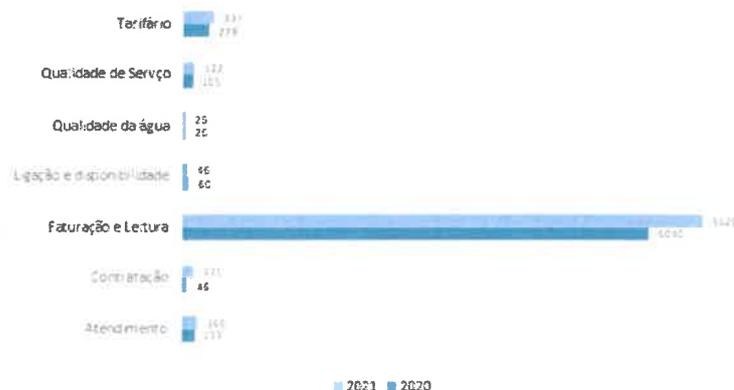
Reforço da equipa de reclamações

Com um número significativo de reclamações não respondidas em 2020 e o aumento exponencial de reclamações em 2021 foi obrigatório tomar medidas de exceção para dar resposta aos clientes o mais rápido possível e atingir o objetivo de resposta às reclamações dentro dos prazos legais.

Foram contratados recursos para reforço da equipa de reclamações, assim como foram mobilizados todos os trabalhadores do atendimento presencial para resposta às reclamações.

- Em 2021 deu-se resposta a cerca de 11.000 reclamações (cerca 4.500 de 2020 e 6.500 de 2021);
- No final do ano de 2021 não existia nenhuma reclamação com resposta fora do prazo.

Tabela 23 - Tipificação das reclamações



AdAM R&C 2021 79 de 202



Freixo



29

Adesão à modalidade de pagamento por débito em conta e envio da fatura por correio eletrónico

No final do ano verificou-se um aumento do número de clientes que optaram por envio da fatura eletrónica, mas em contrapartida um decréscimo, embora pouco significativo, da opção da modalidade de pagamento por débito em conta.

Tabela 24 - Número de clientes que aderiram a serviços específicos da AdAM

	2021	2020
Pagamentos por débito direto	51 988	54 206
Clientes com fatura eletrónica	16 471	9 814

Alteração da periodicidade das leituras de contadores de bimestral para mensal

De forma a colmatar um histórico de consumos insuficiente e evitar estimativas que poderiam ser enviesadas em relação à realidade, a partir de fevereiro de 2021, alterou-se periodicidade das leituras de bimestral para mensal, mantendo-se esta medida até final do ano, a qual permitiu diminuir o número de reclamações por estimativas elevadas e desfasadas. Em 2021 foram realizadas, com sucesso, cerca de 996 mil.

Melhoria dos valores de cobrança por via de implementação de ações de recuperação da dívida

Em 2021, iniciou-se o processo de envio de avisos de débito por dívidas em atraso, por impedimento legal de executar cortes por falta de pagamento. Foram emitidos, em cerca de oito meses, 4.145 avisos, conseguindo-se atingir uma taxa de sucesso da cobrança de cerca de 27%.

Com o levantamento da restrição dos cortes por falta de pagamento, em outubro, iniciou-se a emissão de avisos de corte, tendo sido emitidos até final do ano 9.575 avisos, com uma taxa de sucesso de cobrança de cerca de 29%, em apenas 3 meses.

Contacto com o cliente nos casos em que se registavam anomalias de consumos no processo de faturação

Em 2021, foi implementado um procedimento com vista a ganhar a confiança e proximidade dos nossos clientes, através do envio de SMS a todos os clientes domésticos com faturas superiores a 250€ mensais, que se manterá. Igualmente será feito um contacto a todos os clientes, sempre que o processo de faturação registre uma anomalia no consumo, ajudando a detetar roturas nas redes prediais a muitos clientes. Foram contactados ao longo do ano de 2021, um total de 7.680 clientes.

Melhoria do serviço de ligações associados a novos contratos

No decorrer do ano de 2021, conseguimos melhorar os tempos de resposta aos nossos clientes nos pedidos de ligações de novos contratos e efetivação dos pedidos de denúncia contratuais num prazo médio de 24 horas após a sua solicitação. Tal representou uma melhoria muito significativa face ao ano transato, traduzindo-se numa diminuição do grau de insatisfação relativamente ao tempo de resposta às solicitações.

Início da implementação do Controlo Meteorológico – substituição de contadores

Apesar da equipa para a gestão do parque de contadores não estar completa, foi possível em 2021 dar início ao processo de implementação de substituição de contadores por controlo metrológico, culminando o último trimestre com uma média de 650 substituições mensais.

É urgente e importante, para a fiabilidade da medição dos consumos e redução das perdas aparentes, uma aposta na renovação do parque de contadores. Como tal, em 2022 dar-se-á seguimento à substituição de cerca de 27 mil contadores de pequeno diâmetro, na globalidade dos municípios.

Melhoria da informação de cadastro comercial

A melhoria da informação do cadastro comercial, traduziu-se numa grande redução na devolução das faturas enviadas aos clientes pela via postal, consubstanciando-se na clara diminuição de reclamações e afluência de clientes em loja.

Importa ainda salientar o processo de otimização dos giros de leitura, fruto das melhorias da informação de cadastro, reduzindo deste modo as taxas de insucesso de realização de leituras.

Adesão ao serviço de AA e AR

A 31 de dezembro de 2021 a AdAM tinha 107.158 clientes de abastecimento de água (+ 1.280 que em 2020) e 71.651 clientes de águas residuais (+1.157 que em 2020). Este aumento resultou da ação na área da dinamização comercial, com base na informação de cadastro dos municípios que em 2020 era inexistente.

Tabela 25 - Clientes de água por Município

Unidade: em m³

AA	Arcos de Valdevez	Caminha	Paredes de Coura	Ponte de Lima	Valença	Viana do castelo	Vila Nova de Cerveira	Total
Domésticos	9 986	12 879	4 749	16 084	7 273	39 591	4 710	95272
Não Domésticos	1 159	1 052	344	1 474	1 085	4 400	645	10159
ISFL	94	31	68	96	26	320	14	649
Autarquias Locais	124	80	93	185	37	502	57	1078
Total	11363	14042	5254	17839	8421	44813	5426	107158

Tabela 26 - Clientes de saneamento por Município

Unidade: em m³

AR	Arcos de Valdevez	Caminha	Paredes de Coura	Ponte de Lima	Valença	Viana do castelo	Vila Nova de Cerveira	Total
Domésticos	4 189	9 878	2 002	7 713	4 090	32 475	2 864	63211
Não Domésticos	688	735	252	1 068	812	3 663	412	7630
ISFL	37	25	20	44	16	258	7	407
Autarquias Locais	46	52	32	19	9	210	35	403
Total	4960	10690	2306	8844	4927	36606	3318	71651

Para 2022, para além da otimização de todos os processos que envolvem a relação com o cliente, pretende-se dar seguimento ao Plano de Ação para a Melhoria dos Indicadores de Qualidade de Serviço, elaborado em 2021 e posteriormente aprovado.

O Plano referido será um projeto para o biénio 2022-2023, que consiste na implementação de ações com vista à melhoria de indicadores de qualidade de serviço que no ano de 2020, com base na avaliação da ERSAR, se encontravam em incumprimento, nomeadamente:

- a) Adesão ao serviço de AA e AR;
- b) Água não faturada.

No que concerne ao indicador Adesão ao serviço de abastecimento de água e águas residuais, e com base na informação cadastral existente em cada município, os objetivos centram-se na promoção da adesão ao serviço de abastecimento de água e águas residuais quando disponível e ao serviço de águas residuais em alojamentos já servidos com abastecimento de água. Para além disso, o plano prevê medidas comerciais a realizar durante e após a implementação do Plano de Ação.

Relativamente ao indicador “Água não faturada”, pretende-se através de diversas soluções reduzir o volume de água não faturada, nomeadamente, diminuir erros de medição em grandes clientes, diminuir erros de medição por via da renovação do parque de contadores, entre outros.

Em suma, o objetivo é que, de forma gradual até 2023, se consiga atingir o cumprimento de acordo com o definida na avaliação da ERSAR.

Pretende-se igualmente uma atuação eficiente na deteção de ilícitos através do reforço da equipa de fiscalização, conjugado com manual de procedimentos para tratamento dos casos detetados de forma que a sua atuação seja eficiente no momento e a longo prazo, levando ao pensamento crítico dos infratores e ao mesmo tempo mostrando o respeito pelos cumpridores.

A comunicação ao cliente da importância da ligação à rede pública de abastecimento de água e águas residuais, o apelo das consequências da infração, do desperdício de água trará benefícios à sustentabilidade económica, financeira e ambiental, sendo uma aposta nos próximos anos.

Sistemas de Informação

No ano de 2021, as atividades da Área de Inovação e Sistemas de Informação (STI) estiveram centradas na integração e implementação de tecnologia de suporte à atividade da AdAM, tendo como atividades próprias a gestão técnica e operacional dos equipamentos, aplicações e serviços associados aos sistemas informáticos, às telecomunicações, microinformática e das infraestruturas de segurança informática da empresa.

A STI presta serviço transversal a toda a organização, o qual se centra na promoção de suporte tecnológico às diversas áreas da empresa, assim como na prestação de serviços de assistência técnica, gestão de contratos e



F. Machado

serviços associados às diversas plataformas tecnológicas utilizadas pela AdAM, num quadro de eficiência e elevadas taxas de operacionalidade e disponibilidade, desenvolvendo competências para dar respostas às necessidades constantes.

Neste sentido, a Águas do Alto Minho, S.A. tem vindo a adotar soluções com vista à transformação digital das suas áreas de negócio, utilizando tecnologias digitais que permitem mobilidade aliada à inovação organizacional, que se traduzem em novas formas de operar e de se relacionar com todas as suas equipas.

Foi mantida uma atividade relevante e sistematizada no suporte às aplicações empresariais da AdAM, além do constante desenvolvimento de melhorias e de novas funcionalidades nas mesmas. Esta ação concentra-se ainda numa contribuição importante na uniformização e unificação de procedimentos e processos, levando os diferentes utilizadores a trabalhar sobre os mesmos recursos, sob iguais procedimentos, recorrendo a uma única base de informação, esbatendo com isso os condicionalismos resultantes da grande extensão do território de cobertura da AdAM e da dispersão das várias estruturas operacionais da empresa.

Procedeu-se ainda ao desenvolvimento de todo o processo de contratação pública para adjudicação de uma solução para comunicações VoIP com integração *UCoIP Recording* e *Call Center*, tendo-se ainda iniciado a implementação de gestão documental de última geração. Com o objetivo de integração com a solução de faturação *Aquamatrix*, assim como com uma base de gestão processual em BPM (Gestão de processos de negócio), totalmente integrável com as soluções Office adotadas por todo o Grupo, procurou-se dessa forma responder eficazmente às necessidades colocadas pelas diferentes áreas e serviços da empresa.

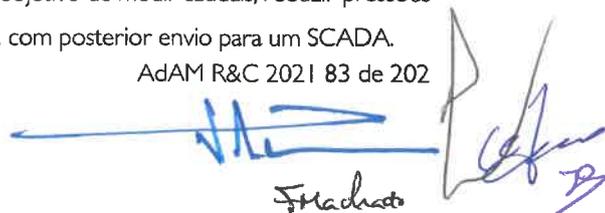
Sistemas Industriais

De forma a assegurar o cumprimento dos objetivos de gestão traçados, os Municípios da Parceria do Alto Minho apresentaram uma candidatura POSEUR-03-2012-FC-001257 com montante aprovado de 13,7 Milhões de euros, dos quais 8,0 Milhões de euros são destinados ao Sistema de Monitorização e Controlo da Eficiência Hídrica do Sistemas de Abastecimento de Água.

Para a definição da telegestão (SCADA) da Águas do Alto Minho, S.A., foi realizado um diagnóstico aos sistemas de automação e comunicações do sistema integrado de abastecimento de água, para se determinar o projeto de execução para a instalação das infraestruturas que potenciem o controlo e a monitorização dos sistemas da Parceria.

As conclusões do diagnóstico aos sistemas de automação e comunicações do sistema integrado de abastecimento de água foram validadas pelos técnicos da AdAM e pela Administração, servindo como base para a definição do futuro sistema de telegestão (SCADA) e do suporte aos sistemas de gestão e controlo de perdas de abastecimento de água (solução hiper-convergente).

Os STI, em parceria com Direção de Engenharia e Gestão de Ativos, elaboraram o procedimento de aquisição e instalação de equipamentos de monitorização e controlo, com o objetivo de medir caudais, reduzir pressões na rede e monitorizar esses registos com *dataloggers* e autómatos, com posterior envio para um SCADA.



Handwritten signatures in blue ink, including the name "F. Machado" and a large stylized signature.

Como medida de mitigação e para operacionalizar medidas de eficiência com os equipamentos instalados ao longo do ano pelas diversas empreitadas a decorrer ao abrigo da candidatura POSEUR-03-2012-FC-001257, foram reativadas e reconfiguradas soluções informáticas que possibilitaram a análise diária de dados de caudal e, desta forma, antecipar medidas eficientes de apoio à redução de perdas de água.



Cibersegurança

Sobre a temática da cibersegurança foram realizadas em 2021 as seguintes atividades:

- A emissão de parecer favorável "Extensão do âmbito do Comité de Cibersegurança para Comité de Sistemas de Informação e Cibersegurança";
- Criação da função e nomeação do CISO;
- A aprovação da "Política de Privacidade e Segurança da Informação - AdAM";
- A designação do Responsável de Segurança, nos termos do Decreto-Lei n.º 65/2021, de 30 de julho.

Formação especializada

Ao longo de 2021 foram realizadas as seguintes formações:

- 72586 - MS-500: Microsoft 365 *Security Administrator*;
- 72590 - MS-100: Microsoft 365 *Identity and Services*;
- 72591 - SC-900: Microsoft *Security Compliance and Identity Fundamentals*.

Plano de contingência para o verão 2021

No âmbito da elaboração por parte da AdAM do Plano de Segurança da Água na vertente de quantidade, os ISI prestaram apoio na instalação e parametrização de *dataloggers*, e sua integração no SCADA, para verificação constante dos níveis de águas de vários reservatórios:

Centro Operacional Nordeste

- RR Boalhosa;

- RR Costa Velha;
- RR Mezio;
- RR Rendufe;
- RR S. Mamede;
- RR Senharei;
- RR Vacariça.

Centro Operacional Norte

- RR Cabral;
- RR Calvário;
- RR S.Gabriel;
- RR St.Ovídeo;
- RR Visons;
- RR Cancelada;
- RR Cornes.

Esta medida teve uma eficácia de 100% e, desta forma, conseguiu-se um abastecimento de água à população em permanência sem interrupções de serviço.

Outras tarefas realizadas pela STI

Durante o ano de 2021 várias outras atividades foram realizadas pela STI, sempre que solicitado, nomeadamente:

- Acompanhamento das soluções em teletrabalho face à pandemia global provocada pela COVID-19, garantindo sistemas operacionais 24h por dia, sem nenhuma falha interna durante o ano;
- Desenvolvimento da intranet;
- Acompanhamento da plataforma tecnológica de monitorização de *cyber* incidentes;
- Atualização de parte do parque informático;
- Manutenção de equipamentos multifunções para todas as unidades da AdAM;
- Melhoria da capacidade de resposta aos novos requisitos de negócio;
- Acompanhamento de *endpoint* de segurança;
- Apoio nos sistemas de comunicações telefónica e e-mail;
- Apoio nos estudos dos procedimentos concursais para a candidatura POSEUR de Eficiência Hídrica;
- Apoio na preparação dos investimentos (Eficiência Hídrica e Ciclo Urbano da Água) a realizar em diversos Municípios;
- Interligação entre a componente SIG e conexões Aquamatrix.

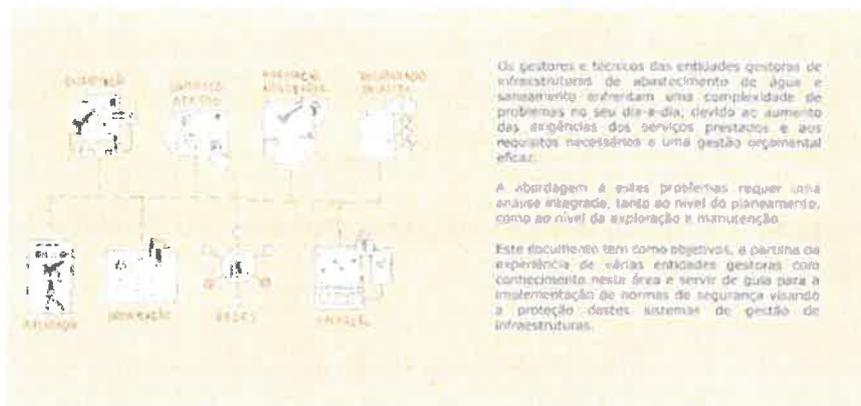
Apoio em projetos globais da organização

De entre as várias atividades realizadas pela STI, destacam-se aqui alguns projetos de índole mais geral para a AdAM, tais como:

- Criação de integração de dados no projeto 'Aquamundam - Soluções para a gestão sustentável e integrada da água no espaço POCTEP' que tem como objetivo fundamental a proteção do meio ambiente;
- Continuação da participação no Projeto WONE - protocolo de pesquisa de perdas entre a AdAM e a EPAL;
- Melhoramento de scripts de exportação dos dados de consumo dos caudalímetros;
- Interligação de alto desempenho entre dados dos *webservices* da Direção de Clientes com o SIG;
- Suporte às equipas de campo na área de servidor e comunicação.

Representação Externas

Refere-se ainda que a AdAM manteve representação na Comissão Especializada de Sistemas de Informação (CESI) da APDA - Associação Portuguesa de Distribuição e Drenagem de Águas Residuais, representada pelo coordenador da ISI José Manuel Costa. Sendo que foi reeleito por unanimidade pelo período de mais 2 anos como coordenador da comissão, em 2021, foi responsável pela publicação técnica designada "Guia Introdutório de Cibersegurança". Este documento pretende constituir uma abordagem facilitada à problemática da Cibersegurança, nomeadamente nos seus aspetos legais, técnicos e operacionais. Pretendeu-se com este trabalho identificar os principais elementos dos normativos em matéria de Cibersegurança, apontando caminhos para uma correta avaliação da exigência e oportunidade de implementação e procurando também dar pistas para a consequente implementação de políticas e procedimentos de Cibersegurança, nomeadamente nas Entidades Gestoras dos Serviços de Abastecimento de Água e Saneamento.



Patrocinadores

para Entidades Gestoras de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais



Os STI participaram na comissão científica do maior evento do setor, o ENEG 2021 - Encontro Nacional Entidades Gestoras Água e Saneamento, com a temática "Dificuldades na Gestão da Água e a Emergência Climática: Mudanças Necessárias".

Foi também realizada uma apresentação com o tema "Digitalização e Transformação Digital de Uma Entidade Gestora: A Visão!".

Investimentos

O plano de investimentos para 2021 divide-se por dois eixos operacionais do Programa Operacional de Eficiência Energética no Uso de Recursos: Aviso Ciclo Urbano da Água, orçamentado em 22 milhões de Euros e o Aviso Eficiência Hídrica, orçamentado em 13 milhões de Euros.

Em 2021 concluímos o lançamento de todas as empreitadas relativos ao plano de investimentos previstos pelo Programa Operacional de Eficiência Energética no Uso de Recursos: Aviso Ciclo Urbano da Água.

No âmbito do Aviso relativo à Eficiência Hídrica, a candidatura tem um valor aprovado de 13,3 milhões de euros, decompondo-se o investimento em 8 milhões de euros para aquisição de equipamentos e novas tecnologias, telemetria e telegestão e 5,7 milhões de euros para a renovação de redes de distribuição de água.

No que respeita à aquisição de equipamentos e novas tecnologias, telemetria e telegestão, em 2021 foram lançados todos os procedimentos com exceção de 1 milhão de euros para a aquisição a instalação do *scada* e telegestão que será contratado no primeiro trimestre de 2022. Relativamente à renovação de redes de distribuição de água será, igualmente, lançado no primeiro trimestre de 2022 o procedimento de empreitada para a renovação da rede na EN13 em Vila Nova de Cerveira na ordem dos 2,4 milhões de euros.

AdAM R&C 2021 87 de 202



F. Machado

De referir que a AdAM alcançou a majoração do financiamento aproximado de quatrocentos mil euros, possibilitado pelo POSEUR, na maioria das operações.

Estes investimentos irão assegurar uma melhoria da qualidade do serviço prestado, com consequências positivas no ambiente e na qualidade de vida da população.

Na tabela infra apresenta-se o ponto de situação acumulado das operações do POSEUR com as consignações e os prazos de execução:

Tabela 27 - Ponto de situação das empreitadas



Em euros						
Candidatura	Designação	Candidatado	Adjudicatária	Valor Adjudicação PRC	Consignação	Prazo
POSEUR-03-2012-FC-001167	Intervenções no SAR de Cossourado – DARU (Paredes de Coura)	252 825	Camacho Engenharia	734 050	dez/20	150
POSEUR-03-2012-FC-001167	Saneamento no lugar de Castro - Rubiães e ETAR de Cossourado	254 066	Camacho Engenharia	734 050	dez/20	180
POSEUR-03-2012-FC-001169	Intervenções na Rede de Drenagem de Águas Residuais em Baixa no Município de Paredes de Coura (SAR Vascões)	116 667	Camacho Engenharia	117 316	fev/21	180
POSEUR-03-2012-FC-001169	Saneamento no lugar de Branda	116 667	Camacho Engenharia	117 316	fev/21	180
POSEUR-03-2012-FC-001172	Intervenções nas Redes de Abastecimento de Água em Baixa no Município de Vila Nova de Cerveira (SAA Castanheira/Insalde)	811 248	Baltor	1 098 990	fev/21	360
POSEUR-03-2012-FC-001172	Reforço da Rede de Água em Baixa às Freguesias do Interior - Reservatório, Adução e Distribuição (Sapardos, Candemil/ Gondar, Mentrestido)	800 273	Baltor	1 098 990	fev/21	360
POSEUR-03-2012-FC-001172	Aquisição de serviços para "Reforço da Rede de Água em Baixa às Freguesias do Interior – Reservatório, Adução e Distribuição (Sapardos, Candemil/Gondar e Mentrestido) – Elaboração do Projeto	10 975	Baltor	4 000	fev/21	360
POSEUR-03-2012-FC-001173	Intervenções nas Redes de Abastecimento de Água em Baixa no Município de Vila Nova de Cerveira (SAA Covas)	994 452	Baltor	1 399 722	fev/21	360
POSEUR-03-2012-FC-001173	Abastecimento de Água à Freguesia de Covas - Ligação Alta/Baixa aos Reservatórios Existentes	994 452	Baltor	1 399 722	fev/21	360
POSEUR-03-2012-FC-001175	Intervenções nas Redes de Abastecimento de Água em Baixa nos Municípios de Arcos de Valdevez, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira (SAA S. Jorge)	5 623 894	Baltor	110 138	nov/20	360
POSEUR-03-2012-FC-001175	Abastecimento de água na Rua de Água de Enfrói – União de Freguesias de Moledo/Cristelo	48 000	Baltor	110 138	nov/20	360
POSEUR-03-2012-FC-001190	Intervenções na Rede de Drenagem de Águas Residuais em Baixa no Município de Caminha (SAR Gelfa)	987 989	Baltor	1 133 301	nov/20	360
POSEUR-03-2012-FC-001190	Rede de saneamento da Rua do Felo - Moledo				nov/20	360
POSEUR-03-2012-FC-001190	Rede de saneamento Ancora Lage e Alvorada	84 989	Baltor	1 133 301	nov/20	360
POSEUR-03-2012-FC-001190	Rede de saneamento da Rua de Águas de Enfrói - Moledo				nov/20	360

Em euros

Candidatura	Designação	Candidatado	Adjudicatária	Valor Adjudicação PRC	Consignação	Prazo
POSEUR-03-2012-FC-001191	Intervenções na Rede de Drenagem de Águas Residuais em Baixa no Município de Paredes de Coura (SAR Igreja/Castanheira)	152 716	Camacho Engenharia	294 069	fev/21	180
POSEUR-03-2012-FC-001191	Execução das redes de saneamento nos lugares de Còvelo à Veiga e Cuco/Ribas, freguesia da Castanheira	152 716	Camacho Engenharia	294 069	fev/21	180
POSEUR-03-2012-FC-001192	Intervenções na Rede de Drenagem de Águas Residuais em Baixa no Município de Caminha (SAR Caminha)	885 706	Baltor	816 425	nov/20	360
POSEUR-03-2012-FC-001192	Rede de saneamento do lugar de Castanheirinho - Venade	115 706	Baltor	816 425	nov/20	360
POSEUR-03-2012-FC-001192	Rede de saneamento de Azevedo				nov/20	360
POSEUR-03-2012-FC-001193	Intervenções na Rede de Drenagem de Águas Residuais em Baixa no Município de Paredes de Coura (SAR Cunha)	56 136	Camacho Engenharia	138 039	fev/21	180
POSEUR-03-2012-FC-001193	Execução da rede de saneamento no lugar de Lizouros de Baixo, freguesia de Cunha	56 136	Camacho Engenharia	138 039	fev/21	180
POSEUR-03-2012-FC-001198	Intervenções na Rede de Drenagem de Águas Residuais em Baixa no Município de Valença (SAR Campos)	40 200	Narom, SL S	78 885	fev/21	360
POSEUR-03-2012-FC-001198	Estação elevatória do lugar do Monte e travessa da EN 13 - S. Pedro da Torre	40 200	Narom, SL S	78 885	fev/21	360
POSEUR-03-2012-FC-001199	Intervenções na Rede de Drenagem de Águas Residuais em Baixa no Município de Valença (SAR Valença)	1 284 437	Narom, SL S	1 629 992	fev/21	360
POSEUR-03-2012-FC-001199	Rede de recolha de águas residuais em Ervelho - Cristelo-Côvo	66 029	Narom, SL S	195 053	N/adj	N/adj
POSEUR-03-2012-FC-001199	Rede de recolha de águas residuais na Zona Sudoeste de Cerdal	893 282	Narom, SL S	1 059 766	fev/21	360
POSEUR-03-2012-FC-001199	Reforço da rede de águas residuais de Ganfei	233 577	Narom, SL S	375 173	N/adj	N/adj
POSEUR-03-2012-FC-001257	Instalação de equipamentos de monitorização e controlo nos sistemas de abastecimento de água. Lote 1 - equipamentos de monitorização e	1 750 000	Manvia	484 547	nov/20	360
POSEUR-03-2012-FC-001257	abastecimento de água. Lote 1 - equipamentos de monitorização e		CIMONTUBO	985 000	jul/21	720
POSEUR-03-2012-FC-001257	Instalação de equipamentos de monitorização e controlo nos sistemas de abastecimento de água. Lote 2 - equipamentos de monitorização e	650 000	Manvia	171 740	nov/20	180
POSEUR-03-2012-FC-001257	abastecimento de água. Lote 2 - equipamentos de monitorização e		Manvia	306 000	jul/21	720
POSEUR-03-2012-FC-001257	controlo no município de Caminha		CIMONTUBO	109 915	jun/21	334
POSEUR-03-2012-FC-001257	Instalação de equipamentos de monitorização e controlo nos sistemas de abastecimento de água. Lote 3 - equipamentos de monitorização e	590 000	Manvia	97 532	nov/20	180
POSEUR-03-2012-FC-001257	abastecimento de água. Lote 3 - equipamentos de monitorização e		MONTE & MONTE	456 000	jul/21	720
POSEUR-03-2012-FC-001257	Instalação de equipamentos de monitorização e controlo nos sistemas de abastecimento de água. Lote 4 - equipamentos de monitorização e	1 770 000	Manvia	549 844	nov/20	360
POSEUR-03-2012-FC-001257	abastecimento de água. Lote 4 - equipamentos de monitorização e		MONTE & MONTE	656 000	jul/21	720
POSEUR-03-2012-FC-001257	controlo no município de Ponte de Lima		CIMONTUBO	253 103	jun/21	334
POSEUR-03-2012-FC-001257	Instalação de equipamentos de monitorização e controlo nos sistemas de abastecimento de água. Lote 5 - equipamentos de monitorização e	1 050 000	MEO	456 000	nov/20	360
POSEUR-03-2012-FC-001257	abastecimento de água. Lote 5 - equipamentos de monitorização e		Manvia	477 294		
POSEUR-03-2012-FC-001257	Instalação de equipamentos de monitorização e controlo nos sistemas de abastecimento de água. Lote 6 - equipamentos de monitorização e	1 000 000	CIMONTUBO	950 000	jul/21	720
POSEUR-03-2012-FC-001257	controlo no município de VCT					
POSEUR-03-2012-FC-001257	Instalação de equipamentos de monitorização e controlo nos sistemas de abastecimento de água. Lote 7 - equipamentos de monitorização e	1 200 000	Manvia	157 296	nov/20	180
POSEUR-03-2012-FC-001257	abastecimento de água. Lote 7 - equipamentos de monitorização e		Manvia	675 000	jul/21	720
POSEUR-03-2012-FC-001257	Ligação entre o IC28 e o Parque Industrial de Mogueiras (Município de Arcos de Valdevez)		Questão d' Área, Lda.		dez/20	150
POSEUR-03-2012-FC-001257	Avenida de Ligação da Rotunda da Solidariedade à Rotunda da Variante em Prozelos (Município de Arcos de Valdevez)		Município		dez/20	150
POSEUR-03-2012-FC-001257	Reabilitação da Rede de Abastecimento da Rede de Abastecimento de Água na Alameda Dr. Francisco Sá Carneiro (Município de Arcos de Valdevez)	81 968		587 887	dez/20	150
POSEUR-03-2012-FC-001257	Reabilitação da Rede de Infraestruturas de Abastecimento de Água (Município de Arcos de Valdevez)		Questão d' Área, Lda.		dez/20	150
POSEUR-03-2012-FC-001257	Renovação de Rede de Abastecimento em Âncora - Lage (Município de Caminha)	561 103	Baltor	377 354	Em Adjudicação	Em Adjudicação
POSEUR-03-2012-FC-001257	Reabilitação da rede de abastecimento de água - Subsistema de Mouselos (município de Paredes de Coura)		Boaventura & Boaventura		Adjudicação	
POSEUR-03-2012-FC-001257	Reabilitação da rede de abastecimento de água - Subsistema de Irijó (município de Paredes de Coura)	72 544		610 226		180
POSEUR-03-2012-FC-001257	Reabilitação da rede de abastecimento de água - Subsistema de Formariz e Ferreira (município de Paredes de Coura)					
POSEUR-03-2012-FC-001257	Reabilitação da rede de abastecimento de água - Subsistema de Trovela (município de Ponte de Lima)		Boaventura & Boaventura		fev/21	240
POSEUR-03-2012-FC-001257	Reabilitação da rede de abastecimento de água - Subsistema de Neiva (município de Ponte de Lima)		Boaventura & Boaventura		fev/21	240
POSEUR-03-2012-FC-001257	Reabilitação da rede de abastecimento de água - Subsistema de Bertandos (município de Ponte de Lima)	18 006	Boaventura & Boaventura	1 841 700	fev/21	240
POSEUR-03-2012-FC-001257	Reabilitação da rede de abastecimento de água - Subsistema de São Jorge (município de Ponte de Lima)		Boaventura & Boaventura		fev/21	240
POSEUR-03-2012-FC-001257	Reabilitação da rede de abastecimento de água - Subsistema de Lapela (município de Valença)	328 316	Baltor		Adjudicação	240
POSEUR-03-2012-FC-001257	Reabilitação da rede de abastecimento de água - Ponto de entrega de Barroselas (município de VCT)		Boaventura & Boaventura		ago/20	240
POSEUR-03-2012-FC-001257	Reabilitação da rede de abastecimento de água - Pontos de entrega de Ursulinas/Monserrate, S. João Arga/Meadela, Samonde/Portuzelo, Quinta da Bouça/Darque, Portela/Meadela, Perre, Mujães, Fincão, Espregueira Mendes II/Srª Maria, Chafé/Anha e Cardielos/Serreleis (município de VCT)	674 104	Boaventura & Boaventura	1 342 818	ago/20	240
POSEUR-03-2012-FC-001257	Remodelação da rede de abastecimento de água na EN 13 (município de Vila Nova de Carvalha)	1 246 050	Martins & Filhos, S.A.	1 229 699		
POSEUR-03-2012-FC-001257	PRC 017/2020: Aquisição de equipamentos de deteção de fugas de água no âmbito das candidaturas aprovadas POSEUR-03-2012-FC-001257 - Eficiência Hídrica	48 240	Tecniliab Portugal	48 240	mar/20	60
TOTAL		5 778 233		6 037 925		

AdAM R&C 2021 89 de 202



Handwritten signatures and initials, including a large signature that appears to be 'F. Machado'.

Gestão Integrada no Controlo de Perdas de Água e Afluências Indevidas

No seguimento do trabalho desenvolvido no ano de 2020, a equipa desenvolveu várias ações e atividades com elevado impacto no futuro sustentável da ADAM. Especificamente:

- Apoio na deteção de fugas não visíveis:

Durante o ano de 2021 e com maior foco no primeiro semestre a equipa colaborou de perto com o COP SUL de modo a diminuir os caudais mínimos noturnos nos sistemas de Viana do Castelo;

Realizamos *step-test*, colocação e análise de correladores acústicos e auscultação através de geofone da rede de abastecimento;

No segundo semestre o número de intervenções foi diminuindo, por necessidade de redirecionar os esforços para o bom desenvolvimento dos investimentos do POSEUR.

- Balanço Hídrico:

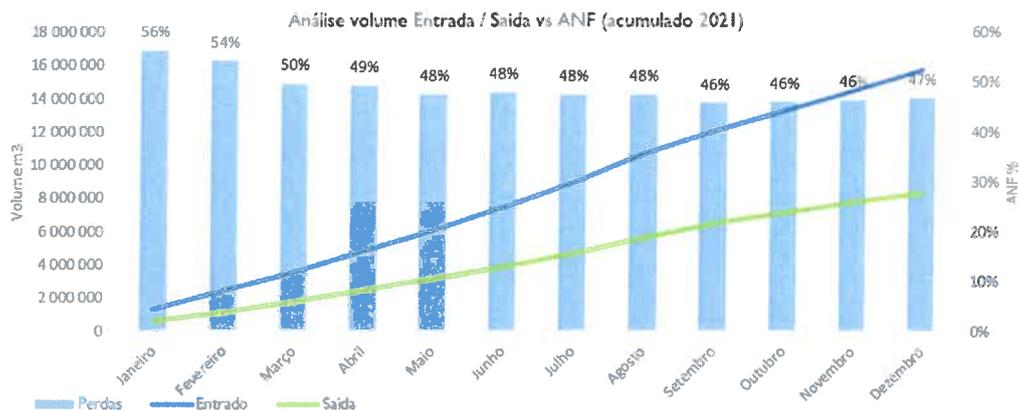
Mensalmente foi calculado o balanço hídrico, o que permitiu uma análise crítica por parte de todas as áreas e a deteção de possíveis ações de melhoria.

Tabela 28 - Balanço Hídrico Águas do Alto Minho 2021

	Volume de água faturado	Volume entrado no sistema (m3)			Água Não Faturada
		Captações	Adquirido AdN	Total	
ARCOS VALDEVEZ	745 686	106 242	1 221 606	1 327 848	43,8%
CAMINHA	939 705	111 611	1 471 458	1 583 069	40,6%
PAREDES COURA	363 076	56 442	671 779	728 221	50,1%
PONTE DE LIMA	1 378 127	170 768	3 609 955	3 780 723	63,5%
VALENCA	650 667	299 256	2 057 195	2 356 451	72,4%
VIANA DO CASTELC	3 856 614	0	5 156 146	5 156 146	25,2%
VILA NOVA DE CER	436 935	408 240	436 142	844 382	48,3%
Total	8 370 808	1 152 559	14 624 281	15 776 840	46,9%

No último semestre, foi realizada a adaptação da informação, de modo a permitir comparar valores e indicadores entre sistemas e períodos.

Tabela 29 - Análise da evolução da % ANF em relação ao volume de entrada e saída do sistema



Por fim, foi apresentado o Balanço Hídrico em formato da IVA;

- Colaboração no plano de resiliência dos sistemas da AdAM em conjunto com a AdP Valor:

A equipa integrou o grupo de trabalho da AdAM com vista à elaboração do plano de resiliência para os sistemas com potenciais falhas no período de Verão;

Foram desenvolvidos os trabalhos de desenho e descodificação dos mapas hidráulicos dos sistemas, bem como a organização da informação do software de gestão operacional para a determinação das probabilidades de ocorrência.

- Procedimentos de Eficiência Hídrica – POSEUR:

Depois do foco de 2020 ter sido a preparação e lançamento dos 4 procedimentos de Eficiência Hídrica, este ano de 2021 teve com principal atividade o acompanhamento da execução dos contratos adjudicados;

Em relação ao PRC 70/2020 – Medição nas Infraestruturas Localizadas foi necessário efetuar visitas a todas as instalações com o prestador de serviços com o objetivo de clarificar onde e como deveriam ser instalados os medidores, bem como uma constante comunicação com a DOP para articular a necessária interrupção de serviço. Este processo desenvolveu-se ao longo do ano de 2021 e vai continuar este ano;

Em paralelo e com a adjudicação do procedimento PRC 107/2020 Fornecimento e Instalação de VRP & ZMC foi necessário continuar com o desenvolvimento dos projetos de eficiência hídrica de cada município. Este trabalho é de extrema importância para a AdAM investir da melhor forma possível os apoios do POSEUR e conseguir obter os melhores resultados na redução das perdas de água;

No seguimento dos projetos de EH foi estabelecida uma parceria com a EPAL de modo a nos prestarem apoio técnico da definição da metodologia a adotar e apoio na localização dos equipamentos a instalar;

Na tabela a baixo podemos verificar os números do ano de 2021 dos dois procedimentos, tendo em conta o número inicialmente previsto de equipamentos a instalar.

Tabela 30 - Ponto de situação procedimento Eficiência Hídrica

	Medição das infraestruturas	% de execução (PRC 070/2020)	VRP & ZMC	% de execução (PRC 107/2020)
ARCOS VALDEVEZ	36	34%	28	16%
CAMINHA				
PAREDES COURA	16	100%		
PONTE DE LIMA	28	24%	18	10%
VALENCA	12	11%		
VIANA DO CASTELO				
VILA NOVA DE CERVEIRA	1	3%		
Total	93	23%	46	6%

- Acompanhamento técnico

Como consequência do estudo dos sistemas de abastecimento para a definição do projeto de eficiência hídrica, a equipa colaborou com a DOP para o melhor entendimento do funcionamento hidráulico, visando otimizar o sistema e reduzir o número de ocorrências.

- Início do projeto piloto WONE

No âmbito da parceria desenvolvida nos projetos de EH foi prevista a realização de um teste piloto do software de apoio à decisão WONE no sistema de abastecimento de Viana do Castelo; Assim, foi necessário parametrizar toda a informação das zonas de monitorização e controlo existente no Município para os formulários do programa WONE.

- Interação com o SIG – Correção de Cadastro e outras ações

Em conjunto com a equipa SIG deu-se continuidade à correção de cadastro através da camada de edição criada para o efeito, foram realizados em número significativo alterações à informação existente, o que contribuiu para a melhoria constante da ferramenta SIG.

Foi desenvolvido o *Dashboard* Controlo de Perdas que permite o acompanhamento em tempo real da evolução dos procedimentos da EH e do trabalho desenvolvido pela equipa.

Comunicação

Durante o período de 2021, a Área de Comunicação, Informação e Educação Ambiental desenvolveu diversas ações e atividades que visaram a promoção da marca junto dos seus trabalhadores e trabalhadores, bem como junto dos e das cliente e comunidade envolvente.

2021 foi o ano que sucedeu a um conturbado início da empresa e conseqüente pacificação com os equívocos iniciais cometidos, com a normalização do serviço de excelência com que nos comprometemos a prestar, bem como o exalar da essência da nossa missão para com a Comunidade Envolte da Região do alto Minho. Este foi o ano em que se encetou a implementação da marca, demonstrando a importância da presença da AdAM no desenvolvimento económico, na proteção e garantia de futuro dos recursos hídricos e ambientais da Região, bem como na contribuição para a melhoria da qualidade de vida da população.

Por forma a estabelecer relações de proximidade com todos os/as *stakeholders*, foram desenhadas e realizadas diversas atividades e ações no exterior com divulgação de boas práticas, de serviços praticados pela empresa, bem como investimentos para a Eficiência Hídrica e candidaturas no Âmbito do Ciclo Urbano da Água, tais como a implementação das Redes Sociais da AdAM (*Facebook e LinkedIn*) e a sua utilização na promoção dos vários serviços prestados pela AdAM, bem como dos investimentos e objetivos definidos para o ano em questão.

Foram promovidas ações que visam valorizar a conciliação da família com o trabalho, no âmbito da implementação do Plano de Igualdade de Género. Celebramos, como começa a ser tradição, o aniversário da AdAM, o Natal dos trabalhadores e das trabalhadoras e, muito importante, o Natal para as filhas e filhos das nossas trabalhadoras e trabalhadores.

Findo o ano de 2021, olhamos 2022 com perseverança e desenhamos novas atividade, novas ações que nos irão aproximar de todas e de todos.

9. A Gestão do Capital Humano

O ano 2021 fica marcado pela consolidação do arranque efetivo da empresa, através da implementação de uma cultura organizacional conjugada com práticas e valores partilhados, tendo em vista o fortalecimento e a ligação com o universo das empresas do grupo AdP.

Uma gestão de Recursos Humanos integrada nos pressupostos estratégicos, na missão e nos valores da empresa, permitirá na prática uma gestão mais eficaz da cultura empresarial.

No ano 2021 merece especial destaque a evolução da situação epidemiológica em Portugal causada pelo vírus SARS -CoV -2 e pela doença COVID, o que obrigou a empresa a rever as suas estratégias, adaptando-se quer do ponto de vista organizacional, quer do ponto de vista humano, garantindo a respetiva capacidade de manter a sua atividade e, em paralelo a saúde dos seus trabalhadores/as.

Neste sentido, continuou-se a assegurar o trabalho remoto para todas as atividades compatíveis com esta modalidade de trabalho, através de práticas de antecipação ou prolongamento dos períodos de teletrabalho face aos admitidos por lei, reorganização das equipas, bem como o desfasamento de horários de entrada e saída nos locais de trabalho para evitar risco de contágio para os trabalhadores/as afetos à prestação de serviços essenciais à população.

A AdAM prosseguiu durante o ano 2021 uma cultura interna de valorização das pessoas como modo de aproveitamento dos talentos individuais, de satisfação das necessidades funcionais da Empresa e da melhoria do bem-estar dos/as trabalhadores/as, quer através da aposta na carreira individual, em função das diferentes motivações, interesses e investimentos formativos de cada trabalhador/a, quer através de mobilidades funcionais e geográficas e de oportunidades de recrutamento interno.

Salienta-se ainda a saída de vários/as trabalhadores/as e a dificuldade de dimensionamento das equipas face a limitações orçamentais e de concretização de processos de recrutamento, devido à conjuntura mais desafiante da pandemia.

Em 31 de dezembro de 2021, a equipa da AdAM contava com 154 trabalhadores/as, em resultado das seguintes movimentações durante o ano, apresentando uma taxa de rotatividade de cerca de 7%:

MOVIMENTAÇÕES DE PESSOAL			
	Total	Mulheres	Homens
Admissões	16	4	12
Cessações	11	2	9

As cessações decorreram de iniciativa dos trabalhadores/as (4), de caducidade do contrato de trabalho (3), de iniciativa da empresa (1), de iniciativa da entidade de origem (1), do regime de aposentação (1) e de óbito (1).

As 16 admissões verificadas visaram o reforço do quadro de pessoal em linha com o aprovado no PAO 2021 e a substituição de trabalhadores/as que saíram no decurso do ano 2021, sempre que verificada essa necessidade. A informação que se apresenta nos quadros e gráficos seguintes não inclui Órgãos Sociais.

Caraterização

A equipa da AdAM, a 31 de dezembro de 2021, era constituída por 106 trabalhadores do sexo masculino (69%) e 48 trabalhadoras do sexo feminino (31%), com a seguinte distribuição por género:

Tabela 31 - Distribuição por género dos trabalhadores/as da AdAM

	2021			2020		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Chefia	7	4	3	7	4	3
Chefia intermédia	18	8	10	17	7	10
Técnico de apoio administrativo	35	24	11	35	24	11
Técnico operacional	82	4	78	79	5	74
Técnico superior ou equiparado	12	8	4	11	6	5
Total	154	48	106	149	46	103

No ano 2021, a AdAM deu continuidade à implementação do plano de igualdade de género, corporizando um conjunto de princípios e políticas de recursos humanos, não discriminatórios, pretendendo dar o seu contributo ativo, para a implementação das melhores práticas de promoção da igualdade na sociedade. Nesse sentido, a AdAM está empenhada em garantir a igualdade de oportunidades entre homens e mulheres em todos os processos de recrutamento e seleção.

No que se refere à média mensal da retribuição total anual dos trabalhadores/as com menor vencimento, verifica-se uma aproximação entre homens e mulheres. De referir que na AdAM existe igualdade remuneratória entre homens e mulheres nos vários níveis de responsabilidade de chefias.

OUTROS INDICADORES

Unidade: euros

Média mensal da retribuição total anual do colaborador (masculino) com menor vencimento	892
Média mensal da retribuição total anual do colaborador (feminino) com menor vencimento	890
Média mensal da retribuição base mensal (dos colaboradores/as no ativo com exceção do valor mais elevado)	1 070

Vínculo contratual

No que se refere ao vínculo contratual, 61% dos/as trabalhadores/as estão vinculados através de Acordos de Cedência de Interesse Público, em resultado do processo de integração de colaboradores dos Municípios. Destaca-se ainda que 32% dos/as trabalhadores/as celebraram contratos sem termo, decorrente do reforço do quadro de pessoal. Os contratos a termo certo e incerto visam suprir necessidades temporárias de carácter excecional.

A valorização profissional dos/as trabalhadores/as levou a empresa a repensar novos desafios futuros em termos de gestão de recursos humanos, concretizando-se durante o 2.º semestre de 2021 a passagem de 39 contratos de trabalho a termo para contratos sem termo, regularizando assim todas as situações

correspondentes a necessidades permanentes, possibilitando também esta medida o incremento da satisfação dos trabalhadores/as.

Tabela 32 - Vínculo contratual dos trabalhadores/as da AdAM

	2021			2020		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
Cedência de Interesse Público	94	24	70	99	25	74
Contrato sem Termo	50	16	34	11	4	7
Contrato a Termo Certo	4	2	2	31	9	22
Contrato a Termo Incerto	6	6		8	8	
Total	154	48	106	149	46	103

Escalões etários

A idade média dos/as trabalhadores/as é de 47 anos (homens: 48 anos, mulheres: 44 anos), conforme distribuição etária abaixo apresentada. Cerca de 50% dos/as trabalhadores/as situam-se na faixa etária acima dos 50 anos.

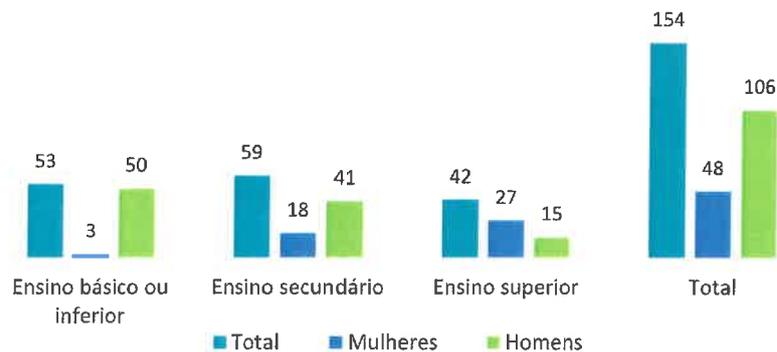
Tabela 33 - Escalões etários dos trabalhadores da AdAM

	2021			2020		
	Total	Mulheres	Homens	Total	Mulheres	Homens
<30	13	2	11	10	3	7
30-39	31	15	16	31	14	17
40-49	33	13	20	32	10	22
50-59	52	12	40	57	14	43
>59	25	6	19	19	5	14
Total	154	48	106	149	46	103

Habilitações académicas

As habilitações académicas dos/as trabalhadores/as da AdAM estão distribuídas conforme a seguir apresentado, destacando-se que cerca de 27% detém qualificações ao nível do ensino superior.

Figura 19 - Habilitações literárias dos trabalhadores da AdAM



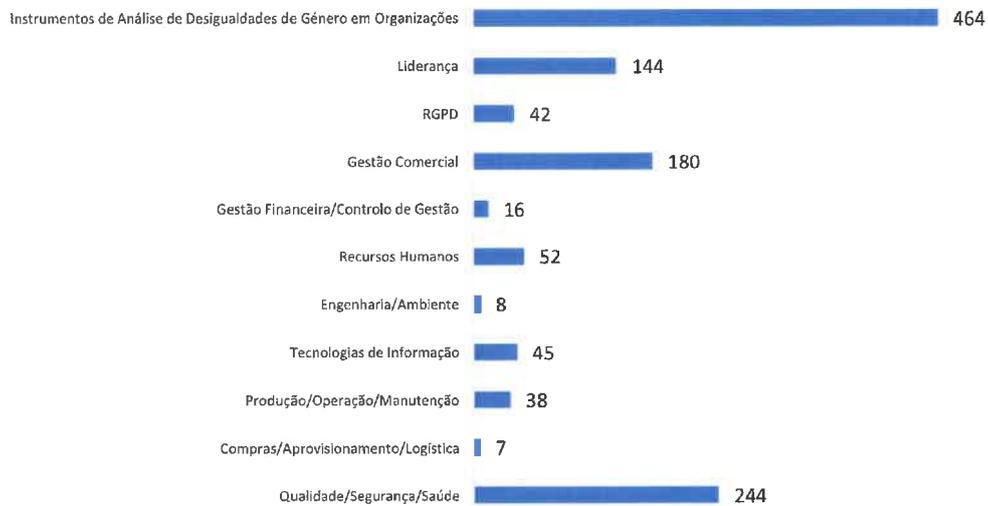
Formação

No ano de 2021 realizaram-se diversas ações de formação interna e externa e de comunicação, por meios digitais e físicos, com especial enfoque na capacitação das equipas, onde se incluem ações específicas de acolhimento organizacional e funcional e de sensibilização, ações direcionadas para a utilização das aplicações informáticas e tecnologias de informação, as quais deram origem a 1.240 horas de formação.

Importa salientar que um grupo de trabalhadoras da AdAM participou no curso "Instrumentos de Análise de Desigualdades de Género em Organizações", integrado no projeto bridGEs - Empresas do Alto Minho pela Igualdade de Género, tendo esta participação um contributo fundamental para o sucesso da implementação destas políticas na AdAM.

Decorrente dos constrangimentos provocados pela pandemia, as ações previstas não foram integralmente realizadas, resultando daqui uma redução significativa das horas de formação face ao ano anterior.

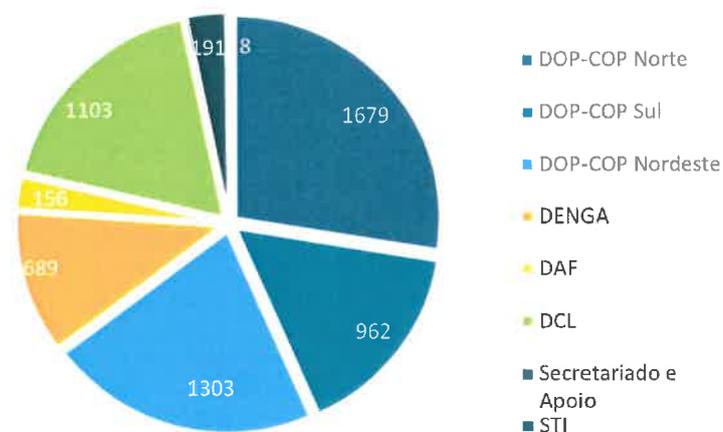
Figura 20 - Ações de Formação e Desenvolvimento



Trabalho suplementar

O trabalho suplementar resulta sobretudo da necessidade da AdAM garantir tempos de resposta a ocorrências relacionadas com reparações e intervenções nos sistemas de abastecimento de água e águas residuais e de resposta a solicitações de clientes.

Figura 21 – Trabalho suplementar



Absentismo

A taxa de absentismo em 2021 registou um aumento significativo face a 2020, sobretudo decorrente de ausências por doença, situando-se em 6,05%, correspondendo a 17.429 horas de ausência.

Tabela 34 - Tipo de absentismo

	2021
Doença	5,18%
Parentalidade	0,08%
Atividade Sindical	0,04%
Ausências - Covid-19	0,29%
Acidentes de Trabalho	0,07%
Outras Licenças	0,23%
Outras Ausências	0,15%
Total	6,05%

Acidentes de trabalho

Em 2021 ocorreram 4 acidentes de trabalho, dos quais 2 deram origem a situações de baixa médica.

ACIDENTES DE TRABALHO

	Total
N.º Acidentes de Trabalho	4
N.º Acidentes de Trabalho com dias perdidos	2
Total de dias perdidos	27

10. Análise Económica e Financeira

Introdução

A análise económica e financeira que se apresenta pretende abordar os resultados decorrentes do exercício de 2021, devendo ser lida em conjugação com as demonstrações financeiras do exercício e as respetivas notas anexas.

Situação Económica

Os resultados apresentados pela AdAM nas suas demonstrações financeiras são influenciados pelo desvio de recuperação de gastos. Entenda-se o desvio de recuperação de gastos como o volume de rendimentos necessários à cobertura da totalidade dos gastos incorridos pela EGP, incluindo impostos sobre os resultados

e a remuneração dos capitais próprios, e o volume de rendimentos efetivamente gerado, traduzindo-se assim o valor do desvio de recuperação de gastos no excedente (superavit) ou défice apurado.

O resultado líquido do exercício foi cerca de 195,7 mil euros e o desvio de recuperação de gastos registou um défice, de 7,9 M€. O cash flow operacional apurado foi negativo em 1,2 M€, em consequência dos constrangimentos surgidos durante o ano, situando-se o resultado operacional (sem desvio tarifário) em cerca de - 7 M€.

	<i>Unidade: euros</i>	
	2021	2020
Rédito de contratos com clientes	23 276 363	23 296 962
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	5 440 337	1 250 416
Gastos com mercadorias e matérias consumidas	-8 125 457	-7 597 795
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	-5 440 337	-1 250 416
Fornecimentos e serviços externos	-10 842 245	-9 567 381
Gastos com pessoal	-3 502 226	-3 613 523
Subsídios ao investimento	285 110	293 769
Outros gastos e perdas operacionais	-2 339 878	-40 286
Outros rendimentos e ganhos operacionais	1 853	1 017
Cash flow operacional	-1 246 481	2 772 763
Perdas por imparidade e reversões do exercício	-984 696	-156 445
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	-4 747 467	-4 423 200
Resultados operacionais (sem desvio tarifário)	-6 978 644	-1 806 882
Desvio de Recuperação de Gastos	7 958 993	1 931 335
Resultados operacionais (com desvio tarifário)	980 349	124 453
Gastos financeiros	-90 816	-88 191
Rendimentos financeiros	13 220	0
Resultados financeiros	-77 595	-88 191
Resultados antes de imposto	902 754	36 262
Imposto do exercício	-6 522	-399 397
Imposto diferido	-700 518	423 742
Imposto sobre o rendimento	-707 041	24 345
Resultado líquido do exercício	195 713	60 608
Rendimento integral	195 713	60 608

De seguida apresentam-se os principais impactos da pandemia nas rúbricas de resultados:

Em euros

Efeitos COVID-19 - Impacto em resultados	31/12/2021
FSE	148 337
FSE-Limpeza Higiene e Conforto	228
FSE-Segurança Trabalho	1 001
FSE- Desinfecção	1 310
FSE- Trabalhos Especializados	143 224
FSE- Franquia e Vales	2 575
FSE-Outros	
Gastos com o Pessoal	2 475
Outros gastos com pessoal	2 475
Gastos Financeiros	0

Situação Financeira

A AdAM apresenta um total de Balanço de 42 milhões de euros, que face ao ano anterior reflete um aumento de cerca de 115%, em grande parte devido ao investimento efetuado, ao aumento da atividade e ao incremento do desvio tarifário ativo. O Capital Próprio cifra-se em 3,9 milhões de euros, contemplando o capital social no valor de 3,6 milhões de euros e o resultado líquido do exercício no valor de 195,7 mil euros.

	Unidade: euros	
	31.12.2021	31.12.2020
Ativos não correntes	26 125 801	12 173 537
Ativos correntes	16 030 297	13 738 374
Total do ativo	42 156 099	25 911 911
Capital próprio	3 874 308	1 878 595
Total do capital próprio	3 874 308	1 878 595
Passivos não correntes	22 941 944	13 187 350
Passivos correntes	15 339 846	10 845 965
Total do passivo	38 281 791	24 033 315
Total do passivo e do capital próprio	42 156 099	25 911 911

Investimentos

Em 2021 a AdAM investiu um total aproximado de 5 milhões de euros.

II. Cumprimento das Orientações e Disposições Legais

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação/Identificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão					
Indicadores	x				Alínea a) do ponto 1 do capítulo do Relatório & Contas
Não degradação do GO/VN face ao EVEF		x			Alínea a) do ponto 1 do capítulo do Relatório & Contas
Volume de endividamento da sociedade	x				Alínea a) do ponto 1 do capítulo do Relatório & Contas
Percentagem de faturação que não é recebida e objeto de imparidades		x			Alínea a) do ponto 1 do capítulo do Relatório & Contas
Cumprimento do EBITDA ajustado estimado no EVEF		x			Alínea a) do ponto 1 do capítulo do Relatório & Contas
Percentagem de água não faturada		x			Alínea a) do ponto 1 do capítulo do Relatório & Contas
Qualidade da água fornecida	x				Alínea a) do ponto 1 do capítulo do Relatório & Contas
Qualidade da água residual drenada	x				Alínea a) do ponto 1 do capítulo do Relatório & Contas
Investimento	x				Alínea b) do ponto 1 do capítulo do Relatório & Contas
Nível de endividamento	x				Alínea b) do ponto 1 do capítulo do Relatório & Contas
Grau de execução do orçamento carregado no SIGO/SOE			x		
Gestão do Risco Financeiro	x				Ponto 2 do capítulo do Relatório & Contas
Limites de Crescimento do Endividamento	x				Ponto 3 do capítulo do Relatório & Contas
Evolução do PMP a fornecedores	x				Ponto 4 do capítulo do Relatório & Contas
Divulgação dos atrasos nos pagamentos ("Arrears")	x				Ponto 4 do capítulo do Relatório & Contas
Recomendações do acionista na última aprovação de contas			x		
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	x				
CA - reduções e reversões remuneratórias vigentes em 2020	x				Ponto 6 do capítulo do Relatório & Contas
Fiscalização (CF/ROC/FU) - reduções remuneratórias vigentes em 2020	x				Ponto 6 do capítulo do Relatório & Contas
Auditor Externo - redução remuneratória vigente em 2020			x		
Artigo 32º e 33º do EGP					
Não utilização de cartões de crédito	x				Ponto 7 do capítulo do Relatório & Contas
Não reembolso de despesas de representação pessoal	x				Ponto 7 do capítulo do Relatório & Contas
Valor máximo de despesas associadas a comunicações	x				Ponto 7 do capítulo do Relatório & Contas
Valor máximo de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço	x				Ponto 7 do capítulo do Relatório & Contas
Despesas não documentadas ou confidenciais - nº2 do artigo 16º do RJSPF e art.º 11º do EGP					
Proibição de realização de despesas não documentadas ou confidenciais	x				Ponto 8 do capítulo do Relatório & Contas
Promoção de igualdade salarial entre mulheres e homens - nº 2 da RCM nº 18/2014					
Elaboração e Divulgação do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens	x				Ponto 9 do capítulo do Relatório & Contas
Elaboração e divulgação de relatório anual sobre prevenção da corrupção	x				Ponto 10 do capítulo do Relatório & Contas
Contratação Pública					
Aplicação das Normas de Contratação Pública pela Empresa	x				Ponto 11 do capítulo do Relatório & Contas
Aplicação das Normas de Contratação Pública pelas Participadas			x		
Contratos submetidos a visto prévio do TC			x		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	x				Ponto 12 do capítulo do Relatório & Contas
Gastos Operacionais das Empresas Públicas	x				Ponto 13 do capítulo do Relatório & Contas
Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria (artigo 49º do DLEO 2019)	x				Ponto 14 do capítulo do Relatório & Contas
Princípio da Unidade de Tesouraria (artigo 28º do DL 133/2013)					
Disponibilidades e aplicações centralizadas no IGCP	x				Ponto 15 do capítulo do Relatório & Contas
Disponibilidades e aplicações na Banca Comercial	x				Ponto 15 do capítulo do Relatório & Contas
Juros auferidos em incumprimento da UTE e entregues em Receita do Estado			x		Ponto 15 do capítulo do Relatório & Contas
Auditorias do Tribunal de Contas					
Elaboração do Plano para a igualdade conforme determina o art.º 7º da Lei 62/2017, de 1 de :	x				Incluído no Relatório de Sustentabilidade do Grupo AdP Ponto 17 do capítulo do Relatório & Contas
Apresentação da demonstração não financeira			x		

A AdAM - Águas do Alto Minho, S.A., deu cumprimento integral às instruções, despachos e legislação diversa aplicáveis, que a seguir se apresentam em detalhe:

AdAM R&C 2021 | 102 de 202



Handwritten signatures and initials, including the name "Francisco" and other illegible marks.

I. Objetivos de Gestão

Os objetivos do Grupo AdP, designadamente da empresa AdAM – Águas do Alto Minho são determinados pelas políticas governamentais para o setor, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos acionistas. Nos termos do regime jurídico do sector empresarial do Estado e do Estatuto do Gestor Público, o Estado, enquanto acionista por via indireta, define as orientações estratégicas.

- a) Por deliberação da Assembleia Geral de acionistas da sociedade, em 19 de setembro de 2019, foram aprovadas as seguintes orientações estratégicas, objetivos e indicadores de gestão e respetivas metas quantificáveis para o mandato 2019-2021.

Indicadores	2019 1º ano	Ponderação do indicador	2020 2º ano	Ponderação do indicador	2021 3º ano	Ponderação do indicador
Indicador 0						
Integração Operacional da EG						
Integração Operacional da EG	Atinja-se em função das datas		n.a.		n.a.	
	Superado se totalmente integrados até 1/fev/2019					
	Atingido se totalmente integrados até 31/dez/2019					
Integração Trabalhadores (25%)	Não atingido se totalmente integrados após 31/dez/2019					
	Superado se totalmente enviada até 1/fev/2020					
Envio da primeira fatura em nome da Parceria (25%)	Atingido se totalmente enviada até 22/fev/2020			n.a.		n.a.
	Não atingido se totalmente enviada após 22/fev/2020	100%	n.a.		n.a.	n.a.
Abertura de lojas (25%)	Superado se totalmente abertas até 1/fev/2020					
	Não atingido se totalmente abertas após 22/fev/2020					
Operacionalidade do call center (25%)	Superado se totalmente operacional até 1/fev/2020					
	Atingido se totalmente operacional até 22/fev/2020					
	Não atingido se totalmente operacional após 22/fev/2020					
Indicador 1						
GOVERN						
Não degradação do GOVNI face ao EMEI	n.a.		Não Atingido GOVNI > 91,00% Atingido 89,00% ≤ GOVNI ≤ 91,00% Superado GOVNI < 89,00%	20%	Não Atingido GOVNI > 91,00% Atingido 89,00% ≤ GOVNI ≤ 91,00% Superado GOVNI < 89,00%	20%
Indicador 2						
Indicador 2						
Valor de endividamento da sociedade(*)	n.a.		Não Atingido Vol_End > 6,4ME Atingido 5ME < Vol_End ≤ 6,4ME Superado Vol_End ≤ 5ME	20%	Não Atingido Vol_End > que o valor atingido em 2019 Atingido 6,2ME < Vol_End ≤ que o valor atingido em 2019 Superado Vol_End ≤ 6,2ME	20%
(*) Dever ser deduzidos os eventuais montantes de dívidas decorrentes da realização de investimentos por conta dos municípios. Calcula-se sobre os demais Entidades Gestoras do Grupo AdP						
Indicador 3						
Despesa de Investimento						
Porcentagem de faturação que não é recobrada e objeto de perda	n.a.		Não Atingido %RF > 4,00% Atingido 2,00% < %RF ≤ 4,00% Superado %RF ≤ 2,00%	5%	Não Atingido %RF > 2,00% Atingido 2,00% < %RF ≤ 3,00% Superado %RF ≤ 2,00%	5%
Indicador 4						
Indicador 4						
Cumprimento da EBITDA ajustado estado no CVEI	n.a.		Não Atingido EBITDA < 1,5ME Atingido 5ME ≤ EBITDA < 7ME Superado EBITDA ≥ 7ME	15%	Não Atingido EBITDA < 1,7ME Atingido 7ME ≤ EBITDA < 2,1ME Superado EBITDA ≥ 2,1ME	15%
Indicador 5						
Indicador 5						
Redução da percentagem de água não faturada, aviado na % de água não faturada não atendida e como esta não se compensa (por incumprimento face ao valor de partida) atingir uma redução em pp face ao ano anterior	n.a.		Não atingido AIF ≤ 38,4% (valor não faturado 2019) Atingido 36,4% < AIF < 38,4% Superado AIF < 35,0%	10%	Não atingido AIF > 35,0% (valor não faturado 2019) Atingido 33,2% < AIF < 35,0% Superado AIF < 30,0%	10%
Indicador 6						
Indicador 6						
Qualidade da água fornecida para as operações próprias (sistemas não ligados a ata), aferida da mesma forma que as restantes EG do Grupo AdP	n.a.		Não atingido QAF < 85,0% Atingido 95,0% ≤ QAF < 99,0% Superado QAF > 98,0%	15%	Não atingido QAF < 97,5% Atingido 97,5% ≤ QAF < 99,0% Superado QAF > 99,0%	15%
Indicador 7						
Indicador 7						
Qualidade da água residual orientada em infraestruturas sem ligação à ata (sistemas não ligados à ata), aferida da mesma forma que as restantes EG do Grupo AdP	n.a.		Não atingido QARD < 85,0% Atingido 85,0% ≤ QARD < 90,0% Superado QARD > 90,0%	15%	Não atingido QARE < 90,0% Atingido 90,0% ≤ QARE < 95,0% Superado QARE > 95,0%	15%
Aviçamento				0,0%		0,0%
Superado - 3						
Atingido - 2						
Não atingido - 1						
Arredondado à casa decimal						

A Administração da AdAM atingiu os objetivos estabelecidos conforme quadro a seguir apresentado.

		2021	Atingimento	Grau de desempenho	Ponderadores	Cálculo (1)
GO/VN	%	95,9%	Não atingido	1	20%	0,20
Endividamento	M€	3,45	Superado	3	20%	0,60
Degradação de Tesouraria	%	15,10%	Não atingido	1	5%	0,05
Renovabilidade	M€	-1,38	Não atingido	1	15%	0,15
% de água não faturada (% de perdas)	%	46,9%	Não atingido	1	10%	0,10
Qualidade de água fornecida	%	98,4%	Atingido	2	15%	0,30
Qualidade de água residual drenada	%	99,4%	Superado	3	15%	0,45
Valor final do atingimento dos objetivos (2)						1,90

Os objetivos não atingidos são:

- GO/VN – No ano 2021 a AdAM registou um volume de negócios abaixo do projetado em EVEF para o 2º ano de atividade. Apesar dos gastos de 2021 serem inferiores aos ocorridos no ano 2020, a redução verificada do volume de negócios não permitiu que este indicador evoluísse favoravelmente.
- Degradação de tesouraria – Em resultado da emissão da fatura de regularização dos consumos de 2020, emitida em janeiro de 2021, a AdAM possibilitou aos seus clientes o pagamento da referida fatura em prestações mensais, pelo que à data de 31 de dezembro de 2021 a dívida de clientes ainda reflete parte dos acordos de pagamento em dívida. Este agravamento decorreu também da suspensão dos cortes, o que impossibilitou a empresa de exercer todas as ações de cobrança.
- Rentabilidade – Em 2021 este indicador registou um desvio face ao objetivo, em resultado da aprovação pela Comissão de parceria da AdAM de uma compensação financeira, no montante de 2,5€ por cada cliente doméstico e não doméstico, no período entre abril e dezembro/21. Tratando-se de uma medida extraordinária, já em 2022, este indicador terá um melhor desempenho.
- Percentagem de água não faturada - O desvio face ao objetivo da percentagem da água não faturada deve-se na sua grande parte ao atraso do investimento previsto para a Eficiência Hídrica. Assim, decorrente dos atrasos verificados na conclusão dos procedimentos de contratação pública, essencialmente, das empreitadas abrangidas pela Operação POSEUR-03-2012-FC-001257 (Eficiência Hídrica - Controlo de Perdas), houve necessidade de proceder ao ajustamento do arranque das mesmas e consequentemente a respetiva conclusão, pelo que parte do investimento transitou para anos subsequentes. Salienta-se ainda o facto de haver um desconhecimento dos Subsistemas e ausência de medição rigorosa do volume de água entrado nos Sistemas impedindo que se detetasse rapidamente as avarias da rede de distribuição de água. No futuro com a aprovação da candidatura do POSEUR da Eficiência Hídrica seremos mais eficientes no atingimento dos objetivos definidos para a empresa.

b) Execução do plano de atividades e orçamento para 2021:

Unidade: k euros

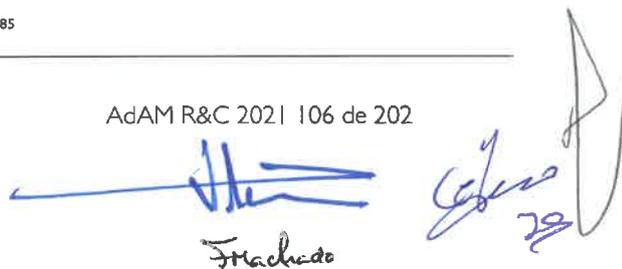
Investimento / Projecto	PAO 2021 (K€)	Executada o 2021 (K€)	Desvi o (K€)	Observações
Projetos - Remodelação da rede de abastecimento - Município de Caminha (Subsistema de Âncora - Lage), Município de Paredes de Coura (Subsistema de Mozelos, Irijó, Formariz e Ferreira) e Município de Valença (Subsistema de Lapela) (PRC 031/20)	30	-	30	
AA - Projetos - Remodelação de infraestruturas prioritárias	304	-	304	
ARD - Projetos - Remodelação de infraestruturas prioritárias	16	-	16	
AA- Projeto - Remodelação da rede de água de Serdedelo - Município de Ponte de Lima	100	15	85	
Fiscalização, Gestão da Qualidade e Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Amb. da Empresa para a Execução da Remodelação de Redes de Abastecimento de Água - Lote I (PRC 043/20)	19	-	19	
Fiscalização, Gestão da Qualidade e Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Amb. da Empresa para a Execução da Remodelação de Redes de Abastecimento de Água - Lote II (PRC 043/20)	28	-	28	
Fiscalização, Gestão da Qualidade e Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Amb. da Empresa para a Execução da Remodelação de Redes de Abastecimento de Água - Lote III (PRC 043/20)	43	-	43	
Fiscalização, Gestão da Qualidade e Coordenação de Segurança em Obra e Coordenação de Gestão Amb. da Empresa para a Execução da Remodelação de Redes de Abastecimento de Água - Lote IV (PRC 043/20)	18	-	18	
Fiscalização - Remodelação da rede de abastecimento de água - Lote I - Município de Caminha	26	-	26	
Fiscalização - Remodelação da rede de abastecimento de água - Lote 2 - Município de Paredes de Coura	12	-	12	
Fiscalização - Remodelação da rede de abastecimento de água - Lote 3 - Município de Valença	15	-	15	
AA - Fiscalização- Remodelação da rede de água de Serdedelo - Município de Ponte de Lima	100	-	100	
Fiscalização - Equipamentos de monitorização e controlo - 3ª Fase - Subsistemas do Norte (RR de Matavelha, Nogueira, Caminha) (PRC 043/20)	19	-	19	
Fiscalização - Equipamentos de monitorização e controlo - 3ª Fase - Subsistema do Sul (RR Âncora, Corrihã, São Cristovão) (PRC 043/20)	15	-	15	
Fiscalização - Equipamentos de monitorização e controlo - 3ª Fase - Subsistema do Nordeste (RR São Pedro de Arcos, Santo Ovídeo, Silveiras) (PRC 043/20)	21	-	21	
AA - Processos de expropriação/terrenos	13	7	5	Não foram necessárias no âmbito das obras em curso
ARD - Processos de expropriação/terrenos	13	-	13	Não foram necessárias no âmbito das obras em curso
Aquisição de Viatura de desobstrução	5	-	5	
Aquisição de Viatura de desobstrução	174	15	159	
Aquisição de Camião Grua	5	-	5	
Aquisição de Viatura Pesada	17	-	17	
Aquisição Viatura Ligeira de Passageiros	7	-	7	
Aquisição de contadores de água fria potável e acessórios de ligação (PRC 017-065/19)	995	77	918	
AA - Aquisição de equipamentos de proteção coletivos (PRC 018/20)	13	-	13	
ARD - Aquisição de equipamentos de proteção coletivos (PRC 018/2020)	13	-	13	
AA - Aquisição de equipamentos de proteção coletivos	3	-	3	
ARD - Aquisição de equipamentos de proteção coletivos	3	-	3	
Aquisição de bombas doseadoras prominent concept plus,beta 4 e acessórios de ligação (PRC 037/20)	14	-	14	
Fotómetro Cloro Livre e pH, ProMinent Dulcostest.DT I ou similar	38	-	38	
Turbidímetro Eutech Instruments TN-100 ou similar	38	11	28	
Medidor Condutividade e pH Hach Sension+ MM150 ou similar	19	-	19	
Caneta condutividade Hach LR Pocket Pro ou similar	6	-	6	

AdAM R&C 2021 105 de 202



F. Machado

Investimento / Projecto	PAO 2021 (K€)	Executad o 2021 (K€)	Desvi o (K€)	Observações
Estufa microbiologia Selecta Incudigit-TFT 36L ou similar	40	-	40	
Medidor portátil Oxigénio Dissolvido	22	-	22	
AA - Equipamentos e ferramentas para Centros de Exploração	20	-	20	
ARD - Equipamentos e ferramentas para Centros de Exploração	20	-	20	
Aquisição de sistemas de desinfecção e ajuste PH alimentados rede EDP	110	71	39	
Aquisição de sistemas de desinfecção e ajuste PH alimentados energia solar	30	-	30	
PRC-070/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 1 (Município dos Arcos de Valdevez)	442	171	271	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
PRC-070/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 2 (Município de Caminha)	190	59	131	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
PRC-070/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 3 (Município de Paredes de Coura)	110	77	33	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
PRC-070/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 4 (Município de Ponte de Lima)	388	318	70	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
PRC-070/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 5 (Município de Valença)	356	132	224	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
PRC-070/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 6 (Município de Vila Nova de Cerveira)	185	62	123	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
PRC-107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 1 (Município dos Arcos de Valdevez)	493	159	334	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
PRC-107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 2 (Município de Caminha)	153	-	153	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
PRC-107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 3 (Município de Paredes de Coura)	228	39	189	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
PRC-107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 4 (Município de Ponte de Lima)	328	134	194	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
PRC-107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 5 (Município de Valença)	228	-	228	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
PRC-107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 6 (Município de Viana do Castelo)	475	-	475	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
PRC-107/2020 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 2ª FASE - Lote 7 (Município de Vila Nova de Cerveira)	337	-	337	Esta prestação de serviços implicou a análise prévia das condutas instaladas para posterior aquisição e instalação de equipamentos. A operação será totalmente
Equipamentos de monitorização e controlo - 3ª Fase - Subsistemas do Norte (RR de Matavelha, Nogueira, Caminha)	160	160	-	
Equipamentos de monitorização e controlo - 3ª Fase - Subsistema do Sul (RR Âncora, Corriñã, São Cristovão)	128	2	126	
Equipamentos de monitorização e controlo - 3ª Fase - Subsistema do Nordeste (RR São Pedro de Arcos, Santo Ovídeo, Silvares)	177	-	177	
Sistema de Telegestão para o Controlo de Perdas de Água	236	-	236	Transitou para 2022
Codificação das instalações, infraestruturas e equipamentos	50	33	17	
Aquisição de Material Informático	56	39	17	
Aquisição de Equipamento Informático PRC 065-088/20)	20	20	-	
Aquisição de smartphones e tablets	44	44	-	
Aquisição de GPS Profissional SP20 para SIG Móvel - Inovação e Precisão em Android (PRC-012/20)	5	-	5	
Aquisição de mobiliário, equipamento administrativo e informático diverso - Sede e Lojas de atendimento	60	7	53	
Aquisição de Central Telefónica e Contact Center (PRC 106/20)	15	15	-	
Aquisição de Portal Intranet Portal IT Portal GOC	25	-	25	
Licenciamento autocad (autodesk)	20	10	10	
Aquisição de Licenciamento Software de monitorização PRTG (PRC 108/20)	3	3	-	
Aplicação Informática de Gestão de Ativos e da Atividade de Manutenção (PRC 110/20)	20	18	2	
Aquisição de aplicação de gestão de manutenção e operação	42	8	34	
Aquisição da aplicação da Gestão de assiduidade (PRC-035/19)	7	7	-	
Aquisição de Aplicação de desmaterialização documental e faturação eletrónica	3	-	3	
Plataforma de SIG, serviços profissionais SIG e assistência técnica (PRC 004/20)	29	-	29	
Aquisição software e serviços conexos para solução de gestão documental (PRC 093/20)	75	20	54	
Aquisição de PDQ com Tools PDQdeployment+PDQ inventory	2	-	2	
Criação do datacenter	130	29	101	
Aquisição de Serviços para o Desenvolvimento do Site Institucional (PRC 001/19)	5	-	5	
Aquisição de aplicação para indicadores de gestão	10	-	10	
Arquitetura de segurança cibernética consolidada em redes, nuvem e ambientes móveis	76	-	76	
Aquisição de Sistema de Videovigilância (PRC 029/2020)	18	-	18	
Aquisição de mobiliário e equipamento administrativo para Centros Operacionais	90	18	72	
AA - Outras Equipamentos	2	-	2	
ARD - Outras Equipamentos	2	-	2	
Outras Equipamentos administrativos	3	-	3	
Aquisição de proteções em acrílico para o atendimento (PRC 051/20)	4	-	4	
Aquisição de proteções acrílicas e outros equipamentos de segurança	4	4	-	
PRC-057/2020 - Empreltadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18	588	403	185	
Eficiência Hídrica - Lote 1 (Município de Arcos de Valdevez)				



Investimento / Projecto	PAO 2021 (K€)	Executado o 2021 (K€)	Desvi o (K€)	Observações
PRC-100/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 2 (Município de Ponte de Lima)	1 083	1 083	-	
PRC-007/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 3 (Município de Viana do Castelo)	1 195	850	345	Existe um prorrogação do prazo sem implicações financeiras para a AdAM
PRC-007/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 4 (Município de Vila Nova de Cerveira)	615	267	348	Esta empreitada foi suspensa e abriu-se um novo concurso em 2022
Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 1 (Município de Caminha)	218		218	Atraso no arranque da empreitada
Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 2 (Município de Paredes de Coura)	100		100	Atraso no arranque da empreitada
Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 3 (Município de Valença)	153		153	Atraso no arranque da empreitada
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - Município de Arcos de Valdevez	93	17	76	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 2 - Município de Caminha	142	1	141	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 3 - Município de Paredes de Coura	67	22	45	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 4 - Município de Ponte de Lima	88	22	66	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 5 - Município de Valença	71	15	56	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 6 - Município de Viana do Castelo	302	38	264	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 7 - Município de Vila Nova de Cerveira	70	2	68	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - Município de Arcos de Valdevez (2021)	86	8	78	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 2 - Município de Caminha (2021)	116	20	96	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 3 - Município de Paredes de Coura (2021)	59	30	29	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 4 - Município de Ponte de Lima (2021)	99	94	5	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 5 - Município de Valença (2021)	71	29	42	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 6 - Município de Viana do Castelo (2021)	294	30	264	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 7 - Município de Vila Nova de Cerveira (2021)	61	12	49	Só foram executados ramais com base nos pedidos de adesão à rede. O valor dos contratos foi estimado com base no histórico existente nos Municípios
PRC-044/19 - Beneficiação de Redes AA/ARD - Lote 1 - Município de Arcos de Valdevez	86	-	86	
PRC-044/19 - Beneficiação de Redes AA/ARD - Lote 4 - Município de Ponte de Lima	85	-	85	
PRC-044/19 - Beneficiação de Redes AA/ARD - Lote 5 - Município de Valença	85	-	85	
PRC-035/20 - Beneficiação de Redes AA/ARD - Lote 1 - Município de Caminha	70	33	37	
PRC-035/20 - Beneficiação de Redes AA/ARD - Lote 2 - Município de Paredes de Coura	47	47	-	
PRC-035/20 - Beneficiação de Redes AA/ARD - Lote 3 - Município de Viana do Castelo	123	123	-	
PRC-035/20 - Beneficiação de Redes AA/ARD - Lote 4 - Município de Vila Nova de Cerveira	53	-	53	
Beneficiação de Redes (AA/ARD) - Lote 1 - Município de Arcos de Valdevez (2021)	139	-	139	
Beneficiação de Redes (AA/ARD) - Lote 2 - Município de Ponte de Lima (2021)	192	-	192	
Beneficiação de Redes (AA/ARD) - Lote 3 - Município de Valença (2021)	192	-	192	
Ligação do sistema do Mezio ao sistema de S. Jorge (Município dos Arcos de Valdevez)	118	-	118	
Vedação de instalações	25	-	25	
Remodelação interior do edifício do Centro Operacional Norte - Vila Nova de Cerveira (PRC 020/20)	41	-	41	
Remodelação interior do edifício do Centro Operacional Nordeste - Arcos de Valdevez (PRC 020/20)	73		73	
Remodelação interior do edifício do Núcleo de Proximidade Nordeste - Ponte de Lima (PRC 080/20)	17	2	15	
Remodelação interior do edifício do Centro Operacional Sul - Viana do Castelo	50	50	-	
Preparação da área de atendimento ao público na sede das Águas do Alto Minho - Viana do Castelo	90	18	72	
AA - Assessorias Técnicas	5		5	
ARD - Assessorias Técnicas	25		25	
	14 900	4 999	9 901	

2. Gestão do Risco Financeiro

As atividades do Grupo estão expostas a uma diversidade de riscos financeiros, nomeadamente risco de mercado financeiro, risco de crédito, risco da contraparte e o risco de liquidez.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo procura minimizar eventuais efeitos adversos decorrentes da imprevisibilidade dos mercados financeiros, sendo esta gestão efetuada centralmente pela holding (AdP SGPS).

Adotando uma posição conservadora, e tendo em atenção a natureza dos ativos, o Grupo tem optado por contratar financiamentos de muito longo prazo, tendo dado particular ênfase aos financiamentos obtidos junto ao BEI, entidade parceira especializada em financiamento de investimentos de prazos significativos. Adicionalmente a AdP SGPS tem financiamentos externos de longo prazo, através de três emissões particulares de obrigações em 2007 e uma emissão particular de obrigações em 2016, entre os 10 e os 20 anos.

A política de gestão de risco de taxa de juro do Grupo está orientada para uma redução da exposição dos cash-flows da dívida às flutuações do mercado da taxa de juro, através da escolha da modalidade de taxa fixa nos empréstimos junto do BEI.

No financiamento do investimento, a cobertura do risco de taxa de juro é sustentada pela obtenção de empréstimos de longo prazo com uma forte opção pelo regime de taxa fixa, a qual é obtida de forma natural pela inclusão do seu valor no cálculo da tarifa final.

No financiamento de curto prazo, e tendo em atenção que este se destina essencialmente a financiar dívida de clientes, a cobertura de risco é sustentada nas taxas utilizadas no cálculo dos juros cobrados aos clientes.

A maioria das linhas de financiamento de longo prazo existentes no Grupo AdP foi negociada antes de 2008 em condições que, sendo favoráveis na altura, atualmente se apresentam como uma significativa mais-valia em matéria de serviço da dívida.

O risco de liquidez tem sido minimizado pelo ajuste do tipo de financiamento ao ativo que se pretende financiar, destinando-se o financiamento de longo prazo a suportar o investimento e a componente permanente do fundo de maneo e o financiamento de curto prazo às necessidades voláteis do fundo de maneo.

Em aplicações de curto prazo e/ou em linhas de financiamento não utilizadas, o Grupo mantém facilmente disponibilizáveis montantes que lhe permite fazer face a situações inesperadas sem causar impacto na sua atividade diária.

Relativamente ao risco de crédito associado ao fornecimento de serviços e produtos a crédito, este depende do tipo de clientes a que os produtos do grupo se destinam. Assim, relativamente aos clientes de retalho (baixa), sendo o produto disponibilizado um bem essencial, podemos considerar que o risco de cobrança é reduzido. No caso do produto disponibilizado por grosso (alta) o risco assumido encontra-se relacionado com o "rating" dos clientes municipais, pelo que, considerando que estes são entidades públicas administrativas, o risco existente será mais associado com a dilação do prazo do que com a cobrabilidade deste. Tendo em atenção a questão da dilação do prazo, a AdP SGPS está a procurar solucionar a questão através da venda sem recurso a, ou através de, entidades financeiras.

Os excedentes financeiros decorrentes da atividade das empresas, são primeiramente utilizados para o financiamento das empresas do grupo numa lógica de gestão centralizada do grupo e o restante, juntamente com as aplicações contratuais decorrentes dos contratos de Parceria são efetuadas junto à Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública (IGCP), sendo que o risco associado ao IGCP enquanto detentor dos excedentes do grupo é reduzido se atendermos que é o banco responsável pela gestão da tesouraria do Estado, acionista último do Grupo.

Anos	<i>Unidade: euros</i>	
	2021	2020
Encargos Financeiros (€)	32 066	16 400
Taxa Média de Financiamento (%)	1,61%	0,96%

3. Limite de crescimento do endividamento, nos termos definidos no n.º I do artigo 65.º da Lei n.º 75/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento de Estado para 2021), apurado nos termos da fórmula disposta no n.º 4 do artigo 159.º do Decreto-Lei n.º 84/2019 de 28 de junho (DLEO2019)

A evolução do endividamento em 2021 na AdAM é apresentada no mapa seguinte:

Varição do Endividamento (execução)	<i>Unidade: euros</i>	
	2021	2020
Financiamento Remunerado (Corrente e não corrente) (€)	3 900 000	2 000 000
Capital Social/Capital Estatutário	3 600 000	1 800 000
Novos Investimentos no ano t (com expressão material)	-	-
Varição do Endividamento	97,37%	

A AdAM no ano 2021 executou um volume de investimento de 5,5 milhões de euros, mais 3,8 milhões do que no ano 2020. Por esse motivo a variação do endividamento regista 97,37%.

4. Evolução do Prazo Médio de Pagamento (PMP) a fornecedores, em conformidade com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro, com a alteração introduzida pelo Despacho n.º 9870/2009, de 13 de

AdAM R&C 2021 109 de 202


Machado



abril, e divulgação dos atrasos nos pagamentos (“arrears”), conforme definidos no Decreto-Lei n.º 65-A/2011, de 17 de maio, bem como a estratégia adotada para a sua diminuição

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro aprova o Programa “Pagar a Tempo e Horas” que visa reduzir os prazos médios de pagamento praticados por entidades públicas a fornecedores de bens e serviços.

A referida RCM estabelece a fórmula a usar para o cálculo do Prazo Médio de Pagamento (PMP) registado no final de cada trimestre pelas empresas públicas, incumbindo à Direção Geral do Tesouro e Finanças efetuar o apuramento do mesmo e publicá-lo na sua página eletrónica na Internet.

O Despacho n.º 9870/2009, de 13 de abril, adaptou o indicador de PMP previsto no n.º 6 do anexo à Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008 de 22 de fevereiro, alterando a respetiva fórmula de cálculo.

PMP	2021	2020	Variação 21/20	
			Valor	%
Prazo (dias)	51	54	3	-5,56%

Apesar de a AdAM ter reduzido o prazo médio de pagamento face ao ano 2020, a atividade realizada em 2021 ainda não permitiu que a variação na redução do prazo médio de pagamento fosse superior a 15%. Em 2022 a AdAM perspetiva cumprir este indicador tendo por base os procedimentos de recuperação de dívida iniciados no último trimestre de 2021.

Variação do Endividamento (execução)	Valor das dívidas vencidas de acordo com o art. 1º DL 65-A/2011(€)				
	Valor(€)	0-90 dias	90-120 dias	120-240 dias	240-360 dias
Aq. de Bens e Serviços	2 122 826	2 204	7 579	-	24 477
Aq. de Capital	1 732 326	5 904	4 355	-	-
Total	3 855 152	8 108	11 934	-	24 477

5. Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista emitidas aquando da última aprovação dos documentos de prestação de contas

Não foram feitas recomendações por parte do acionista para o ano de 2021 aquando da aprovação das contas do exercício de 2020. Foi dado cumprimento integral às instruções recebidas no contexto do acompanhamento feito à gestão e atividade da empresa.

6. Remunerações

Mesa de Assembleia Geral

Mandato	Cargo	Nome	Valor da senha fixado (€)	Vaor Bruto Auferido (€)
Início-Fim				
2019-2021	Presidente	João Manuel do Amaral Esteves (*)	-	-
2019-2021	Vice-Presidente	Paulo Manuel Marques Fernandes	425	425
2019-2021	Secretário	Ana Cristina Rebelo Pereira	350	350
(*) Não remunerado pela AdAM				775

Conselho de Administração

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação			Remuneração			Identificação do nº total de mandatos
			Forma ¹	Data	Sim/Não	Entidade de Origem	Entidade Pagadora (O/D) ²	Identificação da data de autorização e forma	
2019-2021	Presidente Não Executivo	Carlos Manuel Martins ³	DUE	15/07/2019	Sim	AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	O	(*)	1
2021	Presidente Executivo	João Pedro Moura Castro Neves	DUE	15/04/2021	Sim	AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	O	(*)	1
2019-2021	Vice-Presidente Não Executivo	Vitor Manuel Castro Lemos ⁴	DUE	15/07/2019	Sim	Município de Viana do Castelo	O		1
2020-2021	Vogal Executivo	Fernanda Maria de Sousa Machado	Deliberação do Conselho de Administração	03/08/2020	Não	A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A.	D		1
2019-2021	Vogal não Executivo	Célia Maria Pereira Cardoso André	DUE	15/07/2019	Sim	AdP - Águas de Portugal SGPS, S.A.	O	(*)	1
2019-2021	Vogal não Executivo	Vitor Paulo Gomes Pereira	DUE	15/07/2019	Sim	Município de Paredes de Coura	O		1
2021	Vogal não Executivo	Manuel António Azevedo Vitorino	DUE	24/11/2021	Sim	Município de Viana do Castelo	O		1

¹ Deliberação Unânime por escrito

² Opção pela remuneração do lugar de origem - prevista no nº 8 do artigo 28º do EGP, indicar entidade pagadora (O - origem/D - Destino)

³ Apresentou carta de renúncia a 13 de abril de 2021

⁴ Apresentou carta de renúncia a 28 de junho de 2021

* Enquanto acumular funções em outra ou outras empresas do Grupo AdP auferindo por via das mesmas a sua remuneração, será faturada pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, S.A. nas datas em que as mesmas sejam devidas

Membro do Órgão de Administração	Estatuto do Gestor Público			
	Fixado	Classificação	Remuneração mensal bruta (€)	
			Vencimento	Despesas de Representação
Carlos Manuel Martins ³	S	C	1 145	-
João Pedro Moura Castro Neves	S	C	-	-
Vitor Manuel Castro Lemos ⁴	S	C	-	-
Fernanda Maria de Sousa Machado	S	C	3 663	1 465
Célia Maria Pereira Cardoso André	S	C	916	-
Vitor Paulo Gomes Pereira	S	C	-	-
Manuel António Azevedo Vitorino	S	C	-	-

³ Apresentou carta de renúncia a 13 de abril de 2021

⁴ Apresentou carta de renúncia a 28 de junho de 2021

Membro do Órgão de Administração	Benefícios Sociais (€)						
	Valor do Subsídio Refeição		Regime de Proteção Social	Encargo anual	Encargo anual	Outros	
	Valor/dia	Montante pago ano	(Identificar)	Seguro de Saúde	Seguro de Vida	(Identificar) Valor	
Fernanda Maria de Sousa Machado	7	1 792	Caixa Geral de Aposentações	16 241	388	1 104	-

Membro do Órgão de Administração	Remuneração Anual 2021 (€)				
	Fixa (1)	Variável (2)	Valor Bruto (3)=(1)+(2)	Reduções Remuneratórias (4)	Valor Bruto Final (5)=(3)-(4)
Carlos Manuel Martins ³	5 784	-	5 784	-	5 784
João Pedro Moura Castro Neves	-	-	-	-	-
Vitor Manuel Castro Lemos ⁴	-	-	-	-	-
Fernanda Maria de Sousa Machado	68 779	-	68 779	3 443	65 336
Célia Maria Pereira Cardoso André	15 863	-	15 863	-	15 863
Vitor Paulo Gomes Pereira	-	-	-	-	-
Manuel António Azevedo Vitorino	-	-	-	-	-
	90 426	-	90 426	3 443	86 983

³Apresentou carta de renúncia a 13 de abril de 2021

⁴Apresentou carta de renúncia a 28 de junho de 2021

(1) Vencimento e despesas de representação (sem redução remuneratória)

Conselho Fiscal

Mandato (Início-Fim)	Cargo	Nome	Designação		Estatuto Remuneratório Mensal fixado (€)	N.º de Mandatos
			Forma ¹	Data		
2019-2021	Presidente	Maria Albertina Almeida Barreiros Rodrigues	DUE	15/07/2019	1 282	1
2019-2021	Vogal	Maria Augusta João Cepeda Tomé	DUE	15/07/2019	961	1
2019-2021	Vogal	Manuel Rodrigues Lopes ²	DUE	15/07/2019	-	1
2019-2021	Suplente/Vogal	Pedro Leonel Coquenim de Azevedo Canteiro ³	DUE	15/07/2019	961	1

¹ Deliberação Unânime por escrito (DUE)

² Manuel Rodrigues Lopes apresentou carta de renúncia a 15 de março de 2021

³ Pedro Leonel Coquenim de Azevedo Canteiro passou a Vogal a 16 de março de 2021

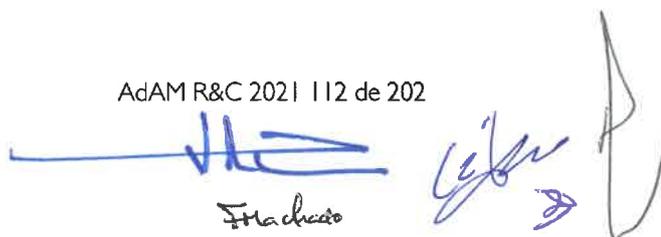
Conselho Fiscal	Remuneração Anual (€)		
	Bruto (1)	Reduções Remuneratórias (2)	Valor Final (3) = (1)-(2)
Maria Albertina Almeida Barreiro Rodrigues	21 408	897	20 510
Maria Augusta João Cepeda Tomé	16 056	673	15 382
Manuel Rodrigues Lopes (*)	0	0	0
Pedro Leonel Coquenim de Azevedo Canteiro	12 668	540	12 128
	37 463	1 571	35 892

(*) Não remunerado pela AdAM

ROC

Mandato		Cargo	Identificação		Designação			N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na Sociedade	
Início	Fim		Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM	Forma	Data			Data Contrato
2019	2021	Eleitor	Princ WaterHouseCoopers, com inscrição na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 183, e registada na CMVM sob o número 20161485, representada por José Alves Bazarro Duarte inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1957 e registado na CMVM sob o número 20200003 e por João Rui Fernandes Ramos inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1333 e registado na CMVM sob o número 20160943	183	20161485	Assembleia Geral	19/19/2019	03/03/2020	3	3
		Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	Assembleia Geral	09/19/2019	-	3	3

AdAM R&C 2021 | 12 de 202



Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'F. Machado'.

Mandato		Identificação				N.º de anos de funções exercidas no Grupo	N.º de anos de funções exercidas na Sociedade
Início	Fim	Cargo	Nome	N.º de Inscrição na OROC	N.º de Registo na CMVM		
2019	2021	Efetivo	PricewaterhouseCoopers, com inscrição na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 183, e registada na CMVM sob o número 20161485, representada por José Alves Barro Duarte inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1957 e registado na CMVM sob o número 20200003 e por João Rui Fernandes Ramos, inscrito na Ordem dos revisores Oficiais de Contas sob o número 1333 e registado na CMVM sob o número 20160943	183	20161485	3	3
		Suplente	Carlos José Figueiredo Rodrigues	1737	20161347	3	3

Unidade: em euros

Revisor Oficial de Contas	Valor anual do Contrato de Serviços - 2021(€)			Identificação do Serviço	Valor anual do Contrato de Serviços - 2021(€)		
	2020 (€) (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)		Valor (1)	Reduções (2)	Valor Final (3)=(1)-(2)
PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.	13 062	-	13 062	Outras Despesas	525	-	525

7. Da aplicação do disposto no artigo 32º e 33º do Estatuto do Gestor Público

No que se refere:

- a. À não utilização de cartões de crédito nem de outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei nº8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente à utilização de cartões de crédito e outros instrumentos de pagamento por gestores públicos, tendo por objeto a realização de despesas ao serviço da empresa.

- b. Ao não reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal;

Foi dado cumprimento integral ao disposto no artigo 32.º do Estatuto do Gestor Público, conforme republicado pelo Decreto-Lei n.º 8/2012, de 18 de janeiro, no que se refere, designadamente ao reembolso a gestores públicos de quaisquer despesas que caiam no âmbito do conceito de despesas de representação pessoal.

- c. Ao valor das despesas associadas a comunicações, que incluem telefone móvel, telefone domiciliário e internet;

Membro do Órgão de Administração	Gastos anuais associados com comunicações (€)	
	Plafond mensal	Valor anual
Carlos Manuel Martins	-	-
João Pedro Moura Castro Neves	-	-
Vitor Manuel Castro Lemos (*)	-	-
Fernanda Maria de Sousa Machado	80	170
Célia Maria Pereira Cardoso André	-	-
Vitor Paulo Gomes Pereira	-	-
Manuel António Azevedo Vitorino	-	-

(*) Não remunerado pela AdAM

d. Ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço.

Membro do Órgão de Administração	Plafond mensal combustível e portagens	Gastos associados a viaturas (€)		
		Combustíveis	Portagens (**)	Total
Carlos Manuel Martins	-	-	-	-
João Pedro Moura Castro Neves	-	-	-	-
Vitor Manuel Castro Lemos (*)	-	-	-	-
Fernanda Maria de Sousa Machado	366	2 938	1 030	3 968
Célia Maria Pereira Cardoso André	-	-	-	-
Vitor Paulo Gomes Pereira	-	-	-	-
Manuel António Azevedo Vitorino	-	-	-	-

(*) Não remunerado pela AdAM

(**) Valores registados por estimativa

8. Aplicação do disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro e artigo 11.º do EGP, que proíbe a realização de despesas não documentadas ou confidenciais

A AdAM dá integral cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 16.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, assim como ao disposto no artigo 11.º do EGP, não tendo realizado e / ou registado quaisquer despesas não documentadas ou confidenciais.

9. Elaboração e divulgação de relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março

Em cumprimento do previsto no n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo, a AdAM promove, divulga internamente e disponibiliza no sítio da internet, a informação relativa às remunerações pagas a mulheres e homens, através

AdAM R&C 2021 | 14 de 202


Fechado 

do seu relatório anual de sustentabilidade, na Simbiose dos Colaboradores, no Princípio "Valorizamos a relação com os colaboradores", no Compromisso "Comprometemo-nos a garantir a igualdade de oportunidades e a promover o equilíbrio entre a vida pessoal e profissional"

10. Elaboração e divulgação do Plano de Gestão Risco e Infrações Conexas e do Relatório anual onde é indicado o grau de implementação das medidas elencadas no Plano, tendo em consideração as Recomendações do Conselho de Previsão da Corrupção, designadamente a Recomendação do referido Conselho, datada de 1 de julho de 2009

A empresa adotou em 24 de setembro de 2019 um Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, também disponível na intranet e internet (<https://adam.pt/component/phocadownload/category/3-anexos?download=19:plano-de-gestao-de-riscos-de-corrupcao-e-infracoes-conexas>).

O Plano de Prevenção dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas tem como objetivos, identificar as áreas que potencialmente poderão ser mais sujeitas à ocorrência de atos de corrupção, bem como os riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação.

Este Plano pretende também reforçar a cultura da empresa e dos respetivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades. Compreendendo toda a empresa, este Plano dá cumprimento à recomendação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), de 1 de julho de 2009.

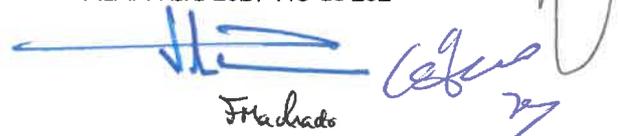
No sentido de observar o previsto no n.º1 do artigo n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, e no seguimento dos procedimentos implementados no Grupo AdP, a AdAM, procede à avaliação anual do PGRIC

em vigor na empresa, elaborando um relatório onde se incluem as conclusões sobre as ocorrências identificadas ou, risco de ocorrências e outros factos mencionados na alínea a) do n.º1 do artigo n.º2 da Lei n.º54/2008 de 4 de setembro, nomeadamente:

"a) ... informações relativas à prevenção da ocorrência de factos de corrupção ativa ou passiva, de criminalidade económica e financeira, de branqueamento de capitais, de tráfico de influência, de apropriação ilegítima de bens públicos, de administração danosa, de peculato, de participação económica em negócio, de abuso de poder ou violação de dever de segredo, bem como de aquisições de imóveis ou valores mobiliários em consequência da obtenção ou utilização ilícitas de informação privilegiada no exercício de funções na Administração Pública ou no sector público empresarial".

Por forma a garantir o cumprimento do definido no n.º2 do n.º46 do Decreto-Lei (DL) n.º133/2013, de 3 de outubro, o relatório anual é publicitado no sítio de Internet da AdAM e remetido à Unidade Técnica (UTAM).

AdAM R&C 2021 | 15 de 202



Handwritten signature and stamp, including the word "Fechado" (Closed) and a large handwritten letter 'A'.

Registe-se ainda que em 2019, a empresa, subscreeveu a Campanha Portuguesa Anticorrupção que vem responder ao *Call to Action* Anticorrupção, lançada pelo *United Nations, Global Compact*, que incentiva o setor empresarial a promover a tomada de medidas de transparência, integridade e boa governação por parte dos Governos, promovendo assim, a adoção do seu Princípio 10, de acordo com o qual "as organizações devem combater a corrupção em todas as suas formas, incluindo, extorsão e suborno".

A AdAM e o Grupo AdP reforçam assim, o compromisso assumido relativo ao combate à corrupção e ao empenho em desenvolver e adotar estratégias de promoção da integridade e do desenvolvimento sustentável e a criação de uma sociedade mais justa e equilibrada.

1.1. Contratação Pública

- a. O modo como foram aplicadas as normas de contratação pública em 2021, sendo que, nas empresas-mãe de grupos públicos, este ponto deverá incluir todas as empresas em que estas participem maioritariamente;

O Grupo assegurou, através da AdP Serviços, até 31 de julho de 2020 e através da AdP SGPS a partir de 1 de agosto de 2020, a centralização, otimização e racionalização da aquisição de bens e serviços, por forma a contribuir para a captação de sinergias nos processos de compras das empresas, bem como para a disseminação das melhores práticas.

A avaliação do potencial para a captura de valor está intimamente ligada às sinergias e economias de escala que advém da centralização de compras, com especial enfoque em categorias como energia, comunicação, seguros, reagentes, viaturas, materiais de laboratório, etc. procurando-se sistematicamente a respetiva concretização através da obtenção de ganhos financeiros e da redução de custos, contribuindo para a otimização da capacidade do Grupo AdP.

A evolução da função compras no Grupo AdP para um modelo mais integrado, com a definição de novas categorias centralizadas, tem possibilitado uma maior capacidade de planeamento, aproveitando a maturidade exigida para a implementação de novos processos transversais.

O planeamento e gestão da função compras por categorias, alicerçados no trabalho colaborativo possibilitam sistematicamente alcançar um conhecimento mais profundo das necessidades aquisitivas do Grupo AdP.

A existência desta estrutura interna, assegurada diretamente pela AdP SGPS, permite tirar partido da escala e sinergias angariadas pelo universo do Grupo e com isso obter condições contratuais mais atrativas para este conjunto de empresas, ao mesmo tempo que as liberta da necessidade de tramitarem procedimentos de contratação autónomos, com a inerente carga administrativa e transacional associada, acrescentando também nessa dimensão, valor à sua atividade.

Acresce que boa parte dos bens e serviços de que as empresas participadas necessitam para desenvolver as suas atividades, se revestem de assinalável complexidade técnica, atendendo à sua especificidade, designadamente os seguros, energia, reagentes químicos e materiais de laboratório usados pelos segmentos de tratamento de água/efluentes encontrando-se implícita à respetiva contratação um elevado nível de especialização dos intervenientes nos processos.

Foi desenvolvido um trabalho exaustivo no sentido de uniformizar procedimentos ao nível das empresas e garantir a observância de requisitos legais e de orientações internas relativas a procedimentos de contratação pública ao abrigo do Regime Geral, em face das alterações introduzidas ao CCP pelo Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, no sentido de preparar um guião, designado manual de contratação, que oriente os seus utilizadores na interpretação e aplicação das mais importantes inovações trazidas por esta revisão legislativa e incorporando toda a "aprendizagem" do Grupo.

Em articulação com o guião indicado no parágrafo anterior, foi desenvolvido também um manual de compras, que visa sistematizar o papel de cada um dos intervenientes no processo de compras, potenciando uma visão integrada e abrangente, partilhando os mesmos conceitos, uniformizando as ferramentas utilizadas, as designações, procedimentos internos e cooperação para o desenvolvimento sustentado dos processos de compras. Por sua vez, estes processos, estão desde logo incluídos no planeamento dos trabalhos de auditoria interna.

b. Os procedimentos internos instituídos para a contratação de bens e serviços e se os mesmos são objeto de revisão periódica, com referência à última atualização;

O ano de 2021 ficou marcado pela publicação da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprovou um conjunto de medidas especiais de contratação pública em matéria de projetos financiados ou cofinanciados por fundos europeus, de habituação e descentralização, de tecnologias de informação e conhecimento, de saúde e apoio social, de execução do Plano de Estabilização Económica e Social e do Plano de Recuperação e Resiliência, alterando concomitantemente o Código dos Contratos Públicos (CCP).

Por conseguinte, este diploma legal reveste-se de importância crucial para a atividade desenvolvida pelas empresas do Grupo AdP, quer pelas modificações que introduziu ao nível das regras de tramitação de procedimentos de contratação pública e de execução de contratos públicos estabelecidas no CCP, criando, inclusive, novos tipos de procedimentos, pelo que se procedeu à atualização do Manual de Contratação do Grupo AdP, municiando a generalidade das minutas-tipo do programa do procedimento e do caderno de encargos para os diferentes preceitos pré-contratuais.

c. Os atos ou contratos celebrados com valor superior a 5.000.000€, independentemente da espécie do ato ou contrato em causa, e se os mesmos foram

AdAM R&C 2021 117 de 202



F. Machado

sujeitos a visto do Tribunal de Contas, conforme determina o artigo 47ª da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas (LOPTC)

No ano de 2021 não foram praticados atos ou celebrados contratos de valor superior a 5 Milhões de euros, não tendo consequentemente sido sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas em qualquer processo.

12. Adesão da empresa ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP)

As empresas que integram o Grupo AdP aderiram ao Sistema Nacional de Compras Públicas (SNCP) a 3 de março de 2014 na qualidade de entidades compradoras voluntárias.

Desde então foram conduzidos procedimentos de contratação pública, com recurso ao SNCP abrangendo diferentes acordos quadro, nomeadamente:

- Papel e economato;
- Vigilância e segurança;
- Combustíveis rodoviários;
- Veículos automóveis e motociclos;
- Licenciamento de software e serviços conexos;
- Higiene e Limpeza.

É ponderado o recurso a este figurino jurídico, quando validada a correspondência entre as necessidades aquisitivas do Grupo AdP, agregadas pela Direção de Compras e Logística da AdP SGPS, e a doutrina dos respetivos cadernos de encargos, perspetivando-se a captura de valor não só pela alavancagem da procura resultante da escala, mas também pela simplificação e rapidez que caracterizam esta modalidade, permitindo assim uma gestão mais eficiente dos seus recursos.

13. Medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais previstas no artigo 158.º do DLEO 2019, justificando detalhadamente o não cumprimento das orientações e objetivos definidos.

PRC					Em euros			
	2021	PAO 2021	2020	2019	2021/2020		2020/2019	
					Var. Absol.	Var. %	Var. Absol.	Var. %
(0) EBITDA	-1 533 444	-	2 478 994	-183 309	-4 012 438	-162%	2 662 303	-1452%
(1) CMVMC	-8 125 457	-8 031 839	-7 597 795	-	-527 662	7%	-7 597 795	-
(2) FSE	-10 842 245	-13 331 905	-9 567 381	-106 980	-1 274 864	-13%	-9 460 401	8843%
(3) Gastos com o pessoal	-3 502 226	-4 115 259	-3 613 523	-72 200	111 297	-3%	-3 541 323	4905%
(i) Indemnizações pagas por rescisão	-	-	-	-	-	-	-	-
(ii) Valorizações remuneratórias	-	-	-	-	-	-	-	-
(iii) Impacto da aplicação dos IRCT	-	-	-	-	-	-	-	-
(4) Gastos com o pessoal sem os impactos i, ii, iii	-3 502 226	-4 115 259	-3 613 523	-72 200	111 297	-3%	-3 541 323	4905%
(5) Impactos da pandemia por COVID-19 nos Gastos Operacionais ¹⁾	-145 862	-127 952	-77 153	-	-68 709	89%	-77 153	-
(6) Gastos operacionais para efeitos do apuramento da eficiência operacional = (1)+(2)+(3)-(5)	-22 324 066	-25 351 051	-20 701 546	-179 180	-1 622 520	8%	-20 522 366	11453%
(7) Volume de Negócios (VN)	23 276 363	25 902 894	23 296 962	-	-20 599	-	23 296 962	-
Subsídios à exploração	-	-	-	-	-	-	-	-
Indemnizações Compensatórias	-	-	-	-	-	-	-	-
(8) Perda de receita decorrente da pandemia por COVID-19 ²⁾	-	-	-	-	-	-	-	-
(9) Volume de negócios para efeitos do apuramento da eficiência operacional (7+8)	23 276 363	25 902 894	23 296 962	-	-20 599	-	23 296 962	-
(10) Peso dos Gastos/VN = (6)/(9)	95,9%	97,9%	88,9%	-	7,0%	8%	-	-
(i) Gastos com Deslocações e Alojamentos (FSE)	2 210	32 110	3 248	-	-1 038	-32%	3 248	-
(ii) Gastos com Ajudas de custo (G c/ Pessoal)	-	-	-	-	-	-	-	-
(iii) Gastos associados à frota automóvel ³⁾	508 312	509 695	423 573	-	84 739	20%	-	-
(11) Total = (i) + (ii) + (iii)	510 522	541 805	426 821	-	83 701	20%	426 821	-
(12) Encargos com a contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria	62 275	85 533	11 990	-	50 285	419%	-	-
N.º total de RH (OS+CD+Trabalhadores)	159	174	152	-	7	5%	152	-
N.º Órgãos Sociais (OS)	5	5	3	-	2	67%	3	-
N.º Cargos de Direção (CD)	4	4	4	-	-	-	4	-
N.º Trabalhadores (sem OS e sem CD)	150	165	145	-	5	3%	145	-
N.º Trabalhadores/N.º CD	38	41	36	-	1	3%	36	-
N.º de viaturas	70	70	65	-	5	8%	65	-

a) Os impactos das medidas tomadas para fazer face à pandemia COVID-19 deverão ser devidamente justificados e discriminados (se aplicável), bem como os impactos COVID-19 nas rubricas de vendas e serviços prestados (se aplicável)

b) Os gastos com as viaturas deverão incluir: rendas/arrendamentos, inspeções, seguros, portagens, combustíveis e/ou eletricidade, manutenção, reparação.

Os gastos operacionais registam um aumento de 8% face a 2020.

O aumento de 7% nos CMVC teve por origem o aumento na compra de água à Águas do Norte SA.

O aumento de 13 % na rubrica de FSE deve-se essencialmente ao aumento da rubrica de conservação e reparação, em resultado do maior número de intervenções corretivas e na intensificação do plano de manutenção preventiva.

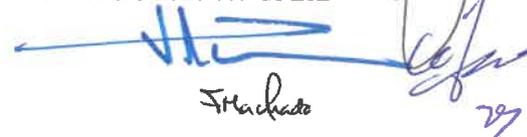
O número de trabalhadores face ao ano 2020 aumentou 5%.

No global, verificou-se um aumento de 8% no peso dos gastos (CMVC, FSE e gastos com Pessoal) sobre o volume de negócios (que apresenta uma diminuição de 0.09% relativamente ao ano 2020)

Relativamente à evolução dos gastos com a frota e por forma a manter a comparabilidade, informa-se que aos gastos diretos da frota da AdAM foram acrescidos os gastos associados à cedência de viaturas dos municípios parceiros, registados na rubrica de subcontratos, os quais garantiram a atividade operacional até à concretização da contratação da frota definitiva da AdAM. O aumento de 20% dos gastos gerais da frota automóvel resultou desse atraso na contratação da locação de viaturas e, em consequência, da necessidade do prolongamento da utilização de viaturas cedidas ao abrigo de protocolos de cooperação técnica celebrados com os municípios que integram a parceria, bem como ao recurso a contratos de *rent-a-car*.

No ano de 2021, o aumento do número de trabalhadores ao serviço e o aumento dos gastos com a frota automóvel, estão devidamente autorizados, conforme Despacho n.º 179/SAEMB/2021 de 31 de outubro de 2021.

AdAM R&C 2021 | 19 de 202



Franchado

Os gastos com pessoal decorrentes das novas contratações totalizam 220.559€.

A AdAM manteve ao longo do ano 2021 as medidas adotadas no sentido de reduzir o risco da pandemia do Covid-19.

Neste âmbito, procedeu-se à aquisição de materiais e serviços, dos quais se destacam:

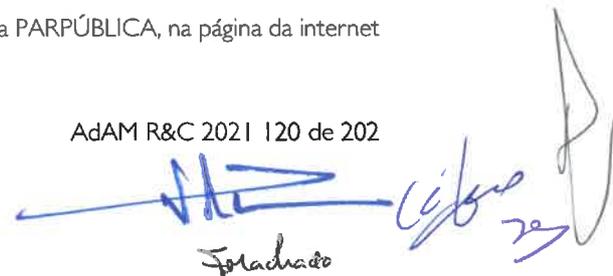
- Materiais de proteção individual (luvas, fatos, viseiras, máscaras, desinfetantes, etc.);
- Serviços especializados de limpeza, higienização e desinfecção;
- Recurso a horas de trabalho suplementares para fazer face a ausências por motivo de Covid-19 ou isolamento profilático, bem como para garantir resposta eficiente aos clientes.

14. Contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria

A Comissão Executiva da AdP SGPS aprovou o modelo de relacionamento abaixo discriminado, para dar cumprimento às formalidades que precedem a decisão de contratar serviços externos cujo objeto consista em estudos, pareceres, projetos e consultoria por parte das empresas do Grupo AdP:

1. Cada empresa deverá assegurar que não tem capacidade interna, através de recursos próprios, para satisfazer as necessidades aquisitivas em apreço;
2. Verificada a condição (1), é submetido o pedido à Direção de Compras e Logística da AdP SGPS que por sua vez promove a auscultação interna a todas as empresas do Grupo AdP, no sentido de avaliar se aquela necessidade pode ser satisfeita por outra empresa que se encontre em relação de grupo, fixando um prazo de resposta e disponibilizando a informação necessária para a tomada de decisão informada por parte de todos os intervenientes;
3. Vencido o prazo fixado em (2) e na ausência de resposta positiva por parte das empresas do Grupo AdP
 - a) Caso o objeto do contrato a celebrar não se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS submete o pedido junto da PARPÚBLICA, para que aquela entidade possa avaliar a elegibilidade da satisfação da necessidade aquisitiva por via dos seus recursos próprios, ou de outras empresas também em relação de Grupo, fixando um prazo de resposta.
 - b) Caso o objeto do contrato a celebrar se enquadre nos serviços preconizados no n.º2 do artigo 49.º do DL 84/2019 de 28 de junho, a Direção de Compras e Logística da AdP SGPS informa a empresa quanto à impossibilidade de satisfazer a necessidade aquisitiva através dos recursos das empresas do Grupo AdP, para que procedam respetivamente à colocação do pedido junto da PARPÚBLICA, na página da internet disponibilizada para o efeito.

AdAM R&C 2021 120 de 202



Handwritten signature and stamp, including the word "Fechado" (Closed) written below the signature.

Não havendo manifestação de disponibilidade, ficam reunidas as condições necessárias para envidar um procedimento de contratação pública, ficando demonstrada a impossibilidade de satisfação das necessidades aquisitivas assinaladas, através de recursos próprios ou de empresas que se encontrem em relação de grupo.

15. Princípio da Unidade de Tesouraria do Estado (artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro, artigo 160.º da LOE2020 e artigo 115.º do DLEO2019)

A AdP SGPS, no âmbito do definido no seu objeto social, assumiu-se como um instrumento flexível e eficiente que permite a gestão centralizada e especializada das participações sociais que constam do seu portefólio. Em conformidade, além das orientações estratégicas emanadas para os gestores que a representam e da prestação de serviços técnicos de administração e gestão, constitui-se como um elemento crucial na função financeira das participadas em relação de domínio (a totalidade das participações detidas).

O universo das empresas do Grupo abrange num conjunto de participações no setor do ambiente em diferentes fases de maturidade, pelo que a AdP SGPS tomou a responsabilidade de coordenar e obter os financiamentos necessários para fazer face às respetivas necessidades destas sociedades, tendo sempre presente, como objetivo final, o da manutenção do equilíbrio da estrutura de financiamento numa perspetiva consolidada.

Nesse sentido:

- Acompanhou as empresas na sua relação com o Fundo de Coesão de forma a facilitar o acesso a estes apoios comunitários;
- Encetou negociações, logo em 1997, com o BEI com o objetivo de financiar os projetos associados à primeira fase, tendo concretizado uma linha de 167 milhões de euros;
- Em 2000 iniciou um novo processo negocial com o BEI para os investimentos associados à segunda fase, que culminou na concessão de três linhas de financiamento (concretizadas entre 2005 e 2009), no montante total de 1.472 milhões de euros;
- Em 2017 assinou uma linha de financiamento com o BEI de 220 milhões de euros a 25 anos para fazer face a investimentos a efetuar nas empresas existentes, a decorrer até 2021, sem o suporte de uma garantia, seja do Estado seja do sistema bancário.
- Dado que as linhas do BEI e o apoio do Fundo de Coesão não se revelavam suficientes para o financiamento da totalidade da carteira de projetos, a AdP SGPS acedeu aos mercados externos, permanecendo ainda três emissões de obrigações com colocação privada em 2007 a 15 e 20 anos e, em 2016, a uma emissão obrigacionista a 12 anos, num total de 675 milhões de euros;
- Todos estes fundos decorrentes de operações de longo prazo têm como destino o financiamento dos sistemas multimunicipais e parcerias na componente relativa ao investimento e fundo de maneio dos primeiros anos de operação.
- A tónica colocada nos sistemas de abastecimento de água e de tratamento das águas residuais está relacionada com a dimensão dos investimentos e as exigências temporais a eles associadas.

AdAM R&C 2021 | 21 de 202



Finalizado



- A centralização de parte significativa de fundos na AdP SGPS tem permitido gerir de forma coesa e coerente as necessidades financeiras do Grupo, tendo-se evitado ruturas de tesouraria e problemas de insolvência, apesar dos graves problemas financeiros que o País atravessou. Complementando este enquadramento de médio e longo prazo, a AdP SGPS centralizou também a negociação com o sistema bancário para obtenção dos financiamentos de curto prazo, reduzindo a capacidade de os bancos individualmente poderem penalizar alguma das participadas, quer em termos de gastos quer em termos de crédito.
- O facto da AdP SGPS gerir centralizadamente a negociação de linhas e de, periodicamente, verificar a existência de alguns excedentes temporários tem permitido manter uma saúde financeira a níveis satisfatórios e com reduzidos impactos na atividade de exploração do Grupo.
- Na sequência de instruções por parte do Governo, o Grupo aplica os seus excedentes de tesouraria, líquidos das necessidades do grupo, junto da IGCP, bem como tem vindo a transferir a atividade operacional do sistema bancário para o IGCP.

Unidade: euros

IGCP	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Disponibilidades	1 761 061	251 740	529 972	493 777
Aplicações Financeiras	-	-	-	-
Total	1 761 061	251 740	529 972	493 777

Unidade: euros

Banca Comercial	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre
Banco BPI, SA	71 918	21 750	4 247	15 385
Banco Comercial Português, SA	143 163	17 199	299 578	26 806
Caixa Geral de Depósito, SA	62 479	46 029	50 199	51 836
Total	277 561	84 977	354 023	94 026

- O Grupo AdP, para o biénio 2020-2021, obteve dispensa parcial ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado através dos seguintes despachos do IGCP:
- Despacho SGC n° 126, de 15 de dezembro de 2020, para os seguintes serviços:

Valores inerentes às operações de financiamento realizadas;

Valores das garantias bancárias que não possam ser substituídas por depósitos caucionados;

Valores movimentados através da vertente credora dos débitos diretos, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;

Valores para compra de moeda estrangeira, nas situações em que a tesouraria externa não possa satisfazer as necessidades da AdP;

Valores estritamente necessários para o carregamento dos cartões refeição.

- Despacho SGC n° 223, de 29 de novembro de 2021, para os seguintes serviços:

Valores arrecadados pela DPG – Digital Payment Gateway da SIBS, os quais devem ser quinzenalmente transferidos para as contas da AdP no IGCP;

AdAM R&C 2021 | 22 de 202


 Filadelfo

No ano 2021 a AdAM não teve ganhos de aplicações financeiras.

16. Divulgação das recomendações dirigidas à empresa resultantes de Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas nos últimos três anos, bem como das medidas tomadas e o respetivo resultado

Não foram feitas recomendações pelo Tribunal de Contas dirigidas à empresa nos últimos 3 anos.

17. Elaboração e divulgação do Plano para a Igualdade (anual), conforme determina o artigo 7º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, e indicação do cumprimento da obrigação de comunicação às Comissões competentes, nos termos conjugados do artigo 3º e do n.º 3 do artigo 6º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho

A Água do Alto Minho, SA. é uma empresa de capitais exclusivamente públicos, resultante da celebração do Contrato de Parceria Pública entre o Estado Português e os referidos Municípios. Os seus objetivos são determinados pela política do Grupo AdP e do Governo para o sector, através de orientações vertidas nos planos estratégicos aplicáveis às suas áreas de atuação, de orientações gerais emanadas através de despacho ministerial e por orientações específicas dos Acionistas.

A Resolução de Conselho de Ministros n.º 19/2012 determina a obrigatoriedade de adoção, em todas as atividades do sector empresarial do estado, de planos para a igualdade, tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar as discriminações e a facilitar a conciliação da vida pessoal, familiar e profissional.

O n.º 2 do artigo 50.º do Decreto-Lei n.º 133/2013 de 3 de outubro determina igualmente que as empresas públicas adotem planos de igualdade tendentes a alcançar uma efetiva igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, a eliminar discriminações e a permitir a conciliação entre a vida pessoal, familiar e profissional.

Com a publicação da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, foi estabelecido o regime da representação equilibrada entre mulheres e homens nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa.

Nos termos previstos nos artigos 10.º e 11.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto, foi publicado o Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho, que determina:

- os procedimentos para a realização das comunicações a que estão obrigadas as entidades do setor público empresarial e as empresas cotadas em bolsa;

- os termos da articulação de competências entre a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego; e
- a produção de um guião para efeito de elaboração dos planos para a igualdade anuais, nos termos do disposto nos n. 1 e 2 do artigo 7.º da Lei n.º 62/2017, de 1 de agosto.

Neste contexto, a Água do Alto Minho, SA. elaborou o seu Plano para a Igualdade de Género em articulação com o Plano de Igualdade de Género corporativo do Grupo Águas de Portugal, de modo a dar cumprimento ao previsto no Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho e ao Despacho Normativo n.º 10-A/2020, de 10 de setembro, DR de 15 de setembro, que prorroga os prazos previstos no n.º 4 do artigo 3.º e no n.º 2 do artigo 5.º do Despacho Normativo n.º 18/2019, de 21 de junho.

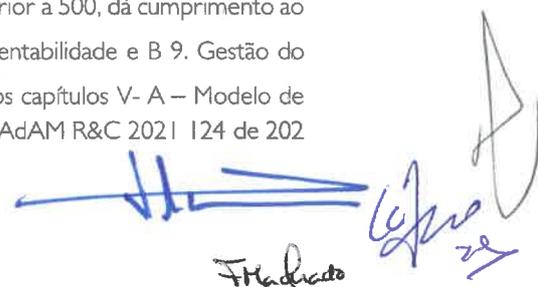
O Plano para a Igualdade de Género da Águas do Alto Minho está divulgado no site <https://www.adam.pt/component/phocadownload/category/3-anexos?download=113:plano-de-igualdade-de-genero-2021>

18. Quadro com informação a constar no sítio do SEE

A Águas do Alto Minho não divulga informação no sítio do SEE na internet em virtude de não ser participada diretamente pelo Estado.

Informação a Constar no Site do SEE	Divulgação		Comentários
	S/N/A.	Data Atualização	
Estatutos	NA	-	-
Caracterização da Empresa	NA	-	-
Função de tutela e acionista	NA	-	-
Modelo de Governo / Membro dos Órgãos Sociais	-	-	-
- Identificação dos órgãos Sociais	NA	-	-
- Estatuto Remuneratório Fixado	NA	-	-
- Divulgação das remunerações auferidas pelos Órgãos Sociais	NA	-	-
- Identificação das funções e responsabilidades dos membros do Conselho de Administração	NA	-	-
- Apresentação das sínteses curriculares dos membros dos Órgãos Sociais	NA	-	-
Esforço Financeiro Público	NA	-	-
Ficha Síntese	NA	-	-
Informação Financeira histórica e atual	NA	-	-
Princípios de Bom governo	-	-	-
- Regulamentos internos e externos a que a empresa está sujeita	NA	-	-
- Transações relevantes com entidades relacionadas	NA	-	-
- Outras transações	NA	-	-
- Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios:	-	-	-
Económico	NA	-	-
Social	NA	-	-
Ambiental	NA	-	-
- Avaliação do Cumprimento dos Princípios de Bom Governo	NA	-	-
- Código de ética	NA	-	-

A Águas do Alto Minho, apesar de ter um número médio de trabalhadores inferior a 500, dá cumprimento ao disposto no artigo 66º do CSC no presente relatório nos capítulos B 5. Sustentabilidade e B 9. Gestão do Capital Humano. De referir ainda que no Relatório do Governo Societário nos capítulos V- A – Modelo de AdAM R&C 2021 124 de 202



Handwritten signature and initials in blue ink, including the name "F. Medeiros" and a date "22".

Governo; VI – B Controlo interno e Gestão de Riscos e IX – Análise da sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental também se cumpre com o estipulado no artigo 66 do CSC.

12. Perspetivas Futuras

Em 2022, continuaremos a desenvolver a atividade operacional da Águas do Alto Minho, S.A., sendo determinante assegurar a prestação dos serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho, com elevados padrões de eficiência, valorizando os seus recursos humanos e integrando recursos tecnológicos num modelo sustentável, contribuindo para a criação de valor para acionistas e clientes, para a qualidade de vida dos cidadãos e desenvolvimento socioeconómico da região.

O controlo ativo de perdas será o objetivo primordial da AdAM, perspetivando-se alcançar uma redução de 12% em 2022. A qualidade da água e a redução de afluências indevidas à rede de águas residuais constituem objetivos de igual importância, com vista a alcançar um melhor desempenho do Sistema. A partir de 2022, serão, ainda, executadas medidas e ações para a redução de consumos ilícitos, melhoria do controlo de afluências indevidas de águas aos coletores, adequada gestão da frota, visando um alinhamento com as políticas públicas de neutralidade carbónica.

Em linha com os objetivos operacionais, a Águas do Alto Minho, S.A., pretende concretizar significativos investimentos, na ordem dos oito milhões de euros para o período 2020-2022, com vista ao controlo e redução de perdas nos sistemas de abastecimento de água.

Importa referir que face ao atual conflito no leste europeu antevêem-se consequências negativas a nível económico-financeiro com repercussões previsíveis na economia portuguesa, europeia e mundial, designadamente no que se refere à subida significativa de preço de determinadas matérias-primas (com especial relevância nos metais), combustíveis e energia e em consequência na generalidade dos restantes bens e serviços.

O desafio da sustentabilidade económico-financeira não poderá deixar de ser central na nossa atividade comercial e operacional, visando alcançar os resultados previstos para a Sociedade.

13. Eventos subsequentes

O Conselho de Administração da AdAM declara que, após o termo do exercício de 2021 até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, destacou-se o seguinte acontecimento:

- Aprovação da Candidatura n.º 05/REACT-EU/2021 - Apoio à Transição Climática "Investimentos em Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais em Baixa.

Não se registaram outros factos relevantes após o termo do exercício.

AdAM R&C 2021 | 25 de 202



Handwritten signatures and stamps, including the name "F. Machado" and a date "2022".

14. Considerações Finais

Apresentados os resultados das atividades desenvolvidas em 2021, deseja este Conselho de Administração manifestar o seu mais elevado apreço e consideração a todos quanto, direta ou indiretamente, contribuíram para os resultados obtidos, destacando:

- Os Colaboradores, pelo seu notável sentido de serviço e de missão;
- A Comissão de Parceria;
- Os Acionistas;
- Os Parceiros institucionais;
- Os Fornecedores, pelo esforço posto na pronta satisfação das necessidades da Empresa;
- O ROC, pelo espírito interessado e positivamente crítico de que deu prova no seguimento da atividade da Empresa;
- O Conselho Fiscal pelo apoio prestado;
- Os Membros da Mesa da Assembleia Geral.

Viana do Castelo, 14 de março de 2022

O Conselho de Administração,



(João Pedro Castro Neves – Presidente Executivo)



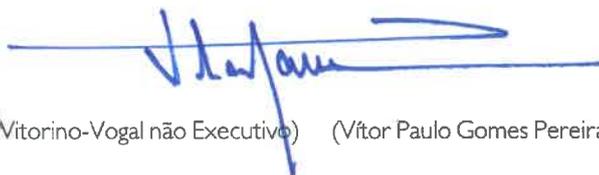
(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)



(Célia Cardoso André - Vogal não Executiva)



(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executiva)



(Vítor Paulo Gomes Pereira -Vogal não Executiva)

15. Proposta de Aplicação de Resultados

Nos termos do disposto no artigo 295.º do Código das Sociedades Comerciais propõe este Conselho de Administração que o Resultado Líquido de 195 712,85 euros, apurado no exercício de 2021 seja aplicado da seguinte forma:

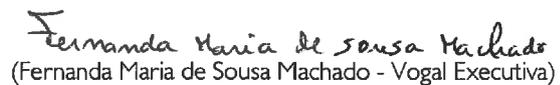
- o montante de 9 785,64 euros, correspondente a 5% do resultado, para constituição de reserva legal;
- o montante de 185 927,21 euros, para resultados transitados.

Viana do Castelo, 14 de março de 2022

O Conselho de Administração,



(João Pedro Castro Neves – Presidente Executivo)



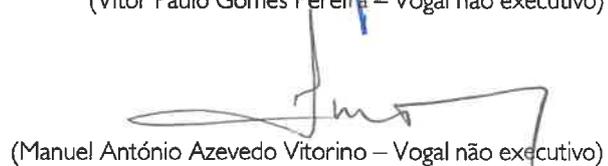
(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)



(Célia Cardoso André – Vogal não executiva)



(Vítor Paulo Gomes Pereira – Vogal não executivo)



(Manuel António Azevedo Vitorino – Vogal não executivo)

16. Anexo ao Relatório

Ao abrigo dos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que o Capital Social da Águas do Alto Minho, S.A., é detido na íntegra pelos seguintes acionistas:

Acionistas	Capital Subscrito 31.12.2021		Capital Realizado 31.12.2021	
	Categoria A		Categoria A	
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	1 836 000	51,00%	1 836 000	51,00%
Município de Arcos de Valdevez	141 905	3,94%	141 905	3,94%
Município de Caminha	151 775	4,22%	151 775	4,22%
Município de Paredes de Coura	60 140	1,67%	60 140	1,67%
Município de Ponte de Lima	279 855	7,77%	279 855	7,77%
Município de Valença	116 055	3,22%	116 055	3,22%
Município de Viana do Castelo	924 435	25,68%	924 435	25,68%
Município de Vila Nova de Cerveira	89 835	2,50%	89 835	2,50%
TOTAL	3 600 000	100,00%	3 600 000	100,00%

17. Relatório dos Administradores não Executivos

RELATÓRIO DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS SOBRE O DESEMPENHO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO

1. Introdução

Nos termos do n.º 8 do artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais, e no âmbito das nossas competências de vigilância geral sobre a atuação do administrador com funções executivas, é emitido o presente relatório sobre o desempenho dos mesmos, durante o exercício de 2021

2. Atividade

Nos termos da Lei, e das competências que o Estatuto do Gestor Público determina, e de outras atribuições decididas pelo conselho de administração, acompanhámos a gestão da empresa e o desempenho do administrador executivo.

As nossas funções foram exercidas com independência, sendo nosso juízo, no que se refere ao administrador executivo, livre e incondicionado.

3. Parecer

Face ao acima exposto, fazemos uma apreciação positiva do desempenho global do administrador executivo, salientando a sua preocupação em auscultar as nossas opiniões e juízos de valor sobre as ações de gestão, adotando em muitas ocasiões os conceitos das nossas intervenções mais relevantes, tendo em vista um melhor rigor na gestão da empresa.

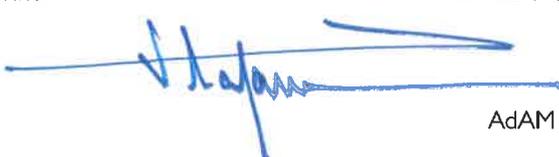
Viana do Castelo, 14 de março de 2022

Os Membros do Conselho de Administração não executivos

Célia Maria Pereira Cardoso André



Manuel Antonio Azevedo Vitorino



Vítor Paulo Gomes Pereira

AdAM R&C 2021 | 29 de 202

J. Machado 29

C – Demonstrações Financeiras do Exercício de 2021

Nos termos da Lei e dos Estatutos vem o Conselho de Administração da Águas do Alto Minho S.A., submeter à apreciação da Assembleia Geral desta Empresa as Contas do Exercício de 2021.

Em termos de apresentação, o presente documento contém as seguintes informações financeiras:

- Demonstração da Posição Financeira;
- Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral;
- Demonstração das Alterações do Capital Próprio;
- Demonstração dos Fluxos de Caixa;
- Demonstração de Caixa e seus Equivalentes.

Constitui, também, elemento do Relatório o:

- Anexo às Contas do Exercício.

No final do presente Relatório encontram-se à disposição dos acionistas os seguintes documentos:

- Relatório e Parecer do Conselho Fiscal;
- Certificação Legal das Contas.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base na informação mais atualizada sobre a Parceria, nomeadamente no que se refere aos valores de investimento, prazo da Parceria, caudais e as próprias tarifas aprovadas.

I. Demonstração da Posição Financeira

Unidade: euros

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Ativos Não Correntes			
Ativos intangíveis	5	10 215 287	4 892 790
Ativos fixos tangíveis	6	294 570	395 033
Ativos sob direito de uso	7	667 432	721 254
Outros ativos financeiros	8	9 533	3 454
Impostos diferidos ativos	31	2 014 657	1 058 195
Desvio de recuperação de gastos	9	10 146 570	2 187 576
Outros ativos não correntes	11	2 777 752	2 915 234
Total dos ativos não correntes		26 125 801	12 173 537
Ativos Correntes			
Inventários	12	226 702	69 762
Clientes	10	6 480 483	11 058 930
Outras ativos correntes	11	8 491 100	2 429 688
Imposto sobre o rendimento do exercício	31	243 191	0
Caixa e seus equivalentes	13	588 821	179 994
Total dos ativos correntes		16 030 297	13 738 374
Total do ativo		42 156 099	25 911 911
Capital próprio			
Capital social	14	3 600 000	1 800 000
Reservas e outros ajustamentos	31	3 930	899
Resultados transitados	31	74 665	17 088
Resultado líquido do exercício	14	195 713	60 608
Total do capital próprio		3 874 308	1 878 595
Passivos Não Correntes			
Acréscimo de gastos de investimento contratual	16	8 437 415	4 108 402
Subsídios ao investimento	17	9 460 074	4 745 183
Passivos da locação	7	423 258	518 829
Fornecedores e outros passivos não correntes	19	2 275 985	3 126 703
Impostos diferidos passivos	31	2 345 213	688 232
Total dos passivos não correntes		22 941 944	13 187 350
Passivos Correntes			
Empréstimos	18	3 905 222	2 000 000
Passivos da locação	7	217 045	169 646
Fornecedores e outros passivos correntes	19	11 217 579	8 276 107
Imposto sobre o rendimento do exercício	31	0	400 212
Total dos passivos correntes		15 339 846	10 845 965
Total do passivo		38 281 791	24 033 315
Total do passivo e do capital próprio		42 156 099	25 911 911

O Contabilista Certificado

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira

(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

O Conselho de Administração,

João Pedro Castro Neves

(João Pedro Castro Neves - Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado

(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)

Célia Maria Ferreira Cardoso André

(Célia Cardoso André - Vogal não Executiva)

Manuel António Azevedo Vitorino

(Manuel António Azevedo Vitorino - Vogal não Executivo)

Vitor Paulo Gomes Pereira

(Vitor Paulo Gomes Pereira - Vogal não Executivo)

2. Demonstração dos Resultados e do Rendimento Integral

Unidade: euros

	Notas	2021	2020
Rédito de contratos com clientes	21	23 276 363	23 296 962
Rendimentos de construção em ativos concessionados (IFRI)	21	5 440 337	1 250 416
Desvio de Recuperação de Gastos	9	7 958 993	1 931 335
Gastos com mercadorias e matérias consumidas	22	-8 125 457	-7 597 795
Gastos de construção em ativos concessionados (IFRIC 12)	21	-5 440 337	-1 250 416
Fornecimentos e serviços externos	23	-10 842 245	-9 567 381
Gastos com pessoal	24	-3 502 226	-3 613 523
Amortizações, depreciações e reversões do exercício	25	-4 747 467	-4 423 200
Perdas por imparidade e reversões do exercício	26	-984 696	-156 445
Subsídios ao investimento	17	285 110	293 769
Outros gastos e perdas operacionais	27	-2 339 878	-40 286
Outros rendimentos e ganhos operacionais	28	1 853	1 017
Resultados operacionais		980 349	124 453
Gastos financeiros	29	-90 816	-88 191
Rendimentos financeiros	30	13 220	0
Resultados financeiros		-77 595	-88 191
Resultados antes de imposto		902 754	36 262
Imposto do exercício	31	-6 522	-399 397
Imposto diferido	31	-700 518	423 742
Resultado líquido do exercício		195 713	60 608
Rendimento integral		195 713	60 608
Resultado por acção		0,27	0,08

O Contabilista Certificado

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira
(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

O Conselho de Administração,

João Pedro Castro Neves
(João Pedro Castro Neves – Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado
(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)

Célia Maria Pereira Cardoso André
(Célia Cardoso André - Vogal não Executiva)

Manuel António Azevedo Vitorino
(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)

Vítor Paulo Gomes Pereira
(Vítor Paulo Gomes Pereira -Vogal não Executivo)

3. Demonstração das Alterações do Capital Próprio

Unidade: euros

		31/12/2019	Aumento de Capital	Aquisição de ações próprias	Afetação do Res.Líquido	Resultado Líquido	31/12/2020
Capital social	Categoria A	1 205 530	594 470				1 800 000
Reservas e outros ajustamentos	Categoria A				899		899
Resultados transitados	Categoria A				17 088		17 088
Resultado do exercício	Categoria A	17 988			-17 988	60 608	60 608
Totais	Categoria A	1 223 518	594 470	0	0	60 608	1 878 595

Unidade: euros

		31/12/2020	Aumento de Capital	Afetação do Res.Líquido	Resultado Líquido	31/12/2021
Capital social		1 800 000	1 800 000			3 600 000
Reservas e outros ajustamentos		899		3 030		3 930
Resultados transitados		17 088		57 577		74 665
Resultado do exercício		60 608		-60 608	195 713	195 713
Totais		1 878 595	1 800 000	0	195 713	3 874 308

O Contabilista Certificado

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira
(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

O Conselho de Administração,

João Pedro Castro Neves

(João Pedro Castro Neves – Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado

(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)

Célia Maria Pereira Cardoso André

(Célia Cardoso André - Vogal não Executiva)

Manuel António Azevedo Vitorino

(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)

Vitor Paulo Gomes Pereira

(Vitor Paulo Gomes Pereira -Vogal não Executivo)

4. Demonstração dos Fluxos de Caixa

Unidade: euros

	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes	10	34 758 974	14 754 211
Pagamentos a fornecedores	19	-21 794 636	-13 076 781
Pagamentos ao pessoal	11	-2 607 382	-2 076 034
Pagamento de Impostos sobre o Rendimento	25	-658 442	-2 054
Outros recebimentos/Pagamentos relativos à atividade operacional	11	-8 651 070	-1 525 700
		1 047 444	-1 926 357
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Recebimentos de subsídios de investimento	17	3 293 626	13 133
Pagamentos de ativos fixos tangíveis	6	-525	-432 620
Pagamentos de ativos intangíveis	5	-7 529 678	-934 650
		-4 236 576	-1 354 138
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos de empréstimos obtidos	18	5 300 000	2 500 000
Recebimentos de realizações de capital	14	1 800 000	594 470
Pagamentos de empréstimos obtidos	18	-3 400 000	-500 000
Pagamentos de juros e gastos similares	29	-50 229	-16 981
Pagamentos de locações financeiras	7	-48 171	-145 764
Pagamentos financeiros - Outros n. especificados	29	-3 640	-1 716
		3 597 960	2 430 009
Variação de caixa e seus equivalentes		408 828	-850 486
Caixa e seus equivalentes no início do período	13	179 994	1 030 479
Caixa e seus equivalentes no fim do período	13	588 821	179 994

O Contabilista Certificado

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira
(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

O Conselho de Administração,

João Pedro Castro Neves

(João Pedro Castro Neves – Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado

(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)

Célia Maria Pereira Cardoso André

(Célia Cardoso André - Vogal não Executiva)

Manuel António Azevedo Vitorino

(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)

Vítor Paulo Gomes Pereira

(Vítor Paulo Gomes Pereira -Vogal não Executivo)

5. Demonstração de Caixa e seus equivalentes

		Unidade: euros	
	Notas	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	13	1 018	852
Depósitos à ordem	13	587 803	179 141
		588 821	179 994

O Contabilista Certificado

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira

(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

O Conselho de Administração,

João Pedro Castro Neves

(João Pedro Castro Neves – Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado

(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)

Célia Maria Pereira Cardoso André

(Célia Cardoso André - Vogal não Executiva)

Manuel António Azevedo Vitorino

(Manuel António Azevedo Vitorino-Vogal não Executivo)

Vitor Paulo Gomes Pereira

(Vitor Paulo Gomes Pereira -Vogal não Executivo)

**POR SI
ELA ESTÁ EM TODA A PARTE.**



**Água da torneira.
A sua escolha.**

Anexo

1. Informação geral

1.1. Introdução

A Águas do Alto Minho, S.A. (doravante também designada por AdAM ou Empresa) foi constituída em 11 de julho de 2019, iniciando a sua atividade em 22 de julho de 2019, com sede social na rua São Bartolomeu dos Mártires, n.º 156, em Viana do Castelo. A Águas do Alto Minho, S.A. tem como objeto social a exploração e gestão dos serviços de águas relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho. A atividade operacional só se iniciou em 1 de janeiro de 2020.

1.2. Atividade Económica

O Sistema de Águas do Alto Minho foi criado em 11 de janeiro de 2019, adiante também designado por Sistema, resultante da celebração do Contrato de Parceria entre o Estado e os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 90/2009, de 9 de abril.

A atividade de exploração e gestão do Sistema de Águas do Alto Minho foi formalizada a 22 de julho de 2019, através da celebração do Contrato de Gestão entre o Estado Português, os municípios de Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira e a A.D.A.M – Águas do Alto Minho, S.A.

A AdAM tem por objeto social (artigo 3º dos seus estatutos) a exploração e a gestão dos serviços de água relativos ao Sistema, em regime de parceria pública, nos termos do Contrato de Parceria referido no ponto anterior.

A exploração e a gestão do Sistema de Águas do Alto Minho incluem a conceção, a construção, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a melhoria das obras e das infraestruturas, bem como, a aquisição dos equipamentos necessários ao desenvolvimento da sua atividade. A atividade da AdAM vigorará por um período de 30 anos, contado da data de emissão do visto prévio do Tribunal de Contas, nos termos do n.º 1 do artigo 54.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A Águas do Alto Minho, S.A. tem como missão assegurar os serviços de abastecimento de água e de saneamento de águas residuais relativos ao Sistema de Águas do Alto Minho, com elevados padrões de eficiência, valorizando os seus recursos humanos e integrando recursos tecnológicos num modelo sustentável, contribuindo para a criação de valor para acionistas e clientes, para a qualidade de vida e desenvolvimento socioeconómico da região.

1.2.1 Atividade regulada

Água - distribuição e recolha – parcerias em "baixa"

A AdAM resulta de um contrato de parceria assinado entre o Estado e os sete municípios territorialmente abrangidos. Com este contrato estes municípios delegam no Estado a responsabilidade de gestão do sistema integrado. O sistema integrado resulta da agregação, de acordo com a solução técnica adotada, dos sistemas individuais, incluindo infraestruturas e meios. Assim, a Parceria tem a exclusividade da distribuição de água para consumo público e, quando aplicável, da captação e do tratamento de água para essa finalidade, bem como a exclusividade da recolha das águas residuais urbanas e, quando aplicável, do respetivo tratamento e rejeição, nas áreas abrangidas pelo Sistema. Englobam ainda, a construção, renovação, reparação, manutenção e melhoria das infraestruturas, equipamentos e instalações que integram a Parceria, financiados essencialmente através de empréstimos, subsídios e capitais próprios. A Parceria fica obrigada ao pagamento de uma renda aos municípios, indexada ao volume de negócios. O serviço prestado é pago através de tarifa fixada e faturada aos clientes (municípios) que são servidos pela parceria, sendo uma das características do contrato de Parceria ter garantido o retorno do capital investido e das suas infraestruturas.

1.3. Acionistas

O capital social subscrito e integralmente realizado no valor de 3.600.000,00 euros, está representado por 720.000 ações da categoria A, com o valor nominal de 5 euros cada, encontrando-se realizadas 720.000 ações.

A estrutura do capital social subscrito e realizado é a seguinte:

Unidade: euros

Acionistas	31.12.2021		31.12.2020
	% de Capital Realizado	Capital Realizado	Capital Realizado
		Categoria A	Categoria A
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	1 836 000	918 000
Município de Arcos de Valdevez	3,94%	141 905	70 953
Município de Caminha	4,22%	151 775	75 888
Município de Paredes de Coura	1,67%	60 140	30 070
Município de Ponte de Lima	7,77%	279 855	139 928
Município de Valença	3,22%	116 055	58 028
Município de Viana do Castelo	25,68%	924 435	462 218
Município de Vila Nova de Cerveira	2,50%	89 835	44 918
TOTAL	100,00%	3 600 000	1 800 000

1.4. Aprovação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras agora reportadas foram aprovadas e autorizadas para emissão em reunião do Conselho de Administração do dia 14 de março de 2022. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas refletem de forma fidedigna as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas relevantes, julgamentos e estimativas

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IAS/IFRS) emitidas pelo "International Accounting Standards Board" ("IASB") e Interpretações emitidas pelo "International Financial Reporting Interpretations Committee" ("IFRIC") ou pelo anterior "Standing Interpretations Committee" ("SIC"), adotadas pela UE, em vigor para exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2021.

As políticas contabilísticas mais significativas utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritas nas respetivas notas relacionadas com as demonstrações financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, exceto quando referido em contrário.

2.1. Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em euros (EUR).

As demonstrações financeiras da AdAM foram preparadas tendo por base o princípio da continuidade das operações e segundo a base do custo histórico, exceto no que respeita aos ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral, os quais se encontram registados ao respetivo justo valor.

A preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os IAS/IFRS requer o uso de estimativas e assunções que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de rendimentos e gastos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da gestão em relação aos eventos e ações correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da gestão que as estimativas e assunções adotadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos ativos e passivos.

2.2. Direito de Utilização de Infraestruturas (“DUI”)

2.2.1. Classificação da infraestrutura

A IFRIC 12 define as regras a observar na contabilização dos contratos de Parceria, atendendo aos serviços que presta e ao poder de controlo sobre os ativos da Parceria. Nos termos desta norma a AdAM presta dois tipos de serviços: o de construção, modernização e renovação das infraestruturas afetas ao sistema; e o de exploração e gestão (operar e manter) do sistema constituído pelas infraestruturas, necessárias à prestação de serviços aos utilizadores.

Se o operador (ou Entidade Gestora) construir ou modernizar as infraestruturas, o valor (tarifa) recebido ou a receber pelo operador deve ser reconhecido pelo seu justo valor, e este corresponde a um valor que se materializa num direito que corresponde a: **(a)** um ativo financeiro, ou **(b)** um ativo intangível.

Adicionalmente, nos termos da IFRIC 12, a infraestrutura não deve ser reconhecida como ativo tangível do operador (ou Entidade Gestora) porque o contrato de Parceria não lhe dá o direito de a controlar. O operador tem acesso e opera a infraestrutura para prestar um serviço público em nome do concedente, de acordo com os termos do contrato. Nos termos do contrato de Parceria, no âmbito desta norma, o operador (ou Entidade Gestora) atua como um prestador de serviços. O operador (ou Entidade Gestora) constrói ou moderniza as infraestruturas (construção ou modernização dos serviços) utilizadas para prestar serviços públicos e opera e mantém as infraestruturas (operação) durante um período específico de tempo.

O operador (ou Entidade Gestora) deve reconhecer um ativo financeiro na medida em que tem um direito contratual de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços prestados, que correspondem a montantes específicos ou determináveis. Neste modelo, o concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento em virtude de o acordo ser em geral legalmente vinculativo (o operador (ou Entidade Gestora) tem um direito incondicional de receber dinheiro se o concedente garantir contratualmente esse pagamento ao operador que corresponde a **(a)** um montante específico, ou **(b)** à diferença, se existir, entre os montantes recebidos dos utilizadores do serviço público, e outro montante específico, mesmo que o pagamento seja contingente ao facto de a concessionária assegurar que a infraestrutura está de acordo com os requisitos de qualidade e eficiência).

O operador (ou Entidade Gestora) deve reconhecer um ativo intangível na medida em que recebe um direito (licença) de cobrar os utilizadores por um serviço público. O direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público não é um direito incondicional de cobrança, porque os montantes estão condicionados ao facto de os utilizadores utilizarem o serviço.

Atendendo à tipologia do contrato de Parceria da AdAM nomeadamente no que diz respeito ao seu enquadramento legal (direito a cobrar aos utilizadores por um serviço público que é inerente ao facto de os utilizadores utilizarem esse serviço), o modelo que se adequa à realidade da empresa é o do intangível. Deste

modo, a AdAM como Entidade Gestora do sistema de abastecimento de água e de saneamento do Alto Minho classifica as infraestruturas do sistema que explora como ativos intangíveis – Direito de utilização de infraestruturas.

2.2.2. Reconhecimento e mensuração

Os ativos intangíveis (direitos de exploração) são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo os gastos e rendimentos (líquidos) diretos e indiretamente relacionados com os projetos de investimento, que são capitalizados em ativos fixos intangíveis em curso. Os gastos que podem ser capitalizados são os relacionados com a realização do investimento. Os gastos operacionais são afetos aos ativos fixos intangíveis em curso através de uma percentagem calculada em função da afetação do pessoal aos respetivos projetos. Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos para financiamento do investimento em curso são capitalizados até à entrada em exploração do sistema, que coincide com a sua disponibilidade para uso.

As despesas com grandes reparações e benfeitorias às infraestruturas da Parceria (incluindo bens de substituição), por via da regulação económica da Parceria, são especificamente remuneradas na medida em que concorrem igualmente para a formação da tarifa (ou seja, têm uma recuperação implícita na aceitação da depreciação pelo regulador), são contabilizadas no ativo fixo intangível e depreciadas nos mesmos termos do restante ativo fixo intangível. As despesas de conservação e manutenção correntes são reconhecidas em resultados nos respetivos exercícios em que ocorrem.

2.2.3. Amortizações

O ativo intangível, direito de utilização de infraestruturas, é amortizado numa base sistemática de acordo com o padrão de obtenção de benefícios económicos associados ao mesmo, e são determinados pela regulação económica e pela aceitação dos gastos de amortização na formação anual das tarifas por parte do regulador.

As amortizações são calculadas pelo método da soma das unidades de produção, isto é, pela amortização dos investimentos contratuais, que constam do estudo de viabilidade económico e financeiro utilizado, tendo como base os caudais faturados nesse exercício e os caudais a faturar até ao final da Parceria previstos no estudo de viabilidade económico e financeiro anexo ao contrato de Parceria.

As taxas de amortização no ano 2021 do direito de utilização de infraestruturas e os respetivos caudais foram os seguintes:

Áreas de Negócio	Total do Investimento do Contrato ⁽¹⁾	Investimento realizado até 31.12.2021	Número de anos do contrato	Total dos caudais do contrato (m ³)	Taxa de Amortização anual
Abastecimento de Água	106 487 961	7 990 155	30	277 282 858	3,24%
Águas Residuais	39 475 031	2 179 608	30	199 414 541	2,79%
Estrutura ⁽²⁾	266 198	266 198	30	476 697 399	3,05%
	146 229 190	10 435 960		476 697 399	

⁽¹⁾ Investimento total previsto no EVEF, em euros, atualizado para preços correntes de 2021

⁽²⁾ Caudais totais=caudais de abastecimento+caudais de saneamento de águas residuais

2.2.4. Acréscimo de gastos do investimento contratual

Em cumprimento do estipulado nos contratos de gestão de parcerias e com as regras regulatórias, e sempre que aplicável, é registada a quota-parte anual dos gastos estimados para fazer face às responsabilidades em investimentos contratuais (regulados) ou em investimentos de expansão (regulados) da Parceria. Estes acréscimos são calculados com base no padrão de benefícios económicos associados ao investimento contratual definido no modelo económico de suporte ao contrato de Parceria.

No caso da AdAM, os benefícios económicos obtidos são determinados pela regulação económica. Saliente-se que os acréscimos de gastos para investimentos contratuais visam garantir o regime do acréscimo e o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de Parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) que constituem a sua base de cálculo. Na prática estes acréscimos, correspondem a uma responsabilidade por reembolso a tarifas futuras, permitindo um nível de estabilização das mesmas, bem como o balanceamento, durante o prazo de vigência dos contratos de Parceria com o Estado, dos rendimentos (tarifas) e dos gastos (incorridos e a incorrer) referidos anteriormente.

Estes acréscimos são reconhecidos em gastos, na rubrica amortizações do exercício e no passivo (não corrente), sendo transferido o passivo para amortizações acumuladas aquando da concretização do investimento subjacente.

2.2.5. Desvio de recuperação de gastos (Déficit/ Superavit tarifário)

Consideram-se desvios de recuperação de gastos: (i) à diferença existente, à data da extinção das sociedades gestoras dos sistemas extintos em 2015, entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha contratualmente direito a título de remuneração do capital investido; e (ii) à diferença verificada, anualmente, até ao termo do segundo período quinquenal da parceria entre os resultados líquidos da sociedade advenientes da exploração e gestão do sistema e o valor a que a sociedade tenha direito em resultado da aplicação das regras estipuladas na determinação das tarifas.

Os desvios de recuperação de gastos podem assumir natureza deficitária ou superavitária, nos termos definidos no contrato de parceria e são registados ao custo amortizado. A AdAM regista nas suas contas os desvios de recuperação de gastos que se verificarem anualmente, incluindo a remuneração acionista em

dívida capitalizada com a taxa correspondente às Obrigações de Tesouro Portuguesas a 10 anos, acrescida de três pontos percentuais até à data de entrada em vigor do contrato de Parceria, com base nas respetivas contas individuais das sociedades.

Assim, anualmente é efetuado o cálculo da diferença entre o resultado gerado pelas operações e a remuneração garantida ao capital acionista investido, sendo o valor bruto registado numa conta de rendimentos – “Défice/superavit tarifário de recuperação de gastos” – e o imposto induzido por estes numa conta de imposto diferido, por contrapartida de balanço, à luz do reconhecimento de ativos e passivos regulatórios.

O valor do desvio de recuperação de gastos corresponde à correção (a crédito ou a débito) a fazer ao rédito das atividades reguladas, para que os rendimentos destas sejam os necessários ao cumprimento do disposto contratualmente, relativamente à recuperação integral dos gastos, incluindo impostos sobre o rendimento (IRC) e remuneração anual garantida.

2.2.6. Rédito da construção

De acordo com a IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

2.3. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da AdAM são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que, nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis. A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de ativos e passivos no decurso do exercício seguinte, encontram-se descritos ao longo do Anexo nas divulgações associadas às respetivas rubricas:

- Nota 6.2 – vida útil e imparidade de ativos intangíveis
- Nota 7.2 - vida útil e imparidade de ativos fixos tangíveis
- Nota 8.2 – vida útil de locações
- Nota 12.2 – estimativa do Desvio de recuperação de gastos
- Nota 13.2 – imparidade de ativos financeiros
- Nota 16.2 – justo valor de ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral
- Nota 19.2 – provisões, ativos e passivos contingentes
- Nota 20.3 – benefícios aos empregados

2.4. Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, se materiais são divulgados nas notas às demonstrações financeiras.

3. Novas normas e alteração de políticas

3.1. Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentada nos comparativos.

3.2. Novas normas, interpretações e alterações, com data de entrada em vigor a partir de 1 de janeiro de 2021

Estas normas e alterações são de aplicação efetiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2021, e foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras.

Descrição	Alteração	Data efetiva
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19	Aplicação de isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações	1 de junho de 2020
IFRS 4 – diferimento da aplicação da IFRS 9	Fim do diferimento do início da aplicação da IFRS 9 para as entidades com atividade seguradora, adiado para 1 de janeiro de 2023	1 de janeiro de 2021
IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16 – Reforma das taxas de juro de referência – fase 2	Isenções adicionais relacionadas com os impactos da reforma das taxas de juro de referência (“IBOR”), e especialmente a substituição de uma taxa de juro de referência por outra alternativa nos instrumentos financeiros negociados	1 de janeiro de 2021

Da aplicação destas novas normas não existiram impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdAM.

3.3. Novas normas, interpretações já emitidas, mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB cuja aplicação é obrigatória apenas em exercícios com início em ou após 1 de janeiro de 2022 e que a AdAM não adotou antecipadamente são as seguintes:

- *Já endossadas pela UE*

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 16 – Rendimentos obtidos antes da entrada em funcionamento	Proibição da dedução do rendimento obtido com a venda de itens produzidos durante a fase de testes, ao custo de aquisição dos ativos tangíveis	1 de janeiro de 2022
IAS 37 – Contratos onerosos	Clarificação sobre a natureza dos gastos a considerar para determinar se custos de cumprir com um contrato	1 de janeiro de 2022
IFRS 3 – Referências à estrutura conceptual	Atualização às referências para a Estrutura Conceptual e clarificação sobre o registo de provisões e passivos contingentes no âmbito de uma concentração de atividades empresariais	1 de janeiro de 2022
IFRS 16 – Bonificações de rendas relacionadas com o COVID-19 após 30 de junho de 2021	Extensão do período de aplicação da isenção na contabilização das bonificações atribuídas pelos locadores relacionadas com a COVID-19, como modificações, até 30 de junho de 2022	1 de abril de 2021
IFRS 17 – Contratos de seguro	Nova contabilização para os contratos de seguro, contratos de resseguro e contratos de investimento com características de participação discricionária.	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 – Contratos de seguro (alterações)	Inclusão de alterações à IFRS 17 em áreas como: i) âmbito de aplicação; ii) nível de agregação dos contratos de seguros; iii) reconhecimento; iv) mensuração; v) modificação e desreconhecimento; vi) apresentação da Demonstração da posição financeira; vii) reconhecimento e mensuração da Demonstração dos resultados; e viii) divulgações.	1 de janeiro de 2023
Ciclo de Melhorias 2018 – 2020	Alterações específicas e pontuais à IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	1 de janeiro de 2022

- *Ainda não endossadas pela EU*

Descrição	Alteração	Data efetiva
IAS 1 – Apresentação das demonstrações financeiras	Classificação de um passivo como corrente ou não corrente, em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento. Nova definição de “liquidação” de um passivo	1 de janeiro de 2023
IAS 1 – Divulgação de políticas contabilísticas	Requisito de divulgação de políticas contabilísticas materiais, em detrimento de políticas contabilísticas significativas	1 de janeiro de 2023
IAS 8 – Divulgação de estimativas contabilísticas	Definição de estimativa contabilística. Clarificação quanto à distinção entre alterações de políticas contabilísticas e alterações de estimativas contabilísticas	1 de janeiro de 2023
IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma transação	Exigência de reconhecimento de imposto diferido sobre o registo de ativos sob direito de uso/ passivo da locação e provisões para relacionado com ativos e desmantelamento / ativo relacionado, quando o seu reconhecimento inicial dê lugar a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis, por não serem relevantes para efeitos fiscais	1 de janeiro de 2023
IFRS 17 - aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS9 - informação comparativa	Esta alteração permite evitar desfazamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro na informação comparativa apresentada, na aplicação da IFRS 17 pela primeira vez. Esta alteração permite a aplicação de um "overlay" na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não atualize as informações comparativas da IFRS 9.	1 de janeiro de 2023

Da aplicação destas alterações de normas, novas normas e interpretações não são esperados impactos relevantes para as demonstrações financeiras da AdAM após 1 de janeiro de 2022.

3.4. Normas em revisão

IFRS 14 Contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas

Esta norma permite que uma entidade cujas atividades estejam sujeitas a tarifas reguladas continue a aplicar a maior parte das suas políticas contabilísticas do anterior normativo contabilístico relativas a contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas ao adotar as IFRS pela primeira vez.

Não podem aplicar a norma: (i) as entidades que já preparam as demonstrações financeiras em IFRS, (ii) as entidades cujo atual normativo contabilístico não permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios e (iii) as entidades cujo atual normativo contabilístico permite o reconhecimento de ativos e passivos regulatórios mas que não tenham adotado tal política nas suas contas antes da adoção das IFRS.

As contas de diferimento relacionadas com atividades reguladas devem ser apresentadas numa linha separada da demonstração da posição financeira e os movimentos nestas contas devem ser apresentados em linhas

separadas na demonstração de resultados e na demonstração do resultado integral. Deve ser divulgada a natureza e os riscos associados à tarifa regulada da entidade e os efeitos de tal regulamentação nas suas demonstrações financeiras.

As alterações são aplicáveis prospectivamente para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2016. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A União Europeia (UE) decidiu não lançar o endosso desta norma intermédia e esperar pela norma final.

Em janeiro de 2021, o IASB apresentou o *Exposure Draft* da nova norma IFRS 14 – Ativos e passivos regulatórios, tendo terminado em 30 de julho de 2021 o período para receção de comentários. A nova versão do IFRS 14 propõe que os ativos e os passivos regulatórios sejam mensurados através da estimativa de todos os cash-flows futuros descontados à data de relato. A taxa de desconto deverá corresponder à taxa regulatória. Caso a taxa regulatória não permita compensar a empresa do efeito de variação temporal do dinheiro, então deverá ser usada uma taxa que permita efetuar esta compensação. Em cada data de relato, a empresa deverá atualizar a estimativa de todos os cash-flows futuros e descontá-los à taxa regulatória inicial. A norma prevê requisitos adicionais de divulgação sobre os ativos, passivos, rendimentos e gastos regulatórios bem como uma análise de maturidade aos ativos e passivos regulatórios. O Grupo AdP encontra-se em fase de análise e de avaliação dos impactos do *Exposure Draft*.

4. Políticas de gestão de risco

4.1. Fatores de risco

As atividades da AdAM estão expostas a uma variedade de fatores de risco financeiro: risco de crédito, risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro. O Grupo AdP desenvolveu e implementou um programa de gestão do risco que, conjuntamente com a monitorização permanente dos mercados financeiros, procura minimizar os potenciais efeitos adversos na performance financeira da AdP e suas participadas. A gestão do risco é conduzida pelo departamento central de tesouraria com base em políticas aprovadas pela Administração. A tesouraria identifica, avalia e realiza operações com vista à minimização dos riscos financeiros, em estrita cooperação com as unidades operacionais do Grupo AdP. O Conselho de Administração providencia princípios para a gestão do risco como um todo e políticas que cobrem áreas específicas, como o risco cambial, o risco de taxa de juro, risco de crédito e o investimento do excesso de liquidez. O Conselho de Administração tem a responsabilidade de definir princípios gerais de gestão de riscos, bem como limites de exposição. Todas as operações realizadas com instrumentos derivados carecem de aprovação prévia do Conselho de Administração e da Tutela, que define os parâmetros de cada operação e aprova documentos formais descritivos dos objetivos das mesmas.

4.2. Risco de mercado

4.2.1 Risco de taxa de juro

O risco da taxa de juro da AdAM advém, essencialmente, da contratação de empréstimos, quer de longo prazo quer de curto prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxas variáveis expõem a AdAM AdP ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a AdAM ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A tabela abaixo apresenta a análise aproximada de sensibilidade dos encargos financeiros da AdAM.

2021	31.12.2021	Concessão / Parceria	Taxa média + 1%	Taxa média - 1%
Juros Suportados a taxa variável(*)	32 066	Parceria	52 107	12 025
	32 066		52 107	12 025

*o montante de juros suportados não inclui juros de locações

4.2.2 Risco de taxa de câmbio

A exposição ao risco de câmbio do Grupo AdP é residual. Este risco consubstancia-se em futuras transações comerciais, ativos e passivos reconhecidos, bem como investimentos líquidos em operações estrangeiras que não foram incorridas ou expressas na moeda funcional do Grupo AdP. A Tesouraria Central do Grupo AdP é responsável pela gestão da exposição líquida do Grupo AdP em cada divisa, contratando *swaps* centralmente, com vista a minimizar os riscos comerciais, ativos e passivos reconhecidos, quando tal seja aplicável. O Grupo AdP possui

investimentos denominados em moeda estrangeira, cujos ativos líquidos estão expostos ao risco de taxa de câmbio pela conversão. A exposição cambial inerente aos ativos líquidos em moeda estrangeira é residual. Em 2021 e 2020 não foram contratados *swaps* cambiais nem financiamentos em moeda estrangeira.

4.2.3 Risco do preço das matérias-primas (energia e combustíveis)

Os gastos anuais da AdAM em energia e combustíveis, representam aproximadamente 3,5% do total de fornecimentos e serviços externos. O Grupo através da AdP Valor negocia e contratualiza centralmente a aquisição destas matérias-primas para todo o Grupo. No caso da eletricidade é fixado o preço para o horizonte do contrato.

4.3. Risco de liquidez e de capital

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. Em virtude da dinâmica dos negócios subjacentes, a tesouraria da AdAM pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A AdAM efetua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras nacionais que permitem o acesso imediato a fundos. A tabela abaixo apresenta as responsabilidades da AdAM por intervalos de maturidade residual contratual

Tendo em conta o exposto, bem como os meios libertos de exploração recorrentes, a AdAM não antevê dificuldades no cumprimento das responsabilidades financeiras. Particularmente sobre os empréstimos bancários de curto prazo, a AdAM dispõe de facilidades de financiamento para obtenção de liquidez imediata para satisfazer a totalidade do serviço da dívida previsto para os 12 meses subsequentes.

Risco de liquidez	Tipo	Valor do Plafond negociado	Valor do Plafond utilizado 31.12.2021	Valor do Plafond disponível 31.12.2021
Acionista AdP - Apoio de tesouraria	Curto prazo renovável	5 000 000	3 900 000	1 100 000

O objetivo da AdAM em relação à gestão de capital, que é um conceito mais amplo do que o capital relevado na face do balanço é manter uma estrutura de capital ótima, através da utilização prudente de dívida que lhe permita reduzir o custo de capital. O objetivo da gestão do risco de capital é salvaguardar a continuidade das operações do Grupo, com uma remuneração adequada aos acionistas e gerando benefícios para todos os terceiros interessados.

A política da AdAM é contratar empréstimos com entidades financeiras, ao nível da empresa-mãe, a AdP (exceção feita aos empréstimos relacionados com o investimento), que por sua vez fará empréstimos às suas subsidiárias. Esta política visa a otimização da estrutura de capital com vista a uma maior eficiência e redução do custo médio de capital.

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos Correntes	18	3 905 222	2 000 000
Disponibilidades	13	588 821	179 994
Dívida Líquida		3 316 401	1 820 006
Subsídios ao Investimento	17	9 460 074	4 745 183
Capital Próprio	14	3 874 308	1 878 595
Capitais Permanentes		13 334 382	6 623 779
Dívida/Capitais Permanentes		0,25	0,27

Unidade: euros

4.4. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando uma perda financeira para a empresa. A AdAM está sujeita ao risco de crédito nas suas atividades operacionais, de investimento e de tesouraria.

Contraparte de exploração

O risco de crédito relacionado com operações está essencialmente relacionado com créditos de serviços prestados a clientes (serviços de água e saneamento).

A composição da carteira de clientes da AdAM tem 2 naturezas: (i) autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais; (ii) particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa.

i. Autarquias locais, serviços municipalizados ou intermunicipalizados e empresas municipais ou intermunicipais

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado diminuto ou próximo do risco soberano, observando-se historicamente que o não pagamento dos serviços prestados resulta essencialmente de divergências sobre as faturas traduzidas em processos judiciais. Nos termos da legislação e regulação em vigor, aplicável aos sistemas multimunicipais e parcerias, a alteração dos valores em dívida, por acordo voluntário ou extrajudicial entre as entidades gestoras e estas entidades ou por sentença judicial, releva para efeito do recálculo do Desvio de Recuperação de Gastos a recuperar nas tarifas ou rendimentos tarifários a cobrar na prestação de serviços futuros.

Não obstante o anterior, o processo administrativo associado à cobrança ou regularização por via de acordos e imputação ao desvio de recuperação de gastos é moroso, o que explica o valor elevado do montante de dívidas vencidas (ver nota 10) bem como os rendimentos financeiros (ver nota 30).

O Conselho de Administração da AdAM continua a entender que sobre esses saldos não existem à data indicadores que conduzam ao reconhecimento de perdas prospetivas por imparidade (exceto em situações muito específicas e que resultam de acordos celebrados, traduzidos no cálculo do Desvio de Recuperação de Gastos).

ii. Particulares, institucionais e empresas abastecidas pela rede de distribuição em baixa:

O risco de crédito associado a estes clientes é considerado médio, na medida em que o abastecimento pela rede de distribuição em baixa permite o corte do abastecimento em caso de incumprimento no pagamento atempado

das faturas pelos clientes. Não obstante, nos clientes abastecidos pela rede de distribuição em baixa existem dois segmentos a considerar: (i) abastecimento pela rede em baixa no âmbito de Parcerias, em que as perdas por risco de crédito nos clientes são compensadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos; e (ii) outros abastecimentos pela rede em baixa, em que o incumprimento no pagamento atempado das faturas se traduz em perda patrimonial. Para este segundo segmento, são constituídas perdas esperadas por imparidade em função da perda esperada. Para a dívida resultante do abastecimento pela rede de distribuição em baixa, a perda esperada é determinada da seguinte forma: i) para faturas vencidas há mais de 6 meses é aplicada imparidade de 100% (prescrição legal de faturas vencidas há mais de 6 meses); ii) para as faturas emitidas e ainda não vencidas ou vencidas há menos de 6 meses é aplicada a percentagem de perda histórica verificada a qual é agravada por forma a incluir o efeito “forward looking”.

Contraparte de depósitos

A seguinte tabela representa a exposição máxima da AdAM a risco de crédito (não incluindo saldos de clientes e de outros devedores) a 31 de dezembro de 2021 sem ter em consideração qualquer colateral detido ou outras melhorias de crédito. Para ativos no balanço, a exposição definida é baseada na sua quantia escriturada como reportada na face do balanço.

	<i>Unidade: euros</i>	
Rating	31.12.2021	31.12.2020
Depósitos à Ordem	587 803	179 141
Rating		
Ba 1		63 456
Baa 1	15 385	1 053
Baa 2	572 419	
Baa 3		114 632
TOTAL	587 803	179 141

Nota: Notação do rating obtida nos sites das instituições financeiras em dezembro de 2021 e 2020

4.5. Risco de exploração

4.5.1 Risco de catástrofe

A AdAM está exposta a riscos de catástrofe e de fenómenos da natureza, que podem colocar em risco a operacionalidade das infraestruturas e a consequente perda de receita. Para fazer face a estes riscos a AdAM tem contratualizados seguros para a transferência destes riscos.

4.5.2 Risco regulatório

Através da Lei n.º 10/2014, de 6 de março foram aprovados os novos estatutos da ERSAR, a qual passa a assumir o cariz de uma entidade administrativa independente, com uma reforçada autonomia em termos orgânicos, funcionais e financeiros, sendo equiparada a outras entidades reguladoras independentes.

A regulação é a mais significativa restrição à rentabilidade das atividades económicas desenvolvidas pela AdAM. O regulador pode tomar medidas com impacto negativo no *cash-flow*, decorrentes da possibilidade contratual de definirem um cenário de eficiência produtiva que estabelece os gastos a serem recuperados pela tarifa que podem diferir dos gastos efetivamente incorridos. Nestes gastos incluem-se os gastos financeiros.

5. Ativos intangíveis

5.1 Políticas contabilísticas

Direito de Utilização de Infraestruturas ("DUI") - Parcerias

Para as políticas contabilísticas relativas ao Direito de Utilização de Infraestruturas, consultar divulgação na nota 2.

Outros ativos intangíveis

Os ativos intangíveis (despesas de desenvolvimento de software, as despesas com propriedade intelectual e outros direitos) são contabilisticamente relevados pelo seu valor de custo líquido de amortizações acumuladas. Os gastos de investigação e os gastos de desenvolvimento que não cumprem com os critérios de reconhecimento enquanto ativos intangíveis são reconhecidos em gastos do período quando incorridos. Os gastos de desenvolvimento previamente reconhecidos como gastos do período não são reconhecidos como ativos intangíveis em períodos subsequentes. Investimentos que aumentem a performance dos programas de *software* para além das suas especificações originais são adicionados ao custo original do *software*.

Estas rubricas são amortizadas pelo método das quotas constantes normalmente por um período de três a dez anos. Os gastos de implementação do *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando o método das quotas constantes sobre as suas vidas úteis, nomeadamente de três a seis anos.

Imparidade

Os ativos intangíveis da AdAM são analisados à data de cada balanço por forma a detetar indicações de eventuais perdas por imparidade. Se essa indicação existir, o valor recuperável do ativo é avaliado.

Para outros ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do relato.

Tendo em conta as premissas do contrato de parceria, o valor recuperável do direito de utilização de infraestruturas (DUI) corresponde ao valor de uso, e este por sua vez corresponde à remuneração garantida (dividendo) em cada um dos anos ao longo do prazo da parceria. Estes montantes são parte integrante do EVEF

(estudo de viabilidade económica e financeiro) anexo ao contrato de parceria que são reenviados periodicamente para o regulador do sector.

Sempre que existem indicações de potenciais perdas por imparidade é determinado o valor recuperável dos ativos da AdAM. Quando o valor contabilístico de um ativo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com atividade iniciada há menos que um certo período de tempo (2 anos) a AdAM efetua uma análise da imparidade. No caso em que os respetivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de amortizações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

5.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis do Direito de Utilização de Infraestruturas bem como o respetivo método de amortização é essencial para determinar o montante de amortizações a reconhecer na demonstração dos resultados.

Estes dois parâmetros foram definidos de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos e negócios em questão. No entanto, tratando-se de uma atividade concessionada e regulada, a vida útil do Direito de Utilização de Infraestruturas está associada ao padrão de benefícios económicos obtidos e que são determinados pela regulação económica (caudais e prazo da parceria), e de acordo com o respetivo contrato de parceria. No fim da parceria, o Direito de Utilização de Infraestruturas está amortizado a 100%. Adicionalmente, face à característica da parceria de rendimento garantido, alterações nos caudais não têm

impacto no resultado líquido dado que essas variações são neutralizadas pelo Desvio de Recuperação de Gastos (ver nota 2.2.5).

Na determinação do investimento contratual, a AdAM utiliza para efeitos de base de amortizações o valor dos investimentos contratuais previstos no contrato de parceria e/ou EVEF (Estudo de Viabilidade Económica e Financeira) submetidos posteriormente ao Concedente, os quais poderão estar sujeitos a revisão e aprovação por parte do mesmo, com consequente impacto nas demonstrações financeiras da empresa.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdAM, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdAM.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

5.3 Detalhe e movimento

O movimento ocorrido nos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Unidade: euros				
Valor líquido	31.12.2020	Aumentos	Abates	31.12.2021
Direitos de utilização de infraestruturas - Firme	369 529	291 284	-	660 813
Direitos de utilização de infraestruturas integradas	3 420 058	- 65 616	- 114 776	3 239 666
Direitos de utilização de infraestruturas - Em curso	1 103 203	5 211 605	-	6 314 808
	4 892 790	5 437 273	- 114 776	10 215 287
<hr/>				
Valor bruto	31.12.2020	Aumentos	Abates	31.12.2021
Direitos de utilização de infraestruturas - Firme	405 540	309 778	-	715 318
Direitos de utilização de infraestruturas integradas	3 486 880	33 730	- 114 776	3 405 834
Direitos de utilização de infraestruturas - Em curso	1 103 203	5 211 605	-	6 314 808
	4 995 623	5 555 113	- 114 776	10 435 960
<hr/>				
Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Abates	31.12.2021
Direitos de utilização de infraestruturas	36 011	18 494	-	54 505
Direitos de utilização de infraestruturas integradas	66 822	99 346	-	166 168
	102 834	117 840	-	220 673
Valor líquido	4 892 790	5 437 273	- 114 776	10 215 287

Os investimentos realizados pela AdAM em 2021 ascenderam a 5 milhões de euros. O imobilizado em curso, à data de 31 de dezembro de 2021 totalizava 6,3 milhões de euros, incluindo gastos internos capitalizados, em resultado de um maior volume de Empreitadas, estando os principais projetos mencionados na nota 8. O aumento do valor das amortizações acumuladas reflete essencialmente o valor das amortizações do exercício. Os gastos internos capitalizados no exercício totalizaram 522.077,16 euros (116.327,02 de fornecimentos e serviços externos, 390.849,35 euros de gastos com o pessoal e de 14.900,69 euros de gastos financeiros).

6. Ativos fixos tangíveis

6.1 Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Os ativos fixos tangíveis encontram-se globalmente mensurados ao custo, deduzido de eventuais perdas de imparidade, sendo depreciado em função da sua vida útil estimada. Os dispêndios diretamente atribuíveis à aquisição dos bens e à sua preparação para entrada em funcionamento estão a ser considerados no seu valor contabilístico.

Os gastos subsequentes são incluídos no valor contabilístico do bem ou reconhecidos como ativos separados, conforme apropriado, somente quando é provável que benefícios económicos fluirão para a empresa e o custo possa ser mensurado com fiabilidade. A depreciação dos mesmos é efetuada durante a vida útil remanescente do bem ou até à próxima reparação, das duas a que ocorrer mais cedo. A componente substituída do bem é identificada e reconhecida em resultados.

Os demais dispêndios com reparações e manutenção são reconhecidos como um gasto do exercício em que são incorridos.

Depreciações

A depreciação dos ativos fixos tangíveis afetos à exploração é efetuada com base na vida útil estimada a partir do momento em que os mesmos estejam aptos a entrar em funcionamento. O valor depreciável é obtido mediante a dedução do valor residual expectável no final da vida útil estimada.

As vidas úteis estimadas para os ativos fixos tangíveis são traduzidas nos seguintes prazos médios:

Naturezas	Taxa anual máxima
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	10
Equipamento de transporte *	—
Ferramentas e utensílios*	—
Equipamento administrativo	8

*A AdAM não dispõe

Os terrenos não são objeto de depreciação.

A depreciação dos bens para os quais existe uma intenção de venda é suspensa, passando os mesmos a serem classificados como ativos não correntes para venda.

Imparidade

Sempre que existam indícios de perda de valor dos ativos fixos tangíveis, são efetuados testes de imparidade, de forma a estimar o valor recuperável do ativo, e quando necessário registar uma perda por imparidade. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso do ativo, sendo este último calculado com base no valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, decorrentes do uso continuado e da alienação do ativo no fim da sua vida útil.

No final de cada exercício, o Conselho de Administração revê os métodos de depreciação e as vidas úteis estimadas para cada ativo de forma que sejam fielmente refletidos os padrões de consumo de benefícios dos ativos durante os anos da sua utilização. Eventuais alterações destes pressupostos serão tratadas como uma alteração de estimativa contabilística e alvo de aplicação prospetiva.

Determinação da quantia recuperável dos ativos

A quantia recuperável é a mais alta do seu preço de venda líquido e do seu valor de uso. Na determinação do valor de uso de um ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo em questão. A quantia recuperável dos ativos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respetiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações, que o ativo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

Desreconhecimento

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do ativo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados.

6.2 Estimativas e julgamentos

Vida útil

A determinação das vidas úteis dos ativos fixos tangíveis é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados. Este parâmetro foi definido de acordo com a melhor estimativa da Administração para os ativos em questão.

Imparidade

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência da AdAM, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou a manutenção da atual estrutura regulatória do mercado, bem como por quaisquer outras alterações, quer internas, quer externas à AdAM.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos (ou de conjunto de ativos) implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração, no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

6.3 Detalhe e movimento

O movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

<i>Unidade: euros</i>				
Valor líquido	31.12.2020	Aumentos	Abates	31.12.2021
Edifícios e outras construções	132 013,20	- 14 668,14	-	117 345,06
Equipamento básico	59 538,29	- 6 790,38	-	52 747,91
Equipamento administrativo	203 481,07	- 79 003,88	-	124 477,19
	395 032,56	- 100 462,40	-	294 570,16
Valor bruto	31.12.2020	Aumentos	Abates	31.12.2021
Edifícios e outras construções	146 681,35	-	-	146 681,35
Equipamento básico	66 328,71	-	-	66 328,71
Equipamento administrativo	281 151,35	-	-	281 151,35
	494 161,41	-	-	494 161,41
Amortizações acumuladas	31.12.2020	Aumentos	Abates	31.12.2021
Edifícios e outras construções	14 668,15	14 668,14	-	29 336,29
Equipamento básico	6 790,42	6 790,38	-	13 580,80
Equipamento administrativo	77 670,28	79 003,88	-	156 674,16
	99 128,85	100 462,40	-	199 591,25

No período não se registaram alterações no valor bruto do ativo fixo tangível.

7. Locações

7.1 Políticas contabilísticas

As locações nas quais a AdAM é locatária, são reconhecidas, mensuradas e apresentadas de acordo com um modelo único. Através deste modelo as locações são contabilizadas na demonstração da posição financeira. Na data de início da locação, a AdAM reconhece o passivo relativo aos pagamentos futuros da locação (isto é, o passivo da locação) e o ativo que representa o direito de uso do ativo durante o período da locação (isto é, o ativo sob direito de uso). A AdAM reconhece separadamente o gasto financeiro relacionado com o passivo da locação e o gasto com a depreciação ou amortização do ativo sob o direito de uso.

A AdAM apenas tem locações enquanto locatário de contratos de arrendamento e cedência de espaços destinados a lojas de atendimento e centros operacionais, contratos de locação operacional de viaturas e contratos associados a licenças.

Identificação de uma locação

No início de um contrato, uma entidade deve avaliar se o contrato é, ou contém, uma locação. Um contrato é ou contém uma locação se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de uma remuneração:

- a) O ativo subjacente à locação deve ser especificamente identificado ou o ativo está implicitamente especificado no momento em que fica disponível para uso pelo locatário; e
- b) A locação deverá conceder o direito de controlar o uso do ativo subjacente por um determinado período de tempo, isto é, a locação deverá conceder o direito ao locatário de obter substancialmente todos os benefícios económicos da utilização do ativo identificado.

Separar componentes de um contrato

Se um contrato é, ou contém uma locação, a AdAM contabiliza cada componente da locação de forma separada da componente não-locação (ex: prestação de serviços) implícita no contrato, exceto, nos casos em que a empresa (como locatário) opte por não separar a componente não-locação da componente locação, e como tal, contabilizar tudo como sendo apenas uma única componente de locação.

A remuneração do contrato é separada entre a componente locação e componente não-locação, com base no preço relativo em base individual para cada componente locação e com base no somatório dos preços em base

individual para as componentes não locação. O preço relativo em base individual da componente locação equivale ao preço que um locador/fornecedor praticaria para a componente locação de forma separada.

A não ser que o expediente prático permitido aos locatários seja utilizado, um locatário deve contabilizar a componente não-locação de acordo com os IFRS que lhe sejam aplicáveis.

Prazo da locação

O prazo da locação corresponde ao período não-cancelável em que o locatário tem o direito de usar um ativo subjacente, em conjunto com as seguintes condições:

- i) Períodos cobertos por opções em estender a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como irá exercer essa opção; e
- ii) Períodos cobertos por uma opção de terminar a locação, se o locatário tiver uma certeza razoável em como não irá exercer essa opção.

O prazo da locação inclui os meses de carência de rendas, caso existam. A data de início da locação (“*commencement date*”) corresponde à data em que o locador coloca disponível para uso do locatário o ativo subjacente da locação.

A) Contabilização nos locatários

Reconhecimento e mensuração inicial da locação

Na data de início da locação a AdAM reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo da locação.

Mensuração inicial do ativo sob direito de uso (“Right-of-use asset”)

Na data de início da locação o ativo sob direito de uso é mensurado ao custo, o qual equivale ao valor do passivo da locação adicionado de gastos com desmantelamento do ativo (quando os mesmos sejam uma obrigação), de gastos iniciais diretos de instalação do ativo e de pagamentos deduzidos de incentivos que possam ter ocorrido antes da data do contrato.

Mensuração inicial do passivo da locação

Na data de início da locação o passivo da locação é mensurado pelo valor atual dos pagamentos fixos (descontado de quaisquer incentivos de locação recebidos) e variáveis (baseados em índices ou taxas) futuros da locação, das penalidades por antecipação contratual, do valor residual que seja expetável ser pago pelo locatário e da opção

de compra, se certa. Os pagamentos variáveis futuros da locação não incluem remunerações indexadas ao volume de negócios do locatário.

Os pagamentos futuros da locação são descontados utilizando a seguinte taxa de juro:

- i) Nos contratos em que se dispõe da taxa implícita do respetivo contrato, é utilizada essa taxa (taxa de juro que iguala o justo valor do ativo subjacente ao somatório do valor atual das rendas da locação e do valor residual);
- ii) Nos restantes contratos, utiliza-se a taxa incremental de financiamento (taxa de juro que seria obtida para um financiamento para o prazo da locação destinado à aquisição do ativo subjacente da locação).

Mensuração subsequente da locação

Mensuração subsequente do ativo sob direito de uso

O ativo sob direito de uso é mensurado pelo modelo do custo, em que o ativo sob direito de uso é mensurado pelo custo deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas e é ajustado por quaisquer remensurações do passivo da locação.

As depreciações são calculadas de forma linear desde a data de início da locação e pela vida útil do ativo subjacente nos casos em que exista opção de compra na locação e a mesma tenha sido considerada na mensuração inicial do ativo sob direito de uso. Nos restantes casos as depreciações são calculadas de forma linear pelo prazo da locação. As depreciações são contabilizadas como um gasto na demonstração dos resultados.

As vidas úteis utilizadas para os ativos sob direito de uso são as seguintes:

Naturezas	Intervalo de anos
Licenças de software	3
Edifícios e outras construções	5
Equipamento de transporte	4
Outro equipamento *	---

*A AdAM não dispõe

Mensuração subsequente do passivo da locação

O passivo da locação é mensurado ao custo amortizado. Após a data de início da locação, a AdAM mensura o passivo da locação por:

- i) Aumentos para refletir os juros corridos (calculados com a taxa de desconto utilizada na mensuração inicial do passivo da locação e reconhecidos na demonstração dos resultados);
- ii) Reduções para refletir os pagamentos da locação efetuados;
- iii) Remensuração para refletir modificações na locação (ex: prazo, rendas):
 - a. Implica ajustar o valor contabilístico do direito de uso do ativo da locação;
 - b. Se a remensuração resultar de alteração do prazo da locação, então, é definida uma nova taxa de desconto a aplicar a partir da data de alteração do prazo da locação.

Expedientes práticos utilizados pela AdAM enquanto locatária

A AdAM utiliza os seguintes expedientes práticos previstos na IFRS 16:

- i) Contratos com as componentes de locação e de serviços, a componente de serviços é tratada como uma locação no âmbito da IFRS 16;
- ii) Contratos de locação com término contratual até 12 meses, são excluídos do âmbito do IFRS 16;
- iii) Contratos de locação para os quais o ativo subjacente tenha um valor estimado de aquisição em estado inferior a 5.000 € (máquinas impressoras e fotocopiadoras, bebedouros, reservatórios) são excluídos do âmbito do IFRS 16.

Nos contratos de locação em que a AdAM é locatário e cujos ativos subjacentes tenham pouco valor como, (por exemplo, um computador pessoal) e nos contratos de locação a curto prazo (isto é, contratos com uma duração de 12 meses ou inferior), o reconhecimento e mensuração da locação não é efetuada através do modelo único acima descrito, sendo as rendas da locação reconhecidas como um gasto numa base linear durante o período da locação na demonstração dos resultados na rubrica “Fornecimentos e serviços externos – Rendas e alugueres”.

A AdAM apenas é locatária em locações operacionais.

7.2 Estimativas e julgamentos

A determinação das vidas úteis dos ativos é essencial para determinar o montante de depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados.

7.3 Ativos sob direito de uso

O detalhe dos passivos da locação em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Unidade: euros

Ativos sob direito de uso	31.12.2020			Exercício 2021		31.12.2021		
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido	Aumentos	Amortizações do exercício	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Edif. Outras Construções	604 480	107 040	497 440	0	105 968	604 480	213 008	391 472
Equipamento Transporte	94 489	4 003	90 486	146 331	48 472	240 819	52 475	188 344
Licenças	137 138	3 809	133 328	0	45 713	137 138	49 522	87 616
Total	836 106	114 852	721 254	146 331	200 153	982 437	315 005	667 432

7.4 Pagamentos da locação

Unidade: euros

Passivo de Locação	31.12.2021	31.12.2020
Não corrente	423 258	518 829
Corrente	217 045	169 646
	640 303	688 475
Capital em dívida por natureza de ativo sob direito de uso		
Edifícios e outras construções	401 499	506 740
Equipamentos de transporte	193 059	90 646
Licenças	45 745	91 089
	640 303	688 475
Futuros Pagamentos Mínimos		
Até 1 ano	236 491	186 533
De 1 a 5 anos	439 895	545 413
Mais de 5 anos		
	676 386	731 946
Juros		
Até 1 ano	19 446	16 887
De 1 a 5 anos	16 637	26 583
Mais de 5 anos		
	36 083	43 471
Valor presente dos pagamentos mínimos		
Até 1 ano	217 045	169 646
De 1 a 5 anos	423 258	518 829
Mais de 5 anos		
	640 303	688 475

Unidade: euros

Pagamentos da Locação	31.12.2021	31.12.2020
Contabilizados de acordo com o modelo único previsto na IFRS 16	213 975	162 690
Contabilizados como despesa em resultados	-86 527	35 882
	127 448	198 573

8. Outros ativos financeiros

8.1 Políticas contabilísticas

Reconhecimento e mensuração

Face à atividade das Águas do Alto Minho, SA, a empresa apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado. Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- i. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- ii. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2021	31.12.2020
Fundo de compensação de trabalho	9 533	3 454
	9 533	3 454

9. Desvio de recuperação de gastos (Défice tarifário)

9.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas ao desvio de recuperação e gastos, consultar divulgação na nota 2.2.5.

9.2 Estimativas e julgamentos

O Desvio de Recuperação de Gastos ('DRG') é calculado nos termos dos DL 92, 93 e 94/2015 de 29 de maio ('DL das Agregações'), DL 16/2017 de 1 de fevereiro, DL 34/2017 de 24 de março e dos contratos de parceria que estipulam, para o período regulatório atual, que o DRG resulta da diferença verificada, anualmente, entre o resultado líquido da sociedade adveniente da exploração e gestão do sistema e o resultado líquido que resultaria da aplicação das regras de determinação das tarifas necessárias que tem como critério a recuperação dos gastos de exploração, o investimento e uma remuneração dos capitais próprios e reservas legais que corresponde à rentabilidade média diária das OT a 10 anos + 3% e da remuneração acionista em dívida à rentabilidade média diária das OT a 10 anos; não devendo incorporar as diferenças entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos admissíveis em cenário de eficiência produtiva, de acordo com critérios previamente definidos pela Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos ('ERSAR') ('Critérios de Eficiência Produtiva').

Nos termos dos respetivos Contratos de Parceria, a Entidade gestora submete à aprovação da Comissão de Parceria o cálculo do montante do DRG, para que no âmbito das suas competências aprove. A estimativa do DRG é, em cada exercício, determinada com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessa estimativa do DRG. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas que ocorram posteriormente à data das presentes demonstrações financeiras, são corrigidas em resultados de forma prospetiva.

9.3 Detalhe e movimento

O desvio de recuperação de gastos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 tem o seguinte detalhe:

	<i>Unidade: euros</i>		
	31.12.2020	Movimento 2021	31.12.2021
Desvio de Recuperação de Gastos	2 187 576	7 958 993	10 146 570
	2 187 576	7 958 993	10 146 570

O desvio de recuperação de gastos do ano 2020 foi aprovado pela Comissão de Parceria em 16 de fevereiro de 2021, no âmbito dos poderes que lhe estão atribuídos, conforme disposto no Contrato de Parceria. O desvio de recuperação de gastos do ano 2021 será aprovado em reunião da Comissão de Parceria a realizar em 2022.

10. Ativos financeiros

10.1 Políticas contabilísticas

Classificação

No reconhecimento inicial, os ativos financeiros são classificados numa das seguintes categorias:

- a) Ativos financeiros pelo custo amortizado;
- b) Ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral; ou
- c) Ativos financeiros ao justo valor através de resultados:
 - a. Ativos financeiros detidos para negociação;
 - b. Ativos financeiros não detidos para negociação obrigatoriamente ao justo valor através de resultados;
 - c. Ativos financeiros designados ao justo valor através de resultados.

A classificação e mensuração dos ativos financeiros depende dos resultados do teste SPPI (análise das características dos fluxos contratuais, para concluir se os mesmos correspondem unicamente a pagamentos de capital e juros sobre o capital em dívida) e do modelo de negócio.

Face à sua atividade a AdAM apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Um ativo financeiro é classificado na categoria de "Ativos financeiros pelo custo amortizado", quando são cumpridas as duas condições seguintes:

- iii. É gerido com um modelo de negócio cujo objetivo é manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- iv. As condições contratuais dão origem a fluxos de caixa em datas específicas, que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o montante do capital em dívida (SPPI).

Avaliação do modelo de negócio para a gestão de ativos financeiros

Em relação à avaliação do modelo de negócio, não depende das intenções para um instrumento individual, mas sim para um conjunto de instrumentos, tendo em consideração a frequência, o valor, o calendário de vendas em exercícios anteriores, os motivos das referidas vendas e as expectativas em relação a vendas futuras. As vendas pouco frequentes ou pouco significativas, ou próximas do vencimento do ativo e as motivadas por aumentos do risco de crédito dos ativos financeiros ou para gerir o risco de concentração, entre outras, podem ser compatíveis com o modelo de deter ativos para receber fluxos de caixa contratuais.

Avaliação das características dos fluxos contratuais dos ativos financeiros (SPPI)

Se um ativo financeiro contém uma cláusula contratual que pode modificar o calendário ou o valor dos fluxos de caixa contratuais (tais como cláusulas de amortização antecipada ou extensão da duração), a AdAM determina se os fluxos de caixa que serão gerados durante o período de vida do instrumento, devido ao exercício da referida cláusula contratual, são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

As condições contratuais dos ativos financeiros que, no momento do reconhecimento inicial, tenham um efeito sobre os fluxos de caixa ou dependam da ocorrência de eventos excecionais ou altamente improváveis (como a liquidação por parte do emissor) não impedem a sua classificação nas carteiras ao custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral.

Reconhecimento inicial

No momento do reconhecimento inicial, todos os instrumentos financeiros ativos são registados pelo seu justo valor. Para os instrumentos financeiros ativos que não são registados pelo justo valor através de resultados, o justo valor é ajustado adicionando ou subtraindo os gastos de transação diretamente atribuíveis à sua aquisição. Os gastos de transação são definidos como gastos diretamente atribuíveis à aquisição ou alienação de um ativo financeiro, que não teriam sido incorridos se a AdAM não tivesse efetuado a transação.

No entanto, as contas de clientes sem uma componente de financiamento significativa são inicialmente mensuradas pelo seu valor de transação, conforme definido na IFRS 15 - Réditos de contratos com os clientes.

Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, a AdAM valoriza os ativos financeiros pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral. Face à atividade da empresa, a AdAM apenas detém ativos financeiros pelo custo amortizado e ativos financeiros ao justo valor através de outro rendimento integral.

Os rendimentos e gastos de ativos financeiros ao custo amortizado são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- a) Os juros são registados em resultados, utilizando a taxa de juro efetiva da transação sobre o valor contabilístico bruto da transação (exceto no caso de ativos com imparidade, em que a taxa de juro é aplicada sobre o valor contabilístico líquido de imparidade);
- b) São reconhecidos impactos em gastos ou rendimentos do período, quando o ativo financeiro é desreconhecido, ou quando são reconhecidas ou revertidas perdas de imparidade

Quando os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro forem renegociados ou de outra forma modificados e a renegociação ou alteração não resulte no desreconhecimento do ativo financeiro, a AdAM recalcula o valor bruto do ativo financeiro e reconhece um ganho ou uma perda decorrente da diferença face ao anterior custo amortizado em contrapartida de resultados. O valor bruto do ativo financeiro é recalculado como o valor atual dos fluxos de caixa contratuais renegociados ou modificados que são descontados à taxa de juro efetiva original do ativo.

Os saldos de clientes e outras contas a receber sem componente de financiamento correspondem a valores a receber pela venda de bens ou de serviços prestados pela AdAM no curso normal das suas atividades ou correspondem a direitos a receber. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, deduzido de perdas por imparidade. O custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal ou do seu justo valor.

Crédito abatido ao ativo (*write-off*)

A AdAM reconhece um crédito abatido ao ativo quando não tem expectativas razoáveis de recuperar um ativo na sua totalidade ou parcialmente. Este registo ocorre após todas as ações de recuperação desenvolvidas pela empresa se revelarem infrutíferas. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Imparidade de ativos financeiros

No que respeita aos saldos a receber reconhecidos nas rubricas "Clientes" e "Outros ativos", a AdAM aplica a abordagem simplificada permitida pela IFRS 9, de acordo com a qual as perdas de crédito estimadas são reconhecidas desde o reconhecimento inicial dos saldos a receber e por todo o período até à sua maturidade, considerando uma matriz de taxas de incumprimento históricas para a maturidade dos saldos a receber, ajustada por estimativas prospetivas.

As contas a receber foram agrupadas por segmento de negócio para efeitos da avaliação das perdas de crédito esperadas.

O risco de crédito das contas a receber é avaliado em cada data de relato, tendo em consideração o perfil de risco de crédito do cliente. A análise de risco de crédito é baseada na probabilidade de *default* anual e também tem em conta o perfil de risco de crédito do cliente. A probabilidade de incobrabilidade representa uma probabilidade de *default* anual que reflete a posição atual e projeções futuras tendo em conta fatores macroeconómicos, enquanto a perda na eventualidade de *default* representa a perda expectável quando o *default* ocorra.

As contas a receber são ajustadas em cada exercício de relato financeiro, tendo em conta as estimativas da Gestão relativamente ao risco de crédito, as quais podem ser diferentes das perdas por imparidade efetivamente incorridas.

As perdas de imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor de balanço do ativo financeiro e são registadas por contrapartida de resultados do período. O valor de balanço dos ativos financeiros é reduzido para o valor recuperável através da utilização de uma conta de imparidade.

Quando valores a receber de clientes ou a outros devedores que se encontrem vencidos, são objeto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

Genericamente a AdAM não reconhece perdas por imparidade sobre entidades públicas, por entender que a esta data o risco de insolvência dos mesmos é remoto.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

De acordo com os requisitos do IFRS 9, a reclassificação entre categorias de ativos financeiros apenas pode ocorrer no caso de a AdAM alterar o modelo de negócio para a gestão de uma categoria de ativos financeiros. Esta reclassificação seria efetuada de forma prospetiva a partir da data de reclassificação. De acordo com a abordagem do IFRS 9, geralmente as alterações no modelo de negócio ocorrem com pouca frequência.

Política de desreconhecimento

Um ativo financeiro é total ou parcialmente desreconhecido quando os direitos contratuais sobre os fluxos de caixa desse ativo expiram ou quando são transferidos para um terceiro independente da entidade.

O tratamento contabilístico a aplicar às transferências de ativos depende do grau e da forma como se transferem para terceiros os riscos e benefícios associados à propriedade dos ativos:

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro, são substancialmente transferidos para terceiros (no caso de, entre outros, vendas incondicionais, vendas com acordo de recompra pelo justo valor na data de recompra, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou venda adquirida emitida sem dinheiro e em securitizações de ativos nos quais o cedente não retém financiamento subordinado ou concede qualquer tipo de reforço de crédito aos novos detentores), este ativo é desreconhecido do balanço, reconhecendo-se simultaneamente qualquer direito ou obrigação retidos ou resultantes da transferência;

- Se os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo financeiro transferido são substancialmente retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com acordo de recompra por um preço fixo ou pelo preço de venda mais a rentabilidade usual de um credor, os contratos de empréstimo de títulos em que o mutuário tem a obrigação de devolver os mesmos ou similares) não são desreconhecidos no balanço e continuam a ser valorizados com os mesmos critérios utilizados antes da transferência, sendo reconhecido em termos contabilísticos:
 - o Um passivo financeiro associado por um valor igual à retribuição recebida, que é subsequentemente valorizada ao custo amortizado, a menos que cumpra os requisitos para ser classificado como outros passivos pelo justo valor através de resultados.
 - o O rendimento do ativo financeiro transferido, mas não desreconhecido, e as despesas do novo passivo financeiro, sem compensação.
- Se os riscos e benefícios, inerentes a um ativo financeiro transferido, não forem substancialmente transferidos ou retidos (no caso de, entre outros, vendas de ativos financeiros com opção de compra ou de venda, securitizações em que o cedente assume financiamento subordinado ou outros tipos de melhoria de crédito para uma parte do ativo transferido), distingue-se entre:
 - o Se a entidade cedente não retém o controlo do ativo financeiro transferido, ele é desreconhecido do balanço, qualquer direito ou obrigação retida ou resultante da transferência é reconhecida.
 - o Se a entidade cedente retém o controlo do ativo financeiro transferido, continua a reconhecê-lo no balanço por um valor igual à sua exposição com as alterações de valor que possa ter e reconhece um passivo associado ao ativo financeiro transferido. O valor líquido do ativo transferido e do passivo associado será ao custo amortizado dos direitos e obrigações retidos, se o ativo for mensurado pelo custo amortizado, ou pelo justo valor dos direitos e obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado pelo justo valor.

10.2 Estimativas e julgamentos

Imparidade de ativos financeiros

As perdas por imparidade para clientes e outros ativos são calculadas de acordo com a perda esperada, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com a avaliação de imparidade das contas a receber diferem de negócio para negócio.

À data de emissão das demonstrações financeiras da AdAM não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos ativos reportados, para além das perdas por imparidade reconhecidas nestas demonstrações financeiras. Se por efeito de alguma avaliação for evidenciado qualquer indício de imparidade, o respetivo valor de balanço do ativo será ajustado por contrapartida de resultados do exercício. Além das incertezas acima mencionadas, existem ainda algumas áreas de julgamento cujo impacto se reflete nas demonstrações financeiras. Ainda que não seja expectável virem a provocar uma alteração material no exercício subsequente, poderão ainda assim levar a uma alteração de pressupostos ou de avaliação por parte da Administração da AdAM.

Conforme divulgado na nota 4.4 face à tipologia de clientes da AdAM e conjugado com o facto de eventuais perdas por imparidade reconhecidas na parceria serem considerados como um gasto aceite no Desvio de recuperação de gastos, não foram efetuadas análises de sensibilidade, dado que não existem impactos no resultado líquido nem no capital próprio da AdAM.

10.3 Clientes detalhe

Em 31 de dezembro 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de Clientes é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2021	31.12.2020
Municípios	1 682 264	509 043
Empresas do Grupo	5	2 210
Sub-total	1 682 269	511 252
Outros clientes	4 827 246	3 985 358
	6 509 515	4 496 610
Imparidades	-1 141 141	-156 445
Sub-total	5 368 374	4 340 165
Acréscimo de rendimentos - Venda de água	656 650	4 266 453
Acréscimo de rendimentos - Saneamento	455 459	2 452 312
	1 112 109	6 718 765
Total	6 480 483	11 058 930

Importa referir que o significativo acréscimo de rendimentos provenientes da venda de água e da prestação de serviços registado no ano 2020 se refere aos períodos de consumos não faturados até 31 de dezembro de 2020, no montante de 6.718.765 euros, decorrente do atraso na emissão da faturação, o qual resultou da suspensão da faturação durante o primeiro semestre desse ano, com início no mês de abril. Essa suspensão teve por objetivo resolver problemas no sistema de faturação e evitar cobranças indevidas. A AdAM procedeu à regularização dos consumos não faturados em 2020, através da emissão de uma fatura adicional no mês de janeiro de 2021.

O movimento nas imparidades de clientes pode ser apresentado da seguinte forma:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	156 445	-
Aumento	984 696	156 445
Utilização	-	-
Saldo final	1 141 141	156 445

O incremento das imparidades deve-se ao aumento substancial da dívida corrente superior a seis meses e da dívida com acordos de pagamento em incumprimento, decorrente por um lado da emissão da fatura de regularização de consumos de 2020 e da determinação legal de proibição dos cortes no abastecimento, no

âmbito das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia da Covid-19, limitando significativamente as ações de cobrança junto dos clientes.

11. Outros ativos

11.1 Políticas contabilísticas

Para as políticas contabilísticas relativas aos outros ativos, consultar divulgações nas notas:

- 10 – Clientes
- 24 – Benefícios aos empregados
- 17 – Subsídios ao investimento

11.2 Detalhe do movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de Outros ativos é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2021	31.12.2020
Outros ativos não correntes	2 777 752	2 915 234
Subsídios ao investimento	2 777 752	2 915 234
Outros ativos correntes	8 734 291	2 429 688
Pessoal	144	7
Fornecedores	2 400	1 600
Gastos a reconhecer - seguros	57 690	1 733
Subsídios ao investimento	6 221 219	2 110 585
Outros devedores	1 534 721	64 699
Estado	918 117	251 064
	11 512 043	5 344 923

O montante registado em "Outros devedores" respeita maioritariamente aos valores faturados e a faturar relativos aos investimentos do Ciclo Urbano da Água, cuja gestão foi delegada na AdAM, através de Protocolos celebrados com os Municípios. Relativamente ao Estado, o montante registado refere-se a iva a recuperar (674.926€) e a IRC a recuperar (243.191€).

A- Subsídios ao investimento

Unidade: euros

	31.12.2020	Movimentos em 2021	31.12.2021
Não corrente	2 915 234	-137 482	2 777 752
Reconhecimento do direito ao fundo	2 915 234	-137 482	2 777 752
Candidatura POSEUR - EH 1257	2 915 234	-2 915 234	-
Candidatura FEDER - REACT	-	2 777 752	2 777 752
Corrente	1 829 949	4 852 373	6 682 322
Reconhecimento do direito ao fundo	2 110 585	4 110 634	6 221 219
Candidatura POSEUR - EH 1257	2 110 585	1 888 386	3 998 971
Candidatura FEDER - REACT	-	2 222 248	2 222 248
Reconhecimento em resultados	-293 769	-285 110	-578 879
Candidatura POSEUR - EH 1257	-151 868	-152 831	-304 698
Candidatura FEDER - REACT	-141 901	-132 279	-274 180
Recebimentos	13 133	1 026 849	1 039 982
Candidatura POSEUR - EH 1257	13 133	1 026 849	1 039 982
	4 745 183	4 714 890	9 460 074

12. Inventários

12.1 Políticas contabilísticas

Os inventários estão valorizados ao mais baixo entre o custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da atividade normal da empresa, deduzido das despesas variáveis de venda. O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado.

12.2 Detalhe e movimento

O detalhe dos inventários em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Matérias Subsidiárias	1 737	1 745
Peças de manutenção	224 965	68 017
	226 702	69 762

O movimento ocorrido nas matérias subsidiárias e peças de manutenção no ano de 2021 e no exercício de 2020 e o apuramento do gasto com mercadorias e matérias consumidas é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2021	31.12.2020
Saldo inicial	69 762	0
Compras	8 876 850	7 826 183
Matérias primas	8 106 390	7 583 671
Matérias subsidiárias	34 929	15 870
Peças de manutenção	735 532	226 642
Gasto	-8 719 910	-7 756 421
Matérias primas	-8 106 390	-7 583 671
Matérias subsidiárias	-19 068	-14 124
Peças de manutenção	-594 453	-158 625
Saldo final	226 702	69 762

O gasto relativo às peças de manutenção está a ser registado na rubrica FSE – Conservação e manutenção.

13. Caixa e seus equivalentes

13.1 Políticas contabilísticas

O caixa e equivalentes de caixa incluem numerário, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses e descobertos bancários (no caso da Demonstração dos Fluxos de Caixa), sem risco significativo de alteração de valor.

Os descobertos bancários são apresentados no balanço, no passivo corrente, na rubrica Empréstimos, os quais são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa. A AdAM em 2021 não utilizou descobertos bancários.

13.2 Detalhe

O detalhe de caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro 2020 é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2021	31.12.2020
Caixa	1 018	852
Depósitos à ordem	587 803	179 141
	588 821	179 994

Os outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional referem-se essencialmente ao pagamento de retenções, contribuições, taxas, impostos e outros gastos de exploração.

14. Capital próprio

14.1 Políticas contabilísticas

Classificação

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio:

- i) se não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efetuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro a uma outra entidade, ou de trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade em condições potencialmente desfavoráveis para o emitente;
- ii) se o instrumento for ou puder ser liquidado nos instrumentos de capital próprio do próprio emitente, é um não derivado que não inclui qualquer obrigação contratual para o emitente de entregar um número variável dos seus próprios instrumentos de capital próprio, ou um derivado que será liquidado apenas pelo emitente trocando uma quantia fixa em dinheiro ou outro ativo financeiro por um número fixo dos seus próprios instrumentos de capital próprio.

Capital

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio. Os custos diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são apresentados no capital próprio como uma dedução, líquida de impostos, ao montante emitido.

Dividendos

As distribuições efetuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

14.2 Capital Social

O capital no montante de 3.600.000 euros é constituído por 720.000 ações de 5 euros cada e encontra-se integralmente realizado.

Unidade: euros

Acionistas	31.12.2021		31.12.2020
	% de Capital Realizado	Capital Realizado	Capital Realizado
		Categoria A	Categoria A
AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.	51,00%	1 836 000	918 000
Município de Arcos de Valdevez	3,94%	141 905	70 953
Município de Caminha	4,22%	151 775	75 888
Município de Paredes de Coura	1,67%	60 140	30 070
Município de Ponte de Lima	7,77%	279 855	139 928
Município de Valença	3,22%	116 055	58 028
Município de Viana do Castelo	25,68%	924 435	462 218
Município de Vila Nova de Cerveira	2,50%	89 835	44 918
TOTAL	100,00%	3 600 000	1 800 000

14.3 Resultado líquido por ação

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 o resultado líquido por ação é o seguinte:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Resultado líquido	195 713	60 608
Número médio de ações	720 000	360 000
	0,27	0,17

14.4 Movimentos do período

Unidade: euros

	31/12/2020	Aumento de Capital	Afetação do Res.Líquido	Resultado Líquido	31/12/2021
Capital social	1 800 000	1 800 000			3 600 000
Reservas e outros ajustamentos	899		3 030		3 930
Resultados transitados	17 088		57 577		74 665
Resultado do exercício	60 608		-60 608	195 713	195 713
Totais	1 878 595	1 800 000	0	195 713	3 874 308

14.5 Reservas e outros ajustamentos

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a AdAM é obrigada a transferir para a rubrica de reserva legal, incluída na rubrica “Outras reservas”, no Capital Próprio, pelo menos, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo, contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas.

15. Provisões, ativos e passivos contingentes

15.1 Políticas contabilísticas

Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afetação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com fiabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a AdAM divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo seja considerada remota. Quando há um número elevado de obrigações similares, a probabilidade de gerar um exfluxo de recursos internos é determinada em conjunto. A provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de exfluxo de recursos internos relativamente a um elemento incluído na mesma classe de obrigações possa ser reduzida. As obrigações presentes que resultam de contratos onerosos são registadas e mensuradas como provisões. Existe um contrato oneroso quando a Empresa é parte integrante da disposição de um contrato de acordo, cujo cumprimento tem associados gastos que não é possível evitar que excedem os benefícios económicos futuros derivados dos mesmos. As provisões são mensuradas ao valor presente, à data do balanço, da melhor estimativa do Conselho de Administração sobre o dispêndio necessário para liquidar a obrigação. A taxa de desconto usada para determinar o valor presente reflete a expectativa atual de mercado para o período do desconto e para o risco da provisão em causa.

Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras.

Passivos contingentes

Passivos contingentes correspondem a potenciais obrigações em resultado de acontecimentos passados e cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente no controlo da Empresa. Podem ainda representar obrigações presentes em resultado de acontecimentos passados, que por não ser provável o pagamento de benefícios económicos ou não ser possível estimar o seu

valor com fiabilidade, não são reconhecidas nas Demonstrações Financeiras. A AdAM procede à sua divulgação nas notas às contas, sempre que a probabilidade de desembolso futuro não é considerada remota. Procede ao seu reconhecimento ou constitui provisão, quando se torna provável o pagamento de benefícios económicos e o seu valor é passível de ser estimado com algum grau de fiabilidade.

Ativos contingentes

Ativos contingentes são potenciais ativos da AdAM que resultam de acontecimentos passados, mas cujo reconhecimento depende da ocorrência ou não de um ou mais acontecimentos futuros, os quais não se encontram no seu controlo. A AdAM procede à sua divulgação nas notas às contas, quando se torna provável o recebimento de benefícios económicos futuros. Procede ao seu reconhecimento nas Demonstrações Financeiras quando se torna virtualmente certo o seu recebimento.

15.2 Estimativas e julgamentos

A AdAM analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A AdAM é parte em processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetua um julgamento para determinar se deve ser registada uma provisão para essas contingências.

A subjetividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Detalhe e movimento

Processos judiciais em curso

A AdAM faz uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências, e face aos riscos identificados e à probabilidade de materialização em passivos considera que não existe a necessidade de registo de qualquer provisão. Da avaliação efetuada, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como passivos contingentes.

<i>Unidade: em euros</i>				
N.º Processo	Tribunal	Requerente	Requerido	Valor da Ação
3366/21.5	Tribunal Judicial da Comarca de Viana do Castelo – Juízo Local Cível de Viana do Castelo – Juiz 3	Fernando Gregório Barbosa Calvário	Águas do Alto Minho, S.A.	1 356

Contraordenações:

Unidade: em euros

N.º Processo	Entidade Instrutória	Autor	Arguido	Coima máxima
DAF.00174.2020	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
DAF.235/2020/ARHNCO/225/2020/SSS	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
DAF/00484/2021	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
DAAF.CO.00545.2021	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	APA - Agência Portuguesa do Ambiente	Águas do Alto Minho, S.A.	144 000
942902890	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Autoridade Nacional Segurança Rodoviária	Águas do Alto Minho, S.A.	3 500

Relativamente aos processos de contraordenações descritos no quadro acima, a AdAM pronunciou-se por escrito sobre os factos que lhe foram imputados, aguardando despacho sobre a referida pronúncia/defesa, não se considerando nesta data que nesta fase fosse necessária a constituição de qualquer provisão.

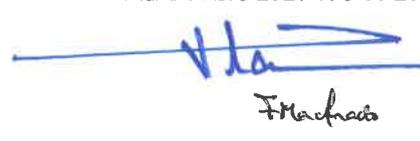
Garantias

As responsabilidades por garantias bancárias prestadas demonstram-se como se segue:

Unidade: em euros

Data	Prestado por:	Montante	Beneficiário	Natureza
14.08.2020	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
14.08.2020	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
02.11.2020	Millenium BCP	84 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
26.01.2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
23.02.2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
23.02.2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
23.02.2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
23.02.2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
24.03.2021	Millenium BCP	3 000	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
20.07.2021	Millenium BCP	44 100	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
28.07.2021	Millenium BCP	24 260	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
11.11.2021	Millenium BCP	31 800	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
11.11.2021	Millenium BCP	33 525	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
15.11.2021	Millenium BCP	43 830	IP - Infraestruturas de Portugal, S.A.	Boa execução(Cumprimento obrigações emergentes de alvará de obra)
TOTAL		285 515		

AdAM R&C 2021 178 de 202


F. Machado



16. Acréscimo de gastos de investimento contratual

16.1 Políticas contabilísticas

Ver política contabilística na nota 2.2.4.

16.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 o acréscimo de gasto contratual é como segue:

		<i>Unidade: euros</i>	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Acréscimo de gastos de investimento contratual	16	8 437 415	4 108 402
		8 437 415	4 108 402

Movimentos do período

O movimento ocorrido no acréscimo de gastos de investimento contratual em 31 de dezembro de 2021 e no exercício de 2020 é como segue:

		<i>Unidade: euros</i>	
	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Amortização de investimento contratual - saldo inicial		4 108 402	-
Amortizações do exercício	25	4 329 012	4 108 402
Amortização de investimento contratual - saldo final		8 437 415	4 108 402

17. Subsídios ao investimento

17.1 Políticas contabilísticas

Os subsídios relacionados com ativos (para investimentos) são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a AdAM cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento. Os subsídios para investimento relativos à aquisição e/ou construção de ativos fixos tangíveis e/ou intangíveis são incluídos nos passivos não-correntes e são creditados na demonstração dos resultados com base no mesmo método da depreciação dos ativos subjacentes.

17.2 Detalhe e movimento

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe dos subsídios ao investimento é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2020	Reconhecimento de direito	Reconhecimento em resultados	31.12.2019
Candidatura POSEUR - EH 1257	4 887 085	5 038 953	-151 868	0
Candidatura FEDER - REACT	-141 901	0	-141 901	0
	4 745 183	5 038 953	-293 769	0

Unidade: euros

	31.12.2021	Reconhecimento de direito	Reconhecimento em resultados	31.12.2020
Candidatura POSEUR - EH 1257	4 734 254	0	-152 831	4 887 085
Candidatura FEDER - REACT	4 725 820	5 000 000	-132 279	-141 901
	9 460 074	5 000 000	-285 110	4 745 183

No âmbito do aviso convite para apresentação de Candidaturas n.º 05/REACT-EU/2021 – Apoio à Transição Climática “Investimentos em Infraestruturas de Saneamento de Águas Residuais em Baixa”, a AdAM submeteu uma candidatura para a obtenção de financiamento de fundos comunitários, visando o fecho dos sistemas de drenagem de águas residuais em “baixa”, permitindo assim a otimização da utilização da capacidade instalada e garantindo o acesso efetivo ao serviço de recolha e tratamento de águas residuais, por parte da população residente nos 7 municípios que constituem o Sistema do Alto Minho – Arcos de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira, correspondendo a uma extensão do serviço a 2.268 novos alojamentos (4.256 habitantes residentes), associada à construção de 85,63 km de redes de saneamento de águas residuais, 5 Estações Elevatórias, que corresponde um investimento total de 8,1 milhões de euros.

Em 4 de fevereiro de 2022, a candidatura foi aprovada, sob o n.º POCI-07-62H1-FEDER-181422, com uma despesa elegível corrigida de 5 milhões de euros, calculado com base na aplicação da taxa de financiamento de 100%, tendo em consideração a dotação orçamental atribuída à Águas do Alto Minho, S.A. Salienta-se ainda que a despesa resultante do restante investimento decorrerá a expensas dos 7 municípios da Parceria. Com esta aprovação, a AdAM reconheceu o direito ao fundo no final do exercício de 2021.

18. Passivos financeiros

18.1 Políticas contabilísticas

Os passivos financeiros são classificados em duas categorias: i) Passivos financeiros ao justo valor por via de resultados; e ii) Passivos financeiros ao custo amortizado.

A categoria “Passivos financeiros ao custo amortizado” inclui os passivos apresentados nas rubricas “Empréstimos” e “Fornecedores e outros passivos”. Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor líquido dos custos de transação e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com a taxa de juro efetiva.

A AdAM apenas tem reconhecidos passivos classificados como “Passivos financeiros ao custo amortizado”.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando as obrigações subjacentes se extinguem pelo pagamento, são canceladas ou expiram.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de comissões com a emissão desses empréstimos. Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e contabilizados na rubrica “Gastos financeiros” da demonstração dos resultados de acordo com o regime do acréscimo.

O empréstimo obtido é classificado no passivo corrente, dado que o mesmo será liquidado nos próximos 12 meses após a data do balanço.

Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Os passivos financeiros não podem ser reclassificados entre categorias.

18.2 Empréstimos detalhe e movimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe dos empréstimos obtidos é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2021	31.12.2020
Empréstimos Acionista AdP SGPS, SA - Apoio de tesourari	3 900 000	2 000 000
Juros a liquidar ⁽¹⁾	5 222	
Total de Empréstimos Correntes	3 905 222	2 000 000

Em 31 de dezembro de 2021 os juros a liquidar estavam apresentados na rubrica “Fornecedores e outros passivos correntes” (5.222 euros).

Movimento nos empréstimos obtidos

O movimento ocorrido nos empréstimos obtidos no ano de 2021 e no exercício de 2020 e a sua reconciliação com a demonstração dos fluxos de caixa é como segue:

	<i>Unidade: euros</i>				
	Valor contabilístico 31.12.2020	Recebimentos	Pagamentos	Variação de Juros a Liquidar	Valor contabilístico 31.12.2021
Empréstimos - empresa-mãe	2 000 000	5 899 000	3 999 000	5 222	3 905 222
Total	2 000 000	5 899 000	3 999 000	5 222	3 905 222

Empréstimos por maturidade

	<i>Unidade: euros</i>	
	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	3 905 222	2 000 000
	3 905 222	2 000 000

Empréstimos por tipo de taxa

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, o apoio de tesouraria apresenta o seguinte detalhe por tipologia de taxa de juro:

	<i>Unidade: euros</i>	
Taxa de juro variável	31.12.2021	31.12.2020
Até 1 ano	3 905 222	2 000 000
De 1 a 2 anos		
De 2 a 3 anos		
Superior a 3 anos		
	3 905 222	2 000 000

19. Fornecedores e outros passivos

19.1 Políticas contabilísticas

Incluem passivos a pagar por bens e serviços que a AdAM adquiriu, no decurso normal da sua atividade, bem como passivos a pagar pela integração de património municipal. Nos termos da cláusula 22.ª do Contrato de Gestão, os Municípios têm direito a uma contrapartida pecuniária pela cedência das infraestruturas, sob a forma de retribuição, tendo por base os benefícios gerados pelas mesmas no decurso da Parceria. O cálculo da retribuição anual resulta da aplicação de uma percentagem sobre o volume de negócios, conforme definido no Anexo V do Contrato de Gestão, entendendo-se por volume de negócios o somatório da venda de água e das prestações de serviços. De acordo com o previsto no EVEF, considerou-se que o valor das infraestruturas resultava da atualização da referida retribuição para o período inicial de 10 anos (2 quinquénios), à taxa anual de endividamento.

Os passivos são classificados como correntes se o pagamento se vencer no prazo de 12 meses desde a data do balanço ou menos, caso contrário, os passivos são classificados como não correntes.

Estes passivos são reconhecidos inicialmente ao justo valor. Subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, os passivos são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva. As dívidas a pagar a fornecedores e outras dívidas a pagar a terceiros classificadas no momento inicial como correntes, são registadas pelo seu valor nominal, dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

19.2 Detalhe

Em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 o detalhe de fornecedores e outros passivos é como segue:

Unidade: euros

	31.12.2021			31.12.2020		
	Não correntes	Correntes	Total	Não correntes	Correntes	Total
Fornecedores	2 275 985	5 276 506	7 552 491	3 126 703	3 213 084	6 339 787
Fornecedores de investimento	2 275 985	3 185 560	5 461 545	3 126 703	782 262	3 908 965
Fornecedores gerais	-	576 479	576 479	-	342 735	342 735
Fornecedores partes relacionadas	-	1 514 466	1 514 466	-	2 088 087	2 088 087
Acréscimos e Diferimentos	-	3 234 247	3 234 247	-	3 583 218	3 583 218
Acréscimo com férias e subsídio de férias	-	402 389	402 389	-	397 913	397 913
Acréscimo de gastos - Compra de água	-	673 924	673 924	-	594 173	594 173
Acréscimo de gastos - Trab. especializados	-	1 267 996	1 267 996	-	1 271 493	1 271 493
Acréscimo de gastos - Conservação e manutenção	-	131 990	131 990	-	240 888	240 888
Outros acréscimos e diferimentos	-	757 948	757 948	-	1 078 749	1 078 749
Outras Contas a Pagar	-	2 255 918	2 255 918	-	1 189 682	1 189 682
Cauções de fornecedores correntes	-	184 970	184 970	-	81 374	81 374
Outros credores- RSU	-	2 008 373	2 008 373	-	1 044 998	1 044 998
Outros credores	-	62 575	62 575	-	63 310	63 310
Estado e outros entes públicos	-	450 908	450 908	-	290 637	290 637
Retenções - Imposto sobre o rendimento	-	39 915	39 915	-	31 067	31 067
Contribuições - Segurança Social e CGA	-	62 669	62 669	-	66 945	66 945
Fundos de compensação e garantia do trabalho	-	1 450	0	-	818	818
Retenções - ADSE	-	3 253	3 253	-	3 352	3 352
Outras Tributações - TRH e TGR	-	343 620	343 620	-	188 456	188 456
	2 275 985	11 217 579	13 493 564	3 126 703	8 276 620	11 403 324

A rubrica de fornecedores de investimento regista em "não corrente" o montante de 2.275.985 €, referente à dívida aos Municípios relativa à retribuição pela cedência das infraestruturas, a qual foi calculada com base na atualização da retribuição constante do EVEF, por contrapartida de um passivo financeiro, com liquidação prevista após 2022.

Unidade: euros

	31.12.2021			31.12.2020		
	Não correntes	Correntes	Total	Não correntes	Correntes	Total
Município de Arcos de Valdevez	191 868	104 509	296 376	281 403	37 437	318 840
Município de Caminha	269 794	146 954	416 748	375 204	49 916	425 120
Município de Paredes de Coura	89 348	48 667	138 014	125 068	16 639	141 707
Município de Ponte de Lima	337 143	183 639	520 781	437 738	58 235	495 974
Município de Valença	202 702	85 645	288 347	218 869	52 550	271 419
Município de Viana do Castelo	1 061 955	603 202	1 665 157	1 532 085	180 392	1 712 477
Município de Vila Nova de Cerveira	123 176	67 093	190 269	156 335	20 798	177 134
	2 275 985	1 239 708	3 515 693	3 126 703	415 967	3 542 670

Fornecedoras partes relacionadas

O saldo registado nesta rubrica inclui dívida da faturação da AdP SGPS relativa a juros de apoio de tesouraria (3.621€) e "Fee de gestão" (432.026€), dívida da faturação de venda de água (697.789€) e de prestação de serviços de águas residuais (356.627€) da Águas do Norte e dívida da faturação da EPAL relativa a serviços de operação e manutenção do Aquamatrix (24.404€).

Acréscimos com férias e subsídio de férias

Esta rubrica representa a estimativa de encargos com férias e subsídios de férias relativas a 2021 a liquidar no decorrer no exercício de 2022.

Acréscimos de gastos – Compra de água

Nesta rubrica encontra-se registada a estimativa relativa à aquisição de água à Águas do Norte S.A. referente ao mês de dezembro de 2021.

Acréscimos de gastos - Trabalhos especializados

Esta rubrica inclui a estimativa relativa à prestação de serviços de saneamento de águas residuais da Águas do Norte S.A (463.531€), referente ao mês de dezembro de 2021, estimativas dos gastos incorridos em 2021 associados aos protocolos de cooperação técnica celebrados com os Municípios da Parceria a faturar durante o ano 2022 (401.452€), trabalhos especializados relativos a serviços partilhados (170.082€), serviço de *contact center* e de apoio à área comercial (195.032€) e estimativa de outros gastos (37.900€) com trabalhos especializados executados em 2021, cuja faturação só será registada em 2022.

Outros credores - RSU

Esta rubrica regista o montante de 2.008.373 euros de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) que são incluídos nas faturas emitidas pela AdAM, mas cuja receita é dos Municípios.

20. Instrumentos financeiros por categoria do IFRS 9

Unidade: euros

Classificação dos ativos e passivos financeiros 31.12.2021	Ativos financeiros pelo custo amortizado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Total	Ativos e Passivos não classificados como instrumentos financeiros	Total de balanço a 31.12.2021
Outros ativos financeiros	9 533	-	9 533	-	9 533
Outras ativos não correntes	2 777 752	-	2 777 752	-	2 777 752
Clientes	6 480 483	-	6 480 483	-	6 480 483
Outras ativos correntes	7 816 174	-	7 816 174	-	7 816 174
Caixa e seus equivalentes	588 821	-	588 821	-	588 821
	17 672 763	-	17 672 763	-	17 672 763
Fornecedores de outros passivos não correntes	-	2 275 985	2 275 985	-	2 275 985
Financiamentos obtidos correntes	-	3 905 222	3 905 222	-	3 905 222
Fornecedores correntes	-	5 276 506	5 276 506	-	5 276 506
Outros passivos correntes	-	5 490 166	5 490 166	-	5 490 166
	-	16 947 879	16 947 879	-	16 947 879

21. Rédito de contratos com clientes

21.1 Políticas contabilísticas

O Rédito corresponde ao justo valor do montante recebido ou a receber, das transações realizadas com clientes no decurso normal da atividade da AdAM. O Rédito é registado líquido de quaisquer impostos, descontos comerciais e outros gastos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

A IFRS 15 prevê um modelo de cinco passos para a contabilização do rédito proveniente de contratos com clientes e requer que o rédito seja reconhecido por um valor que reflita a retribuição a que uma entidade espera ter direito em troca dos bens e/ou serviços que serão transferidos para o cliente. Os cinco passos previstos são: (1) identificar o contrato com o cliente, (2) identificar as obrigações de desempenho do contrato (3) determinar o preço de transação, (4) alocar o preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (5) reconhecer os rendimentos quando a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho.

Na determinação do valor do rédito, a AdAM avalia para cada transação as obrigações de desempenho que assume perante os clientes, o preço da transação a afetar a cada obrigação de desempenho identificada na transação e a existência de condições de preço variáveis que podem originar acertos futuros ao valor do rédito registado, e para os quais a AdAM efetua a sua melhor estimativa.

Na maioria das vendas de bens ou prestação de serviços efetuadas pela AdAM, existe apenas uma obrigação de desempenho ("performance obligation"), pelo que o rédito é reconhecido de imediato, com a entrega dos bens (venda de água) ou da prestação do serviço (saneamento) ao cliente.

O rédito é determinado e reconhecido como segue:

Venda de bens e prestações de serviços

Atividade regulada - Serviços em "baixa" - Parcerias

O rédito é composto por duas componentes, uma fixa e outra variável. O rédito regista-se pelo valor do produto entre a tarifa aprovada para cada escalão e os consumos medidos e/ou estimados nesse escalão (componente variável). A componente fixa corresponde à disponibilidade do serviço e está indexado à capacidade de débito do contador. O reconhecimento é efetuado em duodécimos.

21.2 Detalhe

O rédito de contratos com clientes nos anos de 2021 e 2020 apresenta o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	2021	2020
Rédito de contratos com clientes		
Vendas de água	13 670 652	14 560 381
Prestações de serviço - saneamento	9 563 658	8 702 777
Outras prestações de serviço	42 053	33 804
	23 276 363	23 296 962

Em 2021 a AdAM detinha 107.158 clientes de água e 71.651 clientes de águas residuais, correspondendo respetivamente a 8.670 mil m³ de água vendida e 5.434 mil m³ de saneamento de águas residuais.

22. Serviços de construção

22.1 Políticas contabilísticas

De acordo com o IFRIC 12 – Contratos de concessão, a construção da infraestrutura pelo operador constitui um serviço que é prestado ao Concedente, distinto do serviço de operação e manutenção, e que, como tal deverá por esta, ser remunerado. O rédito da atividade de construção deve ser reconhecido de acordo com o IFRS 15 – Rédito de contratos com clientes. No entanto, e na aplicação da IFRIC 12 é assumido que não existe margem na construção, uma vez que esta atividade é subcontratada externamente a entidades especializadas, transferindo os riscos e os retornos a um terceiro (que constrói), pelo que o rédito e os gastos associados à construção são de igual montante. Não obstante o acima exposto, os rendimentos de construção e os gastos associados são registados na demonstração dos resultados do exercício atendendo ao disposto na IFRIC 12.

Os serviços de construção nos anos de 2021 e 2020 apresentam o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	2021	2020
Serviços de construção - Baixa	5 440 337	1 250 416
	5 440 337	1 250 416
	31.12.2021	31.12.2020
Gastos diretos de construção - Baixa	-5 440 337	-1 250 416
	-5 440 337	-1 250 416

Em 31 de dezembro de 2021 a rubrica de Rendimentos de construção (IFRIC 12) inclui os gastos internos capitalizados, sobre a forma de gastos com o pessoal (390.849€), fornecimentos e serviços externos no

montante de 116.327€ e gastos com financiamento no montante de 14.901€. Em 31 de dezembro de 2020 os gastos internos capitalizados foram de 258.327€.

23. Gastos com mercadorias e matérias consumidas

Nos anos de 2021 e 2020 o custo das vendas tem o seguinte detalhe:

	<i>Unidade: euros</i>	
	2021	2020
CMVMC - Matérias - primas (*)	8 106 390	7 583 671
CMVMC - Matérias - subsidiárias	19 068	14 124
	8 125 457	7 597 795

*Respeita ao consumo de água adquirido à Águas do Norte SA

24. Fornecimentos e serviços externos

24.1 Políticas contabilísticas

Os gastos e perdas são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime do acréscimo (especialização do exercício).

Os subsídios à exploração são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar, e abatem diretamente à natureza do gasto.

Trabalhos para a própria empresa, são os gastos dos recursos diretamente atribuíveis aos ativos intangíveis e tangíveis durante a sua fase de desenvolvimento/construção, quando se conclui que os mesmos serão recuperados através da realização daqueles ativos. São particularmente relevantes os gastos com pessoal. São mensurados ao gasto, sendo reconhecidos sem qualquer margem, com base em informação interna especialmente preparada para o efeito (custos internos) ou nos respetivos gastos de compra adicionados de outras despesas a ela inerentes. Os gastos capitalizados são registados diretamente em balanço sem passarem pela demonstração dos resultados, e estão divulgados no anexo sempre que tal for aplicável.

24.2 Detalhe

Nos anos de 2021 e 2020 os fornecimentos e serviços externos têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	2021	2020
Subcontratos	5 698 278	6 280 337
Trabalhos especializados	1 810 513	1 312 834
Vigilância e segurança	44 920	42 332
Publicidade e propaganda	18 069	10 438
Material de escritório	14 676	10 167
Energia e outros fluidos	374 849	370 629
Conservação e reparação	1 777 833	495 171
Ferramentas de desgaste rápido	38 564	45 487
Comunicação	552 584	424 652
Rendas	117 707	346 916
Seguros	35 476	27 877
Artigos para oferta	11 383	19 421
Deslocações e estadas	4 464	7 872
Contencioso e notariado	866	2 753
Limpeza e conforto	49 384	48 165
Outros FSE's	292 680	122 330
	10 842 245	9 567 381

Subcontratos

Os gastos registados incluem a prestação de serviços de saneamento de águas residuais (5.554.808€), a qual regista um aumento face ao ano anterior decorrente do aumento da atividade e os protocolos de cooperação técnica celebrados com os Municípios da Parceria (143.469€), os quais decrescem significativamente em 2021, em resultado do menor recurso a cedência de pessoal e viaturas dos municípios.

Trabalhos especializados

Os gastos registados incluem, essencialmente, o Fee de gestão da AdP (461.736€), correspondente a 2% do volume de negócios, as análises (101.643€), assistência informática (111.214€), estudos/consultoria (47.950€), o *finishing* da faturação (44.547€), tratamento de resíduos (50.160€) e outros trabalhos especializados (993.262€) relativos a prestações de serviço em regime de *outsourcing*, essencialmente relacionadas com a área comercial e operacional, os quais justificam o maior acréscimo desta rubrica face ao ano anterior.

Conservação e reparação

Os gastos registados nesta rubrica incluem serviços de manutenção executados internamente e prestações de serviços externas. O aumento registado face ao ano anterior resulta do maior número de intervenções corretivas e da intensificação do plano de manutenção preventiva.

Comunicação

Esta rubrica regista os gastos com as comunicações fixas e móveis, bem como os serviços postais relacionados com a expedição de faturação e correio em geral. O acréscimo desta rubrica face a 2020 justifica-se com o aumento da correspondência expedida.

Rendas

A composição desta rubrica inclui o montante de 88.200€ de rendas estimadas de instalações de apoio à atividade operacional, o montante de 4.254€ relativo ao aluguer de máquinas e equipamentos, 195.613€ relativo ao aluguer de viaturas em regime de *rent a car* decorrente dos constrangimentos associados aos procedimentos de contratação pública de viaturas. Inclui ainda o montante de 4.368€ relativo a aluguer de vasilhame para a atividade operacional. No ano 2021 procedeu-se ao desreconhecimento do montante de 174.727€ relativo a rendas DUI a liquidar aos Municípios pela cedência de infraestruturas registado no ano 2020.

25. Gastos com pessoal

25.1 Detalhe

Nos anos de 2021 e 2020 os gastos com pessoal têm o seguinte detalhe:

		<i>Unidade: euros</i>	
	Nota	2021	2020
Remunerações OS		129 463	134 007
Remunerações pessoal		2 904 195	2 851 819
Benefícios pós emprego (pensões)		3 452	907
Indemnizações		1 625	1 324
Encargos sociais com remunerações		639 869	633 624
Outros custos com pessoal		79 316	200 999
Seguro de vida e de saúde		129 328	43 336
Gastos de ação social		5 828	4 855
		3 893 076	3 870 870
Gastos com pessoal capitalizados	5	-390 849	-257 346
		3 502 226	3 613 523

Os gastos com o pessoal diminuíram face ao ano anterior decorrente, por um lado do aumento do número médio de trabalhadores, da atualização da remuneração mínima mensal garantida e gastos associados à Covid-19 e, por outro lado e com efeito contrário, da maior afetação do pessoal às atividades de investimento, resultando daí um acréscimo da capitalização de gastos com o pessoal.

Quadro de Pessoal

Número médio de colaboradores durante o período	2021	2020
Orgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	156	135
	161	140

Número de colaboradores	31.12.2021	31.12.2020
Orgãos sociais	5	5
Trabalhadores efetivos e outros	154	149
	159	154

26. Amortizações, depreciações e reversões do período

Nos anos de 2021 e 2020 as amortizações, depreciações e reversões têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	2021	2020
Amortizações de investimento contratual (nota 20)	4 329 012	4 108 402
Amortizações de ativos intangíveis (nota 6)	117 840	102 834
Amortizações de ativos fixos tangíveis (nota 7)	100 462	99 129
Amortizações de ativos sob direito de utilização (nota 8)	200 153	112 835
	4 747 467	4 423 200

27. Outros gastos operacionais

Nos anos de 2021 e 2020, os outros gastos operacionais têm o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	2021	2020
Impostos	18 557	17 826
Donativos	1 500	20 000
Outros gastos operacionais		
Compensação financeira aos utilizadores domésticos e não doméstico:	2 315 178	-
Outros gastos operacionais	4 644	2 460
	2 339 878	40 286

Com o objetivo de restabelecer a confiança dos utilizadores, e após concordância de todos os acionistas, foi aprovada pela Comissão de Parceria, uma compensação financeira de 2,4 M€ que se

concretizou no montante mensal de 2,5€ por cada utilizador, doméstico e não doméstico, no período compreendido entre abril e dezembro de 2021, incluído na fatura mensal desse período, ascendendo a 2,3 M€.

28. Gastos financeiros

Nos anos de 2021 e 2020 os gastos financeiros têm o seguinte detalhe:

		<i>Unidade: euros</i>	
	Nota	2021	2020
Juros suportados - Apoio de tesouraria		32 066	16 400
Juros suportados-locações		19 582	16 926
Juros de mora		-	55
Outros juros suportados		54 069	55 790
		105 716	89 171
Gastos financeiros capitalizados	5	-	980
		-	980
		90 816	88 191

Os juros suportados com o contrato de apoio de tesouraria aumentaram no ano 2021 cerca de 16 mil euros derivado do aumento do financiamento médio.

29. Rendimentos financeiros

Nos anos de 2021 e 2020 os rendimentos financeiros têm o seguinte detalhe:

		<i>Unidade: euros</i>	
		2021	2020
Juros de mora		13 220	-
		13 220	-

Os juros de mora aplicados referem-se a atrasos no pagamento da faturação de clientes.

30. Imposto sobre o rendimento

30.1 Políticas contabilísticas

Imposto sobre o rendimento

A AdAM encontra-se sujeita à tributação em sede individual, por Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC), com base na respetiva matéria coletável e à taxa de imposto aplicável.

A AdAM é tributada à taxa de 21%, acrescida da taxa de derrama municipal até à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável. Adicionalmente, acresce a taxa da derrama estadual de 3% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de EUR até ao limite de 7,5 milhões de EUR, de 5% sobre o valor de lucro tributável que exceda os 7,5 milhões de EUR até ao limite de 35 milhões de EUR, sendo aos montantes superiores aos 35 milhões de EUR aplicada uma taxa de 9%.

O imposto sobre rendimento do exercício compreende os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre o rendimento são registados na demonstração dos resultados, exceto quando estão relacionados com itens que sejam reconhecidos diretamente nos capitais próprios. O valor de imposto corrente a pagar é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais.

A determinação do imposto sobre o rendimento requer determinadas interpretações. Existem diversas transações e cálculos para os quais a determinação do valor final de imposto a pagar é incerto durante o ciclo normal de negócios. Assim, a AdAM cumpre as orientações da IFRIC 23 – Incerteza sobre o Tratamento de Imposto sobre o Rendimento no que respeita à determinação do lucro tributável, das bases fiscais, dos prejuízos fiscais a reportar, dos créditos fiscais a usar e das taxas de imposto em cenários de incerteza quanto ao tratamento em sede de imposto sobre o rendimento, não tendo resultado da aplicação da mesma qualquer impacto material nas demonstrações financeiras. A AdAM entende que das eventuais revisões das declarações fiscais não resultarão correções materiais nas demonstrações financeiras que requeiram a constituição de qualquer provisão para impostos.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras. O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um ativo ou passivo numa transação que não seja uma concentração de atividades empresariais, que à data da transação não afeta nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um imposto diferido passivo para a mesma altura e com a mesma autoridade. São reconhecidos impostos diferidos ativos para todos os prejuízos recuperáveis na medida em que seja provável que venha a existir lucro tributável contra o qual as perdas possam ser utilizadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada, à data do balanço e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os impostos diferidos são registados no resultado líquido ou em outras reservas consoante o registo da transação ou evento que lhes deu origem.

30.2 Detalhes e movimento

Não existem dívidas em mora para com as entidades fiscais.

Nos anos de 2021 e 2020 o Imposto sobre o Rendimento na demonstração da posição financeira apresenta o seguinte detalhe:

Unidade: euros

	31.12.2021	31.12.2020
Imposto estimado	5 003	400 212
Pagamentos adicionais por conta	-8 180	-
Pagamento por conta	-240 014	-
Imposto a pagar/recuperar	-243 191	400 212

A reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto nos anos de 2021 e 2020 é como segue:

Unidade: euros

	Nota	31.12.2021	-	31.12.2020
Resultado antes de imposto (s/ DRG)	-	7 056 240	-	1 895 073
Acréscimos de variações patrimoniais				
Multas, coimas	28	63		415
Insuficiência por estimativa de imposto		1 519		
Amortizações de investimento contratual	25	4 426 522		4 108 402
IFRS 16 - Passivos de locação		602 613		483 703
Imparidades	26	562 698		-
Sub-total		5 593 415		4 592 520
Deduções de variações patrimoniais				
Excesso de estimativa de impostos		-		815
Donativo	27	1 500		6 000
Quotizações	27	250		300
Subsídios de investimento contratual	17	155 332		293 769
IFRS 16 - Ativos de locação		602 463		483 703
Sub-total		759 545		784 588
Lucro tributável	-	2 222 369		1 912 860
Imposto à taxa normal + derrama estadual		-		363 595
Acertos imposto ano anterior		-	-	181 456
Tributação autónoma		5 003		7 924
Derrama municipal		-		28 693
Total do imposto		5 003		400 212
Taxa efetiva de imposto		-0,23%		20,92%

O detalhe dos impostos diferidos em 31 de dezembro de 2021 e em 31 de dezembro de 2020 é como segue:

Unidade: euros

	Nota	31.12.2021	31.12.2020
Imposto corrente	10	-5 003	-399 397
Insuficiência de estimativa de imposto	10	-1 519	-
Imposto diferido	10	-700 518	423 742
		-707 041	24 345

Conforme indicado na nota 31 a AdAM regista impostos diferidos sempre que se considerem existir diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras, sendo esta avaliação realizada anualmente e refletida nas respetivas contas.

Unidade: euros

	Nota	31.12.2019	Correções	Dotação	31.12.2020
Taxa de IRC		21,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama				1,50%	
Ativos por impostos diferidos					
Aplicação IFRS 16- Edifícios -rendas e juros		118 909	-118 909		-
Efeito IFRIC 12					
Efeito IFRIC 12 Exercício-investimento futuro	16			4 108 402	4 108 402
Provisões					
Perdas por imparidade	26	-	-		
Passivos de locação				602 613	602 613
Base de Incidência		118 909	-118 909	4 711 015	4 711 015
Imposto		24 971	-24 971	989 313	989 313
Derrama				68 882	68 882
Imposto diferido ativo reconhecido		24 971	-24 971	1 058 195	1 058 195
Taxa de IRC		21,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama				1,50%	
Passivos por impostos diferidos					
Desvio de Recuperação de Gastos	9	256 241	-	1 931 335	2 187 576
Aplicação IFRS 16- Edifícios -amortizações		118 760	-118 760		-
Efeito IFRIC 12					
Efeito IFRIC 12 Exercício-Subsídio futuro	17			293 769	293 769
Ativos de direito de uso				602 463	602 463
Base de Incidência		375 001	-118 760	2 827 567	3 083 808
Imposto		78 750	-24 940	593 789	647 600
Derrama				40 632	40 632
Imposto diferido passivo reconhecido		78 750	-24 940	634 421	688 232

Unidade: euros

	Nota	31.12.2020	Correções	Dotação	31.12.2021
Taxa de IRC		21,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama		1,50%	1,44%	1,42%	
Ativos por impostos diferidos					
Efeito IFRIC 12					
Efeito IFRIC 12 Exercício-investimento futuro	16	4 108 402	-118 907	4 426 522	8 534 925
Provisões					
Perdas por imparidade	26	-	-	562 698	562 698
Passivos de locação		602 613	-602 613		-
Base de Incidência		4 711 015	-721 520	4 989 221	9 097 623
Imposto		989 313	-151 519	1 047 736	1 885 530
Derrama		68 882	-10 394	70 640	129 127
Imposto diferido ativo reconhecido		1 058 195	-161 913	1 118 376	2 014 657
Taxa de IRC		21,00%	21,00%	21,00%	
Taxa de Derrama		1,50%	1,44%	1,42%	
Passivos por impostos diferidos					
Desvio de Recuperação de Gastos	9	2 187 576	-	7 958 993	10 146 570
Efeito IFRIC 12					
Efeito IFRIC 12 Exercício-Subsídio futuro	17	293 769	-119 060	155 332	330 041
Ativos de direito de uso		602 463	-602 463	-	-
Base de Incidência		3 083 808	-721 523	8 114 325	10 476 611
Imposto		647 600	-151 520	1 704 008	2 200 088
Derrama		40 632	-10 394	114 886	145 124
Imposto diferido passivo reconhecido		688 232	-161 914	1 818 895	2 345 213

31.Saldos e transações com partes relacionadas

31.1 Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2021 as partes relacionadas da AdAM são as seguintes:

AdAM R&C 2021 194 de 202



Machado
Cejudo

Unidade: euros

	Rendimentos	Gastos	Rendimentos	Gastos
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Águas de Portugal SGPS, S.A.	-	548 887	-	518 755
Águas de Portugal Serviços, S.A.	-	4 390	-	172 699
Águas do Norte, S.A.	4 965	13 676 139	10 534	13 154 137
EPAL, S.A.	-	330 569	-	12 860
Município de Arcos de Valdevez	94 674	50 216	140 318	126 548
Município de Caminha	35 870	-	13 969	38 672
Município de Paredes de Coura	17 000	-	3 364	48 977
Município de Ponte de Lima	137 321	-	2 332	172 640
Município de Valença	56 673	-	8 146	120 140
Município de Viana do Castelo	365 205	108 325	227 635	622 704
Município de Vila Nova de Cerveira	27 148	11 644	68 505	28 287
	738 857	14 702 360	867 613	15 016 419

Unidade: euros

	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
	31.12.2021	31.12.2021	31.12.2020	31.12.2020
Águas de Portugal SGPS, S.A.	-	4 389 517	-	2 539 645
Águas de Portugal Serviços, S.A.	-	174 472	-	173 301
Águas do Norte, S.A.	5	2 191 870	2 210	3 298 574
Município de Arcos de Valdevez	533 711	396 357	3 475	359 081
Município de Caminha	210 178	433 025	76 677	441 398
Município de Paredes de Coura	405 033	178 402	201 828	182 095
Município de Ponte de Lima	290 048	679 160	119 374	644 152
Município de Valença	66 821	396 256	98 564	379 327
Município de Viana do Castelo	538 719	1 804 201	50 559	1 835 836
Município de Vila Nova de Cerveira	1 195 560	225 098	24 865	196 673
	3 240 076	11 096 178	577 551	10 062 943

Os rendimentos da Águas do Norte S.A. e Municípios referem-se à venda de água e prestação de serviços de saneamento. No que respeita à composição dos gastos associados às empresas do Grupo, estão incluídos os serviços prestados pela AdP, os juros de apoio de tesouraria da linha acionista contratualizada à AdP SGPS, a aquisição de água, prestação de serviços e assessoria técnica da Águas do Norte S.A., serviços de call center e apoio à área comercial e os gastos com a cedência de uma viatura a refaturar pela EPAL S.A. No que se refere aos gastos associados aos Municípios estão incluídos os gastos com os protocolos de cooperação técnica, instalações de centros operacionais e de lojas de atendimento.

Em 2020 foram estimadas na rubrica de FSE - Rendidas os valores associados à integração do património municipal, tendo as mesmas sido anuladas em 2021 dado esse gasto estar anualmente a ser considerado na rubrica de amortizações, depreciações e reversões do exercício, estando em consequência refletido na dívida a pagar aos Municípios.

Compromissos

O investimento contratual da Parceria que se encontra por realizar é de 146,2 milhões de euros.

AdAM R&C 2021 | 195 de 202



No que respeita às empreitadas de construção do Sistema explorado pela Empresa foi celebrado todo um conjunto de contratos, conforme consta do quadro seguinte, organizado por valor do compromisso financeiro em aberto, para os próximos períodos, valor este que reflete a diferença entre o valor do contrato e o valor já faturado.

DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA / PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	ADJUDICATÁRIO	Unidade em euros		
		Valor Contrato	Valor faturado até 31.12.2021	Compromisso após 31.12.2021
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 6 - Município de Viana do Castelo	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	352 243	143 564	208 679
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 1 - Município de Arcos de Valdevez	Niverfix - Construções, Lda.	114 935	61 994	52 941
PRC-043 - Execução de ramais de água e de águas residuais da A.D.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A. - Lote 2 - Município de Caminha	Dizconstrução Lda	154 819	41 833	112 986
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 3 - Município de Paredes de Coura	Vaz & Barbosa, Lda.	79 183	61 134	18 049
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 4 - Município de Ponte de Lima	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	118 427	87 123	31 304
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 5 - Município de Valença	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	84 618	49 447	35 172
PRC-043/19 - Execução de Ramais (AA/ARD) - Lote 7 - Município de Vila Nova de Cerqueira	Manuel da Silva Pereira & Filhos, Lda.	81 502	28 688	52 815
PRC 017/19 - Aquisição de contadores de água fria potável e acessórios de ligação	Enviman - Manutenção de Sistemas	167 265	74 064	93 201
PRC 031/2020: AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO ÂMBITO DAS CANDIDATURAS APROVADAS AO AVISO POSEUR-12-2018-18 – EFICIÊNCIA HÍDRICA	PROENGEL - PROJETOS DE ENGENHARIA E ARQUITETURA LDA	29 820	26 837	2 983
PRC-007/20 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 3 (Município de Viana do Castelo)	Boaventura & Boaventura, Lda	1 342 818	1 175 290	167 528
PRC 020/2020 – Empreitada para a Remodelação Interior dos Edifícios dos Centros Operacionais do Norte e Nordeste Remodelação Interior do edifício do Núcleo de Proximidade Nordeste - Ponte de Lima (PRC 080/20)	SDRC	113675,13	108 289	5 386
PRC-100/20 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 2 (Município de Ponte de Lima)	Avanis Lda	16 500	23 099	-6 599
PRC-057/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 1 (Município de Arcos de Valdevez)	Boaventura & Boaventura, Lda	1 841 700	1 350 309	491 391
PRC-057/2020 - Empreitadas de Execução para Remodelação de Redes de Abastecimento de Águas Previstas no Âmbito das Candidaturas Aprovadas do Aviso POSEUR-12-2018-18 Eficiência Hídrica - Lote 1 (Município de Arcos de Valdevez)	Questão d'Área, Lda.	587 887	404 796	183 091
PRC-070/20 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 1 (Município dos Arcos de Valdevez)	Manvia	484 574	170 604	313 970
PRC-070/20 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 2 (Município de Caminha)	Manvia	171 740	59 213	112 528
PRC-070/20 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 3 (Município de Paredes de Coura)	Manvia	97 532	76 700	20 831
PRC-070/20 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 4 (Município de Ponte de Lima)	Manvia	549 844	317 219	232 625
PRC-070/20 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 5 (Município de Valença)	Manvia	477 294	131 555	345 739
PRC-070/20 - Aquisição de Bens e Serviços Relativos à Instalação de Equipamentos de Monitorização e Controlo - 1ª FASE - Lote 6 (Município de Vila Nova de Cerqueira)	Manvia	157 296	61 587	95 710
PRC 164/2020 – Empreitada para a Remodelação Interior de 3 Gabinetes no COP Sul – Ursulinas	SDRC	52 734	51 569	1 165
PRC 141/2020 - Empreitada para execução de projeto de eficiência hídrica em 3 (três) Subistemas de Abastecimento de Água da AdAM, Lote 1 - Subistemas de VPA e Sto Ovídeo	COMONTUBO - TUBAGENS E SOLDADURA LD	363 018	58 278	304 740
PRC 141/2020 - Empreitada para execução de projeto de eficiência hídrica em 3 (três) Subistemas de Abastecimento de Água da AdAM, Lote 2 - Subistema Trolva	Monte&Monte	314 344	104 008	210 337
PRC-142/2020 - "Construção, instalação e arranque em operação de postos de tratamento de água para consumo humano da AdAM - DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A. - Fase 1." LOTE 1 - MUNICÍPIO DE VALENÇA	ECOFIRMA GESTÃO DO AMBIENTE, SA	89 950	21 217	68 733
PRC-142/2020 - "Construção, instalação e arranque em operação de postos de tratamento de água para consumo humano da AdAM - DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A. - Fase 1." LOTE 2 - MUNICÍPIO DE CAMINHA, PONTE DE LIMA E VILA NOVA DE CERQUEIRA	ECOFIRMA GESTÃO DO AMBIENTE, SA	89 950	49 633	40 317
PRC-064-20 LT3	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	200 081	193 191	6 890
PRC-040/2021 - Empreitada de reabilitação da rede de saneamento e instalação da rede de água na EN 13, em Chafé,	PRIMUSLEAN	9 997	9 997	0
PRC-130/20 - INVENTARIAÇÃO ATIVOS	GEOPALM - ENGINEERING CONSULTING UNP LDA	44 561	33 248	11 313
PRC_108/2021- Elaboração de Parecer sobre as Peças Técnicas de Suporte ao Procedimento para a Implementação do Sistema de Gestão de Redes e Controlo de Perdas do Sistema Abastecimento de Água do Alto Minho	AQUASIS, SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, SA	4 920	4 920	0
PRC-084/2021 - optativo n.º 1	COMONTUBO - TUBAGENS E SOLDADURA LDA	480 000	157 837	322 163
PRC-086/2021 - optativo n.º 1	Monte&Monte SA	228 000	39 418	188 582
PRC-087/2021 - optativo n.º 1	Monte&Monte SA	328 000	133 645	194 355
PRC-079/2021 - optativo n.º 1	COMONTUBO - TUBAGENS E SOLDADURA LDA	475 000	30 000	445 000
PRC-080/2021 - optativo n.º 1	JOSÉ FERNANDO MIRANDA DA COSTA, LDA	30 000	30 000	0
PRC-098/2021 - optativo n.º 2	JOSÉ FERNANDO MIRANDA DA COSTA, LDA	100 000	64 964	35 036
PRC-056/2021 - optativo n.º 1	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	30 000	29 999	1
PRC-057/2021 - optativo n.º 1	Edivalor - Construções e Obras Públicas, SA	30 000	12 077	17 923
PRC-073/2021 - optativo n.º 1	SDRC - SOLUÇÕES DE REABILITAÇÃO E CONSTRUÇÃO, UNIPessoal LDA	30 000	7 572	22 428
PRC-052/2021 - optativo n.º 1	SDRC - SOLUÇÕES DE REABILITAÇÃO E CONSTRUÇÃO, UNIPessoal LDA	30 000	19 628	10 372
PRC-052/2021 - optativo n.º 1	SDRC - SOLUÇÕES DE REABILITAÇÃO E CONSTRUÇÃO, UNIPessoal LDA	30 000	29 860	140
Total		9 984 229	5 534 404	4 449 825

Vla
F. Machado
Cefiro 79

32. Investimento contratual

A estimativa de compromissos financeiros assumidos pela AdAM não relevados no balanço, decorrentes da celebração do contrato de parceria relativamente a investimentos iniciais, renovação a efetuar no decorrer do período remanescente de parceria, apresenta-se do seguinte modo:

Unidade: em euros

	Investimento contratual	Investimento já efetuado	Investimento em curso	Investimento contratual não realizado
dezembro de 2021	146 229 190	4 615 314	6 314 808	135 299 068
	146 229 190	4 615 314	6 314 808	135 299 068

33. Honorários de auditoria e de revisão legal

Os honorários de auditoria e Revisão Legal de Contas da AdAM no exercício de 2021 foram os seguintes:

Em euros

	Revisão Legal de Contas	Outros serviços relacionados com auditoria	Outros serviços
Price Waterhouse coopers	13 587		
Santos Vaz, Trigo de Moraes & associados, SROC, lda			4 900
	13 587		4 900

De referir que no ano 2021 foi contratada uma auditoria para avaliação de processos internos críticos e riscos inerentes.

34. Outros assuntos – Covid-19

O ano de 2020 e 2021 fica fortemente marcado pela infeção pelo novo coronavírus COVID-19, que foi e será marcante para a atividade socioeconómico do país, com impactos ainda não integralmente quantificados quanto às respetivas magnitudes. Portugal, em linha com a União Europeia tem adotado várias medidas que vão no sentido de procurar mitigar os impactos na economia nacional deste evento. Inserem-se nestas medidas as que destinam a manter os serviços de interesse económico geral em funcionamento. Âmbito em que se inserem as atividades da AdAM.

Para todas as atividades de abastecimento e saneamento, entre os outros serviços, a AdAM definiu as equipas necessárias para assegurar a continuidade e a ininterruptibilidade da prestação dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano.

Ao nível de impactos nas demonstrações financeiras do ano de 2021 destacam-se como principais:

- Ativos

Não foi registada imparidade para os ativos da AdAM, uma vez que por efeitos do COVID-19, os ativos não deixam de gerar benefícios económicos e futuros de forma permanente.

- Rácio GOMN
 - Quanto ao Volume de Negócios

Verifica-se uma quebra nas vendas e prestações de serviço de algumas empresas operacionais, por redução das atividades económicas, não colmatável pelo aumento do consumo doméstico, decorrente do isolamento profilático determinado à população. Por outro lado, esta variação negativa foi compensada pelo aumento dos consumos decorrente de novos contratos de adesão.

No que concerne aos efeitos económicos nas Parcerias Estado-Autarquias, o mesmo foi e será coberto pelo registo do desvio de recuperação de gastos do ano.

O serviço prestado não tem tido interrupções, atendendo aos planos de contingências de operação, trabalhadores e com os fornecedores.

- Quanto aos Gastos Operacionais

Verificou-se um aumento dos gastos operacionais, quer decorrente da estratégia de aquisição de bens e serviços, quer pelo aumento de gastos com pessoal por forma a assegurar a capacidade de resposta das equipas, uma vez que foi aumentado em número e estendido no tempo, bem como de aumento de horas extraordinárias de trabalho. Aumentaram os gastos com manutenção preventiva, por força da estratégia de redução da probabilidade de falhas, com reflexo posterior em maiores gastos com manutenção curativa.

A AdAM, nos casos possíveis quer pela capacidade, quer pela natureza dos respetivos reagentes, estão a maximizar os respetivos stocks, política mais exigente em termos de tesouraria, mas que acautela a respetiva continuidade de serviço, minimizando a exposição a fornecedores críticos. Esta circunstância obriga naturalmente a entregas de quantidades mais pequenas para reposição de stock, logo, consequentemente com custos-unitários mais elevados, atendendo à maior representatividade dos gastos fixos associados à logística que está subjacente ao transporte e entrega. Verificaram-se ainda constrangimentos no fornecimento de peças de manutenção dada a escassez de matérias-primas e falhas nas cadeias de produção, provocando roturas pontuais de stocks e o aumento do preço dos materiais, colocando em causa a continuidade da execução de alguns dos contratos de fornecimento celebrados. No que respeita à aquisição de viaturas, verificam-se atrasos significativos na sua entrega decorrente do mesmo motivo, estando a AdAM a aguardar o fornecimento de 26 viaturas em regime de aluguer operacional, implicando esta situação um aumento de gastos com a frota, por recurso alternativo a viaturas de rent a car, cujo gasto médio por viatura é superior.

Em sentido contrário verificou-se uma ligeira redução das despesas de deslocações e estadas.

- Rácio de variação do endividamento

Pese embora tenha ocorrido uma redução dos pagamentos associados ao investimento, por menor disponibilidade das equipas dos fornecedores de equipamento e dos empreiteiros, que representaram nesta fase, apenas, um impacto positivo na tesouraria, verifica-se uma redução nos recebimentos dos clientes Municípios. Os prazos médios de pagamento a fornecedores mantêm-se estáveis.

Caso a crise associada ao COVID-19 venha a apresentar algum impacto na avaliação que os mercados fazem da situação financeira nacional, traduzida numa alteração da yield das Obrigações do Tesouro a 10 anos, também por esta via poderemos ter impacto na AdAM, na medida em que os resultados líquidos das Parcerias Estado-Autarquias são determinados por este indicador macroeconómico.

A AdAM não antecipa que venha a apresentar problemas de continuidade das respetivas operações nos próximos doze meses.

Em 2021 a AdAM não solicitou adiamentos, reestruturações ou outro tipo de alterações aos compromissos quer sejam contratualizados ou não, com os seus credores e fornecedores, nem antecipa vir a solicitar.

35. Informações exigidas por diplomas legais

Artº. 397º. do Código das Sociedades Comerciais

A AdAM não concedeu quaisquer empréstimos ou créditos aos seus administradores, não efetuou pagamentos por conta deles, não prestou garantias a obrigações por eles contraídas e não lhes facultou quaisquer adiantamentos a remunerações. Também não foram celebrados quaisquer contratos entre a sociedade e os seus administradores, diretamente ou por pessoa interposta.

Artº. 324 do Código das Sociedades Comerciais

A AdAM não possuiu quaisquer ações próprias e nem efetuou até ao momento qualquer negócio que envolvesse títulos desta natureza.

Artº 21º do Decreto-Lei nº. 411/91 de 17 de setembro

Declara-se que não existem dívidas em mora da Empresa ao Setor Público Estatal, nem à Segurança Social, e que os saldos contabilizados em 31 de dezembro de 2021 correspondem à retenção na fonte, descontos e contribuições, referentes a dezembro, e cujo pagamento se efetuará em janeiro do ano seguinte.

36. Rendimento garantido

Nos termos do Contrato de Gestão os acionistas têm uma remuneração anual efetiva adequada dos capitais investidos. Essa remuneração, durante o prazo de investimento inicial, corresponde à aplicação ao capital social de uma taxa correspondente à soma da rentabilidade das Obrigações do Tesouro portuguesas a 10 anos, ou outra equivalente que a venha a substituir, com 3 pontos percentuais. A remuneração é devida desde a data de realização do Capital Social e quando a Empresa não proceder à distribuição de dividendos a que os acionistas tenham direito, a remuneração em dívida será capitalizada até à data do seu pagamento.

O valor da remuneração é o seguinte:

Unidade: Euros

		2021
		Categoria A
- Realizações de Capital até 31.12.2021:		
data	nº dias	
23.07.2019	731	529 200
24.07.2019	731	550 800
20.12.2019	731	28 381
22.12.2019	731	17 967
30.12.2019	731	79 182
14/01/2019	717	184 887
16/01/2019	715	397 555
04/02/2019	696	12 028
28.01.2021	338	462 218
02.06.2021	213	918 000
22.06.2021	193	75 888
24.06.2021	191	58 028
19.07.2021	166	30 070
01.09.2021	122	139 928
07.12.2021	25	44 918
30.12.2021	2	70 953
Capital a 31.12.2021		3 600 000
Dividendos em dívida 2019 não distribuídos em 2020 e 2021		17 088
Dividendos em dívida 2020 não distribuídos em 2021		57 577
Taxa de juro OT 10 anos		3,65%
Spread 3pp		3,00%
Taxa de remuneração acionista		6,65%
Remuneração do capital realizado		195 713

37.Eventos subsequentes

O Conselho de Administração da AdAM declara que, após o termo do exercício de 2021 até à data de aprovação das contas pelo Conselho de Administração, destacam-se os seguintes acontecimentos:

- Recebimento de participações do POSEUR no montante de 491.028€ relativas à execução de contratos de empreitadas em curso;
- Recebimento da faturação associada ao Ciclo Urbano da Água no montante de 622.944€.

Mais se declara que é expectativa do Conselho de Administração que o Desvio de Recuperação de Gastos será aprovado em reunião de Comissão de Parceria a realizar em 2022.

Não se registaram outros factos relevantes após o termo do exercício.

AdAM R&C 2021 200 de 202



F. Machado

Viana do Castelo, 14 de março de 2022

O Contabilista Certificado

Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira

(Maria Júlia Fernandes Lopes Pereira)

O Conselho de Administração

João Pedro Castro Neves

(João Pedro Castro Neves – Presidente Executivo)

Fernanda Maria de Sousa Machado

(Fernanda Maria de Sousa Machado - Vogal Executiva)

Célia Maria Pereira Cardoso André

(Célia Maria Pereira Cardoso André – Vogal não Executiva)

Manuel António Azevedo Vitorino

(Manuel António Azevedo Vitorino – Vogal não Executivo)

Vítor Paulo Gomes Pereira

(Vítor Paulo Gomes Pereira – Vogal não Executivo)

Pareceres do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas

AdAM R&C 2021 202 de 202


F. M. da Costa



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL DA ÁGUAS DO ALTO MINHO, S.A.
SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS DE 2021



1. Nos termos das disposições legais e estatutárias, designadamente do previsto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420º e do artigo 452º do Código das Sociedades Comerciais, o Conselho Fiscal emite o presente Relatório e Parecer sobre o Relatório de Gestão e restantes documentos de prestação de contas da sociedade Águas do Alto Minho, S.A., apresentados no dia 14 de março de 2022 pelo Conselho de Administração relativamente ao exercício de 2021.
2. A sociedade Águas do Alto Minho, S.A. iniciou a sua atividade no ano de 2019 na sequência do contrato de parceria celebrado em 11 de janeiro de 2019 entre o Estado Português e os Municípios de Arco de Valdevez, Caminha, Paredes de Coura, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira e do Contrato de Gestão formalizado em 22 de julho de 2019.
3. O Conselho Fiscal acompanhou a gestão da Águas do Alto Minho, S.A. e a evolução dos seus negócios, designadamente mediante contatos e reuniões com o seu Conselho de Administração, Revisor Oficial de Contas e Serviços da Sociedade, bem como através da leitura das atas das reuniões do seu Conselho de Administração e da informação financeira preparada pela Sociedade e disponibilizada ao Conselho Fiscal. Efetuou reuniões, tendo contado sempre que necessário com a presença do Conselho de Administração, da Direção Administrativa e Financeira e do Revisor Oficial de Contas.
4. O Conselho Fiscal obteve todos os esclarecimentos solicitados e dispôs da documentação que considerou necessária ao desempenho das suas funções.
5. Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal emitiu um Parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento (PAO) para o ano de 2021, aprovado pelo Secretário de Estado do Tesouro pelo Despacho 690/2021-SET datado de 04.08.2021 e pela Secretária de Estado do Ambiente através do Despacho n.º 179/SEAMB/2021 datado de 31.10.2021.

- 
6. No âmbito das suas competências, o Conselho Fiscal, verificou igualmente o cumprimento das obrigações definidas no artigo 44º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, tendo emitido os respetivos pareceres sobre os Relatórios Trimestrais de Execução Orçamental.
 7. O Conselho Fiscal emitiu parecer favorável relativamente ao Relatório do Governo Societário do exercício de 2021, previsto no n.º 1 do artigo 54º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro, emitido pela Águas do Alto Minho, S.A. em 14 de março de 2022, de acordo com o modelo disponibilizado pela UTAM.
 8. Em observância do artigo n.º 420 do Código das Sociedades, o Conselho Fiscal procedeu à verificação do cumprimento das normas legais, estatutárias e disposições aplicáveis ao setor empresarial do estado, designadamente do cumprimento das orientações legais relativamente às remunerações vigentes em 2021, as quais se encontram divulgadas no Relatório e Contas e no Relatório do Governo Societário.
 9. A entidade apresenta os impactos nas demonstrações financeiras decorrentes da pandemia associada ao vírus SARS-Cov2.
 10. Relativamente às divulgações constantes na Nota 9 do Anexo às Demonstrações Financeiras, importa referir que a Comissão de Parceria, à data deste Relatório e Parecer, ainda não se pronunciou quanto ao Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) de 2021. Este facto encontra-se referido na Ênfase da CLC, emitida pelo Revisor Oficial de Contas no dia 14 de março de 2022.
 11. A entidade apresenta, em 2021, um nível de execução do investimento de 43% relativamente ao previsto no Plano de Atividades e Orçamento aprovado, pelas Tutelas financeiras e setorial, para o exercício de 2021.
 12. Exceto quanto às exceções referidas no ponto seguinte, a empresa cumpriu com as orientações legais previstas no ofício-circular n.º 359, de 20 de janeiro de 2022, da Direção Geral do Tesouro e Finanças (DGTF), relativo às instruções sobre o processo de prestação de contas referente a 2021.

13. Exceções quanto ao cumprimento das orientações legais previstas no ofício-circular n.º 359, de 20 de janeiro de 2022, da DGTF:

13.1. O crescimento do endividamento registado em 2021 foi de 97,37%, não cumprindo o estipulado nos termos definidos no n.º 1 do artigo 65.º da Lei n.º 75/2020, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento do Estado para 2021). Verifica-se, no entanto, que o referido crescimento se situa dentro do acréscimo aprovado pelo titular da função acionista (tutelas financeira e setorial), de acordo com os Despachos referidos no ponto 5 supra e o relatório UTAM (199/2021) que aprovaram o Plano de Atividades e Orçamento relativo ao período 2021-2023 da AdAM.

13.2. O Prazo Médio de Pagamentos (PMP), apurado pela empresa, melhorou, em 2021, em 3 dias face a 2020, passando dos 54 para os 51 dias. Esta redução de 5,56% no PMP, revela um incumprimento implícito dos objetivos de decréscimo dos prazos de pagamento a fornecedores, estabelecidos na RCM 34/2008 de 22 de fevereiro, na medida em que, tendo um PMP do ano anterior superior a 45 dias, uma redução inferior a 15% no PMP representa um incumprimento do objetivo.

13.3. A entidade não procede à elaboração e divulgação no seu sítio da internet do relatório sobre as remunerações pagas a mulheres e homens incumprindo a obrigação constante do n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014 de 7 de março. No Relatório do Governo Societário referente a 2021, a entidade indica que a sociedade, constituída em 2019, só iniciou atividade em 2020.

13.4. No que diz respeito às medidas de otimização da estrutura de gastos operacionais, a empresa apresenta um aumento de 8% do peso dos gastos operacionais relativamente ao volume de negócios, registando assim uma redução na eficiência operacional. Sendo referido que o aumento do número de trabalhadores ao serviço e dos gastos com a frota se encontram autorizados por Despacho da SEAMB, não são apresentados os detalhes e as respetivas notas justificativas relacionadas com o aumento dos gastos operacionais e/ou os impactos no volume de negócios decorrentes da situação pandémica provocada pelo vírus SARS-Cov2.

14. Em 19 de setembro de 2019 foram aprovadas em Assembleia Geral as Orientações Estratégicas e os Objetivos e Indicadores de Gestão que vigoram para o mandato 2019-2021, respeitantes aos contratos de gestão previstos no art.º 18 do Estatuto do Gestor Público,

aprovado pelo Decreto-Lei n.º 71/2007, de 27 de março, e sobre quaisquer matérias relacionadas com a celebração dos mesmos.

A análise destes indicadores é efetuada no Relatório de Gestão, sendo a determinação do seu cumprimento realizada em colaboração com a Auditoria Interna e Controlo de Risco da Águas de Portugal, SGPS, S.A. e tendo no que respeita aos objetivos fixados, estes indicadores sido globalmente adequados, tendo em 2021, o grau de cumprimento dos objetivos ascendido a 1,9.

Sem afetar a nossa opinião, referimos que no relatório sobre os Objetivos de Gestão de 2021, emitido pela Auditoria Interna e Controlo de Riscos (AICR) da Águas de Portugal, são apresentadas as seguintes limitações: “Nos indicadores abaixo indicados, a sua complexidade, ausência de informação de suporte, dimensão dos dados em análise, ou tempo de disponibilização da documentação, limitaram a existência de uma validação integral do respetivo cálculo e dos resultados obtidos. (...) No indicador da Qualidade das águas residuais drenadas sem ligação à alta, foi validada a aplicação da fórmula de cálculo definida e verificada, por amostragem (...) a correção dos valores das variáveis que contribuem para o cálculo do indicador; Nos indicadores GO/VN e Rentabilidade, (...) foi definido pela AdP SGPS que (...) deveriam ser expurgados os valores associados ao Covid, os montantes expurgados foram indicados pela empresa, tendo apenas sido possível verificar que a sua natureza era enquadrável em gastos associados às despesas Covid; no indicador Endividamento, o modo de avaliação definido para 2021, teve por base um conjunto de pressupostos, que não se tendo realizado, possibilitaram a existência simultânea de dois resultados de avaliação, tendo a AdP SGPS, atendendo ao resultado obtido, definido que a avaliação do indicador em 2021 seria superado; Não sendo clara a fórmula de cálculo do indicador percentagem de faturação que não é recebida e objeto de imparidade, foi assumida a fórmula considerada pela empresa, tendo apenas sido verificadas as variáveis que concorrem para o cálculo.”

Decorrente da sua análise, e no âmbito da competência na avaliação do desempenho dos membros do Conselho de Administração, considerando as limitações acima referidas, o Conselho Fiscal da Águas do Alto Minho, S.A., concluiu que nada chegou ao seu conhecimento que o levasse a concluir que o grau de execução e cumprimento dos objetivos fixados, não é adequado à correta avaliação do desempenho do Conselho de Administração.

15. O Conselho Fiscal apreciou a Certificação Legal de Contas, emitida no dia 14 de março de 2022, nos termos da legislação em vigor pelo Revisor Oficial de Contas, a qual integra uma ênfase, conforme apresentado no ponto 10 deste Relatório e Parecer, e os outros requisitos



legais, que se dão como aqui reproduzidos, e obteve destes, as informações de que careceu para o exercício das tarefas de fiscalização.

16. Em consequência do trabalho desenvolvido, o Conselho Fiscal considera que o Relatório de Gestão do Conselho de Administração e as Demonstrações Financeiras (Demonstração da Posição Financeira, Demonstração do Rendimento Integral, Demonstração das Alterações no Capital Próprio, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Notas às Demonstrações Financeiras) e os restantes documentos de prestação de contas são adequados à compreensão da situação patrimonial da Sociedade no fim do exercício, bem como da forma como se formaram os resultados e se desenrolou a atividade no decorrer do ano de 2021.
17. O Conselho Fiscal salienta toda a colaboração que obteve do Conselho de Administração, do Revisor Oficial de Contas e dos Serviços da Sociedade no desempenho das suas funções.

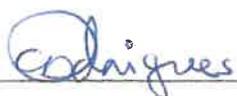
Parecer do Conselho Fiscal

Em consequência do acima referido, o Conselho Fiscal é de parecer que estão reunidas as condições para que a Assembleia-Geral da Águas do Alto Minho, S.A., aprove:

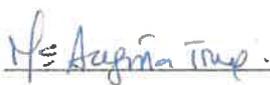
- a) O Relatório do Conselho de Administração e as Contas Individuais do Exercício de 2021.
- b) A proposta de Aplicação de Resultados formulada pelo Conselho de Administração no seu relatório.

Viana do Castelo, 14 de março de 2022

O Conselho Fiscal



Maria Albertina Barreiro Rodrigues
(Presidente)



Maria Augusta João Cepeda Tomé
(Vogal)



Pedro de Azevedo Canteiro
(Vogal)



Certificação Legal das Contas

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Águas do Alto Minho, S.A., a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 42.156.099 euros e um total de capital próprio de 3.874.308 euros, incluindo um resultado líquido de 195.713 euros), a demonstração dos resultados e de outro rendimento integral, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Águas do Alto Minho, S.A. em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Conforme divulgado na nota 2.2.5 ao Anexo às demonstrações financeiras, o Desvio de Recuperação de Gastos (DRG) corresponde à correção (positiva no caso de défice, negativa no caso de superavit) a registar ao rédito das atividades reguladas, para que este se apresente conforme o disposto no Contrato de Parceria, nomeadamente no que diz respeito à recuperação integral dos gastos (incluindo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas) e remuneração anual garantida aos acionistas. Em 31 de dezembro de 2021, na rubrica de "Desvios de Recuperação de Gastos" da Demonstração dos resultados, a Entidade apresenta um défice de 7.958.993 euros. Nos termos da Cláusula 15.ª do Contrato de Gestão, a quantia estimada pelo Conselho de Administração será submetida à apreciação da Comissão de Parceria. Conforme divulgado na nota 37 ao Anexo às demonstrações financeiras é expetativa do Conselho de Administração que o referido Desvio de Recuperação de Gastos seja aprovado pela Comissão de Parceria.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Receção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000, Fax: +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União;
- b) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

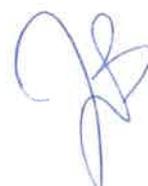
O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;



- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- f) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

14 de março de 2022

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



José Alves Bizarro Duarte, ROC nº 1957
Registado na CMVM com o nº 20200003